



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

RÉGIS ALFEU PAIVA

**O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE-FNO NO ESTADO DO
ACRE: RECURSOS DO POVO, POLÍTICA DE ESTADO,
BENEFÍCIOS DA ELITE**

RIO BRANCO
ACRE - BRASIL
2008

RÉGIS ALFEU PAIVA

**O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE-FNO NO ESTADO DO
ACRE: RECURSOS DO POVO, POLÍTICA DE ESTADO, BENEFÍCIOS
DA ELITE**

Dissertação apresentada à Universidade
Federal do Acre, como parte das
exigências do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento
Regional, para obtenção do título de
“*Magister Scientiae*”.

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti
(Orientador)

RIO BRANCO
ACRE - BRASIL
2008

RÉGIS ALFEU PAIVA

**O FUNDO CONSTITUCIONAL DO NORTE-FNO NO ESTADO DO
ACRE: RECURSOS DO POVO, POLÍTICA DE ESTADO, BENEFÍCIOS
DA ELITE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Acre, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, para obtenção do título de “*Magister Scientiae*”.

APROVADA:

Adailton de Souza Galvão

Pedro Vicente Costa Sobrinho

Antonio Carlos Fonseca Pontes
(Suplente)

Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti
(Orientador)

© PAIVA, R. A. 2008.

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal do Acre

P194f

PAIVA, Régis Alfeu. *O FNO no Estado do Acre*: recursos do povo; política de Estado; benefícios da elite. 2008. 194f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Acre, Rio Branco, AC, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti

1. FNO, 2. Desenvolvimento regional, 3. Amazônia - Acre, 4. Política de Estado, I. Título

CDU 336.02 (811.2)

Dedico este trabalho:

Ao meu Pai Celestial, que me abençoou com conhecimento em todas as etapas.

Aos meus Familiares, em especial Aléxia (esposa), Ana Paula, Rafaela, Alice (filhas) e Itamira (mãe), que me agüentaram durante este período.

Por fim, a todos que não se deixam abater pelas pressões ou cooptar pelos poderosos, mas permanecem firmes em suas trincheiras cavadas com as ferramentas do verdadeiro conhecimento.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa Aléxia Silveira de Lima Paiva, por sua paciência nas horas difíceis, pela compreensão nas dificuldades, pelo apoio nas fraquezas, e por ser quem ela é.

À minha mãe, Itamira de Melo Paiva, por sua luta ao longo de todos estes anos e princípios que me fizeram permanecer firme.

Às minhas filhas Ana Paula, Rafaela e Alice, com minhas desculpas pelos destemperos nas horas de estresse.

À minha irmã e companheira de MSc, Maria Angélica Paiva.

Ao professor Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti, por ser um amigo antes de ser orientador e pelo apoio neste projeto.

Aos meus amigos de MSc: Vera, Tassiany, Idalécio, Lucinda, Socorro, Tadeuma, Wlisses, Adão, Clóvis, Evaldo, Gilberto, Idaildo, Israel, Jesus, João Paulo, Marcelo, Marcos, Raquel, Raul, Polanco, Rosana, Wagner, por todos os momentos de convivência durante o curso.

Aos professores do curso, Élder, Lucas, Carlos, Antônio Carlos, Sílvio, Adailton, que em nada ficam a dever aos de outras instituições.

Ao professor Mário Luiz de Oliveira (DCN), pela valiosa contribuição em um momento de dificuldade matemática.

Ao amigo José Janilson Amorim da Silva, que não por acaso é também professor da UFAC, pelo prestimoso apoio durante o curso e na aplicação da língua inglesa.

A todos os funcionários da UFAC, aqui homenageados na pessoa dos amigos Dário, Alcir, Tadeu, Raimundo (biblioteca) e Adi.

À Universidade Federal do Acre (UFAC), minha casa há 21 anos, e a CAPES, pelo financiamento deste trabalho.

A todos que, direta e indiretamente, apoiaram esta pesquisa e que dado a falta de espaço não foi possível citar nominalmente.

Ao professor doutor Alejandro Fonseca Duarte, Departamento de Ciências da Natureza, que por dificultar e burocratizar o acesso aos dados climatológicos da Estação da UFAC impediu a realização de estudo sobre correlação do volume de chuvas com a evolução dos empregos formais no Estado.

A você que lê este trabalho.

LISTA DE TABELAS.....	ix
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE FIGURAS	xi
LISTA DE GRÁFICOS.....	xii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	xiii
RESUMO	xv
ABSTRACT	xvi
INTRODUÇÃO	1
ÍNDICE	
CAPÍTULO I	6
1.1 O BANCO DA AMAZÔNIA.....	7
1.2 O BANCO NO ACRE	8
1.3 O FNO	10
1.4 OBJETIVOS DO FNO	10
1.5 PROBLEMAS DO FNO E NO CRÉDITO.....	13
1.6 ESTADO E DESENVOLVIMENTO.....	20
1.7 A IMPORTÂNCIA AMAZÔNICA, O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AMBIENTAL	29
1.8 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR.....	34
1.9 PECUÁRIA.....	41
CAPÍTULO II	42
2.1 Distribuição dos recursos do FNO no Acre – Recursos Rurais (Grande propriedade).....	43
2.1.1 Proderur	46
2.1.2 Proagrin.....	47
2.1.3 Agropec.....	48
2.1.4 Expofeiras	49
2.1.5 Discussão dos dados – Grande Propriedade	50
2.2 Distribuição dos recursos do FNO no Acre – Recursos Urbanos	56
2.2.1 Prodetur.....	56
2.2.2 Prodesin	56
2.2.3 Promicro.....	57
2.2.4 Promipec	58
2.2.5 Comserv	59
2.2.6 Indústria	60
2.2.7 Discussão dos dados - Setor Urbano.....	61
CAPÍTULO III	90
3.1 Culturas anuais alimentares.....	91
3.1.1 MANDIOCA.....	92
3.1.2 Milho	97
3.1.3 Arroz.....	101
3.1.4 Feijão	104
3.1.5 Discussão dos dados - culturas anuais alimentares	106
3.2. Pecuária leiteira	110
3.2.1 Discussão dos dados – Pecuária leiteira	113
3.3 PECUÁRIA DE CORTE	118
3.3.1 Discussão dos dados - Pecuária de Corte	120
3.4. Extração Vegetal	122
3.4.1 Açaí.....	122
3.4.2 Borracha.....	124
3.4.3 Castanha.....	126
3.4.4 Madeira em tora, Carvão e Lenha.....	128
3.4.5 Considerações sobre o extrativismo.....	130
CAPÍTULO IV	131
4.1 Emprego formal.....	132
4.1.1 Emprego: Valores totais Anuais Percentuais.....	135
4.1.2 Setor Extrativo Mineral.....	137
4.1.3 Indústria de Transformação.....	138
4.1.4 Serviço Industrial de Utilidade Pública.....	140
4.1.5 Construção Civil.....	141
4.1.6 Comércio.....	142

4.1.7 Setor de Serviços	143
4.1.8 Administração Pública	145
4.1.9 Agropecuária	146
4.1.10 Outros	147
4.1.11 Considerações sobre os empregos.....	147
4.2.1 Evolução da renda no Estado do Acre	148
4.2.2 Considerações sobre a evolução da renda	151
4.3.1 Setor empresarial	153
4.3.2 Números de empresas da Divisão de Comércio.....	153
4.3.3 Evolução das empresas no Estado do Acre	155
4.3.4 Empresas ligadas ao setor produtivo.....	157
4.3.5 Setor de serviços.....	159
4.3.6 Considerações sobre a evolução do número de empresas	160
CAPÍTULO V_(CONSIDERAÇÕES FINAIS).....	161
BIBLIOGRAFIA	168
ANEXOS	178

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 01 : Dados de segurança alimentar no Estado do Acre – 2004 (percentuais)	19
Tabela nº 02: Recursos da linha Proderur por Agências, Valores e contratos (1989-06)	47
Tabela nº 03: Recursos da linha Proagrin por Agências, Valores e contratos (89-06)	48
Tabela nº 04: Recursos da linha Agropec por Agências, Valores e contratos (1989-06).....	49
Tabela nº 05: Recursos da linha Expofeiras por Agências, Valores e contratos (1989-06)	50
Tabela nº 06: Recursos para o setor rural (linha e município; em R\$ 1000,00; 1989-2006).....	51
Tabela nº 07: Recursos FNO - setor rural (por meso região estadual, em R\$ 1000,00 – 1989-2006).....	54
Tabela nº 08: Recursos da linha Prodetur por Agências, Valores e contratos (1989-06).....	56
Tabela nº 09: Recursos da linha Prodesin por Agências, Valores e contratos (1989-06)	57
Tabela nº 10: Recursos da linha Promicro por Agências, Valores e contratos (1989-06).....	58
Tabela nº 11: Recursos da linha Promipec por Agências, Valores e contratos (1989-06)	59
Tabela nº 12: Recursos da linha Comserv por Agências, Valores e contratos (1989-06).....	60
Tabela nº 13: Recursos da linha Indústria por Agências, Valores e contratos (1989-06)	61
Tabela nº 14: Resumo dos investimentos FNO Urbano por microrregião acreana (1995-06)	62
Tabela nº 15: Recursos urbano por município sede de agência do Banco da Amazônia	62
Tabela nº 16: Recursos FNO, seu percentual e a população atendida pela agência.....	64
Tabela nº 17: Aplicação da nova proposta para o FNO nas Micro Regiões acreanas.....	68
Tabela nº 18: Recursos (em R\$ 1.000,00) com base na população e IDH da micro-região.....	70
Tabela nº 19: Recursos com base na população, concentração populacional e IDH.	70
Tabela nº 30: Produção estadual de leite no triênio 2001-2004	115
Tabela nº 31: Emprego no Estado do Acre: comparativo entre os setores analisados	137
Tabela nº 32: Evolução da renda a PEA no Estado do Acre (1992-2004)	149
Tabela nº 33: Evolução da renda da PEA (cinco grupos) no Estado do Acre (2001-2005)	150
Tabela nº 34: Evolução da renda da PEA (três grupos) no Estado do Acre (1992-2005).....	150
Tabela nº 35: Empresas na Divisão de Comércio no Estado do Acre (1996-2002).....	153
Tabela nº 36: Evolução do número de empresas no Estado do Acre (1996-2003).....	157
Tabela nº 37: Distribuição de recursos do FNO no Estado do Acre (1995-2006).....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 01: Agências, região atendida, municípios, população e distância até a agência.	9
Quadro nº 02: Linhas de Recursos do FNO destinada ao setor Rural - Grande propriedade	44
Quadro nº 03: Descrição das linhas de recursos voltados para o Setor Urbano	45
Quadro nº 04: Descrição das linhas de recursos para a pequena propriedade rural	45
Quadro nº 05: Proposta de distribuição equitativa de recursos FNO no Estado do Acre.	67

LISTA DE FIGURAS

Imagem nº 01: Evolução no Índice de Gini nos estados brasileiros	18
Imagem nº 02: Desmatamentos no Oeste Brasileiro até setembro de 2006.	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº 01: Distribuição dos Recursos FNO para no Estado do Acre (1995-06).....	43
Gráfico nº 02: Percentuais do FNO para o setor rural no Estado do Acre (1995-06)	52
Gráfico nº 03: Médias liberadas pelo FNO por contrato (1995-06) no Estado do Acre.....	67
Gráfico nº 04: Distribuição percentual do FNO urbano no Estado do Acre (1995-06)	73
Gráfico nº 05: Produção de Mandioca no Acre e o FNO no Estado (1990-2004).....	95
Gráfico nº 06: Produtividades de Mandioca (1990-2004).	96
Gráfico nº 07: Produção de Milho no Acre e o FNO (1990-2005).....	98
Gráfico nº 08: Produtividades de Milho (1990-2005).	99
Gráfico nº 09: Produção de Arroz no Acre e o FNO (1990-2005).....	101
Gráfico nº 10: Produtividades de Arroz (1990-2004).....	102
Gráfico nº 11: Produção de Feijão no Acre e o FNO (1990-2005).....	104
Gráfico nº 12: Produtividades de Feijão no Brasil, na Região Norte e no Acre (1990-2005).....	105
Gráfico nº 13: Desmates, número de contratos e valores FNO no Estado do Acre (1995-06).....	107
Gráfico nº 14: Vacas ordenhadas e as liberações do FNO (1990-2004).....	110
Gráfico nº 15: Evolução do rebanho Bovino (1990-2004) e o FNO no Acre	119
Gráfico nº 16: Evolução do FNO e da produção de Açaí (1990-2004)	124
Gráfico nº 17: Evolução do FNO e da Borracha (1990-2004)	126
Gráfico nº 18: Volumes do FNO (1990-2001), da Castanha e Borracha (1990-2001)	127
Gráfico nº 19: Volumes do FNO, de Madeira em tora, Carvão e Lenha (1990-2004)	129
Gráfico nº 20: Evolução das médias mensais de contratações no Estado do Acre (1999-2006)	133
Gráfico nº 21: Evolução das médias anuais de contratações no Estado do Acre (1999-2006).....	134
Gráfico nº 22: Contratações no Estado do Acre e recursos do FNO (1999-2005)	136
Gráfico nº 23: Empregos na Indústria Extrativa Mineral no Estado do Acre (1999-2006).....	138
Gráfico nº 24: Empregos na Indústria de Transformação no Estado do Acre (1999-2006)	139
Gráfico nº 25: Empregos - Serviço Industrial de Utilidade Pública no Estado do Acre (1999-2006)	140
Gráfico nº 26: Empregos na Construção Civil no Estado do Acre (1999-2006)	141
Gráfico nº 27: Empregos no Setor de Comércio no Estado do Acre (1999-2006)	142
Gráfico nº 28: Empregos no Setor de Serviços no Estado do Acre (1999-2006).....	144
Gráfico nº 29: Empregos na Administração Pública no Estado do Acre (1999-2006)	145
Gráfico nº 30: Empregos no Setor Agropecuário no Estado do Acre (1999-2006).....	146
Gráfico nº 31: Comparativo das rendas dos Estados do Acre e Rondônia (1999-2006).....	149
Gráfico nº 32: Empresas do Comércio no Estado do Acre e o FNO (1996-2002)	154

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

APL: Arranjo Produtivo Local.

Art.: Artigo.

BASA: Banco da Amazônia Sociedade Anônima.

BCA: Banco de Crédito da Amazônia.

BCB: Banco de Crédito da Borracha.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados.

CC: Construção Civil.

CF: Constituição Federal de 1988

cf.: conforme

CNAE: Classificação Nacional de Atividades e Emprego.

CNPT: Conselho Nacional dos Povos Tradicionais

CONDEL: Conselho Deliberativo da SUDAM.

CV: Coeficiente de Variação.

Embrapa: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Expofeiras: Programa de apoio aos eventos (Exposição e Feiras) do Banco da Amazônia.

FAO: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FCE: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

FGV: Fundação Getúlio Vargas.

FHC: Fernando Henrique Cardoso.

FIBGE: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

FNE: Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

FNO: Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

FPE: Fundo de Participação dos Estados.

FPM: Fundo de Participação dos Municípios.

GERAC: Gerência Regional do Banco da Amazônia no Acre.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

IDH-M: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal.

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

IPCA: Índice Nacional de Preços ao consumidor.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES (continuação)

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento e Orçamento.

LRF: Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 110).

IPI: Imposto sobre produtos industrializados

IR: Imposto de renda

MPO-SEPRE: Ministério do Planejamento e Orçamento.

p.p: Ponto percentual.

PDA: Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

pH: Potencial de Hidrogênio.

PIB: Produto Interno Bruto.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PO: Pessoal Ocupado.

PPA: Plano Plurianual

RESEX Chico Mendes: Reserva Extrativista Chico Mendes.

SindusCon-SP: Sindicato da Indústria da Construção do Estado de São Paulo.

s/d: Sem data

SENAR: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SM: Salário mínimo

SPSS: Programa de análise estatística da Apache Software Foundation.

SUDAM: Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

SUFRAMA: Superintendência da Zona Franca de Manaus.

t/ha: Toneladas por hectare.

VBP: Valor Bruto da Produção.

ZOFRA: Zona Franca da cidade de Cobija, Departamento de Pando, Norte da Bolívia.

RESUMO

O presente trabalho faz uma avaliação dos investimentos do Fundo Constitucional do Norte – FNO – no Estado do Acre, desde sua implantação, em 1989, até meados de 2006. Foram analisadas todas as 17 linhas de financiamento, tanto em volume de recursos como em número de contratos, com os valores sendo correlacionados estatisticamente com dados da economia e com indicadores sociais do Estado. O fundo apresentou correlação principalmente com a pecuária, sendo o volume de investimentos concentrados na região menos pobre do Acre, com os valores agrupados principalmente nas camadas mais abastadas. Os dados revelam que o FNO atendeu aos interesses da lógica de mercado e não do desenvolvimento, diminuindo as diferenças regionais à custa da ampliação do hiato intra-regional. A mesorregião do Vale do Juruá foi prejudicada na distribuição dos recursos. Além disso, o FNO teve correlação com a ampliação dos desmates via pecuária leiteira (concentrados no Vale do Acre), sem que isso significasse melhorias nos indicadores sociais. O FNO foi o exemplo de como os recursos do povo são usados em favor da classe dominante por intermédio de política de Estado. O fundo não foi capaz de alavancar a economia local, sendo este fato creditado também à política de desenvolvimento, cujo foco no extrativismo não formou um mercado consumidor próprio e nem fomentou uma economia baseada na exportação.

PAIVA, Régis Alfeu, M.Sc., Universidade Federal do Acre, de 2007. **O FNO NO ESTADO DO ACRE: RECURSOS DO POVO, POLÍTICA DE ESTADO, BENEFÍCIOS DA ELITE**. Orientador: Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti.

ABSTRACT

The present work makes an evaluation of the investments of the Constitutional Funds for the North region - FNO - in the State of Acre since its implantation in 1989 to mid-2006. All 17 lines of financing had been analyzed, as much in volume of resources as in amounts of contracts, with the values being statistically correlated to data of the economy and social indicators of the State. The fund only presented correlation to cattle raising, with the volume of investments concentrated in the region less poor of Acre, and the values grouped mainly to the richest layers of that society. The data revealed that FNO took care of the interests of the market logics and not of the development, diminishing the regional differences under a magnified cost of the intra-regional gap. The mesoregion of the Juruá Valley was harmed in the distribution of the resources. Moreover, FNO had correlation to the increasing in deforestation for milk production (concentrated in the Valley of Acre), without a meaning of improvements in the social indicators. FNO was the example how the popular resources are used in favor of the ruling class through a policy of State. The Fund was not capable of gearing the local economy, being this fact also credited the development policy, which the focus on the extractivism was not capable of forming a proper consuming market and nor to foment an economy based on exportation.

PAIVA, Régis Alfeu, M.Sc., University Federal of the Acre, de 2007. **FNO IN THE STATE OF ACRE: POPULAR RESOURCES (FUNDS); POLICY OF STATE; BENEFITS OF THE ELITE.** Orientador: Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti.

“Um político que se decide por um plano de desenvolvimento sem possuir informações suficientes sobre a situação social é pouco mais que um truão, quando não um celerado”
(Umberto Eco, 1977, p. 26).

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento sempre esteve em pauta para a Região Amazônica, sendo implantado inicialmente com a Companhia do Grão Pará (agricultura, fins do Século XVIII), depois com a borracha (começo do Século XX). Mais recentemente, com a Operação Amazônia (anos 60), foi incentivado com a pecuária e a exploração das reservas minerais, sendo esta última forma de ocupação/exploração a responsável pelo quadro atual da socioeconomia local.

A história econômica da Amazônia brasileira é o resultado dos altos e baixos da exploração do ambiente – produtos florestais e animais, efetuada pelos mercados da Europa e dos Estados Unidos. Somente recentemente, os mercados nacionais despertaram para o que a Amazônia oferece. De forma geral, a região sempre foi tratada como sendo um grande depósito de riquezas sejam minerais ou, mais recentemente, faunoflorísticas, sendo utilizada como um grande Empório de onde se extraíam (e extraem) os produtos, à medida que estes passavam a ter valor de mercado, relegando-se ao segundo plano a população local.

Com o aumento da preocupação com o ambiente e o avanço da degradação, o desenvolvimento local passou a ter relevância, em que atores como o Banco da Amazônia e a aplicação de recursos voltados para o fortalecimento socioeconômico local ganharam importância. O Banco da Amazônia, desde sua criação durante o segundo ciclo da borracha (Segunda Guerra Mundial), esteve ligado ao crescimento da economia local, participando ativamente das ações federais na região. Estas se ampliaram sobremaneira a partir dos anos 60, sobretudo com a regulamentação do Fundo Constitucional do Norte (FNO) a partir de 1989.

Este fundo foi criado para reduzir desigualdades regionais com cotas-parte de dois impostos federais. Mas a análise dos dados coletados revela não ter sido atingido os objetivos propostos. Como toda política de Estado, o FNO necessita de avaliações e estudos constantes, que ainda são poucos se considerada a importância destes recursos para a região. Assim sendo, avaliar alguns dos resultados destes anos de investimento na evolução da socioeconomia acreana serve para identificar alguns dos efeitos já obtidos.

Porém, a dificuldade está no fato de que o desenvolvimento para a Amazônia, ao longo do tempo, tem sido baseado apenas no crescimento econômico pela extração de matérias primas, cujos resultados são apropriados alhures. No contexto regional, os indicadores sociais têm tanta relevância quanto o crescimento da renda. A questão passa então, primeiramente, pela compreensão do somatório desses itens, e que este todo é envolvido e composto pelo ambiente.

Assim, dados como o Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Insegurança Alimentar, em que pesem suas limitações, são fundamentais para uma correta avaliação do processo de desenvolvimento da região.

Isso não implica em desconsiderar o crescimento da economia, até devido ao fato de que não há divisão de renda sem a sua geração. Isso implica em considerar como relevantes os índices econômicos, como o Produto Interno Bruto e renda per capita, e sem desconsiderar os aspectos sociais. Este é o grande dilema do desenvolvimento regional: como coadunar o aumento da riqueza geral e melhoria das condições de vida da população, sem degradar o ambiente.

Desde o ano de 1988, quando da promulgação da Constituição Federal conhecida como 'Cidadã', as regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte passaram a ter um instrumento de fomento para o desenvolvimento, que são os Fundos Constitucionais (FNO, FCE, FNE), pois com raras exceções (Manaus, pela Zona Franca, Brasília, pelo funcionalismo público, p.ex.), estas regiões apresentam elevados indicadores de pobreza em relação ao desenvolvimento do restante do país.

Nesse contexto, a partir da forma como o Estado tem tratado o desenvolvimento local, assume relevância saber qual o nível de contribuição do FNO no desenvolvimento, neste caso considerado como o aumento generalizado da liberdade de escolha a partir de uma renda mínima com o diacronismo para com as gerações futuras. Entender o fundo e a sua contribuição para com a economia do Acre pode ajudar a apontar caminhos na direção da melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Porém, mesmo com a regulamentação legal destes, ocorrida cerca de um ano após a Constituição, muito pouco se fez. Não por falta de demanda por recursos, mas sim pelo fato do país viver um processo inflacionário. Com isso, os bancos tinham mais interesse em manter os recursos aplicados no mercado de capitais e muito pouco era canalizado para o setor produtivo. Além disso, no caso dos bancos oficiais, estes compravam títulos governamentais alimentando o sistema.

Com a estabilização da moeda e a redução da lucratividade do mercado, em 1994 (Plano Real), os bancos estatais (Banco da Amazônia/FNO; Brasil/FCE; Banco do Nordeste/FNE) se voltaram para o público alvo dos fundos constitucionais. A partir daí, ocorrem mudanças na legislação e os financiamentos começam a aparecer em quantidades consideráveis.

Assim, sendo o FNO um fundo destinado ao desenvolvimento regional, este trabalho busca verificar os efeitos dessas quase duas décadas de investimentos. Ou seja, é preciso checar se o fundo e seu gestor estão cumprindo com seus objetivos.

Contudo, a execução da pesquisa enfrentou problemas, dentre os quais o impedimento do acesso direto aos contratos por conta do sigilo bancário¹. Os dados liberados pelo Banco da Amazônia para esta análise cobrem somente as linhas de financiamento, seus volumes anuais e o número de contratos firmados. Mesmo sendo genéricos, os dados permitem uma análise com vistas à distribuição por setor (rural, urbano) e por região atendida pelas agências bancárias.

Entretanto, para se verificar a existência de impacto (positivo ou não) analisou-se a economia do Estado, sobretudo nas produções agrícola, extrativa, evolução dos rebanhos e número de empresas. Porém, o crescimento destes não implica necessariamente em desenvolvimento. Por isso, optou-se também em proceder a uma análise dos dados econômicos com os indicadores sociais, tais como emprego formal e renda. Dessa forma, realizou-se uma pequena análise na evolução da socioeconomia local e, a partir disso, fez-se a correlação para com as 17 linhas de financiamento, o que possibilitou uma melhor compreensão dos resultados dos investimentos do FNO.

As fontes de pesquisa foram a Superintendência do Banco da Amazônia no Estado do Acre (dados dos financiamentos), Fundação Getúlio Vargas (renda), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (produção agrícola, pecuária, extrativa, número de empresas), Ministério do Trabalho - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (TEM-Caged: emprego formal).

Os testes estatísticos foram executados com o programa SPSS, versão 13.0 para Windows. Os dados foram trabalhados e ajustados (quando necessário) em planilha Microsoft Excel e depois transferidos para o programa estatístico. Foram realizados dois tipos de testes bivariados:

a) Teste Paramétrico: Pearson Correlation

b) Testes Não-Paramétricos: Kendall's tau_b e Spearman rho

As correlações foram consideradas significativas nos níveis de 1% e 5%². De forma geral, se utilizou como mais expressivos apenas os resultados com repetição em outro teste, principalmente no tocante aos resultados envolvendo os volumes financeiros (séries

¹ Um dos requisitos após a liberação dos financiamentos FNO por parte do Banco da Amazônia é a fixação de uma placa no local onde serão aplicados os recursos, identificando o beneficiário. A placa traz ainda a logomarca do Governo Federal, como pode ser visto nas fotos do Anexo nº 08. Mas mesmo assim o banco negou-se a fornecer o acesso aos contratos.

² *Correlation is significant at the 0,01 and 0,05 level / 2-tailed.*

menores a partir de 1995). A correção dos valores a partir do ano de 1995 foi feita pelo IPCA, até maio de 2006. No caso do uso do número de contratos, este apresenta, quando é o caso, séries mais consistentes a partir de 1989.

Para entender como os recursos do povo brasileiro estão sendo disponibilizados aquém de seu custo de mercado, buscou-se analisar os reflexos da aplicação destes valores na economia estadual e sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, analisou-se os resultados e se os recursos atingiram seus objetivos quanto a alavancar o crescimento econômico e social, principalmente dentro dos conceitos do desenvolvimento regional.

A pesquisa foi executada pela necessidade de se avaliar os instrumentos de alavancagem, buscando-se apontar rumos e correções para possíveis distorções. Além disso, teve por finalidade levar ao conhecimento de todos uma parte da real contribuição desta modalidade de financiamentos e, ainda, quais os destinos dados aos recursos.

De forma sintética, partiu-se da seguinte questão básica: O FNO, por intermédio do Banco da Amazônia, atingiu seus objetivos como agente do desenvolvimento regional?

Assim, neste estudo, parte-se da hipótese de que o desenvolvimento regional não ocorre apenas com a existência de recursos baratos, mas depende de todo um planejamento macro regional e da interligação dos objetivos do fundo com os outros partícipes. Ou seja, o FNO não atingiu seus objetivos, não tendo tido a real importância no contexto regional. A partir dessas questões, foi formulada a hipótese de trabalho:

- a) O Banco da Amazônia busca contribuir para o desenvolvimento regional, mas somente a liberação de recursos não é o suficiente para o desenvolvimento, não tendo os financiamentos distribuição equânime e concentrado a renda.

Metodologicamente, o trabalho utilizou a revisão bibliográfica para identificar a instituição, o Estado quanto agente de desenvolvimento, o FNO, a importância amazônica e a questão ambiental, o crédito e os financiamentos e alguns dos setores relevantes, com destaque para o setor agrário (familiar e patronal). Os dados dos volumes financiados foram tabulados por linha e por setor (Rural e não rural, produtivo e dependente) e comparados com os resultados na economia local e analisados à luz da bibliografia.

O trabalho é dividido em cinco capítulos, com cada uma das partes subdividida em sub-capítulos (cada qual com suas conclusões parciais), de forma a facilitar o entendimento de cada assunto:

- a) Capítulo I (Revisão Bibliográfica): fundamentação das linhas de raciocínio e verificação dos trabalhos já desenvolvidos, abordando questões como o Banco da Amazônia, FNO e sua gênese; Objetivos do FNO; Vantagens do FNO; Problemas; O Fundo e seu gestor no Acre; Estado e Desenvolvimento; A importância Amazônica e a questão ambiental; Agricultura Familiar e geral; Pecuária.
- b) Capítulo II (Análise dos Dados: Distribuição dos Recursos – “É o FNO um instrumento de desenvolvimento regional ou apenas mais um instrumento em favor da classe dominante?”): Análise dos resultados coletados e seu cruzamento com os dados de alguns setores. Neste caso, busca-se identificar os pontos positivos e negativos da distribuição, principalmente geográfica, dos recursos. Os subtítulos são: Análise da Distribuição dos recursos do FNO no Acre na grande propriedade rural, no setor urbano e na pequena propriedade.
- c) Capítulo III (Análise dos Dados: Setor Produtivo Rural Acreano - “Pouca expressão e incapaz de influenciar o cenário nacional”): É feita uma análise das correlações - estatística inclusive - dos financiamentos para com as produções. Os subtítulos são: Culturas anuais; Pecuária leiteira; Pecuária de Corte; Extração Vegetal;
- d) Capítulo IV (Análise dos Dados: Emprego, renda e empresas - “O atendimento aos interesses do funcionalismo público considerou apenas a lógica cruel dos mercados”): Continuação da análise, na qual são feitas as correlações do fundo com o Emprego Formal; Evolução da renda per capita do Estado do Acre; Setor empresarial. Aqui os itens são analisados de forma similar ao capítulo anterior.
- e) Parte V: Considerações Finais (sistematização das conclusões e das sugestões).

Espera-se, com os dados aqui estudados, que os *policy makers* locais possam atentar para a importância dessa modalidade de recursos e a partir dela construir um Acre melhor, em que todos os indicadores sejam levados a seus melhores níveis.

Capítulo I
(Revisão da Literatura)

“Os Fundos Constitucionais de Financiamento visam corrigir
desequilíbrios regionais, garantindo às regiões mais pobres recursos para o
crescimento e melhoria das condições sociais.”
(OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d)

1.1 O BANCO DA AMAZÔNIA

O Banco da Amazônia é uma instituição subordinada ao Ministério da Fazenda e a SUDAM/Ministério da Integração Regional. Com a criação do Banco da Amazônia (transformado do antigo Banco de Crédito da Amazônia), da SUDAM e da SUFRAMA, o governo federal passou a desempenhar papel realmente importante no desenvolvimento regional (GOMES; VERGOLINO, 1997).

A evolução histórica do Banco da Amazônia pode ser dividida em três fases distintas:

- a) A primeira diz respeito ao Banco de Crédito da Borracha (BCB), instituído em 1942, para prestar assistência financeira à produção de borracha e à infra-estrutura econômica e social.
- b) A segunda fase é do Banco de Crédito da Amazônia (BCA - liberdade para realizar operações relacionadas com as atividades econômicas em geral).
- c) A terceira fase é do Banco da Amazônia (BASA - ação do BCA mais a função de agente do governo federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal). (VASCONCELOS, 1997).

O Banco da Amazônia, já por 57 anos, participa como ator do centro do processo de desenvolvimento da Amazônia³. Nessa nova fase, o Banco assumiu a condição de indutor do desenvolvimento regional⁴, atuando como agente financeiro de programas de crédito, estimulando a implantação e modernização agrícola, pecuária e industrial. Quanto à importância da instituição no contexto regional, foi o responsável por 82% dos recursos de financiamentos de longo prazo e por 52% de todo o crédito regional, tendo aplicado US\$ 3,5 bilhões na região, nos 12 anos pré-2004 (GRAÇA, 2004). Até 2006, foram aplicados aproximadamente R\$ 8 bilhões, gerando cerca de 1,4 mil empregos⁵, o que significa dizer que para cada vaga gerada pelo banco foram necessários R\$ 5,7 milhões. Sant'Anna (1998), já havia identificado tendência de altos valores de investimento para a geração de empregos na região.

O papel do Banco da Amazônia em financiar o capital no Acre inicia primeiro com o repasse de recursos para os falidos seringais. De fato, nos anos 70, estes estão, em uma grande

³ Revista Amazônia: Ciência e Desenvolvimento Belém, v.1, n.1, jul/dez. 2005 ISSN 1809-4058.

⁴ Região geoeconômica formada pelas unidades federativas da Amazônia clássica (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) e frações dos estados do Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.

⁵ Mâncio Lima Cordeiro. Presidente do Banco da Amazônia. Palestra proferida na capital acreana em 23 de março de 2006. Informação Pessoal.

parte, endividados e sem ter como honrar os compromissos (JORNAL O RIO BRANCO, 1974). Em uma breve análise deste quadro, Paula (2005) afirma que no Acre não foi diferente dos outros Estados da Amazônia, com o direcionamento das verbas públicas sendo canalizado para grandes grupos de capitais privados, afirmando que os incentivos fiscais teriam sido dirigidos principalmente para os grandes empreendimentos agropecuários.

Analisando em termos de sociologia política, Von Mettenheim (2006), questiona se os bancos federais podem canalizar capital, crédito e políticas sociais para os estados mais atrasados do país, ou se atuarão principalmente como agentes de distribuição de benefícios para as classes médias ou grandes empresas mediante a máquina política.

1.2 O BANCO NO ACRE

No Acre, são nove agências do banco, sendo a microrregião do Baixo Acre (compreende a capital) a melhor atendida, se não pela quantidade de agências, pelas condições de deslocamento (infra-estrutura viária), mesmo sendo apenas duas para atender seis cidades e a maior parte da população (56,7% do total do Estado). É nesta microrregião⁶ onde está a cidade mais distante por via rodoviária da agência de atendimento (Acrelândia, 105 km), conforme pode ser visto no Quadro nº 01.

A segunda microrregião (em quantidade de habitantes) é a regional do Alto Juruá, onde se concentra pouco mais de 18% dos habitantes do Estado. Nesta, a situação de infra-estrutura é crítica, pois apenas quatro municípios são servidos por rodovias (Cruzeiro do Sul e Mâncio Lima; Feijó e Tarauacá). Com isso os pequenos produtores dependem de viagens por intermédio de pequenas embarcações. Uma agência atende a toda a microrregião de Cruzeiro do Sul. As demais regiões se distribuem de forma mais ou menos igual em termos de população percentual.

Cabe destacar apenas a agência na pequena Xapuri, a qual atende um contingente de pouco mais de 2% e dista 44 km de Brasiléia. Na lógica econômica e do mercado, não há razão para a existência de uma agência nesta cidade. O mesmo se dá para as duas agências em Feijó e Tarauacá, e por via asfaltada. Mas essa descentralização e ampliação da área de cobertura é

⁶ Como forma meramente didática, a distribuição das agências e a regionalização utilizada neste trabalho é a definida pela área de atuação da agência, o que, às vezes, é similar à utilizada pelo Governo do Estado (Anexo nº 09, Imagem nº 01), conforme Sebrae (2000) e Acre (2005). A viabilidade ou aplicabilidade dos conceitos de microrregião na subdivisão do Estado não é o objeto deste estudo, embora deva ser estudada posteriormente.

desejável para o desenvolvimento regional, devido à ampliação da área de cobertura. Há pois diferença entre as duas lógicas, como se verá mais à frente.

Quadro nº 01: Agências, região atendida, municípios, população e distância até a agência.

Cidade/Agência	Região atendida*	Municípios Abrangidos	População (Total)	População (%)	Distância a agência (km)
Brasília	Alto Acre	Assis Brasil, Brasília e, Epitaciolândia.	34 612	5,49	110; 0; 0.
Cruzeiro do Sul ¹	Alto Juruá	Cruzeiro do Sul, Mâncio Lima, Porto Walter ² e, Thaumaturgo ² e, Rodrigues Alves	113 629	18,03	0; 34;
Feijó	Tarauacá/ Envira	Feijó	35 713	5,67	0
Rio Branco	Baixo Acre	Acrelândia, Bujari, Capixaba, Plácido de Castro, Porto Acre, Senador Guiomard e, Rio Branco ³	357 462	56,71	105; 22; 62; 95; 78; 0
Sena Madureira	Alto Purus	Manoel Urbano, Santa Rosa do Purus ² e, Sena Madureira	41 636	6,61	0; 70;
Tarauacá	Tarauacá/ Envira	Jordão ² e, Tarauacá	34 054	5,40	0
Xapuri	Alto Acre	Xapuri e, parte de Capixaba	13 222	2,10	0

Fonte: IBGE apud Acre em Números 2005 (adaptado) e BASA/GERAC

* Conforme definição utilizada por Sebrae (2000) e também utilizada em O Acre em Números (2005)

¹ Atende ainda alguns lugares do Amazonas.

² Municípios não atendidos por malha rodoviária. Acesso somente fluvial e aéreo.

³ Única cidade com duas agências

A distribuição das agências é similar ao apontado por Jayme Jr.; Crocco (2005), pois estes revelaram haver no país uma forte desigualdade regional financeira, sendo isso um reflexo de sua desigualdade econômica *latu sensu*. Para eles, além de haver concentração de agências bancárias nas regiões mais desenvolvidas, existe maior participação relativa destas regiões no volume de depósitos e créditos. O volume de renda monetária e sua distribuição espacial e pessoal explicam a distribuição das agências bancárias no Brasil. Além disso, a concentração financeira é maior em áreas economicamente mais fortes e que quanto maior o dinamismo econômico e a produtividade, maior a retenção de depósitos e menor a preferência pela liquidez (SICSÚ; CROCCO, 2003, CASTRO 2002, ambos apud ALEXANDRE et al. 2006). Alexandre et al. (2006) concluem então que a atividade financeira se concentra em alguns pólos e que há correlação entre desenvolvimento econômico e financeiro. Estes dados podem ser aplicados à região do entorno da capital acreana.

Em termos de investimentos no Acre, o Banco da Amazônia⁷ vem priorizando os financiamentos que viabilizem o desenvolvimento em âmbito local. Nesta linha de ação, o Encontro Estadual de Planejamento para o Desenvolvimento Regional, ocorrido no Estado nos dias 11 e 12/08/05, apontou como prioritários para 2006 os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de indústria florestal integrada, piscicultura e ecoturismo. A partir destes, foi construída uma

⁷ Banco da Amazônia. Desenvolve Amazônia: Plano de Aplicação dos Recursos para 2006 - Estado do Acre.

matriz de desenvolvimento local que possibilitou a identificação, para cada um desses APL prioritários, dos produtos potenciais para a formatação de projetos, respectivos espaços geográficos e agentes institucionais envolvidos na estruturação e viabilização desses APL. Mas, como se verá nas análises das linhas de crédito, não houve liberações para estes setores.

1.3 O FNO

A gênese do FNO está na Constituição Federal (CF) de 1988, Art. 159, *caput*, I, 'c', e § 1º. Este artigo foi regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989 (alterado pela Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995), onde foram criados os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte (FNO⁸), do Nordeste (FNE) e do Centro-Oeste (FCO). Estes fundos asseguram às regiões fontes estáveis de recursos, a médio e longo prazos, para serem aplicados em programas de financiamento aos setores produtivos (agropecuário, agroindustrial e industrial), tendo como função precípua reduzir desigualdades regionais com financiamento de regiões menos desenvolvidas e, para isso, teriam recursos garantidos com a cota-parte de dois impostos importantes, que são aplicados por meio de suas instituições financeiras de caráter regional⁹ (GASQUES; VILLA VERDE, 1995; CARVALHO, 2002; FERREIRA; MENDES, 2003; JAYME JR.; CROCCO, 2005; OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d).

Os recursos dos fundos são repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Ministério da Integração Nacional, que os transfere aos bancos regionais (Banco da Amazônia na Amazônia, p.ex) que possuem as competências de administração e operacionalização. Estes fundos visam corrigir desequilíbrios regionais, garantindo às regiões mais pobres recursos para o crescimento e melhorias sociais. A missão dos Fundos Constitucionais, as diretrizes e metas estabelecidas para o desenvolvimento das Regiões beneficiárias e os programas de financiamento buscam maior eficácia na aplicação dos recursos (OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d).

1.4 OBJETIVOS DO FNO

O objetivo principal do FNO é contribuir para o desenvolvimento econômico da região norte, compatível com o Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA). A área de

⁸ Cabe ao FNO 0,6% da arrecadação do total do IPI e do IR.

⁹ Destaca-se, nesse caso particular, o Banco da Amazônia, instituição, responsável pela aplicação do FNO.

aplicação dos recursos era definida na reunião anual do Conselho Deliberativo (Condel) da Sudam, com ajustes às políticas nacional e regional (CARVALHO, 2002).

A intenção era aumentar a produtividade dos empreendimentos, gerar novos postos de trabalho, elevar a arrecadação tributária e melhorar a distribuição de renda. O FNO tem viabilizado um substancial fluxo de recursos para o fomento às atividades produtivas dos setores rural e industrial. A finalidade dos Fundos é financiar o investimento produtivo nas regiões menos desenvolvidas. (VASCONCELOS, 1997; DIEESE, 1999; OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d).

Respeitadas as disposições dos planos regionais de desenvolvimento, na formulação dos programas de financiamento, devem ser observados alguns critérios, dentre eles:

- a) o financiamento é concedido exclusivamente aos setores produtivos das regiões beneficiadas;
- b) será dado atendimento preferencial às atividades produtivas de mini e pequenos produtores rurais e de micro e pequenas empresas, às atividades que utilizem intensivamente matérias primas e mão-de-obra locais e à produção de alimentos básicos à população;
- c) a ação deve estar integrada às instituições federais sediadas nas regiões;
- d) o empreendimento precisa levar em conta a preservação do ambiente. Será dado apoio à criação de novos centros, atividades e pólos de desenvolvimento que possam reduzir as diferenças econômicas e sociais entre as regiões. (OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d.).

O FNO é a principal fonte de recursos financeiros estáveis para crédito de fomento, dirigido para atender às atividades produtivas de baixo impacto ambiental, cuja macrodiretriz é o desenvolvimento sustentável da Região Norte. Ele deve ser aplicado através de programas elaborados anualmente de acordo com a realidade ambiental, social e econômica da Região, em parceria com os representantes das instituições públicas e dos diversos segmentos da sociedade, em consonância com o Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA) 1996/99 e com as prioridades espaciais e setoriais definidas pelas Unidades Federadas da Região Norte¹⁰.

No tocante às estratégias do FNO, estas buscam combater a pobreza, consolidar a democracia e assegurar os direitos humanos, promover o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades regionais. O objetivo do FNO é fixar o homem no campo, incrementar a

¹⁰<http://www.bancoamazonia.com.br/fno.htm>.

produtividade dos diversos segmentos da economia regional, ampliar a capacidade de produção, gerar renda e emprego, e melhorar as condições de vida da população e tem características que o tornam uma inovação institucional capaz de financiar propósitos modernos de desenvolvimento. É ainda considerado um instrumento de política econômica alternativo para os pequenos e miniprodutores rurais¹¹, bem como para as pequenas e microempresas industriais (VASCONCELOS, 1997; SANTANA, 2002; COSTA 2005).

Em se tratando de descentralização dos recursos, os Fundos Constitucionais de Desenvolvimento Regional têm papel de destaque e sem os recursos do Estado para financiar os investimentos, as regiões periféricas ficam à mercê da cruel lógica dos mercados (CARVALHO, 2002; JAYME JR.; CROCCO, 2005). Entre os princípios e diretrizes na operacionalização dos programas de financiamento do FNO, está o apoio à criação de novos centros, atividades e pólos dinâmicos, notadamente em áreas interioranas, que estimulem a redução das disparidades intra-regionais de renda.

Gasques; Villa Verde (1995) consideram que a Constituição de 1988 criou uma nova fonte de recursos para a agricultura, constituída de parte dos recursos dos fundos constitucionais. No Brasil, os fundos públicos de investimento foram criados a partir de fontes fiscais ou para fiscais para financiar projetos preservativos do pacto federativo, havendo ainda autores que creditam a criação dos Fundos como a forma do Governo Federal reduzir os desequilíbrios inter e intra-regionais entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e as regiões Sul e Sudeste do Brasil. (CARVALHO, 2002; FERREIRA; MENDES, 2003).

As operações com os recursos do FNO se iniciaram em 1989, estando nos pequenos financiamentos para a agricultura familiar a maior inadimplência, as quais servem mais como distribuição de renda do que crédito¹² propriamente dito¹³. Carvalho (2002) também identificou alta inadimplência no FNO.

¹¹ Vasconcelos (1997) relata que para estas categorias é difícil o acesso ao sistema de crédito convencional e aos incentivos fiscais, ressaltando que a lei do fundo confere a eles tratamento preferencial, assegurando-lhes recursos de médio e longo prazos.

¹² Crédito pode ser definido como sendo ato de vontade, ou disposição de alguém de destacar ou ceder, temporariamente parte de seu patrimônio a um terceiro, com a expectativa de que esta parcela volte à sua posse integralmente, após decorrer o tempo estipulado. Por sua vez, o termo crédito procura estabelecer uma relação de confiança entre as partes quando se faz uma operação qualquer. Já o risco de crédito é consequência da transação entre o doador (*sic*) e o tomador sendo que o ato de emprestar traz em si a probabilidade do não recebimento. (SCHRICKEL, 1997; SECURATO; 2000; FIGUEIREDO; 2001, todos *apud* STUCHI, 2003).

¹³ Mâncio Lima Cordeiro. Presidente do Banco da Amazônia. Palestra proferida na capital acreana em 23 de março de 2006. Informação Pessoal.

Para Stuchi (2003), o crédito rural tem sido um elemento de extrema importância para o financiamento da produção agrícola do país, seja na forma de custeio, comercialização, investimento ou aquisição de máquinas e equipamentos, proporcionando ao produtor ou empresa rural a obtenção de recursos necessários para que seus produtos possam ser produzidos. Mas Ferreira; Mendes (2003) e Costa (2005) concluíram que o FNO funcionou mais como minimizador das tensões sociais no meio rural paraense do que propriamente indutor do desenvolvimento agrícola, pois somente crédito aos agricultores não é suficiente para alavancar o desenvolvimento, faltando ainda, segundo Costa (2005), a promoção de inovações tecnológicas e institucionais. Para este autor, uma das maiores contribuições, em termos de ocupação de mão-de-obra, foram os 76% dos recursos destinados aos mini e pequenos produtores familiares¹⁴.

Por sua vez, Ferreira (2005) considerou os investimentos do FNO como um relevante instrumento de política pública para reduzir as desigualdades econômicas e sociais na Amazônia, carente de recursos privados para alavancar o seu desenvolvimento. Ferreira; Mendes (2003), analisando 10 anos de aplicação do FNO no Pará, concluíram que os recursos do FNO são extremamente necessários para investimentos nos setores produtivos da região. Seguindo este raciocínio, estes autores consideraram ter o FNO representado a resposta política às reivindicações de milhares de produtores rurais excluídos do processo de desenvolvimento regional.

Já para Vasconcelos (1997) o FNO era um instrumento de política econômica alternativo para os pequenos e miniprodutores rurais, bem como para as pequenas e microempresas industriais, em face do difícil acesso ao sistema de crédito convencional e aos recursos dos incentivos fiscais por parte destes importantes segmentos produtivos da economia regional (a lei do fundo confere-lhes tratamento preferencial, assegurando-lhes recursos de médio e longo prazos).

1.5 PROBLEMAS DO FNO E NO CRÉDITO

Os Fundos Constitucionais são essencialmente direcionados pela demanda, ou seja, pelas atividades econômicas locais que atendem aos requisitos do banco. É provável que, na área de abrangência do FNO, só as atividades mais bem desenvolvidas, em locais com melhor acesso à infra-estrutura bancária e de informação, se candidatem a esses recursos. Não há, do ponto de

¹⁴Sobre a importância da agricultura familiar ver item sobre agricultura.

vista do planejamento regional, nenhuma diretriz de alocação setorial ou regional. Assim, estando os financiamentos direcionados apenas pelas forças de mercado, é pouco provável que atividades de setores ou áreas menos desenvolvidas sejam atendidas, com impacto tendendo a se concentrar em municípios mais ricos. Então é necessária uma política de planejamento regional dos Fundos, de forma a superar/atenuar problemas de falhas de coordenação, o que leva ao desenvolvimento desigual (OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d).

Com relação à importância do FNO, dado o reduzido estoque de riqueza das regiões menos desenvolvidas, de uma população pobre e um mercado imperfeito de crédito, reforçado, inclusive, pela desigualdade social, torna-se bastante difícil conseguir gerar *spillovers* de demanda a partir destes financiamentos, sendo necessária uma redefinição da regulamentação dos fundos, bem como do planejamento regional em criar diretrizes de alocação setorial ou regional dos recursos para atingir os municípios mais pobres e conseguir resultados mais eficientes. Os financiamentos desta modalidade não apresentaram relação significativa com o crescimento econômico dos municípios onde estão inseridos e que a política de desenvolvimento regional, utilizando o FCO e FNO, pode não ter sido um componente importante para impulsionar o crescimento dos municípios menos desenvolvidos das regiões Norte e Centro-Oeste (OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d.).

Assim, a concentração dos recursos sem estratégia de desenvolvimento não fará evoluir de uma economia extrativa artesanal para uma economia de cultivo tecnológica agroindustrial (CARVALHO, 2002). Santana (2002) considera ter o FNO um alcance limitado para impulsionar o desenvolvimento econômico generalizado no aspecto da distribuição dos resultados, de modo a tornar perceptíveis os efeitos multiplicadores. A razão apontada por ele é uma demanda maior de recursos para a formação de aglomerados industriais, logo, o FNO não é suficiente para alavancar a exportação industrial no grau necessário e que até 2002 a contribuição do FNO não foi significativa.

O acesso aos serviços financeiros é fundamental para o desenvolvimento rural, pois permite um melhor manejo da liquidez e do risco, aumenta as possibilidades de investimentos, ampliando as condições para a formação de um mercado financeiro formal. Por outro lado, a falta de acesso ao crédito formal e aos serviços integrais de intermediação financeira impede o crescimento da produção agrícola, dificulta a formação de novas empresas e a expansão e modernização das existentes, além de dificultar as iniciativas destinadas a reduzir a pobreza rural. Como o crédito pode encorajar o empreendedorismo da

população de baixa renda, o seu acesso também pode dar condições para que estas pessoas possam adquirir fatores de produção para serem utilizados no auto-emprego e no auto-sustento (GUERRERO et al. 1999; KLEIN et al. 2001; TONETO; GREMAUD, 2000; WENNER, 2002 todos apud BITTENCOURT, 2003). Mas este autor alerta para o fato de que somente recursos sem oportunidade local não resolvem o problema do desenvolvimento.

O problema do crédito subsidiado é que ele procura resolver as conseqüências do mercado imperfeito do crédito rural, pouco fazendo para solucionar as causas (BESLEY, 1994; WENNER, 2001 ambos apud BITTENCOURT, 2003). Analisando os problemas de acesso ao crédito, Bittencourt (2003) afirma que se reforça a tese de que operar serviços financeiros com agricultores pobres é difícil devido à falta de garantias. Ele relata que com isso se gasta muito tempo para atender um grande número de pequenos agricultores (normalmente desorganizados), além do baixo volume de sua poupança e de seus empréstimos¹⁵. Por sua vez, Jayme Jr.; Crocco (2005) afirmam que os bancos públicos de investimento, engessados pelos limites impostos ao aumento de crédito pelo Banco Central, não têm conseguido cumprir seu papel de fomentadores do desenvolvimento regional.

As bases para uma política de financiamento do desenvolvimento regional encontram nos Fundos um papel central. Seus resultados, no entanto, dependem da recuperação da capacidade de planejamento do Estado e da coordenação entre o governo federal, bancos públicos e privados, estados e municípios. O caráter assimétrico e conflituoso do federalismo no Brasil, e as limitações impostas pela LRF, impõem a necessidade de maior clareza e eficiência na forma de articular este planejamento. O papel do crédito no financiamento do desenvolvimento regional é fundamental. Desta forma, é importante analisar o papel do crédito e da concentração financeira como o corolário dos desequilíbrios regionais no Brasil (JAYME JR.; CROCCO, 2005).

Embora o crédito agrícola seja relevante nas políticas públicas para agricultura familiar, a promoção do desenvolvimento rural requer a mudança do modelo tradicional de financiamento. É preciso então reforçar as instituições de finanças rurais que atuam em âmbito local e que agregam ao crédito um conjunto de serviços essenciais para a construção de capital

¹⁵Gullo (2001) considera que os argumentos justificadores da concessão de financiamentos rurais subsidiados seriam a baixa rentabilidade do setor que o impediria de pagar taxas de juros de mercado. Para a autora, o crédito rural subsidiado, por caracterizar-se como uma transferência de recursos para o setor, faria com que, *ceteris paribus*, a rentabilidade aumentasse consideravelmente.

social¹⁶, e a superação dos obstáculos que travam o desenvolvimento e a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados (BITTENCOURT, 2003).

Entretanto o FNO pode estar contribuindo para a redução das desigualdades regionais à custa do aumento das desigualdades intra-regionais e as liberações do fundo não se direcionam prioritariamente para os estados mais pobres. As liberações do FNO por Estado não têm guardado nenhuma relação clara seja com o PIB *per capita*, seja com o IDH. Isso significa que as liberações devem ser fortemente influenciadas pela demanda, e não pelo objetivo principal (redução das desigualdades regionais)¹⁷. Especificamente no caso do Acre, um dos estados mais pobres da Região Norte, está um dos menores saldos de empréstimo *per capita* (a aplicação não leva em conta a pobreza). Os fundos constitucionais de financiamento terminam por reforçar a tendência de concentração dos investimentos privados nas áreas mais dinâmicas de cada região. Assim, existe espaço para melhorar a alocação geográfica dos fundos constitucionais de financiamento (ALMEIDA et al. 2006).

Azzoni (2002) afirma ainda que haver no país um descompasso com a necessidade de política regional. O descompasso entre as ações concentradoras dos investimentos e a necessidade da população pode comprometer a eficiência produtiva nacional. Segundo este autor existe duas maneiras de caracterizar um problema regional: desigualdade e concentração. Ele alerta para o fato da excessiva concentração de pessoas levar a deseconomias de aglomeração¹⁸ e

¹⁶Segundo Baquero (2003), citando diversos autores, o capital social pode ser o *empowerment* da cidadania, o pluralismo e a democratização. Em uma dimensão mais conservadora, localiza-se em um compromisso com estruturas familiares tradicionais e em uma ordem moral coletiva fundada em valores tradicionais. As definições mais conhecidas são aquelas que vinculam o capital social à confiança nas relações sociais, como engajamento cívico via participação em associações voluntárias, como uma fábrica social que cria o desejo de cooperar no desenvolvimento de capital físico como uma variável na geração de capital humano entre gerações e como um aspecto da estrutura social que facilita determinadas formas de ação e cooperação.

Para Albagli; Maciel (2002), baseadas em Putnam (1993), capital social são os traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns”. Albagli; Maciel (2002) afirmam ainda que dois pressupostos estão implícitos nesta conceituação: redes ("redes de engajamento cívico") e normas estão empiricamente associadas e têm conseqüências econômicas importantes para a comunidade, supondo portanto um papel instrumental para o capital social. A confiança lubrificaria a vida social e sociedades com altos graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. A confiança é por sua vez alcançada quando há um conhecimento mútuo entre os membros de uma comunidade e uma forte tradição de ação comunitária.

¹⁷ Almeida *et al* (2006) verificaram que historicamente a maior parte dos empréstimos do FNO não foi alocada para municípios de menor IDH-M, sugerindo que as liberações de recursos responderam à demanda por financiamento nos municípios com dinamismo econômico e que os empréstimos parecem responder mais à demanda que ao objetivo de redução das desigualdades intra-regional.

¹⁸ Deseconomias de Aglomeração: aumento de preços de terrenos e aluguéis, do custo do controle ambiental e do aumento dos salários, entre outros fatores, segundo Santos (1998); Alves & Martins (2001); Holanda *et al.* (2004); Matias (2005); Matos (sd). Em deseconomias de aglomeração o aumento dos custos se dá quase na mesma

ao comprometimento das atividades econômicas. Na mesma linha de raciocínio, o autor afirma ainda que o desejável, em termos de planejamento, é induzir o crescimento em áreas menos favorecidas de forma a nivelar as rendas entre as regiões díspares.

Do pensamento de Azzoni (2002), depreende-se estar o desenvolvimento atrelado às questões sociais, pois a potencialização dos problemas da miséria (violência¹⁹ e endemias) agem como drenos dos recursos e com o tempo afastam os possíveis investidores. Com isso, o planejamento em busca do desenvolvimento equitativo deve procurar formas de distribuição para as áreas sem os atrativos naturais (dentro destes está o mercado consumidor), de forma a promover a distribuição da renda.

Azzoni (2002), afirma ainda que deixar o crescimento nas ‘mãos do mercado’ tende a levar ao aumento das desigualdades regionais. O pensamento dele pode ser traduzido no fato das regiões mais ricas servirem como atrativo natural seja por melhor infra-estrutura ou por mercado maior. Analisando a questão do desenvolvimento dos países, Furtado (1996) afirma que em nenhuma parte isso ocorreu por conta do *laissez-faire*, mas sendo o resultado de uma política.

Uma das negligências mais comuns em estudos acerca de desequilíbrios regionais é o papel da moeda e do crédito. Boa parte da discussão teórica sobre o tema - incluindo aquela estreitamente relacionada com a tradição keynesiana, onde as desigualdades regionais assumem processos cumulativos (KALDOR, 1966, DIXON; THIRLWALL, 1975 ambos apud JAYME JR.; CROCCO, 2005) - tende a negligenciar o papel da moeda e do crédito no desenvolvimento regional. Até mesmo o processo de concentração bancária no Brasil, após 1994, não tem merecido a devida atenção da literatura quanto aos seus efeitos regionais, à exceção de alguns poucos autores (JAYME JR.; CROCCO, 2005).

No entanto, nessa mesma linha, Zara (2006), concluiu que o acesso ao crédito é uma das variáveis importantes para a explicação do crescimento estadual e da desigualdade na distribuição de renda e que quanto mais crédito, pior a distribuição. As razões para estas conclusões é o crédito estar sendo apropriado pelas camadas de maior renda / empresas de maior porte. A autora aponta o fato de o governo estar destinando recursos para estados desiguais,

velocidade do crescimento da economia, levando a um aumento do PIB e também dos problemas sociais, não havendo desenvolvimento em sua expressão mais ampla.

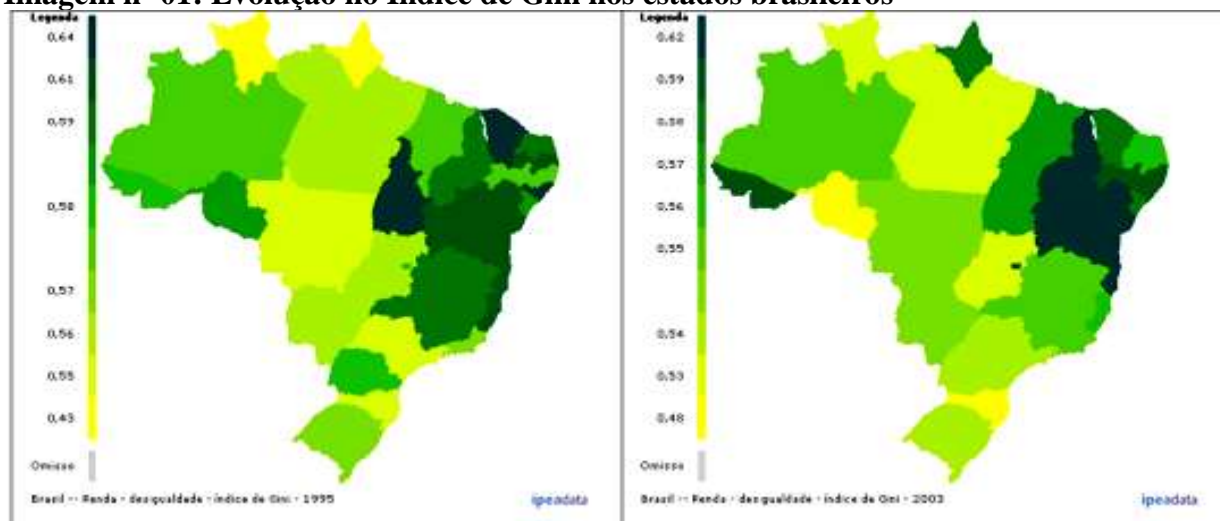
¹⁹ Quando se fala em miséria associada à violência não se está afirmando estarem diretamente ligadas, mas apenas devido à falta de infra-estrutura (presença do Estado) favorecer ao esconderijo de criminosos. Da mesma forma, as endemias ocorrem, em sua maioria, pela falta de saneamento (outra ação de Estado).

ampliando a desigualdade. Subsidiando isso, a autora afirma ainda que aproximadamente 40% do crédito total é direcionado (ligação positiva entre crédito e desigualdade).

Os dados do IPEA utilizados por Zara (2006), revelam ter crescido a concentração de renda (piorado o coeficiente de Gini²⁰) nos Estados do Acre e Amapá (ambos optantes por uma política baseada no viés ecológico), no período entre 1995 e 2003, conforme a Imagem nº 02.

Um dos fatores que levam ao aumento da concentração de renda pode ser a capacidade dos setores mais fortes (seja financeira ou organizacionalmente) em se articular ou mesmo oferecer as garantias necessárias para a obtenção dos financiamentos. Este raciocínio está de acordo com revelado por Zara (2006), pois esta autora encontrou disparidade entre o volume de financiamentos e a distribuição de renda, concluindo que o crédito não chega aos que estão na base da pirâmide²¹.

Imagem nº 01: Evolução no Índice de Gini nos estados brasileiros



Fonte: IPEADATA

Assim, se forem aplicados os princípios formulados por Ignacy Sachs²², em termos de desenvolvimento, verifica-se ter o Estado do Acre seguido na direção contrária, ainda que mais recursos tenham sido aplicados, confirmando a afirmação de Zara (2002).

²⁰ Coeficiente ou Índice de Gini: Medida de concentração de renda. É mais aplicada à renda, propriedade fundiária e a oligopolização da indústria. Os valores variam entre zero e um, sendo que quanto mais perto de um, maior a concentração de renda (ACRE, vol. II, 2000).

²¹ Muitos dos programas públicos para os pequenos produtores falham em alcançar os beneficiários pretendidos, ficando com o pequeno grupo de maior renda, sendo que na agricultura 2% dos tomadores de empréstimos recebem 57%, enquanto 75% recebem 6% do crédito (KUMAR, 2005, apud ZARA, 2006).

²² a) satisfação das necessidades básicas [elevada insegurança alimentar no Estado]; b) solidariedade com as gerações futuras [os desmatos se mantêm]; c) participação da população envolvida; d) preservação dos recursos naturais e do meio ambiente

Por sua vez, Spolador (2001), considera que o acesso limitado aos serviços de crédito e financiamento torna os mercados ineficientes, reduzindo o desenvolvimento econômico, principalmente por serem os países em desenvolvimento dependentes de crédito. O raciocínio dele pode ser aplicado às áreas e regiões menores, como no caso do Acre. Citando Meyer; Nagarajan (1997), este autor revela que alguns dos problemas da limitação do crédito é o aumento da insegurança alimentar e a concentração de renda.

O quadro apontado por Spolador (2001), pode ter acontecido no Acre, pois, ali há uma insegurança alimentar rural total de 74,6% (28,53% grave – vide Tabela nº 01), conforme a IBGE/PNAD (2004). Além disso, as baixas produções/produtividades confirmam os dados do IBGE²³. É claro que está se falando em termos de recursos aos pequenos produtores e não apenas do volume liberado.

Tabela nº 01 : Dados de segurança alimentar no Estado do Acre – 2004 (percentuais)

Classes	Total	População residente				
		Situação de segurança alimentar existente no domicílio				
		Com segurança	Com insegurança alimentar			
			Total	Leve	Moderada	Grave
Sexo e grupos de idade, cor ou raça, situação do domicílio e classes de rendimento mensal domiciliar <i>per capita</i>	100	34,43	65,52	24,84	21,76	18,93
Domiciliar <i>per capita</i> ⁽¹⁾	100	40,47	59,44	-x-	-x-	35,20
Urbana	100	38,67	61,26	25,35	21,41	14,50
Rural	100	25,24	74,76	23,73	22,51	28,53

Fonte: IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2004

Ao prefaciар o livro de Becker; Wittmann (2003), Carlos Reis afirma que, no Brasil, o problema das desigualdades não reside na inexistência de direitos sociais, mas sim na dificuldade da maioria ter acesso a estes. Este parece ser o caso dos recursos do FNO, onde o público alvo principal (micros e pequenos) não consegue acesso de forma igualitária e distributiva, exceto, talvez, na região da capital acreana, onde é maior o acesso à informação (seja direta - televisão p.ex, ou indireta – sindicatos e associações). Além disso, esta região é a melhor servida por agências bancárias em geral, inclusive a única com duas agências do Banco da Amazônia. Nas palavras de Becker (2003), fundamentado em Dunford; Polanyi, isso demonstra que a qualidade

em geral [*idem* ao 'b' além das queimadas que têm se mantido]; e) elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas [elevados índices de desemprego], e f) programas de educação [25% dos acreanos da PEA-2004 são analfabetos], cf. Brüseke (1994) com comentários próprios em destaque.

²³ Ver item 2.4 sobre culturas alimentícias anuais.

do desenvolvimento regional será maior onde houver mais planejamento e organização social, ou seja, o sistema econômico é mera função da organização social.

1.6 ESTADO E DESENVOLVIMENTO

A busca pelo desenvolvimento e sua implementação sempre atraiu os grandes teóricos econômicos. De Adam Smith e outros economistas clássicos, passando por Keynes e Kalecki, e chegando até os dias atuais, com Ignacy Sachs, Robert Putnan e Amartya Sen, a discussão sobre desenvolvimento, em suas diversas formas de entendimento e tendo na produção seu fator principal do crescimento econômico, foi matéria de diversas teses por todo o mundo.

Em decorrência, a relação Estado/Desenvolvimento passou a ocupar um lugar de destaque nos debates acadêmicos e políticos, notadamente após a Segunda Guerra Mundial. Estes conceitos ganharam força nas teorias do desenvolvimento formuladas a partir dos anos 50, com a premissa de que o aparelho estatal poderia ser utilizado para promover as chamadas “transformações estruturais” (EVANS, 1993; PAULA, 2005).

Analisando o desenvolvimento regional e o processo de globalização, Agra; Santos (s/d) afirmam que, entre as inúmeras condições para isso, está a “vontade política”, visto ser atribuído ao Estado o papel de indutor do desenvolvimento, com uma nova forma de atuação: políticas participativas, descentralizadas e compensatórias que protejam as zonas mais pobres dos efeitos negativos da globalização, considerando as transformações do mundo rural e da agricultura brasileira. Neste contexto, o FNO como política de Estado é uma forma de possibilitar que os estados beneficiados, com altos índices de pobreza, possam gerar mecanismos de incentivos ao investimento e criar condições de superar as estruturas iniciais de desigualdade (OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d).

Entretanto, existe um dualismo no desenvolvimento, com pobreza e riqueza coexistindo. Isso foi classificado como economia dual, em que há uma pequena parcela da população vivendo com mais (15% da renda), em grandes cidades, e o restante em áreas rurais e pequenas comunidades (ambas pobres). Isso ocorre porque os investimentos incidem principalmente sobre a parcela mais rica, marginalizando o restante (BASSAN; SIEDENBERG, 2003).

No caso do Acre e em termos de FNO, para melhorar a distribuição, é preciso criar novas formas de aproximação entre os tomadores e o cedente. Uma das opções seria a

abertura de mais agências ou postos de atendimento. Quanto a isto, Carvalho (2002) afirma que “a abertura de novas agências em municípios mais dinâmicos melhoraria a capilaridade”. Todavia ressaltou que isso depende de maior divulgação e redução da burocracia, principalmente para pequenos e micros. É necessário salientar que este raciocínio do autor atende apenas aos interesses do mercado, concentrando recursos e tende a marginalizar as regiões menos dinâmicas, agindo na contramão do desenvolvimento regional, concentrando recursos onde, em tese, já está presente ou em vias de estar²⁴.

No caso do Acre, a capital exerce essa função por ser onde está instalada a sede dos poderes de Estado e serem os funcionários públicos a grande mola da economia local. Nessa linha, Azzoni et al. (2001), apud Silva et al. (a, 2005), verificaram serem as variáveis geográficas importantes para explicar, entre outros itens, a diferença entre as rendas *per capita* dos estados brasileiros. A conclusão foi que fatores como conhecimento sobre a realidade local poderiam influenciar o uso do capital privado, destacando que pessoas pobres poderiam estar em melhores condições em regiões ricas, mesmo mantendo as mesmas características pessoais.

No tocante a responsabilidades de formulação de políticas para a redução das desigualdades, Godinho; Azzoni (2002, apud SILVA et al. 2005) constataram ter o governo uma importância fundamental, porém, sem a participação efetiva da sociedade, pouco pode fazer. Para aqueles, áreas mais ricas são mais ágeis na atualização tecnológica – estoque de capital humano mais elevado – com tendência de ampliação das disparidades sem políticas compensatórias e concluíram que o governo central deve intervir para reduzi-las. Para Dieese (1999), cabe aos formuladores de políticas públicas e à sociedade a definição de quais setores econômicos e quais regiões geográficas priorizar na atuação de tais instituições.

Silva et al. (2005) consideram que quanto maior demora em agir, maior terá de ser a intervenção, dada a maior concentração permanente de renda. Na verdade, a sustentabilidade de uma intervenção pública, em qualquer área, depende da capacidade de articulação de parcerias estratégicas e de uma política pública de acesso ao crédito. Porém a pobreza e a exclusão social não devem ser enfrentadas apenas com crescimento econômico e políticas compensatórias, e sim, com programas inovadores de investimento em capital humano e capital social (BARONE; ZOUAIN, 2004).

²⁴ Bassan (2000), apud Bassan; Siedenberg (2003), confirmou esta situação na região do vale do Rio Pardo no Rio Grande do Sul, onde o centro regional (Santa Cruz do Sul) concentra a maior parte da renda da região..

Nessa linha, Nyerere critica a busca por metas elaboradas por outros, sugerindo que o desenvolvimento deveria significar a mobilização política de um povo para atingir seus próprios objetivos. O crescimento puro e simples sem o respectivo desenvolvimento (qualidade de vida) deve ser um processo total, multi-relacional, envolvendo a coletividade e todos os seus aspectos. (ESTEVA, 2000).

Mas nem tudo são benesses nas ações do Estado, pois certas intervenções estatais deixaram como saldo danos ambientais, ampliando problemas sociais e cujos resultados produzidos foram diferentes do esperado pelo Governo Federal, ampliando a heterogeneidade e a fragmentação social²⁵.

Por conta disso, as inovações institucionais para o desenvolvimento na Região Norte deverão se fazer reduzindo as contradições que, por uma parte, dissociam desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e, por outra, tornam o desenvolvimento ameaça a um bioma único. O objetivo deverá ser, pois, o de um progresso social com equidade intra- e inter-gerações, expresso por uma eficiência econômica que tenha as especificidades naturais e culturais da Região como aliadas e, por isso, seja sustentável. (COSTA, 2005).

Em se tratando de função do Estado e de sua cooptação, o conceito de “revolução passiva” se refere àquelas situações onde a transição para o capitalismo se processa “pelo alto”, sem rupturas entre “atraso” e “moderno”, cabendo ao Estado a direção política do processo de acumulação capitalista. Coutinho; Nogueira (1988), reportando-se a Gramsci, chamam a atenção para duas causas-efeitos da “revolução passiva”:

[...] por um lado, o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil ou mais, estritamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, a prática do transformismo [...], isto é, da cooptação ou assimilação pelo bloco de poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou ate mesmo de setores das classes subalternas.

Deduz-se então que as classes dominantes (detentoras do capital) usam de estratégias para dominar o Estado quanto instituição gerencial, e se beneficiar dele. Franco (1997) relata:

[...] o aparelho governamental nada mais é que parte do sistema de poder deste grupo [classe dominante], imediatamente submetida a sua influência, um elemento para o qual ele se volta e utiliza sempre que as circunstâncias o indique como meio adequado.

²⁵ Guimarães Neto, 1997; Ferreira; Mendes; 2002; Costa, 2005.

O capital não está sujeito à regulação do Estado ou do “Mercado”, mas, pelo contrário, é ele que regula a ambos²⁶ (MÉSZAROS, 2002). A vulnerabilidade do Estado diante dos poderes da classe dominante propiciou a subjugação daquele a esta:

O aparelho governamental nada mais é que parte sistema de poder desse grupo, imediatamente submetido a sua influência, um elemento para o qual ele se volta e utiliza sempre que as circunstâncias o indiquem como meio adequado. (FRANCO, 1997).

Em termos locais, Paula (2005) revela que o Estado [do Acre] ficou mais presente nos anos 70 para promover a “modernização” da economia e “novamente os maiores beneficiários foram os grupos de capitais privados”. Ele complementa:

[...] ao ‘jogar o jogo’ da mercantilização da natureza, o Estado ‘do Acre’ (no sentido ampliado) corroborou ativamente para maximizar a apropriação privada do patrimônio natural.

[...] as organizações criadas na esfera sociedade civil passam a ser instrumentalizadas para satisfazer as classes oligárquicas que controlam o aparato estatal.

Benayon (2005) afirma:

O Estado serve a sociedade, conduz a sua evolução; a economia é [ou deveria] ser dirigida, para equilibrar o interesse da sociedade como um todo e a orientação das empresas das empresas por interesses privatistas. Esse equilíbrio se desfaz nos países periferizados, por isso desestruturados.

Assim, ainda não há substituto para o papel do Estado como promotor do desenvolvimento, pois é ele o responsável pelos investimentos em infra-estrutura e indústria, favorecendo a acumulação de capital. Aos empresários faltaria a consciência para se oporem às políticas do “centro”, subjugando assim as regiões periféricas. Portanto, “só no âmbito do Estado há condições de levar adiante as políticas de bem-estar geral, sem as quais jamais haveria desenvolvimento.” (BENAYON, 2005). Nesse sentido, mesmo que as forças de mercado exerçam o controle, é preciso a atuação do Poder Público para impedir a concentração. Sem isso, o setor privado assume poder exagerado...

²⁶ Mas nem sempre a relação público-privado é ruim. Benayon (2005) apresenta um excelente trabalho, em que são apontados casos no quais o apoio do Estado foi fundamental para o crescimento (Inglaterra, Estados Unidos da América, Alemanha e Japão).

[...] formando a pior combinação possível: a subordinação do poder público a interesses privados especiais, em lugar do equilíbrio sóciopolítico, fundado no princípio do interesse social, coletivo, imune a ideologias. (BENAYON 2005).

Sombart (1966) apud Benayon (2005), reconhece que o Estado, por vezes, se burocratizou. Contudo, isso teria decorrido da oligarquia capitalista ter assumido poder crescente dentro do Estado, utilizando-o para fins que não contemplam a sociedade. Entretanto esse é o curso lógico, sendo os capitalistas privados a classe dominante. Com isso, a sociedade como um todo paga caro pelo igualitarismo demagógico que pretende reduzir e eliminar privilégios em detrimento da suposta alta classe média e dos ricos, sem tocar nos abusos do capitalismo – e até facilitando o seu incremento. Assim, há uma baixa de qualidade na direção do Estado e na economia. O nocivo da economia de mercado é a transformação dela em capitalismo (BENAYON, 2005).

O mesmo Sombart (apud BENAYON, 2005) confirma a capacidade da classe dominante se mimetizar e assumir novas formas de dominação. Neste caso, os formadores do capital se reduzem ao Estado (em primeiro lugar) e à alta burguesia. Weber, apud Paula (2005), afirma que pequenas violações podem ser promovidas pela classe dominante para atender seus interesses, mesmo violando atributos do Estado. Criticando Mandeville e Adam Smith, Sombart (apud BENAYON, 2005) afirma que a ambição do empresário só é benéfica se controlada pela sociedade e se o Estado não admitir a concentração de renda.

Reside nisso a preocupação de Souza (1999a), quando este afirma que sem “a presença e a intervenção do Estado em setores chaves, as desigualdades sociais e os problemas econômicos serão, ainda, mais alarmantes”. Concordando com estas afirmações e analisando a situação da América Latina, Pierre Salama (1995, apud SOUZA, 1999a), afirma: “sem a intervenção do Estado, o futuro do capitalismo vai parecer um pesadelo”.

Se os agentes atuam no mercado buscando maximizar suas utilidades, por que eles haveriam de agir de outra forma no exercício de funções públicas? Os governantes são motivados por dinheiro, poder e privilégios no exercício da função pública, razão pela qual a busca do interesse público é sempre subproduto do interesse em vencer as eleições. Assim, como os eleitores normalmente não têm acesso a todas as informações para votar racionalmente e, portanto, fiscalizar seus representantes, surge o espaço para a manipulação da agenda política e

dos recursos públicos em prol de políticos auto-interessados e suas clientelas. (DOWNS, 1957; BUCHANAN; TULLOCK, 1965; MUELLER 1989; apud BORGES, 2000).

Políticas de desenvolvimento regional não podem ser estudadas desconectadas da política macroeconômica, dos mecanismos fiscais de financiamento público, da natureza do federalismo fiscal e a LRF. Neste sentido, descentralização, federalismo fiscal e autonomia de governos subnacionais são pontos fundamentais na articulação de políticas de desenvolvimento regional no Brasil. Dessa forma, o financiamento do desenvolvimento regional encontra na distribuição dos recursos tributários e na autonomia dos entes federativos condições fundamentais para o seu sucesso. Neste contexto, os Fundos Constitucionais de desenvolvimento regional²⁷ têm papel de destaque. (JAYME JR.; CROCCO, 2005).

O Brasil, e mais especificamente a região Oeste²⁸, possuem uma história e uma cultura de pouca integração entre os atores sociais para resolverem seus problemas em comum. Com isso a população passa a esperar do governo a solução de seus problemas. Isso impregnou tanto o povo quanto o governo, passando pelas instituições de classe e empresários, sendo que o governo central sofreu uma alteração no perfil do seu poder clássico, como órgão interventor e “gerador” maior do desenvolvimento de uma região e de um país. (PIRES, 2001). Mesmo assim, sem os recursos do Estado para financiar os investimentos, “as regiões periféricas ficam a mercê da cruel lógica dos mercados.” (CARVALHO, 2002).

Pires (2001) considera haver uma série de funções que poderiam ser desempenhadas pelo governo central no sentido de dar as condições ambientais e estruturais para o desenvolvimento endógeno regional. Nas palavras de Bianchi (1996):

Isso não significa que o sucesso de uma região depende da sua história, o que levaria a conclusão errônea de que as políticas de intervenção são inúteis em áreas que já não sejam uma promessa econômica. Nós acreditamos que é possível estabelecer um ambiente produtivo pela estimulação das forças locais a criar um contexto institucional local que seja provedor de externalidades comuns a todas as empresas. (BIANCHI, 1996 apud PIRES, 2001).

²⁷ Considera-se desenvolvimento regional como o aumento do Produto Interno Bruto *per capita* associado à melhoria do padrão de vida da população, sendo que este contexto se engloba as variáveis econômicas e sociais do desenvolvimento (SCHUMPETER, 1982; SANDRONI, 1996; ambos *apud* PIRES, 2001).

²⁸ Região Oeste do Brasil: neste trabalho, entende-se como região Oeste o somatório dos Estados do Centro-Oeste com três Estados da chamada “Franja Amazônica”: Acre, Tocantins e Rondônia, cf. Pires, 2001.

Assim fica cada vez mais claro que, para garantir maior eficácia às ações governamentais, estas devem ser desenvolvidas com forte participação dos governos locais e regionais. Neste sentido, o governo deve promover, jurídica e socialmente, a descentralização do poder. O desenvolvimento regional é então endógeno (local), fruto do acúmulo de capital social, o qual garante maior governância por parte dos atores regionais. Então a metodologia a ser elaborada deve levar os atores regionais à discussão e à elaboração de soluções próprias. Este princípio possui especial influência sobre o processo de regionalização, sendo resposta das regiões com maior acúmulo de capital social e governância ao processo de globalização. (PIRES, 2001).

No entanto, não existe país rico que tenha falhado em se tornar um país justo, principalmente se comparado aos que fracassaram economicamente. O caminho de uma sociedade justa é o mesmo que os leva a uma sociedade rica: o crescimento econômico duradouro. Destaque-se que crescimento econômico sozinho não produz equidade, mas sim oferta às condições materiais para a consecução da melhoria e equidade social. (GOMES; VERGOLINO, 1997). Nessa linha, Cano (1985), já havia relatado que, nas regiões industrializadas do Brasil ...

[...] a qualidade de vida baixou consideravelmente: ganharam mais indústrias e mais empregos, mas também ganharam mais filas de transporte, menos água, escolas e hospitais [...] e muito mais favelas. (CANO 1985 apud OLIVEIRA, s/d).

Contudo, a participação do Estado como regulador, produtor e indutor do desenvolvimento no Brasil não logrou bons resultados (OLIVEIRA, s/d). Para este autor, foi possível ampliar a estrutura produtiva (industrialização), mas cresceu o hiato entre as taxas desenvolvimento e de crescimento.

Entretanto, a equidade e riqueza caminham juntas, assim como a injustiça social é companheira do fracasso econômico. E embora o trajeto seja tortuoso, principalmente em sociedades com histórico de desequilíbrios sociais e regionais como a nossa, só a promoção de crescimento econômico reduz as disparidades, sendo isso relevante e merece ser tratado em dimensão própria. (GOMES; VERGOLINO, 1997). Contudo:

Crescimento e industrialização nem sempre significam desenvolvimento. O Brasil é o maior exemplo disto. A necessidade de industrialização e de crescimento econômico ofuscou a visão daquilo que realmente importa no processo de desenvolvimento, a qualidade de vida da população. Por muito tempo foi esquecido que as pessoas são ambos os meios e o fim do

desenvolvimento econômico. O que importa na verdade, é mais do que o nível de crescimento ou de industrialização que conseguimos, é como os frutos do progresso, da industrialização, do crescimento econômico, são distribuídos para a população de modo a melhorar o nível de vida de todos. (OLIVEIRA (s/d).

Esse desenvolvimento econômico é uma faceta do Estado Nacional, uma vez que sem uma economia em crescimento, capaz de suprir as necessidades básicas do povo e garantir-lhe um nível de vida confortável e digno, nenhum Estado poderá para manter sua soberania e independência. Na atualidade não é aceitável um desenvolvimento econômico sem clara política de distribuição de renda e de inclusão social. (FREITAS, 2004). O raciocínio deste autor vai ao encontro do preconizado por Amartya Sen²⁹, Robert Putnam³⁰ e Ignacy Sachs³¹.

A ineficiência e a falta de interesse dos líderes em resolver problemas como a fome mundial, o analfabetismo, a falta de moradia, a exploração do trabalho infantil, demonstram que o progresso não têm servido satisfatoriamente ao ser humano e sim este é quem o tem servido. Em nível social pouco mudou ou, talvez, mudou para pior. No Brasil, os problemas que afetam quase dois terços da população são quase crônicos apesar dos planos, intenções e discursos. (SILVA, 1999a).

A sociedade moderna é constituída de avanços e retrocessos, destacando-se a confusão e inversão de valores do tempo atual. Se, por um lado, a modernidade traz melhorias, por outro ela intensifica a miséria. Isso provoca uma relação desproporcional entre progresso econômico e libertação social. (HANDY apud SILVA, 1999a). O resultado disso é o desenvolvimento predador que opõe crescimento econômico à liberdade pessoal e ameaça a sobrevivência da maioria. Todavia, se o progresso econômico implica em transformar milhares de homens e mulheres em engrenagens descartáveis de uma máquina controlada por poucos, esse progresso é uma falsa promessa. (SILVA, 1999a).

Nesse sentido, o ministro Mantega (2003) afirmou:

É preciso de um Estado forte e eficiente capaz de promover as melhorias das condições de vida da população brasileira, capaz de promover a diminuição das desigualdades sociais que estão sendo mantidas no país durante muitos anos, um Estado capaz de ser um indutor do desenvolvimento econômico e social do País. (MANTEGA 2003).

²⁹ Capacidade de realizar atividades livremente escolhidas e valorizadas, conforme, cf. Rattner, 2003.

³⁰ Grau de confiança existente entre os atores sociais, grau de associativismo e o acatamento às normas de comportamento cívico, cf. Rattner, 2003.

³¹ Sustentabilidade para o ecodesenvolvimento: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, cf. Sachs, 1993.

Por sua vez Artur Quaresma Filho, presidente do SindusCon-SP, em artigo na imprensa paulistana³² afirma:

Que os administradores públicos não se deixem levar pela visão do Estado mínimo e da focalização das políticas sociais. Num país em que o máximo possível é sempre insuficiente, impõe-se a modernização do Estado. Sem voltar a um passado de ineficiente estatização, ele deve operar como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, buscando ampliar incessantemente o alcance das políticas públicas com a utilização dos melhores recursos oferecidos pela sociedade.

Já os movimentos sociais, reunidos na Plenária Nacional dos Movimentos Sociais em Recife, Pernambuco (2006), têm a seguinte visão:

Em primeiro lugar, reafirmamos a necessidade do fortalecimento do papel do Estado, como elemento indutor do desenvolvimento, sem o que a economia nacional vira presa fácil da ação dos cartéis estrangeiros e de sua lógica excludente. A supressão do Estado público, defendida e praticada pelos neoliberais, visa dar lugar ao Estado privado de uns poucos monopólios, que se traduzem em aumento de tarifas, desemprego em massa, arrocho salarial e precarização de direitos, como bem o demonstram as privatizações realizadas durante o desgoverno FHC³³.

Ao menos nos discursos, tanto pensadores, políticos, o empresariado e os movimentos sociais, admitem a importância do papel do Estado. Todos dizem o que deve ser feito e culpam os dirigentes anteriores pelas dificuldades da sociedade. O problema é que sabendo disso, ninguém realiza o desejado por àquela. Teoria e prática não se coadunam.

Com isso, partindo da idéia de que os desequilíbrios no desenvolvimento das regiões mais atrasadas afetam tanto a essas como ao crescimento do país, as políticas regionais devem corrigir os desequilíbrios. Isso visa garantir às regiões mais pobres os recursos para o crescimento e à melhoria das condições sociais e, assim, promover o crescimento equitativo do país. Entretanto, as políticas implementadas nos anos de 1950 a 1970 não reduziram as desigualdades nacionais. Na década de 1980, esgotou-se a dinâmica da antiga política de desenvolvimento regional, relegando isto ao segundo plano. Com a promulgação da CF/88, um papel mais

³² Disponível em <<http://www.valeparaibano.com.br/2003/05/04/class/artigo04.html>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

³³ Plenária Nacional dos Movimentos Sociais / II Fórum Social Brasileiro: PROJETO BRASIL: Por um Projeto de Desenvolvimento Nacional, Popular e Democrático. Recife, 23 de abril de 2006. Disponível em <http://www.csc.org.br/texto_destaque.php?ID=25>. Acesso em 12 jun 2007).

proeminente foi dado ao desenvolvimento regional, com o Governo Federal criando estruturas e políticas para reduzir as desigualdades regionais no Brasil. (OLIVEIRA; DOMINGUES, s/d).

Em termos de desenvolvimento amazônico, as perspectivas futuras do crescimento econômico local não podem ser dissociadas do que vier a acontecer com o setor público e com sua capacidade de investir ou tornar disponíveis recursos financeiros capazes de viabilizar o investimento privado. Tudo indica que o investimento privado ainda não adquiriu na região a autonomia necessária em relação às iniciativas governamentais. Logo, um papel menor do Estado na economia é uma ameaça sobre o crescimento econômico local. (GOMES; VERGOLINO, 1997).

Sobretudo é preciso ressaltar que a falta de uma postura mais crítica diante das realidades aqui levantadas é produto da pobreza material, educacional e política e essa pobreza é a principal forma de violência e é quem marginaliza pobres, ignorantes e desempregados, aumentando inclusive a população dos presídios. A perversidade do sistema brutaliza o homem não apenas pela fome, mas também pela ignorância política e horizontes estreitos e alienados. Estes são oferecidos pela lógica consumista do capitalismo neoliberal. Assim, o binômio fome [vide os elevados índices de insegurança alimentar no Acre] e ignorância [25% da população do Estado do Acre é analfabeta, cf. PNAD, 2004] estimula o aumento dos conflitos sociais e o crime organizado, o narcotráfico, as fraudes e a delinquência juvenil. É contraditório constatar que, mesmo com os recursos do avanço da ciência e inovações tecnológicas, ainda existe ausência de soluções desses problemas básicos que afligem o mundo (DEMO, 1994).

1.7 A IMPORTÂNCIA AMAZÔNICA, O DESENVOLVIMENTO E A QUESTÃO AMBIENTAL

A Amazônia se reveste de particularidades e espera-se que o ideário do desenvolvimento sustentável oriente as políticas públicas para a Região e, diante de tais desafios, inovações institucionais para um desenvolvimento de novo tipo na Região deverão se fazer minimizando as contradições que, por uma parte, dissociam desenvolvimento econômico e desenvolvimento social e, por outra, tornam o desenvolvimento ameaça a fundamentos naturais únicos e preciosos. O objetivo deverá ser um progresso social equânime intra e intergerações, expresso por uma eficiência econômica que tenha as especificidades naturais e culturais da Região como aliadas e, por isso, seja sustentável. (COSTA, 2005).

Várias projeções indicam que as florestas tropicais (com apenas 7% da superfície do planeta), concentram por volta de 60% das espécies de vida. Considerando que a Amazônia brasileira representa cerca de 1/3 das florestas tropicais remanescentes, é possível deduzir que nela estão presentes, de forma potencial, de 25 a 40% do total de espécies existentes. (PÁDUA, 2000).

O bioma Amazônia tem cerca de quatro milhões de km² e abriga a maior reserva de floresta tropical do planeta (relativamente pouco antropizada). É a mais extensa e menos contaminada bacia hidrográfica e rede fluvial em volume de água do mundo. A proteção desse bioma está sendo cada vez mais valorizada, à medida que avança o conhecimento científico acerca das consequências (e causas) da degradação ambiental. (FLEISCHFRESSER, 2002). A bacia amazônica concentra cerca de 20% da água doce disponível no planeta e que três horas da descarga do rio Amazonas (média de 175 mil m³/s) seria suficiente para abastecer Israel por um ano. Também está na região cerca de 20% da biomassa disponível para uso energético no planeta, tudo isso aliado ao efeito benéfico que a floresta exerce sobre a temperatura e os ciclos hidrológicos no planeta. (PÁDUA, 2000).

Herdeira do planejamento do Estado no período de maior centralização (60-70), a estrutura espacial da Amazônia guarda marcas profundas desse período, tais como forte desigualdade na distribuição social de seus recursos naturais, dentre os quais se destaca a terra. Isso levou a uma desterritorialização de nativos e migração, gerando instabilidade e não o dinamismo próprio de uma fronteira. Para estes autores, a instabilidade exerce grande pressão sobre o sistema natural sem, contudo, equipar o território para sua eventual ocupação em bases sustentáveis. (FERREIRA; SALATI, 2005).

No entanto, a situação regional tem outros problemas, os quais se agravam com a ocupação e exploração desordenada. Nos 470 anos iniciais da colonização da Amazônia brasileira, apenas 1% da área foi desmatada, mas entre 1970 e 2005 o desmatamento chegou a 17% e a população cresceu 10 vezes. A colonização da Amazônia brasileira está em uma fase sem paralelo de expansão em que os incentivos fiscais desempenham um papel secundário, o governo agindo como indutor do desenvolvimento foi substituído pela iniciativa privada (atividades econômicas se tornaram lucrativas). As principais forças de transformação são decorrentes de demandas internas e do mercado internacional. Além disso, por conta do *slogan* “vazio demográfico”, havia a necessidade de ocupação de um espaço de dimensões continentais.

Com isso, a região foi sendo incorporada, apoiada na necessidade de progresso, da busca de integração nacional e internacional e do crescimento econômico. (FERREIRA; SALATI, 2005).

Entre 1960 e 1995, a economia regional aumentou em quase 12 vezes o seu tamanho (o dobro do nacional). Materialmente, a economia amazônica foi impulsionada, sobretudo, por grandes adições ao seu estoque de capital físico³⁴, e por crescimento demográfico muito rápido (migração: as pessoas foram para o Norte induzidas por fatores diversos³⁵). Em todos estes facilmente pode ser identificada a mão do governo³⁶. Com isso, houve uma substancial mudança de estilo na atuação econômica do governo central no Norte. Enquanto de meados do século XIX até o colapso da borracha, na primeira década do presente século, o governo brasileiro se relacionou com a Amazônia como o teria feito com uma colônia (extração de excedentes de receita sem oferecer praticamente nada em troca), a partir da Segunda Guerra essa relação mudou: a União assumiu uma atitude mais positiva em relação ao desenvolvimento amazônico. Essa atitude atingiu um ponto máximo nas décadas de 70 e 80, quando, entre outras coisas, os níveis de investimento público na Amazônia (especialmente por parte das empresas estatais) atingiram valores muito elevados, em termos nacionais. (GOMES; VERGOLINO, 1997).

Nessa linha, Ferreira; Mendes (2002), consideram as desigualdades econômicas e sociais existentes na Região Amazônica, como resultado de um processo histórico de ocupação e de intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, alicerçadas em concepções teóricas de desenvolvimento, mas com resultados adversos ao “esperado” pelo Governo Federal. No Norte, o processo de transformação foi promovido a partir da mobilização de um elenco diversificado de mecanismos de política regional e setorial, o que caracterizou uma intervenção governamental de grande complexidade e, freqüentemente, contraditória (SUDAM, SUFRAMA, Projeto Grande Carajás, Calha Norte, etc.), conforme Guimarães Neto (1997).

A situação de ‘abandono’ das fronteiras geográficas do Centro-Oeste e da Amazônia se transformou em um espectro geopolítico que rondou o Estado brasileiro ao longo do século XX. Os governos militares (a partir de 1964), radicalizaram a preocupação e a transformaram em um imperativo geopolítico [Operação Amazônia]. A reforma das instituições de desenvolvimento

³⁴ Novas rodovias, ferrovias, fábricas, recursos minerais postos em exploração, áreas abertas para a agricultura e a pecuária, cf. Gomes; Vergolino (1997).

³⁵ Construção de estradas, a abertura de novas fronteiras agrícolas, os surtos de mineração, e o crescimento da indústria e dos serviços nas cidades, cf. Gomes; Vergolino (1997).

³⁶ Construiu estradas, atraiu os que vinham trabalhar nas obras e os que, em seguida, a partir dos novos caminhos e com o benefício de incentivos também governamentais, tornaram-se colonos, proprietários ou assalariados rurais cf. Gomes; Vergolino (1997).

regional, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), do Banco da Amazônia e da Superintendência da Zona Franca de Manaus, mostrou a estratégia a ser seguida. Vigorou então uma realidade de facilidades sem cobranças, de prêmios ao capital sem considerar a qualidade social e ecológica, sem falar na relação custo-benefício dos investimentos. Em praticamente todas as políticas do regime militar, o modelo de ocupação da Amazônia concentrou renda em detrimento do bem-estar social, principalmente nas comunidades já existentes na região. A riqueza e os problemas da ocupação desordenada da região requerem uma presença mais constante do poder público naquela realidade, de forma a servir de barreira contra a violência e ser um canal de negociação e implementação das mudanças necessárias. (PÁDUA, 2000). Contudo, a presença do poder público na Amazônia é insubstituível:

[...] com a coletividade e o bem comum, além de const... isso, obviamente, supondo a existência de um poder público diferente daquele que tem sido, na região, um simples instrumento a serviço dos setores sociais dominantes e promotores da iniquidade social e da destruição ecológica. O poder público de que se necessita é aquele comprometido ituído e controlado pela participação democrática organizada. (PÁDUA, 2000).

Na verdade, o progressivo devassamento responde às demandas externas e internas por matérias-primas, bem como à resolução de questões sociais em diferentes regiões extra-amazônicas (nordeste, centro-oeste e sul). Como rebatimento desse processo, se tem uma contínua e progressiva transfiguração da Amazônia expressa pelas taxas de desmatamento. O avanço do desmatamento não é produto da pressão demográfica direta, mas sim de forças econômicas transformadoras referenciadas por pacotes tecnológicos excludentes de grandes quantidades de mão-de-obra e que tais forças transformadoras representam grupos de pressão em nível local, regional e internacional. Historicamente, a política territorial sempre esteve associada a interesses econômicos, apoiados na premissa de que o progresso é entendido como crescimento econômico e prosperidade infinita e baseados na exploração de recursos naturais, percebidos como igualmente infinitos. (FERREIRA; SALATI, 2005)

No Norte, o governo tem contribuído destacadamente para a expansão da capacidade produtiva por meio de seus investimentos diretos, do financiamento e estímulo fiscal ao investimento privado. Quando os dois fatores são juntados — investimentos públicos e os recursos governamentais (incluídas isenções ou reduções fiscais) colocados à disposição dos investidores privados —, explicam quase 100% do investimento total na região nas últimas

décadas. O investimento é a variável explicativa chave para o processo de crescimento, e o governo tem sido o agente crucial no crescimento econômico amazônico. O governo tem sido o principal fator de manutenção e expansão de demanda na região Norte. Dessa forma, na lógica do crescimento econômico amazônico recente, tanto os fatores determinantes de longo prazo (a expansão da capacidade produtiva) quanto às circunstâncias favoráveis de curto prazo (a expansão da demanda) estão diretamente vinculadas à ação do Estado. Nessas condições, não há exagero em dizer que, tal como existe hoje, a economia amazônica é, em grande medida, uma invenção do governo. (GOMES; VERGOLINO, 1997).

Um projeto moderno de desenvolvimento não se faz com instituições tradicionais. É função do Estado, na Amazônia, atuar no sentido de anular o hiato de tempo existente entre formas sustentáveis de uso dos recursos naturais da Região e as necessidades de suas populações. É preciso ressaltar também que as intervenções estatais passadas deixaram de saldo danos ambientais e aprofundaram as mazelas sociais, excluindo os mais necessitados e confirmando o poder econômico e político dos mais fortes (COSTA, 2005). Mas é ...

[...] possível e necessário tornar a figura do Estado, na Amazônia, permeável à pluralidade de forças que expressam a diversidade social e cultural da Região, dotando-o de mecanismos que o façam eficiente como indutor de desenvolvimento pela correção das desigualdades econômico-sociais (COSTA, 2005).

Porém, como a sociedade pode controlar o Estado se este é mais facilmente apoderado pelas oligarquias, até por serem elas mais organizadas? No caso do Banco da Amazônia, os recursos do Imposto de Renda, composto também por recursos dos trabalhadores, é usado para concentrar ainda mais a renda a título de gerar empregos e distribuir renda. Na realidade, este tipo de intervenção do Estado apenas serve aos interesses concentradores de renda da classe hegemônica. Sombart (apud BENAYON, 2005) esclarece isso ao afirmar que os empresários deixados sós, ditam a política do Estado e passam a definir ações de acordo com os interesses próprios.

Ferreira; Mendes (2003), analisando o Estado do Pará, relatam que ainda que este possua um elevado potencial produtivo, a desigual distribuição da terra, a falta de qualificação do produtor rural, a precária infra-estrutura, principalmente no que se refere às estradas (dificuldade de escoamento), podem ser enumerados como pontos de estrangulamentos para o desenvolvimento agrícola local. Para eles, as desigualdades econômicas e sociais existentes, na Região Amazônica, são o resultado de todo um processo histórico de ocupação e de intervenção do Estado, por meio de políticas públicas, alicerçadas

em concepções teóricas de desenvolvimento, cujos resultados produzidos, em sua maioria, foram adversos ao “esperado” pelo Governo Federal.

No caso do Acre, o índice de Gini (ZARA, 2006), o IDH (ACRE, 2005) e a Insegurança Alimentar (IBGE/PNAD, 2004), levam a uma conclusão semelhante. Além disso, as condições de acesso à terra e à infra-estrutura também são precárias, podendo ter contribuído para a existência de índices sociais tão ruins.

Assim, é necessário o Estado criar condições favoráveis para eliminar os obstáculos ao desenvolvimento da agricultura na Amazônia, uma região marcada por profundas desigualdades econômicas e sociais e ao mesmo tempo possuidora de uma vasta riqueza natural, mineral e hídrica, que muito desperta o interesse do mundo. (FERREIRA; MENDES, 2003). Em termos de políticas locais os estados do Acre e do Amapá optaram por seguir uma linha de desenvolvimento pautada em modelos baseados na utilização conservacionista da floresta. (BECKER, 2002, apud SILVA, 2004; AMIN, 2002). Entretanto os resultados disso foram os péssimos indicadores sociais.

1.8 AGRICULTURA E AGRICULTURA FAMILIAR

Quesnay (1983), apud Trindade; Galante (2006), evocando o pensamento de Sócrates, já afirmava que:

[...] quando a agricultura prospera, todas as outras artes florescem com ela; mas quando se abandona o cultivo da terra, por qualquer razão que seja, todos os outros trabalhos, em terra ou no mar, desaparecem ao mesmo tempo.

Nesse sentido, a reforma agrária (assentamentos rurais, a proteção à pequena agricultura familiar e a garantia dos direitos dos assalariados), contribuirá para reduzir o ritmo da migração campo-cidade, sendo este o objetivo real. O ritmo migratório menor permitirá economizar investimentos, pois é sabido que a criação de um posto permanente de trabalho no campo requer menos capital do que na cidade, além de reduzir substancialmente as “deseconomias de aglomeração” decorrentes do inchaço das grandes cidades. (SAMPAIO, 1997).

No entanto, vale lembrar que a modernização agrícola nacional se concentrou nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil e na monocultura de produtos exportáveis, como soja e cana-de-açúcar, deixando à margem as regiões mais pobres. No Norte e Nordeste,

predominam os pequenos produtores e a policultura alimentar. No centro disso, está o Estado, utilizado como principal agente indutor desse processo que atuou em benefício dos grandes proprietários e das multinacionais, assumindo seus custos e riscos de produção e repassando-os à sociedade. (AGRA; SANTOS, s/d).

Contudo, a eficiência econômica dos grandes produtores nada mais é que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado. É muito mais uma eficiência política do que econômica, deixando claro que a modernização só foi possível mediante a intervenção do Estado, sendo um processo totalmente induzido pelas políticas públicas concentradoras. (MARTINE, 1990, apud AGRA; SANTOS, s/d).

Porém, está se fortalecendo o conceito de desenvolvimento rural sustentável. Os fundamentos deste propõem uma alternativa para as áreas pobres, de agricultura tradicional, mudando o enfoque principal do desenvolvimento. Neste, o objetivo é o homem rural marginalizado e a melhoria da sua qualidade de vida. (AGRA; SANTOS, s/d).

Analizando a pequena agricultura no Estado do Rio Grande do Sul, Gullo (2001) revela:

No Rio Grande do Sul, este contexto já havia sido assimilado, já que a produção familiar ou as pequenas propriedades são responsáveis pela maior parte da produção do Estado em várias culturas como milho, leite, feijão, suínos, etc]. (FIBGE, 1995 apud GULLO, 2001).

Em termos de crédito, este exerce um papel fundamental para o desenvolvimento agrícola ao possibilitar o acesso à tecnologia de produtos (máquinas, equipamentos, insumos entre outros) àqueles agricultores que não dispõem de recursos para isso. (FERREIRA; MENDES, 2003). Embora o crédito seja um componente relevante das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, a promoção do desenvolvimento rural requer mudança no modelo tradicional de financiamento. Assim, é preciso reforçar instituições de finanças rurais locais e que agregam ao crédito um conjunto de serviços essenciais para a construção de capital social, e a superação dos obstáculos que travam o desenvolvimento e a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados. (BITTENCOURT, 2003).

Por sua vez, Ferreira; Mendes (2003), apontam para a necessidade de considerar o fato do setor agrícola apresentar características específicas que o diferenciam do setor industrial, que foram descritas por Sayad (1980):

O setor agrícola, diferentemente do setor industrial, é caracterizado, basicamente, pela presença de número muito grande de ofertantes com

produto homogêneo, e que, por causa destas características, não têm poder de controlar preços. Assim, nesse setor, boas safras são acompanhadas de grandes reduções de preços e dadas as características da demanda de produtos agrícolas, renda menor para o setor. (SAYAD, 1980, apud FERREIRA, MENDES 2003).

Um problema no atendimento das necessidades da sociedade está na qualidade do gasto público e não somente no volume. A agricultura familiar, por sua vez, é um setor onde se pode encontrar uma relação positiva entre o que é despendido e a melhoria do bem estar social. Assim, a alocação de recursos públicos para agricultura familiar traz um benefício social relativamente alto uma vez que é um segmento carente de incentivo público por conta da sua composição pela população de mais baixa renda. (MONTES, 2003).

Deste modo, o alcance do desenvolvimento agrícola envolve não apenas o aporte de recursos pelo produtor para simples utilização da terra, mas é preciso que aqueles sejam alocados eficientemente para se obter a melhor combinação dos fatores de produção (terra, capital e trabalho). Portanto, além da necessidade de inovação tecnológica e institucional é preciso uma estratégia bem-sucedida de desenvolvimento agrícola para estimular a capacidade técnica e administrativa dos produtores rurais na escolha da melhor combinação de fatores de produção. (FERREIRA; MENDES, 2003). Essa concepção se baseia no fato de que o produtor é o agente econômico fundamental para o sucesso de qualquer empreendimento agrícola, conforme destacado por Burger (1999):

O agricultor terá que ser um agente econômico capaz de discernir e selecionar as melhores combinações de trabalho, tecnologia, capital e solo para bem produzir, produzir intensivamente para atender a demanda mundial dos consumidores: alimentos e produtos industriais oriundos de matérias-primas agrícolas ou que contenham insumos dessa origem; analisar as tendências e a conjuntura do mercado e decidir sobre o que e quanto produzir. (BURGER, 1999, apud FERREIRA; MENDES, 2003).

Em linhas gerais, Burger ressalta que o agricultor deve ser um empresário, com conhecimentos e capacidade de gestão para elevar a produtividade por unidade de área. Porém, Ferreira; Mendes (2003) questionam: E se o agricultor não possui qualificação técnica necessária para ser um empresário inovador? Se a sua propriedade não possui dimensões adequadas para a viabilização da produção agrícola voltada para o mercado? Se há dificuldades de acesso a

tecnologias inovadoras para obtenção de elevada produtividade? Se os recursos financeiros não são suficientes para reinvestir na atividade produtiva e muitas vezes não garantindo condições mínimas de subsistência para o agricultor e sua família?

Seguindo esta linha de pensamento (da falta de conhecimento) defendida por vários autores³⁷, uma das saídas seria o condicionamento da liberação dos financiamentos FNO à participação em cursos de gerenciamento e também sobre as culturas/criações a serem apoiadas.

Isso se justifica devido ao fato do financiamento da agricultura familiar não poder ser submetido a condições de mercado, mas sim se buscar formas e condições de melhorias para o setor. Além disso, o papel desempenhado pela agricultura familiar na sociedade brasileira justifica a destinação de valores muito superiores aos atuais. (SOARES, 2001).

A importância da agricultura familiar é confirmada pelos 85,2% do total de estabelecimentos familiares, os quais representam 30,5% da área total e recebem apenas 25,3% do financiamento rural total e mesmo assim são responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção (VBP) da agropecuária nacional. Esses dados revelam que os agricultores familiares são mais eficientes na utilização da terra, já que com área menor contribuem proporcionalmente com uma parcela maior da produção que os patronais. (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2000).

Conforme estudo realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a agricultura familiar no Brasil foi base para importantes cadeias de produtos protéicos de origem animal e respondeu por 56% do PIB da cadeia produtiva do leite. (REIS, 2006). Este autor salientou ainda o fato das unidades familiares atenderem melhor aos interesses sociais do País (mais pessoas por unidade de área em relação às patronais), contribuírem com a preservação ambiental e serem economicamente viáveis.

A agricultura familiar é também a principal geradora de postos de trabalho rural (76,9% do Pessoal Ocupado-PO) e que dos 17,3 milhões de PO na Agricultura brasileira, 13,8 milhões estão ocupados na agricultura familiar. Os dados mostram ainda que:

[...] embora existam as rendas rurais não agrícolas, a atividade agropecuária ainda é um fator de considerável peso na formação da renda da agricultura familiar e da ocupação rural, fato que tende a ser menosprezado por algumas análises recentes. (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2000)

³⁷ Hayami; Ruttan (1988); Burger (1999); apud Ferreira; Mendes (2003); Bittencourt (2003); Ferreira; Mendes (2003); Campos, s/d

Em termos de Amazônia, os agricultores familiares representam 85,4% dos estabelecimentos, ocupam 37,5% da área e produzem 58,3% do VBP regional. (GUANZIROLI; DI SABBATO, 2000). Todavia, em contrapartida, recebem apenas 25,3% do financiamento destinado à agricultura. (MONTES, 2003).

Além de tudo, as precárias condições das estradas amazônicas dificultam a comercialização dos produtos e constituem um grande obstáculo para ampliar de vendas. Os preços baixos constituem também fator negativo para o produtor investir na agricultura comparativamente à pecuária. Por isso, a pecuária se torna uma atividade atrativa na região em função também da disponibilidade de terras. Além disso, demanda pouca mão-de-obra e os bovinos podem ser comercializados em qualquer época do ano e com alta liquidez. (FERREIRA; MENDES, 2003). A pergunta é: Que tipo de tecnologia é capaz de desenvolver o setor agrícola levando-se em consideração as limitações de recursos para promover esse desenvolvimento? Para responder a essa questão, os autores destacam a seguinte afirmação da FAO:

É imperiosa e urgente a necessidade de se investir na orientação e capacitação dos produtores para que eles mesmos façam a transformação agrícola, a partir do uso de tecnologias que sejam apropriadas aos recursos disponíveis dentro de suas propriedades, pois não há tempo a perder com perfeccionismos inalcançáveis e utopias dependentes de decisões e auxílios externos.

[...] dispor de recursos materiais não será suficiente se os agricultores não tiverem os conhecimentos para aproveitar as potencialidades e oportunidades de desenvolvimento que existem em suas propriedades.

A capacitação é o fator externo que tem o grande mérito de libertar o agricultor da dependência dos outros fatores externos; e nisto reside a sua extraordinária importância estratégica, especialmente quando os fatores externos são reconhecidamente escassos, insuficientes e inacessíveis. (FAO, apud FERREIRA; MENDES 2003).

Entretanto, a sustentabilidade da agricultura na Amazônia é, sobretudo, uma questão política. O desafio é aliar a sustentabilidade ecológica com a sustentabilidade econômica do pequeno produtor em busca da reprodução familiar. O processamento agroindustrial em associações e cooperativas dos produtos agrícolas e extrativistas aponta para soluções. No entanto, estas enfrentam percalços no que toca aos arranjos institucionais na relação com o mercado e com seus associados, já que a organização dos processos industriais e de

comercialização deve estar subordinada ao caráter diversificado e sustentável da produção extrativista e agrícola. (CAMPOS, s/d).

Não obstante, as grandes vantagens apresentadas pela agricultura familiar em relação a patronal, o crédito direcionado para o segmento familiar é menor. Os agricultores familiares nunca tiveram organização e força para influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola. (MONTES, 2003).

Todavia, os recursos financeiros do FNO constituem um estímulo para a fixação do agricultor no meio rural. Contudo, o esforço individual de cada agricultor em resolver problemas internos à sua propriedade foi e continua sendo determinante para o sucesso dos empreendimentos. É preciso salientar ainda que o crédito exerce um papel fundamental para o desenvolvimento agrícola ao possibilitar o acesso à tecnologia de produtos (máquinas, equipamentos, insumos entre outros) àqueles agricultores que não dispõem de recursos financeiros para tal. A eficiência do crédito se relaciona com a capacidade administrativa do tomador do crédito, resultando disso a necessidade de se investir em tecnologia de processo, sendo que esta deveria, anteceder, complementar e/ou potencializar as tecnologias de produtos. (FERREIRA; MENDES, 2003).

A reprodução da agricultura familiar com a diversificação de atividades rurais impulsiona e é fundamental ao desenvolvimento regional. O produtor familiar, quando recebe apoio suficiente, é capaz de produzir uma renda total, incluindo a de autoconsumo, superior ao custo de oportunidade do trabalho (BUAINAIN, ROMEIRO, GUANZIROLI, 2003; SIEDENBERG; SILVA, s/d)

Buainain, Romeiro, Guanzirolí (2003) creditam a marginalização de um importante grupo de produtores não à inviabilidade estrutural, mas à ausência de políticas de apoio. Os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos e consideram que a política agrícola deve melhorar para o conjunto dos produtores e não apenas para alguns, ampliando os incentivos, o acesso, a disponibilidade e as instituições. Os autores afirmam ser necessário fortalecer os espaços como os diferentes Conselhos Municipais, em particular o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, para garantir a participação efetiva das comunidades locais na definição de prioridades para o desenvolvimento.

Por sua vez, Gasques; Spolador (2003), baseados em Yaron; Benjamín; Piprek (1999) destacam que a literatura considera o ambiente macroeconômico como condição essencial para o

desenvolvimento da agricultura, por meio dos efeitos sobre o sistema de crédito e outras partes relacionadas ao funcionamento dos mercados e das instituições.

Sobre a importância do FNO, Santana (2002) creditou a evolução das produções agrícolas, produtos alimentícios, pecuária e extrativismo, aos investimentos do FNO, em função direta ou indireta. Ferreira; Mendes (2002) destacaram que, em linhas gerais, os recursos creditícios do FNO foram direcionados, basicamente, para a atividade pecuária e para as lavouras permanentes, em detrimento das lavouras de subsistência, tanto em termos de área plantada quanto valor contratado, ao longo da década de noventa no Estado do Pará. Amin (2002), destaca o fato da expansão da pecuária na região ter se dado em função do FNO.

Em termos regionais, Santana (2002), afirma que o Banco da Amazônia acertou ao concentrar 70% dos recursos no setor rural agrícola. Segundo este autor, de 1989 a 2000, o Banco da Amazônia destinou 15,16% para a agricultura de subsistência (açaí, arroz, feijão, mandioca e hortaliças). Segundo Carvalho (2002), a agricultura (95/96) recebeu 69,44% e (90/00) 47,41% dos recursos do FNO. Por sua vez Homma (2002) chamou a atenção para os perigos de determinadas atividades da moda que são inseridas na Amazônia, sem mercado e definição tecnológica, estimuladas até por caprichos individuais, e que são riscos constantes na região.

Em termos de investimentos locais, dos quase US\$ 1 bilhão financiados até 1997 pelo FNO, cerca de um quarto se destinou aproximadamente a 30 mil famílias de pequenos agricultores, fato inédito no país e que estaria provocando uma verdadeira revolução na agricultura da região Norte. (CAMPOS, s/d). Montes (2003) confirmou a importância de se desenvolver a agricultura familiar no País enquanto instrumento de otimização do gasto público.

Bittencourt (2003), fundamentado em Bonelli (2001), afirma que um aumento de 1% na renda agropecuária causa aproximadamente uma variação da mesma ordem de grandeza na renda dos demais setores. Por isso, a crítica não é em relação ao apoio dado pelo Estado ao setor agropecuário, mas sua priorização aos setores latifundiários em contraposição ao pouco apoio à agricultura familiar ou às pequenas propriedades.

1.9 PECUÁRIA

A pecuária é um setor de paixões e extremos. Mesmo sendo considerado um dos principais produtos da região, é acusada de ser (e provavelmente é) a principal responsável pelos desmatamentos e danos ao ambiente no Estado do Acre.

Mas sem subsídios e isenções fiscais, que chegavam a mais de 80% dos custos, é provável que os empresários não se dessem ao trabalho de explorar a região amazônica, até por existirem opções de menor custo e dificuldade. Existe consenso sobre o fracasso ecológico e econômico desta atividade na Amazônia (PÁDUA, 2000). Este autor afirma que a pecuária foi priorizada pela primeira leva de capitalistas aventureiros (1970), por permitir uma apropriação relativamente fácil e pouco trabalhosa de enormes extensões de terra subsidiada. Segundo ele, os resultados econômicos dessa atividade, no entanto, foram pífios em termos de produtividade e geração de empregos.

Em contraposição, Santana (2002) afirma que a pecuária gera mais emprego formal e que a silvicultura tem baixa participação e pouca rentabilidade (matéria prima valorada abaixo do custo de escassez). Para este autor, a pecuária é a atividade rural mais produtiva da região norte, ocupando mais mão-de-obra (mas sem vínculo empregatício).

Na mesma linha de raciocínio, Amin (2002) afirma ter a região vantagens comparativas para este setor. Todavia não é uma atividade recomendada a todos, mas para investimentos em áreas com mais de mil hectares. (SANTANA, 2002). Porém, se seguida esta recomendação, haverá contradição em relação os princípios básicos do FNO (prioridade para pequenos produtores e agricultura familiar).

A carne bovina é o principal produto de exportação do Acre, movimentando R\$ 300 milhões ano na economia estadual. É a maior atividade econômica do setor primário, representando 40% da produção agropecuária, com o extrativismo representando apenas 6%. O rebanho bovino do Acre cresceu 416% entre 1990 e 2004. Esta é a maior taxa na Amazônia Legal e muito acima da brasileira (2,2%). O rebanho bovino acreano era de 1,8 milhões em 2002, ultrapassando dois milhões em 2003 e chegando a 2,6 milhões em 2006³⁸.

³⁸ http://www.noticiasdahora.com/index.php?option=com_content&task=view&id=2040&Itemid=26, acesso em 28/01/08.

CAPÍTULO II

Resultados e discussão

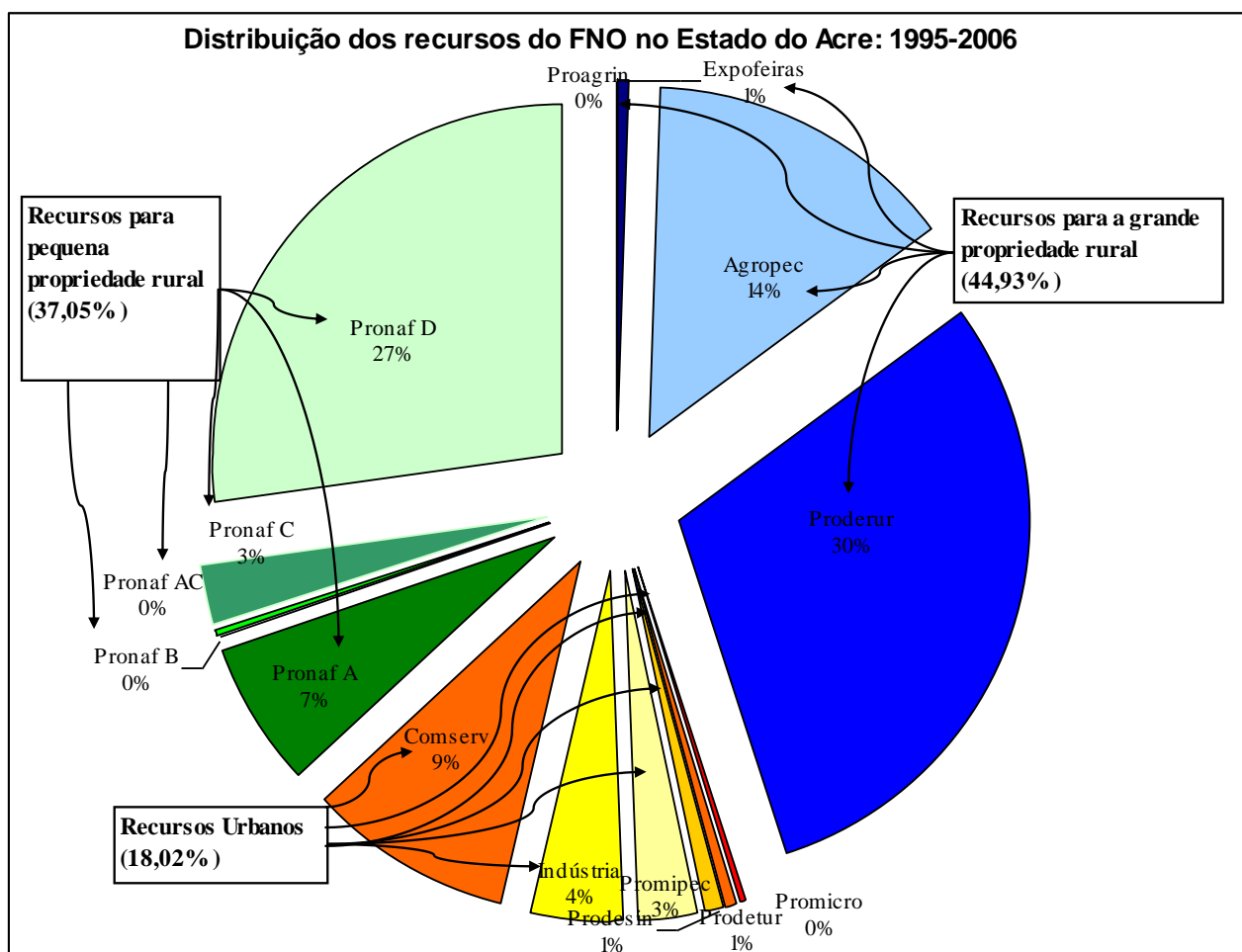
Distribuição dos financiamentos

É o FNO um instrumento de desenvolvimento regional ou apenas mais um elemento em favor da classe dominante?

2.1 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FNO NO ACRE – RECURSOS RURAIS (GRANDE PROPRIEDADE)

Neste capítulo faz-se um exame dos resultados coletados, iniciando-se com uma análise da distribuição geográfica dos recursos do FNO no Acre, abordando primeiramente os destinados à grande propriedade e, em segundo lugar, aqueles destinados às aplicações mais identificadas com o setor urbano e, depois, os financiamentos destinados mais especificamente para a pequena propriedade (PRONAF), conforme pode ser vislumbrado no gráfico nº 01.

Gráfico nº 01: Distribuição dos Recursos FNO para no Estado do Acre (1995-06)



Fonte: Dados da pesquisa

A divisão das linhas de financiamento em três grupos distintos, quais sejam grande propriedade rural, recursos urbanos e pequena propriedade rural, tem como objetivo distinguir os investimentos no campo dos realizados em outros setores.

O motivo é que o FNO deve priorizar os investimentos na pequena propriedade e buscar a desconcentração de renda. Contudo, os recursos urbanos não foram subdivididos, pois somente duas linhas (**Promipec** e **Promicro**) são voltadas para este grupo e com baixos volumes investidos. Estas, juntamente com os PRONAFs, seriam aquelas que melhor atendem os objetivos do fundo.

Com este fracionamento, fica facilitada a análise dos recursos. Não obstante, é preciso ressaltar que em alguns momentos as análises utilizam os valores de outros setores, principalmente a título de comparação dos valores liberados.

Antes de passar para a análise dos recursos do setor responsável pelo financiamento da grande propriedade rural, é preciso ressaltar não serem os financiamentos exclusivos deste grupo de produtores, mas disponível a todos que atendam aos requisitos bancários e estejam dispostos a contratarem recursos com as taxas de juros de cada uma das linhas.

Foram quatro linhas nesta análise (Quadro nº 02). Esta separação busca apenas diferenciar os recursos de acordo com o público alvo, principalmente dos recursos voltados para o setor urbano e também dos destinados à pequena propriedade (PRONAFs).

Quadro nº 02: Linhas de Recursos do FNO destinada ao setor Rural - Grande propriedade

Proderur	É o “Programa de Desenvolvimento Rural” e contempla. Entre outras atividades, a aplicação de recursos na atividade pecuária, principalmente em grandes propriedades.
Proagrin	É o Programa de financiamento voltado ao desenvolvimento das agroindústrias.
Agropec	Crédito destinado aos mini, pequenos, médios e grandes produtores rurais, bem como suas cooperativas e associações de produção, financiando ações voltadas para o aumento de produtividade e recuperação de áreas degradadas.
Expofeiras	Esta modalidade de financiamentos é apoio do Banco da Amazônia aos eventos do tipo Feiras e Exposições.

Com relação ao setor urbano foram seis linhas enquadradas nesta análise (Quadro nº 03). Mas, é preciso ressaltar que a expressão “Recursos Urbanos” tem objetivo meramente didático de os separar dos recursos agrários propriamente ditos, não se podendo afirmar terem sido os recursos aplicados rural ou urbanamente em termos geográficos.

Quadro nº 03: Descrição das linhas de recursos voltados para o Setor Urbano

Prodetur	Esta linha se refere ao programa de desenvolvimento do Turismo Ecológico
Prodesin	É o programa de desenvolvimento da Indústria
Promicro	Destinada ao apoio às microempresas de atividades selecionadas.
Promipec	Programa de apoio à pequena e microempresa.
Comserv	Voltada para o apoio ao setor de comércio e serviços
Indústria	Linha de crédito destinada ao fomento do setor industrial.

Os recursos destinados à propriedade familiar são os que realmente tem público diferenciado, definido por critérios legais de seleção. Contudo, duas linhas (A/C e B) têm um limite tão baixo de recursos passíveis de serem liberados que podem ser considerados como microcrédito. Ao todo foram destacadas cinco linhas para serem trabalhadas (vide Quadro nº 04).

Quadro nº 04: Descrição das linhas de recursos para a pequena propriedade rural

PRONAF A	Crédito para agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária oficial, beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário. Financia atividades Agrícolas, Pecuária e Produção artesanal até R\$ 16,5 mil, em até duas operações. A taxa de juros é de 1,15% a.a. Pagamento em até 10 anos (três de carência + dois anos). Benefício de 40% por parcela paga até a data do vencimento.
PRONAF A/C	Destinado à produtores familiares egressos do Grupo A que não contrairam financiamento nos Grupos "C", "D" ou "E". Os valores entre R\$ 500,00 e R\$ 3.000,00. A taxa é de 2,00% a.a. O prazo é de até dois anos (um para custeio pecuário). Desconto de R\$ 200,00, em cada parcela em dia.
PRONAF B	Recursos para produtores rurais familiares, com renda bruta anual familiar de até R\$ 2.000,00 e no mínimo 30% advinda da exploração do estabelecimento. Os valores são até R\$ 3.000,00. Financia atividades agropecuárias e não agropecuárias. A taxa de juros é de 1,00% a.a com até dois anos (um de carência). Benefício de 25% em parcela da dívida paga em dia.
PRONAF C	Destinado a agricultores familiares com renda bruta anual entre R\$ 2.000,00 e R\$ 14.000,00, com no mínimo 60% dessa renda da exploração do estabelecimento. Valores entre R\$ 1.500,00 até R\$ 6.000,00 para investimento (pode ser associado a custeio - limitado a 35% total). Juros de 3% a.a. para investimento e 4% para custeio (beneficiamento/comercialização= 8,75%). Pagamento em até oito anos (16 para culturas perenes), com três a cinco anos de carência. Desconto de R\$ 700,00 para investimento e de R\$ 200,00 nos créditos de custeio isolado.
PRONAF D	Para agricultores familiares com renda bruta anual acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00 (70% oriunda no estabelecimento). Até R\$ 18.000,00 para investimento (custeio=35%). Financia Agricultura; Pecuária; Turismo rural; Produção artesanal; Pesca artesanal; Extrativismo; Silvicultura; Aquicultura. A taxa de juros a.a. é de 3% (investimento); 4% (custeio) e 8,75% (beneficiamento/comercialização). Pagamento em até oito anos (até 16 para culturas permanentes) com três a cinco de carência (até dois se custeio agrícola e um para custeio pecuário e agroindústria).

2.1.1 PRODERUR

Esta linha, em valores corrigidos pelo IPCA até maio de 2006, teve um desembolso total de R\$ 117 milhões, em 718 contratos (Tabela nº 02), dos quais 83,5% concentrados em Rio Branco. A média por contrato pós-1994 ficou em R\$ 198,6 mil. O **Proderur** foi uma das linhas individuais com maior volume de recursos aplicados no Estado, cujos valores foram desembolsados entre 1989 e 2004.

Em termos das meso-regiões, a do Vale do Acre revela uma concentração de 90,75% dos recursos na área de influência direta da capital³⁹, onde residem 70,9% da população estadual. Para a região do Vale do Juruá (29,1% da população) restaram apenas 9,25%.

Esses dados podem ter correlação com o volume de desmates maiores na região mais beneficiada com os recursos do FNO, pois nas imagens de satélite com os registros dos desmatamentos (ver Imagem nº 02) são visíveis os maiores devassamentos na região Leste e notadamente no entorno da capital. Assim, se o fundo é a principal fonte de recursos para a Região Norte⁴⁰, pode ter esta concentração financeira contribuído para o avanço da pressão sobre a hiléia.

Em se tratando de micro-região, o descompasso privilegiante para capital é patente, pois esta detém 56,7% da população, mas o aporte de recursos foi de 83,5%. Com isso, todas as outras regiões foram prejudicadas, com Cruzeiro do Sul ficando com apenas 3,4% e o pior resultado percentual.

A cidade de Tarauacá teve um resultado mais próximo de sua importância populacional, embora ainda abaixo disso. Outro detalhe a chamar a atenção é que a distribuição dos contratos é mais proporcional à participação populacional (exceção para Cruzeiro do Sul, bem abaixo e Tarauacá, acima), mas talvez este seja afetado por um maior período de cobertura das liberações (1989-2004).

³⁹ Neste trabalho consideram-se os municípios do vale do Acre como sendo área de influência da capital por serem os mais próximos e com ligação rodoviária pavimentada e permanente com aquela.

⁴⁰ <http://www.bancoamazonia.com.br/fno.htm> e Santana (2002).

Tabela nº 02: Recursos da linha Proderur por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média %		Total (89-04)	Média %
Brasiléia	3 387,18	2,90	5,49	57	7,94
Cruzeiro do Sul	3 947,18	3,37	18,03	62	8,64
Feijó	1 733,53	1,48	5,67	45	6,27
Rio Branco	97 686,88	83,51	56,71	416	57,94
Sena Madureira	4 368,03	3,73	6,61	34	4,74
Tarauacá	5 143,64	4,40	5,40	77	10,72
Xapuri	712,33	0,61	2,10	27	3,76
Total	116 978,78	100,00	100,00	718	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

* Corrigidos pelo INPC até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.1.2 PROAGRIN

Na linha Proagrin, os recursos foram liberados intercalados anualmente no período de 1998 a 2001, com apenas três contratos e R\$ 239 mil. Rio Branco concentrou todos os recursos disponibilizados pós-1994.

Em que pese à importância dos recursos para o setor agrário, responsável por parte considerável do PIB nacional, no Acre não houve uma seqüência ou sequer volume capaz de promover o crescimento deste tipo de empresa durante o período amostrado (Tabela nº 03). No caso desta linha, vale o mesmo raciocínio aplicado ao Promicro, sendo mais um indicador da política de desenvolvimento utilizada no Estado.

Não obstante, é preciso ressaltar ser a agroindústria o destino da produção rural e, no caso desta ser insignificante, não adianta recursos para fomento de uma indústria sem matéria prima. Nas agroindústrias, normalmente é apoiado o crescimento das produções agropecuárias e posteriormente é feita a instalação da planta industrial. Em muitos casos, o produto do setor rural é exportado de forma *in natura* durante um certo tempo até existir produção suficiente para poder viabilizar a instalação de uma indústria.

Contudo, nada impede o fomento dos chamados ‘projetos casados’, em que a produção de um pequeno grupo de produtores é apoiado para garantir matéria-prima em volumes mínimos para a movimentação da indústria⁴¹. Com o tempo os outros produtores passam a se incorporar no processo à medida que dominam a tecnologia de produção.

⁴¹ Existe um projeto para a implantação de um frigorífico para frangos no município de Brasiléia, cuja infra-estrutura física da indústria já está instalada e os agricultores já foram selecionados. Todavia ainda não foram resolvidos alguns problemas de produção e a empresa não entrou em operação. Neste caso, se fosse um investimento particular já estaria acumulando prejuízos enquanto espera a disponibilidade de matéria prima, sendo inviável em termos econômicos.

No Acre, ainda não houve este tipo de projeto, havendo apenas a liberação de recursos para determinadas culturas que, exceto pela pecuária, não mostrou resultados relevantes. Isso se reflete nos produtos principais no Estado, onde atualmente apenas dois apresentam volume suficiente para uma maior industrialização: madeira extrativa e gado de corte⁴². Ou seja, sem produção apoiada – crédito, assistência técnica e infra-estrutura, não há indústria a ser fomentada.

Tabela nº 03: Recursos da linha Proagrin por Agências, Valores e contratos (89-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média %		Total (89-04)	Média %
Brasília	-	-	5,49	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	18,03	-	-
Feijó	-	-	5,67	-	-
Rio Branco	239,00	100,00	56,71	3	100,00
Sena Madureira	-	-	6,61	-	-
Tarauacá	-	-	5,40	-	-
Xapuri	-	-	2,10	-	-
Total	239,00	100,00	100,00	3	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE.

*Corrigidos pelo INPC até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.1.3 AGROPEC

Esta linha de financiamentos registra liberações a partir de 2004, com 244 contratos e R\$ 55 milhões (Tabela nº 04). A média histórica é de R\$ 226,5 mil por contrato. Rio Branco concentrou 76% de todos os recursos disponibilizados. Sena Madureira e Xapuri (1,0% e 3,1% acima, respectivamente), também foram privilegiadas com mais recursos que população. As outras foram preteridas.

É bastante provável ter a **Agropecuária** substituído o **Proderur**, mas como aparecem em separado nos dados fornecidos pelo Banco da Amazônia, foram analisadas de forma distinta. Contudo, como têm ambas clientela entre os maiores proprietários, não há problema serem avaliadas distintamente, pois devem ter mudado os critérios de contratação.

A evolução agrícola, pecuária e extrativismo, podem ser creditados aos investimentos do FNO. (SANTANA, 2002), mas esses recursos foram direcionados principalmente para a atividade pecuária e as lavouras permanentes, prejudicando as lavouras de subsistência. (FERREIRA; MENDES, 2002; AMIN, 2002).

⁴² Ver itens sobre a agricultura anual (2.4), pecuária (2.5 e 2.6) e extrativismo (2.7).

Assim, o interesse de investimento no setor rural pode ser ainda explicado devido ao elevado retorno dos recursos investidos no setor. Bittencourt (2003), baseado em Bonelli (2001), afirma que um aumento de 1% na renda agropecuária causa uma variação da mesma ordem na renda dos demais setores.

Por isso, a crítica não é em relação ao apoio dado pelo Estado ao setor agropecuário, mas sua priorização aos setores latifundiários em contraposição ao pouco apoio à agricultura familiar ou às pequenas propriedades. Além de concentrar recursos nas mãos de poucos, isso pode ter significado uma pressão maior sobre o ambiente e ampliando os problemas relacionados com a devastação. Este raciocínio vale também para o **Proderur**.

Tabela nº 04: Recursos da linha Agropec por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média%		Total (89-04)	Média %
Brasília	1 213,55	2,20	5,49	17,00	6,97
Cruzeiro do Sul	1 906,83	3,45	18,03	11,00	4,51
Feijó	1 237,71	2,24	5,67	14,00	5,74
Rio Branco	41 853,83	75,74	56,71	139,00	56,97
Sena Madureira	4 212,16	7,62	6,61	19,00	7,79
Tarauacá	1 931,30	3,49	5,40	22,00	9,02
Xapuri	2 904,69	5,26	2,10	22,00	9,02
Total	55 260,08	100,00	100,00	244,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

* Corrigidos pelo INPC até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.1.4 EXPOFEIRAS

O apoio do Banco da Amazônia a eventos somente tem registros a partir de 2004. Rio Branco lidera com 9% acima do equivalente populacional, seguida por Xapuri (9%) e Tarauacá (4%). As outras tiveram recursos em escala menor que o equivalente em população (Tabela nº 05).

Cabe ressaltar que no Estado existe apenas uma feira de maiores proporções, a Expoacre em Rio Branco, sendo as outras feiras municipais pequenas e incipientes em termos de público e negócios.

Aliás, neste caso, até mesmo a feira da capital tem sido criticada pelo grande volume de bares, restaurantes e lojas comerciais, não sendo propriamente um evento para divulgar a produção local, seja ela artesanal, agropecuária ou industrial.

Tabela nº 05: Recursos da linha Expofeiras por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média%		Total (89-04)	Média %
Brasiléia	119,08	4,85	5,49	3,00	10,00
Cruzeiro do Sul	119,91	4,88	18,03	1,00	3,33
Feijó	16,33	0,66	5,67	1,00	3,33
Rio Branco	1 606,37	65,39	56,71	18,00	60,00
Sena Madureira	72,50	2,95	6,61	1,00	3,33
Tarauacá	232,06	9,45	5,40	3,00	10,00
Xapuri	290,36	11,82	2,10	3,00	10,00
Total	2 456,62	100,00	100,00	30,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

*Corrigidos pelo INPC até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.1.5 DISCUSSÃO DOS DADOS – GRANDE PROPRIEDADE

Um dos fatores que pode ter dificultado a contratação de financiamentos FNO pode ter sido a dificuldade de deslocamento por pessoas residentes em áreas isoladas. Contudo, a falta de acesso aos microdados (contratos) impede uma análise mais profunda. Verificou-se, no entanto, que as liberações se concentraram na área servida por malha rodoviária (mesorregião do Vale do Acre). Cabe salientar ser nessa mesma região onde se concentra a maior parte dos projetos de assentamento, que bem ou mal são servidos por ramais.

Todavia, é preciso ressaltar que os recursos para a pequena propriedade familiar não são analisados neste tópico, embora possa haver assentados beneficiários de outras linhas que não as ligadas à propriedade familiar⁴³. Além disso, tem sido um fato a lembrança de áreas destinadas a assentamentos rurais, pois as mesmas apresentam melhores condições de infra-estrutura.

Para os municípios sem ligação rodoviária ou distantes, uma forma de reduzir os efeitos do isolamento poderia ser uma ação tipo “agência itinerante”, escritório avançado ou até mesmo uma representação local apoiada por servidores municipais ou estaduais para centralização de recebimentos de propostas, adequação aos parâmetros bancários, encaminhamento, ajustes, assinatura dos contratos e fiscalização.

No tocante a distribuição total dos recursos para o setor rural, inclusive PRONAFs e **Profloresta**, percebe-se que a região atendida pelas duas agências da capital concentrou

⁴³ No Acre, as estradas não pavimentadas (a maioria) são carroçáveis no período seco, compreendido entre os meses de maio a outubro.

69,7% dos recursos (12 p.p acima de sua participação populacional), seguida de Sena Madureira (2,3 p.p acima), como pode ser visto na Tabela nº 06.

Tabela nº 06: Recursos para o setor rural (linha e município; em R\$ 1000,00; 1989-2006)

Rural	Proderur	Pronaf(todos)	Profloresta	Agropecuária	Total	%	Pop. %
Brasília	3 387,18	11 509,65	-	1 213,55	16 110,39	5,07	5,49
Cruzeiro do Sul	3 947,18	20 529,61	1 388,14	1 906,83	27 771,75	8,74	17,83
Feijó	1 733,53	4 348,89	-	1 237,71	7 320,13	2,30	5,67
Rio Branco	97 686,88	81 874,15	104,17	41 853,83	221 519,03	69,71	56,71
Sena Madureira	4 368,03	20 335,39	-	4 212,16	28 915,58	9,10	6,80
Tarauacá	5 143,64	3 406,12	-	1 931,30	10 481,06	3,30	5,40
Xapuri	712,33	2 052,74	-	2 904,69	5 669,77	1,78	2,10
Total	116 978,78	144 056,54	1 492,31	55 260,08	317 787,71	100	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Brasília recebeu praticamente o mesmo que a população (influência dos PRONAFs), tendo os outros municípios recebido recursos inferiores a seu índice populacional. A cidade de Sena Madureira e as regiões atendidas pelas agências da capital e de Brasília possuem os maiores IDHs do Estado, revelando concentração nos investimentos.

Historicamente, a agricultura sempre teve papel de destaque no desenvolvimento da economia brasileira, sendo o setor agropecuário fundamental no processo de desenvolvimento regional, seja na segurança alimentar, empregos, renda e divisas. (GOMES et al. 2005).

Contudo, o baixo retorno do setor agropecuário acreano é sentido com o resultado da insegurança alimentar levantado pelo IBGE (vide Tabela nº 01). No caso da agricultura acreana, não foi implantado o modelo americano (máquinas e tecnologias por conta da falta de mão-de-obra, conforme. GOMES et al. (2005) nem o modelo japonês (técnicas biológicas e químicas).

Mesmo assim, o Estado viu sua população rural migrar para as cidades, possuindo atualmente 68,4% de urbanização e sem que isso tenha se traduzido em ganhos de produção-produtividade para ao setor agropecuário ou que esse movimento seja resultado de um processo de industrialização ou desenvolvimento urbano. Pelo contrário, os dados revelam que o Estado apresenta a maioria dos produtos agrícolas praticamente estagnados no mesmo patamar do começo dos anos 90 (vide item 2.4 - Análise das Culturas Anuais).

Se o estágio de agricultura moderna se atinge com um percentual de mão-de-obra rural de até 15% (ALVES, 1999, apud GOMES et al. 2005), em termos de Acre isso ainda não foi atingido. Não obstante, o Estado já pode ser considerado urbano com seus 31,6% de população na área rural. O resultado desse processo de migração interna em busca de sustento após a falência dos seringais e até

mesmo do modelo agrícola (pós-1990) é visto no gigantesco cinturão de miséria que cerca todas as cidades do Estado, notadamente a capital.

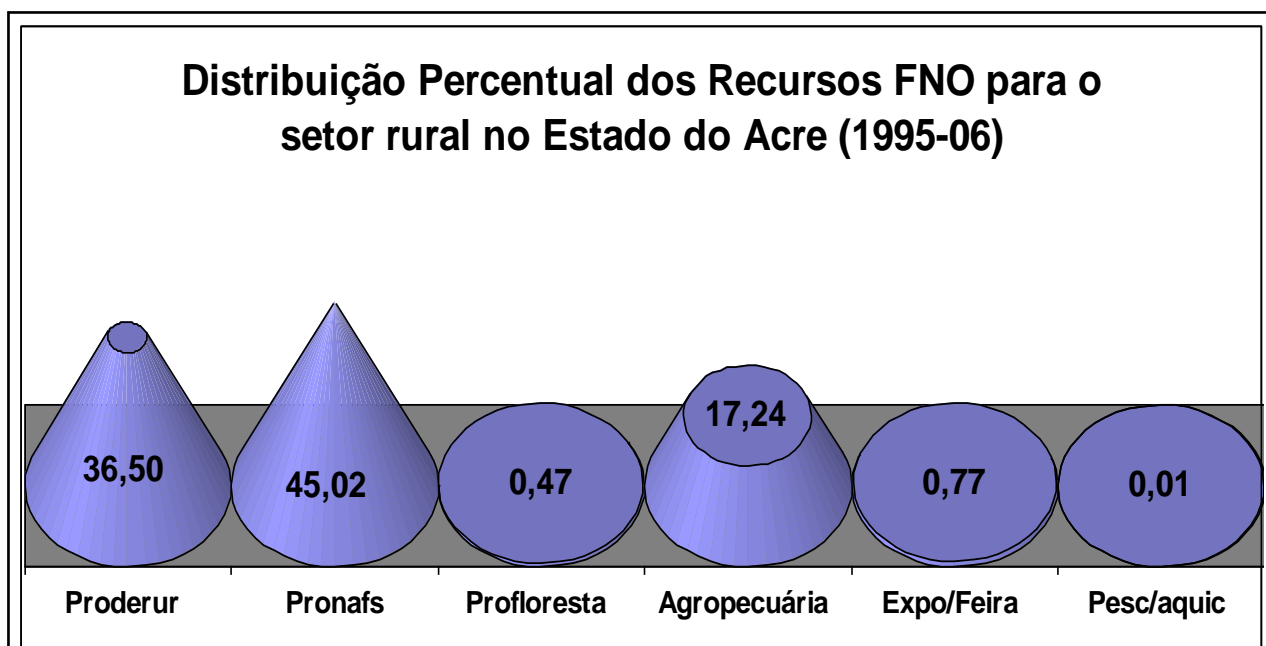
A prova da falência do setor rural pode ser constatada com o elevado percentual de insegurança alimentar no estado, com 74,7% de insegurança total, dos quais 28,5% de pessoas que não sabem o que vão ingerir na próxima refeição. Um paradoxo é verificado: existe mais insegurança alimentar no setor rural que no urbano (vide Tabela nº 01).

Em termos do presente trabalho, verificou-se ter o setor rural, como um todo, recebido ao longo do período estudado R\$ 318 milhões, sendo a linha PRONAF responsável por menos da metade (45%) do total de financiado (Gráfico nº 02). A linha **Proderur** foi responsável por mais de um terço (37%) do volume total, com o programa **Agropec** respondido por cerca de 17%. A linha **Profloresta** teve pífios 0,5%, ou seja, muito pouco para um Estado que nos últimos três governos, a partir de 1999, tem em seu slogan a identificação com a floresta e apresenta discurso ecológico⁴⁴.

Se forem somados os valores do **Proderur** e **Agropec** (a média pós-1995 é R\$ 198,61 mil e R\$ 226,48 mil por contrato, respectivamente), ambos destinados às maiores propriedades, verifica-se ter havido uma concentração de 53,7% na grande propriedade. Pura centralização de renda e riqueza.

Gráfico nº 02: Percentuais do FNO para o setor rural no Estado do Acre (1995-06)

⁴⁴ Governo da Floresta, slogan oficial do Governo do Estado do Acre. No Estado, foi criado ainda um neologismo para identificar a nova forma de gestão: Florestania. Esta seria correlacionada com o modo de vida dos residentes na floresta, como índios e seringueiros.



Fonte: Dados da pesquisa

Vale ressaltar que no período mais recente, atendido pelo **Agropec** entre 2005 e 2006, os investimentos concentradores de renda foram 14% maiores, agravados ainda pelo aumento no volume por contrato. Esse crescimento na quantidade média liberada também se dá em pleno governo da floresta (1999-2006) e na gestão do banco no período 2003-2006.

Para a propriedade familiar, ficou apenas uma média de R\$ 10,4 mil por contrato. Ou seja, para cada contrato médio de grande proprietários (média de R\$ 212,5 mil) poder-se-ia atender a 20 produtores familiares, com toda a força que estes representam no corolário nacional, conforme vários autores citados anteriormente⁴⁵.

Além disso, se for levado em conta que as famílias rurais são mais numerosas que as de classe média urbanas – como as dos maiores proprietários, ter-se-ia no primeiro caso algo como 120 a 160 pessoas por contrato, com apenas cinco no segundo.

Isso permite inferir então a possibilidade de atender a um público de 16.538 famílias (99.231 pessoas em famílias médias de seis pessoas) com o volume de recursos investido na grande propriedade. Porém constata-se que o alcance real dessas linhas não deve ter ultrapassado a casa das cinco mil pessoas (média de cinco pessoas por unidade familiar em 962 contratos).

Quando os dados são analisados levando em consideração a divisão clássica, Vales do Acre e Juruá, verifica-se que esta região é preterida em favor daquela. Em termos de

⁴⁵ Quesnay (1983), apud Trindade; Galante (2006); Guanziroli; Di Sabbato (2000); Montes (2003); Siedenberg; Silva (S/D); Buainain; Romeiro; Guanziroli (2003); Guilhoto; Silveira; Azzoni, 2004, apud Reis, 2006.

Proderur, denota-se uma concentração absurda de 90,8% para Vale do Acre (população de 71 % do total do Estado), com os valores praticamente se repetindo com o programa **Agropec**. Estas duas linhas são as responsáveis pelos recursos para as áreas maiores. No geral, o Vale do Acre ficou com 83% dos recursos para o setor agrário e o Juruá com apenas 17% (população de 29%), como apresentado na Tabela nº 07.

Tabela nº 07: Recursos FNO - setor rural (por meso região estadual, em R\$ 1000,00 – 1989-2006)

Região	Proderur	Pronaf (todos)	Pro floresta	Agropec	Total	R\$ %
Vale do Acre	106 154,43	115 771,93	104,17	50 184,24	272 214,77	83,26
Vale do Juruá	10 824,35	28 284,61	1 388,14	5 075,84	45 572,94	16,74
% Juruá	9,25	19,63	93,02	9,19	14,34	16,74
% Acre	90,75	80,37	6,98	90,81	85,66	83,26

Fonte: Dados da pesquisa

O resultado dessa concentração de recursos pode ter a ver com a Imagem nº 02, onde se constata o tamanho da devastação na região Leste e pouca agressão na região Oeste. Nesta, é visível o tamanho da agressão sobre a floresta, principalmente no entorno de Rio Branco, com reflexos ainda no eixo das rodovias BR 364 (Sentido Leste – Oeste) e BR 317 (sentido Norte – Sul).

É possível afirmar que quanto maior a infra-estrutura e o aporte de recursos, maior poderá ser a devastação. Além disso, deduz-se que as inversões financeiras a partir do FNO podem não estar contribuindo com o desenvolvimento, mas sim no sentido de concentrar renda nas regiões mais bem localizadas e melhor servidas por infra-estrutura.

No caso de Rio Branco, a situação pode estar ampliando a deseconomia de aglomeração ali existente. Com isso, é possível deduzir que o FNO não atingiu seus objetivos no sentido de fomentar o desenvolvimento regional em seu conceito mais amplo, mas agiu na lógica do sistema financeiro bancário e atendeu principalmente aos que oferecem maiores garantias e na lógica do capital.

Na distribuição dos recursos para o setor rural⁴⁶, a capital ficou com 69% dos recursos, mas em número de contratos foram apenas 46%, indicando uma maior liberação de recursos por contratos. Além da capital, o descompasso só não é notado no município de Sena Madureira (10,7% dos recursos para uma população de 6,9%).

⁴⁶ Inclusive Pronaf, Pesca, Pró-floresta.

Imagem n° 02: Desmatamentos no Oeste Brasileiro até setembro de 2006.



Imagem de satélite com os desmatamentos (em amarelo) no oeste brasileiro⁴⁷

Brasília ficou com valores próximos de sua importância populacional, mas ainda aquém do equivalente deste em recursos. As outras, principalmente as da região do Juruá, foram seriamente penalizadas. Em termos gerais, a região Oeste ficou com 86% (71% da população estadual) e a região Leste com 14% (população de 29% do total do Estado).

Os dados revelam falta de critérios do banco e possivelmente do governo, onde os investimentos agrupados agem de forma contrária ao desenvolvimento. Além disso, os elevados volumes reunidos em poucos contratos concentram a renda e contribuem para manter o Acre com um dos piores índices de Gini do país⁴⁸ (vide Imagem n° 01).

Além do mais, os recursos investidos na grande propriedade atendem aos interesses do mercado, seja local ou externo, reduzindo a produção de culturas alimentares. Isso, por sua vez, se traduz na elevada insegurança alimentar no Estado.

⁴⁷ Sistema DETER: Modis 30 Setembro 2006/Divisão Política/DESMATAMENTO MODIS Jan-Dez/2006, em <<http://www.inpe.br/deter>>, acesso em 06 fev 2007.

⁴⁸ No caso do Acre, conforme IPEA (2005) *apud* ZARA (2006), houve um grande incremento na concentração de renda e apresentou, naquele levantamento, uma das maiores do Brasil. Na Amazônia, houve também aumento da concentração nos outros Estados, exceto no Amazonas (manteve) e em Rondônia (redução considerável).

2.2 DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO FNO NO ACRE – RECURSOS URBANOS

2.2.1 PRODETUR

Esta linha registra valores apenas entre os anos de 2000 e 2005, não havendo registros nos anos de 2002 e 2004. Esta linha ‘premiou’ apenas os dois centros maiores, quais sejam Rio Branco e Cruzeiro do Sul (vide Tabela nº 08). Destaque-se ainda o fato da média dos valores contratados em Rio Branco ser 4,2 vezes maior que o da outra cidade.

O Encontro Estadual de Planejamento para o Desenvolvimento Regional⁴⁹ (11 e 12/08/05), apontou como prioritários para 2006 os Arranjos Produtivos Locais (APL) de ecoturismo (todas as cidades do Estado). Contudo, até a coleta das informações (junho/2006), esta linha de crédito registrou apenas dois contratos em 2005 e nenhum em 2006, sendo um em Rio Branco e outro em Cruzeiro do Sul. Os valores aplicados são irrelevantes e sequer necessitam de uma análise mais detalhada. Todavia, mostram o planejamento sem efetivação de ação.

Tabela nº 08: Recursos da linha Prodetur por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média %		Total (89-04)	Média %
Brasília	-	-	5,49	-	-
Cruzeiro do Sul	424,08	19,04	18,03	1	14,29
Feijó	-	-	5,67	-	-
Rio Branco	1 803,12	80,96	56,71	6	85,71
Sena Madureira	-	-	6,61	-	-
Tarauacá	-	-	5,40	-	-
Xapuri	-	-	2,10	-	-
Total	2 227,20	100,00	100,00	7	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA.

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.2.2 PRODESIN

Este tipo de financiamento registra liberações entre 1990 e 2004, dos quais cinco anos não registram nenhum valor. Ao todo, foram 24 contratos e R\$ 3,4 milhões. A média histórica pós-1994 foi de R\$ 193,3 mil por contrato. Rio Branco tem as liberações razoavelmente distribuídas ao longo do tempo estudado, mas com duas séries de três anos seguidos sem

⁴⁹ Plano de Aplicação dos Recursos para 2006 - Estado do Acre, do Plano Desenvolve Amazônia. Disponível em <<http://www.bancoamazonia.com.br/download/fno/Desenvolve%20ACRE.pdf>>. Acesso em 12 maio 2006.

financiamentos, com 62,5% do total financiado para esta modalidade (Tabela nº 09). Cruzeiro do Sul concentra as sete liberações (27,2%) em apenas dois anos (1990 e 1993).

Mesmo sendo uma das poucas vezes em que o percentual liberado ultrapassa o da população no Vale do Juruá, a má distribuição histórica é um indicador de pouca influência econômica no contexto regional.

Além disso, todos os contratos são anteriores a 1995. Se entre 1999 a 2004 foram 12 contratos (11 em Rio Branco e um em Xapuri), a partir disso, esta linha não tem liberações. É possível ter esta linha sido substituída pela identificada apenas como **Indústria**, cujos registros ocorrem a partir de 2005, mas a separação revela mudanças nos critérios e justifica a análise em separado.

O percentual de aporte da ordem 91,5% dos recursos na capital ocorreu no período pós-estabilização da moeda, sendo um indício de atendimento a demanda do maior mercado estadual.

Outro ponto é o volume maior de recursos por contrato, da ordem de R\$ 206,2 mil. Em que pese os valores percentuais das liberações serem ‘generosos’ para as outras duas regiões, estas receberam apenas um financiamento cada. Mesmo se for considerado Rio Branco, com seus 15 contratos, o volume é pouquíssimo para desenvolver a indústria no Estado e romper com a dependência dos empregos e da máquina públicos.

Tabela nº 09: Recursos da linha Prodesin por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média %		Total (89-04)	Média %
Brasiléia	-	-	5,49	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	18,03	7	29,17
Feijó	-	-	5,67	1	4,17
Rio Branco	3 092,94	91,50	56,71	15	62,50
Sena Madureira	-	-	6,61	-	-
Tarauacá	-	-	5,40	-	-
Xapuri	287,26	8,50	2,10	1	4,17
Total	3 380,21	100,00	100,00	24	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.2.3 PROMICRO

Esta modalidade de financiamentos libera recursos entre os anos de 1996 a 2001 (exclusive 2000, sem registros), com apenas 33 contratos e R\$ 1,2 milhões.

A região mais favorecida, foi a da capital (cerca de 12 p.p acima de sua participação populacional), seguida de Tarauacá (aproximadamente 4% a mais). Sena Madureira teve valores próximos do percentual da população (Tabela nº 10). As outras aquém do seu equivalente populacional.

Esta deveria ser uma das linhas com elevado volume de recursos tendo em vista o público alvo e sua importância no cenário nacional. Se empregado para o fortalecimento de cooperativas e de pequenas indústrias e agroindústrias, estes recursos poderiam ser impactantes no crescimento econômico estadual. Porém, o baixo volume e os o pequeno número (33) de contratos mostram o desenvolvimento projetado para o Estado.

Tabela nº 10: Recursos da linha Promicro por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média%		Total (89-04)	Média %
Brasiléia	57,30	4,76	5,49	1	3,03
Cruzeiro do Sul	98,94	8,21	18,03	4	12,12
Feijó	75,87	6,30	5,67	1	3,03
Rio Branco	829,59	68,85	56,71	22	66,67
Sena Madureira	89,37	7,42	6,61	2	6,06
Tarauacá	53,82	4,47	5,40	3	9,09
Xapuri	-	-	2,10	-	-
Total	1 204,88	100,00	100,00	33	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.2.4 PROMIPEC

Esta linha de financiamentos registra liberações apenas no triênio 2003-2005, com apenas 50 contratos. Neste período, foram 50 contratos e R\$ 10,5 milhões, com média de R\$ 209,6 mil. Há que destacar o fato de 2005 ter registrado apenas dois contratos. É possível ter esta linha substituído a **Promicro**, mas, mesmo se somados valores e os contratos, ainda assim é muito pouco para a importância do setor em uma economia que sequer se desenvolveu.

Rio Branco concentrou 66,7% de todos os recursos disponibilizados (Tabela nº 11). Com exceção de Xapuri (1,3 p.p. acima do equivalente em população) todas as outras agências foram prejudicadas, principalmente Brasiléia. Cabe aqui ressaltar o fato de Cruzeiro do Sul ter recebido um volume maior de recursos, mas ainda aquém do equivalente populacional.

Como nas outras linhas destinadas ao desenvolvimento ou ao apoio ao setor empresarial, esta também teve baixo volume de investimentos. Não cabe aqui questionar os limites impostos pela burocracia bancária, mas apenas analisar o volume liberado. No

entanto, é possível que o pequeno volume nestas linhas tenha sido influenciado pela baixa procura, mas a falta de acesso aos contratos impede uma conclusão. Todavia, é fato ser a baixa procura normalmente fundamentada no conhecimento dos interessados e uma razão inversa da burocracia e proporcional à divulgação dos critérios e da existência das mesmas.

Tabela nº 11: Recursos da linha Promipec por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média %		Total (89-04)	Média %
Brasília	-	-	5,49	-	-
Cruzeiro do Sul	2 428,52	23,17	18,03	13	26,00
Feijó	134,33	1,28	5,67	1	2,00
Rio Branco	7 009,37	66,88	56,71	31	62,00
Sena Madureira	444,62	4,24	6,61	1	2,00
Tarauacá	107,51	1,03	5,40	2	4,00
Xapuri	356,06	3,40	2,10	2	4,00
Total	10 480,41	100,00	100,00	50	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.2.5 COMSERV

Esta linha de financiamentos registra liberações apenas no triênio 2003-2005, com 80 contratos (Tabela nº 12). As liberações começam em 2002 e vão até a data da coleta das informações, tendo liberado R\$ 36 milhões (50% em 2005, ano pré-eleitoral), com uma média de R\$ 407,02 mil por contrato. Rio Branco concentrou 85% de todos os recursos disponibilizados para esta modalidade. Com exceção de Brasília (1,7% acima), todas as outras agências receberam valores aquém de sua proporção populacional.

A análise destes dados mostra a força do aglomerado populacional da capital e de seu mercado consumidor lastreado no funcionalismo público (47,4% do total empregado segundo o IBGE). É preciso também ressaltar ser o setor de Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (nomenclatura do IBGE) o responsável por cerca de 20% da mão-de-obra ocupada.

Com relação aos dados expressivos mostrados pelo município de Brasília, é necessário relatar ser esta uma região beneficiada com incentivos fiscais, para onde migraram escritórios e depósitos de empresas cujas lojas se localizam em Rio Branco.

Além disso, por concentrar três cidades em uma mesma localidade (Brasília, Epitaciolândia, ambas no Brasil, e Cobija, na Bolívia), esta região já passa a ser considerada como uma sede comercial regional, influenciada ainda pela Zona Franca de Cobija (ZOFRA).

Tabela nº 12: Recursos da linha Comserv por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades / Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População %	Número de Contratos	
	Total	Média%		Total (89-04)	Média %
Brasília	2 589,10	7,08	5,49	4	5,00
Cruzeiro do Sul	1 019,05	2,79	18,03	8	10,00
Feijó	889,71	2,43	5,67	6	7,50
Rio Branco	31 132,52	85,15	56,71	54	67,50
Sena Madureira	287,03	0,79	6,61	6	7,50
Tarauacá	643,96	1,76	5,40	2	2,50
Xapuri	-	-	2,10	-	-
Total	36 561,36	100,00	100,00	80	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.2.6 INDÚSTRIA

Inicialmente, é preciso se relatar ser provável que esta linha tenha substituído a **Prodesin**. Contudo, como são identificadas de forma separada, mesmo que uma seja continuação da outra, deve ter havido mudanças de critérios de contratação do programa, razão de ser analisada em separado.

O setor industrial somente recebe recursos a partir de 2004, num total de R\$ 16,3 milhões investidos neste período, com uma média de R\$ 280,9 mil por contrato (Tabela nº 13). Rio Branco, como sempre, lidera com 10 % acima do equivalente populacional, seguida por Feijó (3,3%), com Sena Madureira praticamente empatando. As outras tiveram recursos em escala menor que o equivalente populacional.

Com relação aos contratos, 45 foram em 2005 e 11 até meados de 2006. Chama a atenção o volume liberado em ano pré-eleitoral. Aqui há uma concentração menor em Rio Branco (65%), com Feijó com mais do dobro do equivalente populacional e Cruzeiro do Sul quase igualando.

Entretanto, os maiores valores médios por contrato são para Sena Madureira (R\$ 506,25 mil), seguida de Rio Branco (R\$ 314,31 mil), Feijó (R\$ 208,61 mil), Cruzeiro do Sul (R\$ 175,52 mil) e Brasília (R\$ 120,23 mil). Estas três ficaram abaixo da média geral da modalidade.

Tabela nº 13: Recursos da linha Indústria por Agências, Valores e contratos (1989-06)

Cidades/ Agências	Valores (em R\$ 1.000,00)*		População	Número de Contratos	
	Total	%	%	Total (95-06)	%
Brasília	120,23	0,74	5,49	1	1,72
Cruzeiro do Sul	1.755,19	10,77	18,03	10	17,24
Feijó	1.460,27	8,96	5,67	7	12,07
Rio Branco	11.943,88	73,31	56,71	38	65,52
Sena Madureira	1.012,50	6,21	6,61	2	3,45
Tarauacá	-	0,00	5,40	-	0,00
Xapuri	-	0,00	2,10	-	0,00
Total	16.292,08	100,00	100,00	58	100,00%

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA (Adaptado); População pelo IBGE

*Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94.

2.2.7 DISCUSSÃO DOS DADOS - SETOR URBANO

Os valores aqui considerados como sendo ‘urbanos’⁵⁰ representaram um incremento de R\$ 70 milhões ao longo do período pós-estabilização da moeda (1995). Conforme pode ser visto na Tabela nº 14, a linha destinada ao setor de comércio e serviços ficou com mais da metade do valor liberado, com a indústria em segundo lugar (23%), seguida do apoio a micro e pequena empresa (15%), desenvolvimento industrial (5%), turismo (3%) e microempresa (2%).

Se esses dados forem analisados somando-se os percentuais do **Prodesin** e da **Indústria**, têm-se 28% para o setor industrial. Da mesma forma, se os dados do **Promipec** e **Promicro** forem somados têm-se cerca de 17% para a pequena empresa. O agrupamento melhora um pouco a análise, mas ainda está muito aquém do necessário em termos de investimentos para estes dois setores tão importantes para a geração de poupança interna.

Estes setores deveriam ter recebido percentuais bem maiores e não apenas 44,7%, pois este é objetivo do FNO (recursos para a pequena propriedade e apoio a indústria local).

No caso dos elevados valores do **Comserv**, estes ficam ainda mais preocupantes devido a esta linha concentrar os recursos em apenas três anos (2003-2005) e principalmente em Rio Branco.

Aqui está bastante evidente o “atendimento da cruel lógica dos mercados”⁵¹, pois tudo se concentra na capital e seu entorno, sendo este o maior mercado consumidor do Estado.

⁵⁰ Isso não significa necessariamente que as empresas são localizadas na área urbana, mas apenas como forma de diferenciação dos recursos rurais.

⁵¹ Carvalho, 2002.

Tabela nº 14: Resumo dos investimentos FNO Urbano por microrregião acreana (1995-06)

Regional	Prodetur	Prodesim	Promicro	Promipec	Comserv	Indústria	Total	%	Pop. %
Brasileia	-	-	57,30	-	2 589,10	120,23	2 766,63	3,94	5,49
Cruzeiro do Sul	424,08	-	98,94	2 428,52	1 019,05	1 755,19	5 725,78	8,16	17,83
Feijó	-	-	75,87	134,33	889,71	1 460,27	2 560,18	3,65	5,67
Rio Branco	1 803,12	3 092,94	829,59	7 009,37	31 132,52	11 943,88	55 811,42	79,56	56,71
Sena Madureira	-	-	89,37	444,62	287,03	1 012,50	1 833,52	2,61	6,80
Tarauacá	-	-	53,82	107,51	643,96	-	805,29	1,15	5,40
Xapuri	-	287,26	-	356,06	-	-	643,32	0,92	2,10
Total	2 227,20	3 380,20	1 204,89	10 480,41	36 561,37	16 292,07	70 146,14	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

Uma análise mais acurada da distribuição dos recursos urbanos por município revela que pode até ter havido acerto na concentração dos investimentos de alguma linha importante para o crescimento econômico em algumas regiões, como **Promipec** e **Indústria**. Todavia, o pensamento se dilui quando se verifica o volume de recursos aplicados no comércio da capital: 44,4% do total de recursos urbanos liberados e 67% do total investido na microrregião. Isso como pode ser comprovado na Tabela nº 15.

Tabela nº 15: Recursos urbano por município sede de agência do Banco da Amazônia

Linha	Brasileia	Cruzeiro do Sul	Feijó	Rio Branco	Sena Madureira	Tarauacá	Xapuri
Promipec	-	59,36	-	-	-	-	55,36
Comserv	97,85	-	-	68,68	-	-	-
Indústria	-	-	61,47	-	93,57	55,70	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Em termos de IDH da microrregião, verifica-se terem as cidades atendidas pela agência de Sena Madureira recebido recursos inversamente proporcional ao IDH regional (vide Tabela nº 16). Porém, quando se separa este índice desta do das outras duas cidades que compõem a microrregião (Manoel Urbano e Santa Rosa do Purus), constata-se que o IDH sobe para 0,652, um dos mais altos do Estado. Isso se deve provavelmente ao isolamento daquelas duas cidades e sua pouca expressão populacional e econômica. O fato possivelmente deve ter implicado na liberação de poucos contratos, resultando na concentração onde, em tese, é relativamente menos necessário.

O mesmo raciocínio ocorre com a microrregião de Rio Branco, onde o melhor IDH do Estado recebeu a segunda melhor média de recursos *per capita*. No caso desta, os investimentos

podem estar contribuindo para a ampliação da deseconomia de aglomeração ali existente, por ser o principal pólo de atração econômica do Estado.

Na tentativa de identificar possíveis correlações entre os recursos FNO e a evolução do IDH, procedeu-se a montagem de uma tabela com os totais populacionais, o crescimento percentual do IDH, os recursos investidos (1995-2000), o volume de contratos firmados (1990-2000), construindo-se também os valores *per capita* no período (divisão dos valores ou contratos totais pelo total de população no ano de 2000).

No período avaliado, verificou-se que o segundo maior valor e o maior volume de contratos per capita foram para a agência de Brasília, mas o maior crescimento médio do IDH foi para a região atendida pela agência Tarauacá (21,1%). O menor valor foi para Xapuri e em número de contratos foi Rio Branco (porém valores maiores), mas o menor crescimento ficou por conta de Feijó. Mesmo sendo uma análise superficial e com discreta precisão, os dados podem ser um indicativo de não ter havido correlação entre as liberações e a evolução do IDH. No entanto, é bastante provável que os recursos tenham influenciado as cidades onde houve as maiores inversões, em maior ou menor grau.

Em termos dos valores gerais, os dados revelam uma forte concentração das liberações na mesorregião do Vale do Acre, área de influência da capital, principal mercado estadual e maior devastação da floresta. Isso vai de encontro ao preconizado pela literatura com relação ao desenvolvimento. A centralização de recursos nas proximidades de Rio Branco apenas concentra a renda nas mãos de poucos, ampliando a dependência das outras micro-regiões, notadamente mais à Oeste.

A falta de apoio financeiro a meso região do Juruá apenas serve para agravar mais o quadro de empobrecimento local, sem infra-estrutura (estradas) e sem recursos para promover seu desenvolvimento. Este raciocínio vai ao encontro do verificado por Almeida et al. (2006), os quais constataram que os municípios de maior renda *per capita* são os mesmos em que estão presentes as empresas que receberam mais recursos do FNO pelo critério *per capita*.

O agrupamento dos recursos em áreas com mercado mais forte (vide Tabela nº 16) é um dos problemas levantados por alguns dos autores citados⁵² e que tem forte correlação

⁵² Shumacher, 1983, *apud* Bassan; Siedenberg, 2003; Carvalho, 2002; Azzoni, 2002; Jayme Jr; Crocco, 2005; Oliveira; Domingues, sd.

negativa no desenvolvimento regional, pois leva ao estrangulamento financeiro as regiões menos favorecidas (histórica ou politicamente).

Tabela nº 16: Recursos FNO, seu percentual e a população atendida pela agência

Município	Reg.	Pop.	Pop. %	IDH	% R\$ FNO
Brasiléia	1	34 612	5,49	0,674	4,83
Xapuri	2	13 222	2,10	0,669	1,69
Rio Branco	3	357 462	56,71	0,675	68,78
Sena Madureira	4	42 878	6,80	0,589	10,69
Feijó	5	35 713	5,67	0,541	2,61
Tarauacá	6	34 054	5,40	0,540	3,21
Cruzeiro do Sul	7	112 387	17,83	0,587	8,19
Total	-	630 328	100,00	0,625	100,00

Fonte: ACRE (2005) e dados da pesquisa

Com isso se verifica que muito pouco foi feito em termos de desenvolvimento regional pelo FNO no período estudado, mas sim no sentido de concentrar os recursos aplicados provavelmente de acordo com a demanda do capital e das forças de mercado, dentro da lógica do sistema bancário (garantias plenas). Os investimentos não levaram em consideração a necessidade regional de recursos para alavancar o desenvolvimento.

Além disso, concentrar a metade do liberado no setor de comércio e na capital não vai tirar o Estado de sua miséria crônica, mas serve apenas para atender a demanda dos funcionários públicos e gerar empregos nos outros estados produtores, uma vez que o Acre muito pouco produz daquilo que consome⁵³. Estes critérios de liberações são definidos no centralismo característico do federalismo brasileiro e poderia ser mais bem gerido se houvesse consonância com as comunidades envolvidas, principalmente em âmbito municipal ou microrregional.

Para que o desempenho econômico de municípios especializados em algumas atividades econômicas seja melhor do que os outros, conforme o pensamento de Toyoshima et al. (2005), baseada nos estudos de Rabellotti (1997); Djik; Rabellotti (1997); Cocco et al. (1999), é preciso que primeiro o município encontre seu ramo de especialização. No Acre, ainda não há, em termos de produção, município especializado nem generalizado. Por sua vez, Silva (2005b) ressalta que dentre os fatores que colaboram para a disparidade regional se destacam as

⁵³ Um exemplo disso é o baixo consumo de energia elétrica por parte da indústria local: 5,95% do total, com o poder público consumindo mais de 22% (ano de 2004). O VBP local (em 2002, último ano com informações) era composto principalmente pelos setores Florestal (12,8%), Agropecuário (4,8%) Outras indústrias (5,7%), Serviços de Utilidade Pública (3,2%), Comércio (5,9%) e Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (36,6%). Fonte: Acre em números 2005.

diferenças no estoque de capital humano e físico, economias de aglomeração, fatores climáticos e geográficos, políticas públicas, educação, saúde entre outros.

Outro fato a ser destacado é a falta de consistência nas linhas de financiamento, quase todas interrompidas e sem um fluxo constante de investimentos. Estes resultados são semelhantes aos de Carvalho (2002), pois este identificou a irregularidade no fluxo de financiamento para a agroindústria, indústria e turismo de 90 a 2000 para a região Norte. Este autor apontou para a ‘preferência’ dos investimentos do FNO Industrial nos centros urbanos e aponta as vantagens de mercados concentrados. Neste caso, ele indica a necessidade de um incremento nas agências dos demais municípios para auxiliar na distribuição dos recursos do FNO Industrial.

Seguindo o pensamento de Toyoshima et al (2005), o Estado tem de definir quais suas principais vocações produtivas e, partir de então, o banco passar a investir. O foco na atual forma de extrativismo apenas vai concentrar renda, sem gerar a imensa quantidade de empregos necessária para atender a grande população urbana.

O modelo atual de extrativismo já foi analisado por outros autores, principalmente por Alfredo Homma e não tem condições de atender ao mercado no tocante a produtividade e preço. Este é o *trade off* da preservação.

Não obstante, urge uma política de substituição de importações de produtos oriundos de outros Estados da nação, principalmente como forma de estimular o desenvolvimento local. Se não aproveitar essa fonte de recursos (FNO) para investir na substituição de importações, melhorias e ampliação no parque industrial e a produção de mercadorias com alto valor agregado, o Estado pode estar perdendo o “trem da história”, sendo condenado a uma condição de miserabilidade terceiro mundista *ad eternum* mesmo estando sobre uma riqueza biológica incomensurável.

Segundo Souza (1999), a teoria do “Imperialismo” revela a dependência para com a região central [no caso países, mas pode ser aplicada às Regiões], lastreada em trocas desiguais. Para o autor, fica evidenciado estar a posição subalterna profundamente atrelada à condição política. Todavia, segundo este, alguns autores apontaram a escassez de capital como causa do subdesenvolvimento, enquanto outros para o incremento da taxa de poupança externa, afluxo de capitais e expansão das exportações. Logo, se está havendo o ingresso de capital (FNO) é preciso reverter o quadro de distribuição dos investimentos, principalmente no sentido de equilibrar a balança econômica com outros estados, gerando poupança interna.

Porém, não se pode questionar apenas ao banco pela falta de liberações para as regiões mais distantes da capital. O mais provável é a ausência de uma política estadual de distribuição dos recursos e fomento nas áreas menos favorecidas ou, ainda, de integração entre banco e governo.

Sem o apoio e chamamento por parte do poder público e relegada apenas aos interesses do mercado, as regiões mais adensadas populacionalmente sempre exercerão atrativo maior, relegando as outras às possibilidades naturais e à descoberta de algo novo (sejam commodities – petróleo, p.ex, ou belezas naturais para um incremento no turismo). Não é preciso citar novamente os autores (com os quais concordamos) que condenam tal atitude.

Outro ponto é a centralização de decisões em outras regiões, as quais não levam em consideração as particularidades locais, principalmente com relação aos problemas. Por mais que os ‘planos’ federais e macro-regionais se esforcem e busquem em seminários e correlatos (devidamente dirigidos para aprovar as idéias da matriz) nos locais a serem trabalhados, os produtores, sejam eles rurais ou urbanos, continuam excluídos da tomada de decisão.

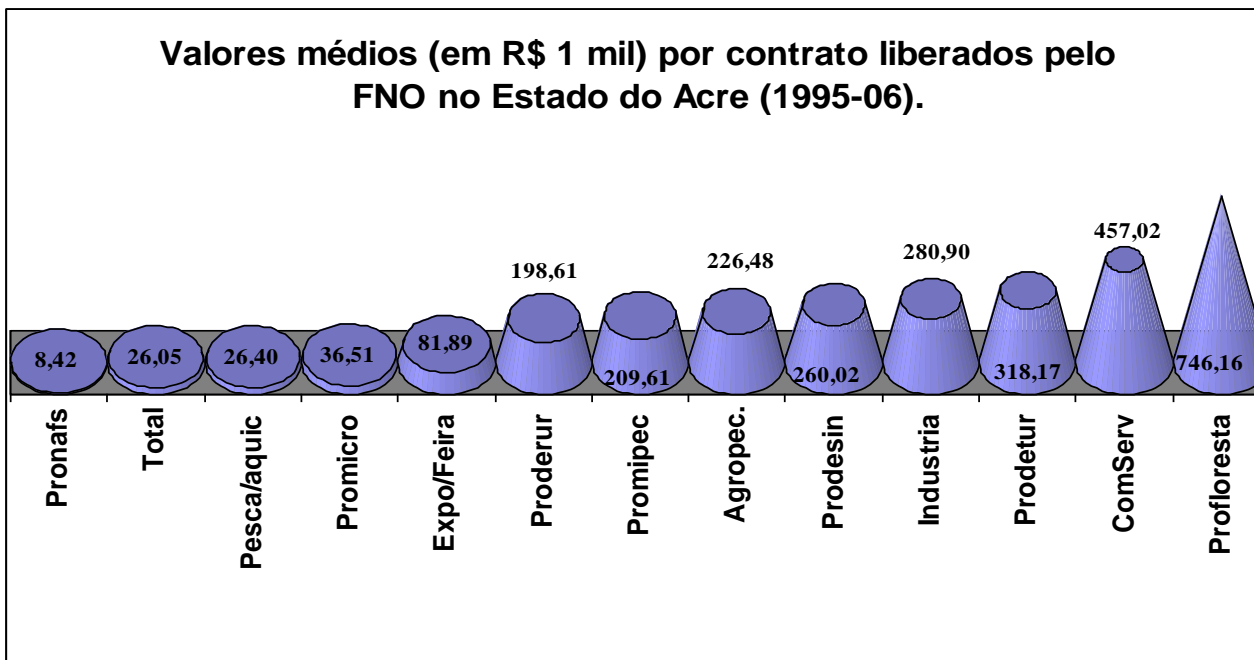
Dessa forma, somente poucos inspirados e beneficiados por recursos técnico-financeiros vão ter acesso aos financiamentos. Este parece ter sido o caso do **Prodetur** e **Comserv**. O Gráfico nº 03 revela que este relativamente pequeno grupo de tomadores conseguiu elevados valores médios por contrato. No outro extremo, milhares de tomadores nos PRONAFs recebem relativamente pouco.

A opção de investir para promover o desenvolvimento local tem de passar pela decisão daqueles que nele vivem e trabalham. Uma opção poderá ser a distribuição dos recursos com base em uma fórmula onde uma parte do recurso sejam proporcional à população local, outra inversamente proporcional a isso, levando em consideração as regiões menos favorecidas em termos de aglomerado humano.

A aplicação se daria então a partir de critérios definidos nos municípios em atividades municipais para definição de critérios para o desenvolvimento local, com ampla participação social tanto da organizada quanto - e principalmente - da desorganizada. Nestes, haveria uma demarcação local, definidora dos parâmetros para o plano Estadual de Desenvolvimento, que por sua vez passariam a integrar a definição dos objetivos regionais e nacionais⁵⁴. Isso está de acordo com previsto por Pires (2001).

⁵⁴ Um bom exemplo de aplicação do conceito de participação, principalmente dos conselhos municipais, pode ser visto em Ferreira; Cardoso (2004).

Gráfico nº 03: Médias liberadas pelo FNO por contrato (1995-06) no Estado do Acre



Fonte: Dados da pesquisa

Ao investir os recursos em consonância com os anseios da comunidade, levando esta a debater o desenvolvimento, a instituição bancária estaria ofertando a eles a liberdade de definir os próprios destinos, construindo um capital social, democratizando os recursos e traçando os caminhos para uma sociedade sustentável econômica e socialmente. Esta forma de atuação vai ao encontro dos conceitos de Amartya Sen, Robert Putnam e Ignacy Sachs. A proposta seria operacionalizada como descrita no Quadro nº 05:

Quadro nº 05: Proposta de distribuição eqüitativa de recursos FNO no Estado do Acre.

Total liberado ao Estado pós-94¹ (em R\$ mil)	390 655,88
Média Anual do Período (em R\$ mil):	32 554,66
População do Estado:	630 318
Recurso médio per capita anual (em R\$ 1,00):	51,65
Recurso per capita anual geral (50%, em R\$ 1,00):	25,82
Recurso per capita a ser disponibilizado para centros maiores (em R\$ 1,00):	6,46
Recurso per capita a ser disponibilizado para centros menores (em R\$ 1,00):	19,37

Fonte: Dados da pesquisa. ¹ Inclusive PRONAFs, Pesca e Aquicultura e Profloresta.

A região da capital (Baixo Acre) então teria à disposição R\$ 25,82 por pessoa (50% do total disponibilizado) mais um percentual de 25% do restante (R\$ 6,28 per capita), perfazendo R\$ 37,21 per capita. Isso representaria R\$ 13,3 milhões (uma redução de R\$ 9 milhões).

O fato pode ser questionado por alguns, pois implicaria em reduzir os recursos e até mesmo dificultar o crescimento da única região do Estado com atrativos para isso. No entanto, é justamente esse o fator a levar ao empobrecimento das outras. Além do mais, os empresários desta região têm toda uma rede de apoio, como o Sebrae e as federações do Comércio e Agricultura, além da proximidade com o poder central estadual e maior cobertura midiática.

Por conta dessa capacidade, é que o FNO financiou de supermercados, postos de gasolina, escolas particulares, revendas de motos e carros, academias de ginástica, lojas de eletrodomésticos e de material de construção, butiques e lanchonetes de alto padrão e até ferro-velho (ver fotos no Anexo nº 08).

Por outro lado, tomemos por exemplo o mesmo raciocínio para a região de Cruzeiro do Sul (mesorregião Juruá). Nesse caso, a região passaria dos atuais R\$ 2.465.030,40 (média dos últimos 12 anos) para R\$ 4.997.403,42. A tabela nº 17 mostra como foi até a presente data e como ficaria na nova proposta.

Tabela nº 17: Aplicação da nova proposta para o FNO nas Micro Regiões acreanas.

Agência	Pop. Reg.	R\$ Atual ¹	Dist. p/cap ita ²	50% ³	Dist. p/cap ita ²	50% ³	R\$ p/cap ita ²	Total novo ¹	Per cap ita ²
Brasiléia	34 612	1 572,99	45,45	893,81	25,82	1 548,54	44,74	2 442,34	70,56
Xapuri	13 222	550,29	41,62	341,44	25,82	591,55	44,74	932,99	70,56
Rio Branco	357 462	22 391,02	62,64	9 230,95	25,82	4 069,33	11,38	13 300,28	37,21
Sena Madureira	42 878	3 479,42	81,15	1 107,26	25,82	1 918,36	44,74	3 025,62	70,56
Feijó	35 713	849,30	23,78	922,24	25,82	1 597,80	44,74	2 520,03	70,56
Tarauacá	34 054	1 044,24	30,66	879,40	25,82	1 523,57	44,74	2 402,97	70,56
Cruzeiro do Sul	112 387	2 667,41	23,73	2 902,24	25,82	5 028,18	44,74	7 930,42	70,56
Total	630 328	32 554,66	51,65	16 277,33	25,82	16 277,33	25,82	32 554,66	51,65

Fonte: ACRE (2005) e dados da pesquisa. ¹ Em R\$ 1 000,00. ² Em R\$ 1,00

Com base nesta proposta, verifica-se que os recursos podem ser mais bem distribuídos, pois o município de Brasiléia teve uma aproximação inferior. Rio Branco e Sena Madureira receberam muito além da distribuição populacional. As outras regiões foram prejudicadas, principalmente Cruzeiro do Sul e Feijó. A nova proposta corrige estas distorções e melhora a distribuição levando em conta dados mais consistentes na hora de liberar os recursos.

Em se tratando das duas grandes regiões do Estado (Acre e Juruá), constata-se haver pouca atenção para a região mais a Oeste do Estado. Com uma população de 28,9%, recebeu apenas

14% dos recursos. Se a esse baixo volume de recursos investidos pela instituição, cujo objetivo deveria ser o de promover o desenvolvimento regional e a integração econômica, forem acrescidos os poucos atrativos por conta do isolamento geográfico e falta de recursos internos, entender-se-ia o porquê da região registrar alguns dos piores IDHs do país⁵⁵. É claro que o FNO não pode mudar tudo sozinho, mas o conjunto de dados mostra a falta de um planejamento regional e até mesmo da falta de consonância entre as políticas com desenvolvimento. Com a nova proposta aqui apresentada, a região mais pobre praticamente veria triplicar os seus recursos de financiamentos.

Sem uma política de investimentos e capaz de gerar empregos e principalmente desenvolvimento (na acepção da palavra), a deseconomia de aglomeração em Rio Branco tende a aumentar, com o empobrecimento das outras regiões, notadamente a do Juruá. Além do mais, a construção de duas mega-usinas hidrelétricas no vizinho Estado de Rondônia podem levar a uma migração de acreanos para aquela unidade da Federação.

Uma outra proposta, um aperfeiçoamento da anterior, é o uso do IDH, em que os recursos seriam divididos em três partes iguais, com uma para o componente população, outra pelo coeficiente populacional (inversamente proporcional ao tamanho da população) e outra pelo IDH municipal. Dessa forma, com base na nova fórmula de cálculo, os recursos poderiam ser distribuídos com base na seguinte fórmula:

$$\frac{a * 0,75\% * b}{c - d}$$

Onde:
a= 50% do valor total a ser liberado
b= Σ da População a ser atendida
c= Σ da População estadual
d= Σ da População da região da capital

Com a aplicação desta sobre os valores médios anuais (1995-06), estes passariam a ser distribuídos conforme os dados da Tabela n.º 18:

⁵⁵ IDH= Jordão: 0,475; Santa Rosa do Purus: 0,525; Mal. Thaumaturgo: 0,533; Porto Walter: 0,540; Feijó: 0,541; Rodrigues Alves: 0,550. Fonte: Acre em Números (2005).

Tabela nº 18: Recursos (em R\$ 1.000,00) com base na população e IDH da micro-região.

Município	Reg.	Pop.	Pop. %	IDH	R\$ - pop	R\$ < pop	R\$ - IDH	Total
Brasília	1	34 612	5,49	0,674	589,91	1 022,03	1 106,86	2 718,80
Xapuri	2	13 222	2,10	0,669	225,35	390,42	1 106,86	1 722,63
Rio Branco	3	357 462	56,71	0,675	6 092,43	2 685,76	2 213,72	10 991,90
Sena Madureira	4	42 878	6,80	0,589	730,79	1 266,12	1 328,23	3 325,14
Feijó	5	35 713	5,67	0,541	608,68	1 054,55	1 992,34	3 655,57
Tarauacá	6	34 054	5,40	0,540	580,40	1 005,56	1 992,34	3 578,30
Cruzeiro do Sul	7	112 387	17,83	0,587	1 915,48	3 318,60	1 328,23	6 562,31
Total	-	630 328	100,00	0,625	10 743,04	10 743,04	11 068,58	32 554,66

Fonte: dados da pesquisa

Em resumo, a nova proposta resultaria no constante na Tabela nº 19, montado a partir das médias anuais históricas liberadas (pós-1995 e corrigidas pelo IPCA até maio de 2006):

Tabela nº 19: Recursos com base na população, concentração populacional e IDH.

Micro região	Valores atuais (R\$ 1.000)	Valores propostos (R\$ 1.000)
Brasília	1 572,99	2 718,80
Cruzeiro do Sul	2 667,41	6 562,31
Feijó	849,30	3 655,57
Rio Branco	22 391,02	10 991,90
Sena Madureira	3 479,42	3 325,14
Tarauacá	1 044,24	3 578,30
Xapuri	550,29	1 722,63
Total	32 554,66	32 554,66

Fonte: dados da pesquisa

Nessa nova proposta, é nítida também a redução dos recursos para a capital, pois esta detém a maior população e o maior IDH. Por outro lado, ocorre a descentralização dos recursos em direção das regiões menos favorecidas. Esta proposta é mais próxima dos fundamentos do desenvolvimento regional e pode permitir a redução do descompasso intra-regional, como o preconizado pelos princípios norteadores do FNO.

No caso de recursos disponibilizados e não contratados até o mês de setembro, estes poderiam ser distribuídos para os municípios com mais baixo IDH e comunicantes/vizinhos ao que não aproveitou. Para evitar o componente político, é fundamental a fiscalização por parte de Conselhos Municipais de Agricultura e de Desenvolvimento atuantes e independentes.

Há de se ressaltar, ainda, que a maioria dos recursos liberados pelo Banco da Amazônia, em todas as linhas do FNO, representam a aquisição de mercadorias, desde alimentos— como açúcar e sal, materiais— como pregos e cimento, até equipamentos eletrônicos de última geração— como computadores e celulares, o que ocorre fora do Estado.

O fato foi salientado por Silva⁵⁶, recebendo então a denominação de “Recurso Bumerangue”, pois é proveniente, em sua maioria, da arrecadação lastreada nas atividades laborais principalmente do Centro-Sul do país, para onde retorna quando do gasto dos recursos dos financiamentos. A isso convém citar Santana (2002), o qual afirma que os investimentos em distribuição (atacado e varejo) deveriam estar ligados aos setores estimulados. Por sua vez Souza (1999) relata não ter a mercadoria valor de uso para o vendedor, sendo apenas o depositário, tendo a mercadoria somente valor de troca.

Com exceção de poucos produtos alimentícios, madeira, cerâmicos (basicamente tijolos), o Acre não possui um parque industrial capaz de fornecer a maior parte dos insumos necessários para um empreendimento, quer seja na área rural ou urbana. Dessa forma, mesmo com a entrada de novos recursos (baratos e acessíveis), o desenvolvimento local por meio destas formas de apoio tenderá sempre a contribuir para criar condições de mercado para a economia das regiões mais desenvolvidas tecnologicamente.

Contudo, é preciso ressaltar os pressupostos de Celso Furtado (2003) apud Mendes; Teixeira (2004), que analisando o problema brasileiro, afirmou que o crescimento econômico a partir de produtos primários gera apenas crescimento econômico, onde apenas as oligarquias se beneficiarão, aumentando o fosso social. Furtado (1996) afirma também que o que cria a diferença fundamental e dá origem à linha divisória entre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento é a orientação dada à utilização do excedente engendrado pelo incremento da produtividade.

No caso do Acre, a balança comercial é sempre deficitária, sendo a economia dependente dos recursos do Fundo de Participação (Estadual e Municipal – FPE e FPM) ou ainda dos recursos extras enviados pelo governo federal (projetos de ministérios ou emendas parlamentares da bancada federal). Ou seja, do capital bumerangue, cujo resultado principal está sendo a criação de mercado para os produtos do centro-sul desenvolvido.

Os dados aqui apresentados e relativos à distribuição geográfica dos recursos levantam a possibilidade do Estado não ter uma política de desenvolvimento regional. Isso se justifica por conta da concentração dos recursos baratos do FNO em uma região já favorecida pela sua própria localização geográfica, sua infra-estrutura e mercado consumidor. Ou seja, onde o capital tende a se instalar por conta das condições já ofertadas.

⁵⁶ SILVA, Adão Costa. Filósofo, mestrando em Desenvolvimento Regional, UFAC. Informação pessoal.

Da mesma forma e com base ainda neste raciocínio e dentro dos princípios do desenvolvimento regional, é necessário mudar a forma de distribuição dos recursos do FNO, de forma torná-los mais democráticos. A partir de novos índices de distribuição dos recursos, é possível ofertar às cidades mais isoladas uma opção de crescimento econômico e na direção do desenvolvimento.

O respeito e o estímulo à participação popular, atuará na construção e fortalecimento do capital social, fundamental para desenvolver um local/região, uma vez que esse somente será sustentável se houver um planejamento local e estadual sincronizado com o macro regional. Outro ponto é definição de destinos comuns entre os municípios e a formação de consórcios de prefeituras no sentido de maximizar as possibilidades.

Não basta apenas injetar recursos, conforme o alertado por Zara (2006); Alexandre et al. (2006). É preciso apoio para a formação ou atração de empresários identificados com a região, além de apoio do Estado no que diz respeito ao escoamento (infra-estrutura) e a viabilização de mercados, principalmente para produtos acabados de origem local e cujo processo de produção não represente agressão ao ambiente (diacronismo).

Outro ponto é o fomento a setores capazes de substituírem artigos importados. Não deve uma instituição bancária ‘desperdiçar’ recursos escassos e importantes para o desenvolvimento aplicando-os no setor de comércio. A linha Comserv concentrou mais de 52% do aplicado no setor urbano, como mostra o Gráfico nº 04.

Neste, foram distribuídos R\$ 36,5 milhões (a maior média útil⁵⁷, R\$ 407,02 mil por contrato) em cinco anos (2003-2006), os quais se fossem investidos no setor produtivo, notadamente o industrial ou mesmo na pequena propriedade familiar, teriam atraído estes valores em investimentos por conta da demanda agregada e ao aumento do poder aquisitivo (crescimento do número de pessoas empregadas).

O investimento em butiques, postos de gasolina e ferro-velho pouco tem a oferecer em termos de desenvolvimento. No máximo, contribui para ampliar a deseconomia de aglomeração existente no Baixo Acre e concentrar a renda ainda mais.

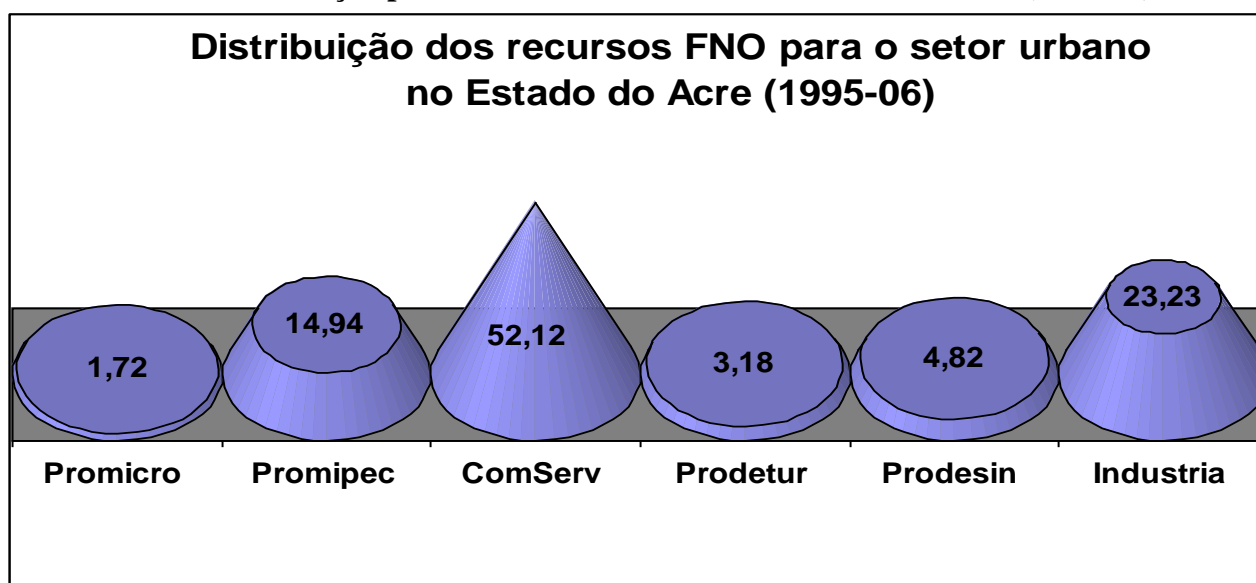
É lógico que também pode ter havido problema com a demanda, com propostas sendo rejeitadas pela falta das garantias plenas e mesmo por desconhecimento. Porém é justamente esse o atendimento da lógica do mercado e cuja contribuição para o desenvolvimento pode ser pouca ou

⁵⁷ A maior média geral foi da linha Profloresta, mas foram apenas dois contratos.

nenhuma. Além disso, é sabida a pouca qualificação profissional dos pequenos empresários, mas isso seria reduzido com a exigência em cursos de capacitação como o sugerido anteriormente.

Entretanto, não basta apenas oferecer o dinheiro e isso irá atrair indústrias, mas sim definir dentro de critérios claros de planejamento participativo qual será o nicho de mercado a ser estimulado e apoiado. Neste caso, relacionado à especialização dos municípios. A preferência deve sempre ser para as matérias primas locais, embora em tempos de globalização isso seja algo até questionável.

Gráfico nº 04: Distribuição percentual do FNO urbano no Estado do Acre (1995-06)



Fonte: Dados da pesquisa

Outro ponto é fortalecimento da pequena propriedade familiar e a capacitação desta em termos administrativos e gerenciais, sem esquecer a qualificação em termos de produção e de qualidade, a qual pode ser requisitada como condicionante para a liberação dos recursos.

Contudo, os *policy makers* devem dar atenção especial ao tipo de empresa que vai se instalar na região. Isso para evitar a entrada de ‘empresa corsária’, que invade, saqueia e abandona tudo arrasado, deixando o passivo ambiental para o local.

2.3 ANÁLISE DOS FINANCIAMENTOS - PEQUENA PROPRIEDADE (PRONAF)

O atendimento das necessidades da população passa pela construção de programas governamentais efetivos. Assim, deve-se reconhecer o importante papel desempenhado pelo PRONAF no desenvolvimento da agricultura familiar, pois este tem permitido a massificação ou socialização do acesso ao crédito para considerável número de agricultores familiares:

Desse modo, pelas razões apresentadas, entende-se que os programas que beneficiam a agricultura familiar, em especial o PRONAF, trazem um retorno social relevante, por atenderem a população de mais baixa renda, e portanto devem ser fomentados. (MONTES, (2003).

Bittencourt; Abramovay (2003) consideram ter...

[...] o PRONAF representado um avanço histórico na política agrícola, pois pela primeira vez foi viabilizado os meios do crédito chegar a um número inédito de agricultores familiares. Mas eles ressaltaram a insuficiência do sistema bancário em relação à demanda. Cada gerente é responsável pela lucratividade de sua agência e tende a privilegiar os clientes capazes de oferecer garantias e contrapartidas. (BITTENCOURT; ABRAMOVAY, 2003).

Em função da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento da sociedade como um todo, procedeu-se a uma análise em separado dos recursos destinados à pequena propriedade, neste caso representada pelos PRONAFs.

2.3.1 PRONAF A

As liberações do PRONAF 'A' somente são registradas a partir de 2001. Se as quantidades iniciais de liberação de recursos ainda eram tímidas (aliás, como assim permanecem em todos os anos analisados, ainda que cresçam), os recursos por contrato se mantêm dentro da média do período.

Excluindo os valores relativos ao ano de 2001, os demais se apresentam muito próximos à média geral anual (R\$ 4,3 milhões), indicando uma certa regularidade nas liberações, mas o Coeficiente de Variação (CV) foi elevado (38,1%), embora a mediana tenha sido bem próxima da média anual (R\$ 4,4 milhões). Ou seja, demanda existe, mas resta saber o porquê da falta de

contratação. Além disso, é preciso frisar a existência de 21,3 mil assentados até o ano de 2005.

Ao todo, foram distribuídos R\$ 25,8 milhões entre 1995 e 2006, tendo este valor representado 6,6% do volume total repassado no período estudado (Tabela nº 20), com uma participação de 17,9% dos recursos da modalidade PRONAF. O número de contratos, seja o total (2,2 mil) ou a média anual (368), causa uma impressão favorável à primeira vista, mas no geral o resultado é diferente (ver Discussão dos Dados), sendo que a média por contrato variou em torno de uma média de R\$ 11, mil, abaixo do teto de R\$ 16,5 mil.

Tabela nº 20: PRONAF 'A' por Agências, Valores e contratos (1995-2006)

Cidades	R\$ Pronaf A¹	Média (% do programa)	% Populacional Geral	% de Assentados
Brasília	972,60	3,76	5,5	7,7
Cruzeiro do Sul	338,51	1,31	17,8	16,0
Feijó	-	-	5,7	3,3
Rio Branco	23 037,40	89,15	56,7	54,0
Sena Madureira	1 022,54	3,96	6,8	10,7
Tarauacá	335,61	1,30	5,4	3,5
Xapuri	135,21	0,52	2,1	4,7
Total	25 841,86	100,00	100,0	100,0

Fonte: Dados da pesquisa; População pelo IBGE. * Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94. ¹ Em R\$ 1 000,00.

A distribuição do PRONAF 'A' por cidade revela uma concentração dos recursos em uma mesma área do Estado. As agências de Rio Branco concentraram 89,2% do dinheiro liberado (R\$ 23 milhões), mas possui apenas 56,7% da população estadual e 54,1% dos assentamentos oficiais. Vai se descobrir ainda certa 'preferência' para as agências das cidades de Brasília (3,8% dos recursos, 5,5% do total residente e 7,7% dos assentados), Sena Madureira (4,0%, 6,8 e 10,7, respectivamente).

As cidades com menor atenção por parte do banco foram Cruzeiro do Sul (1,3% dos recursos, 18,0% da população e 16% dos assentados), Tarauacá (1,3%, 5,4%, e 3,5, respectivamente) e Feijó (0,0%, 5,7% e 3,3).

Se for levado em conta apenas as meso regiões do Acre e do Juruá, verifica-se a concentração ainda maior: 77,1% dos assentados e 70,9% da população (Vale do Acre) receberam 97,4% dos recursos. Com isso, têm-se a má distribuição dos recursos, concentrando investimentos e as condições para o crescimento. Esta concentração pode ter uma grande relação com a agressão sobre a hiléia como já explicitado anteriormente (Imagem nº 02).

É lógico que se o volume de recursos foi concentrado em uma determinada região, o número de contratos deve seguir a mesma linha, principalmente em uma linha de financiamentos

com público homogêneo e limite dos financiamentos.

No caso da quantidade de contratos, notam-se algumas diferenças, como Brasília que teve 3,8% dos recursos e 4,4% dos contratos, com Rio Branco tendo um valor menor (89,2% dos recursos e 86,2% dos contratos).

Mesmo assim, as diferenças não apresentam discrepâncias maiores, mas apenas um indicativo de contratos um pouco maiores nesta que naquela. Principalmente ao considerar-se o teto de recursos a ser liberado por esta linha.

2.3.2 PRONAF A/C

Mesmo sendo uma linha de financiamentos com baixo valor máximo total, somente em 2005 foram liberados os primeiros contratos para o PRONAF 'A/C'. Foram apenas R\$ 57,7 mil distribuídos em 29 contratos, com uma média unitária de R\$ 2 mil (Tabela nº 21). Mesmo assim, em número de contratos, representaram 1,5% do total e receberam apenas 0,02% do volume total de recursos.

Neste caso, o questionável é o volume de investimento por propriedade, sendo muito pouco recurso e com pouca possibilidade de alavancar um crescimento tanto em volume de produção quanto em tecnologias a serem aplicadas. É preciso ressaltar que um agricultor residente em área distante do município pode ter gastado o equivalente a 10% do financiamento somente em despesas de viagem para liberar os recursos.

As liberações se concentraram todas na agência de Sena Madureira (4,0% dos recursos, 6,8 do total residente e 10,7 dos assentados), algo difícil de explicar levando em consideração a razoável cobertura geográfica do banco no Estado e da distribuição geográfica dos assentamentos em todos os municípios.

Tabela nº 21: PRONAF A/C por Agências, Valores e contratos (1995-2006)

Cidades	R\$ Pronaf A/C ^{*1}	Média (%) do programa	% Populacional Geral	% de Assentados
Brasília	-	-	5,49	7,7
Cruzeiro do Sul	-	-	17,83	16,0
Feijó	-	-	5,67	3,3
Rio Branco	-	-	56,71	54,0
Sena Madureira	57,73	100,00	6,80	10,7
Tarauacá	-	-	5,40	3,5
Xapuri	-	-	2,10	4,7
Total	57,73	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa; População pelo IBGE.

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-2005. ¹ Em R\$ 1 000,00.

2.3.3 PRONAF B

O PRONAF ‘B’ é outra linha de curta existência, com recursos liberados apenas a partir do ano de 2004. Ao todo foram liberados apenas R\$ 1,08 milhões em 1,3 mil contratos, com uma média anual de R\$ 360,8 mil de recursos e 436 contratações (653 se for excluído o ano de 2006). A média por contrato foi de apenas R\$ 830, indicando pouca condição de apoio para os produtores ou para alavancar o desenvolvimento regional ou mesmo melhorar a renda do produtor (Tabela nº 22).

O PRONAF ‘B’ nos anos de 2004 e 2005 teve uma participação total (em número de contratos) de 49,3% e 34,1%, respectivamente, mas em termos de recursos financeiros isso se traduziu em apenas 1,7% e 1,0% dos recursos respectivamente liberados. Isso permite inferir que a maior parte dos recursos tem como destinação principal os grandes tomadores, contribuindo para a concentração de renda como se verá mais à frente.

A distribuição das contratações por agências revela uma inversão das liberações pró-interior do Estado, com a capital ficando com apenas 17,8% do volume financiado (56,7% da população estadual e 54,1% dos assentamentos oficiais), mas o pequeno volume de recursos e o curto espaço de tempo coberto por este programa não permitem comemorações.

Aqui se verifica novamente uma certa “preferência” pelas agências das cidades de Brasília e Sena Madureira. A primeira recebeu 21,4% dos recursos totais e a segunda 32,4%.

Tabela nº 22: PRONAF B por Agências, Valores e contratos (1995-2006)

Cidades	PronafB^{*1}	Média (% do programa)	% Populacional Geral	% de Assentados
Brasília	231,90	21,43	5,49	7,7
Cruzeiro do Sul	280,85	25,95	17,83	16,0
Feijó	17,49	1,62	5,67	3,3
Rio Branco	194,52	17,97	56,71	54,0
Sena Madureira	351,21	32,45	6,80	10,7
Tarauacá	-	-	5,40	3,5
Xapuri	6,36	0,59	2,10	4,7
Total	1 082,33	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa; População pelo IBGE.

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94. ¹ Em R\$ 1 000,00.

A agência de Cruzeiro do Sul apresenta pela primeira vez uma relação inversa entre a população regional (18% da população total e 16% entre os assentados) e o percentual de recursos distribuídos (26%). Já Feijó (1,6% para 5,7% da população, 3,3% dos assentados) e Tarauacá (sem financiamentos registrados, 5,4% da população e 3,5% dos assentados) se mantêm na mesma situação de esquecimento (Gráfico nº 11). Xapuri também ficou no rol das esquecidas com apenas 0,6% das liberações e uma população de 2,1% do total do Estado (4,7% dos assentados).

Em números de contratos é possível se constatar diferenças com relação ao volume contratado. Verifica-se o seguinte: Brasília 11,8% dos contratos - 21,4% dos recursos, Cruzeiro do Sul= 14,5% - 26,0, respectivamente, Feijó= 0,7% - 1,62, Rio Branco= 40,7% - 56,71, Sena Madureira= 28,9% - 32,4%, e Xapuri= 0,8% - 2,1%.

Com isso, a cidade de menor índice de contratos em relação ao volume liberado teve maior valor individual médio liberado. Contudo, isso pouco importa quando o volume médio é de R\$ 830 por contrato.

2.3.4 PRONAF C

O PRONAF 'C' apresenta uma série um pouco mais longa em termos de investimentos na pequena propriedade (Tabela nº 23). Com exceção do ano de 2002 (sem registros de liberações), o período se estende de 1998 a 2006. Ao longo dos anos foram distribuídos R\$ 11,4 milhões (cv: 109,2%) em 2,7 mil contratos, com uma média anual de R\$ 1,4 milhões (Mediana de R\$ 641 mil) e por contrato da ordem de R\$ 4,2 mil, com 340 contratações médias ao ano.

Vale ressaltar que os anos de 1998 (R\$ 398,7 mil), 2001 (R\$ 197,5 mil), 2004 (R\$ 601,2 mil) e 2006 (R\$ 681,0 mil), representam um caso a parte, com um menor volume liberado, evidenciando a falta de seqüência nos investimentos, mas mesmo assim, algumas das

médias destes anos se apresentam bastante próximas da geral.

Se no geral o número de contratos pode impressionar, quando se verificam os volumes anuais esta idéia se desfaz. Além disso, o ano de 1999 concentra 47,7% do total de contratos liberados, mostrando haver uma demanda retida. Entretanto, os motivos dos anos de 1999 e 2000 terem maior volume, vão ser analisados mais à frente (Análise dos Dados).

A distribuição dos recursos por agências nos dá uma pista de uma das utilizações prováveis para os recursos do FNO/Banco da Amazônia, mas isso também será analisado mais à frente. De forma geral, verifica-se ter sido a cidade de Sena Madureira a com uma maior relação recursos / % da população (4,0 – Total de R\$ 3,1 milhões), seguida de Brasília (3,1 e R\$ 1,9 milhões), Xapuri (2,0 e R\$ 484,4 mil) e Feijó (2,0 e R\$ 1,3 milhões). Cruzeiro do Sul teve uma relação quase 1/1 (R\$ 2,3 milhões). Rio Branco (0,3) e Tarauacá (0,4) foram as com menores valores.

É preciso ressaltar estar na região atendida pelas agências de Rio Branco mais da metade dos assentados oficiais. Assim, ainda que os recursos tenham alcançado todas as regiões, a distribuição não é proporcional à população, bem como não representa um fluxo constante, mas sim aportes esporádicos que dificilmente poderão reverter o quadro de atraso econômico financeiro regional.

Tabela nº 23: PRONAF C por Agências, Valores e contratos (1995-2006)

Cidades	Pronaf C^{*1}	Média (% do programa)	%Pop ulacional Geral	%de Assentados
Brasília	1 909,07	16,78	5,49	7,7
Cruzeiro do Sul	2 290,71	20,13	17,83	16,0
Feijó	1 278,65	11,24	5,67	3,3
Rio Branco	2 082,67	18,30	56,71	54,0
Sena Madureira	3 107,90	27,31	6,80	10,7
Tarauacá	226,07	1,99	5,40	3,5
Xapuri	484,36	4,26	2,10	4,7
Total	11 379,43	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa; População pelo IBGE.

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94. ¹ Em R\$ 1 000,00.

No tocante à distribuição dos recursos por número de contratos, confirma-se a ‘preferência’ pelas cidades de Sena Madureira (21,2%) e Brasília (20,8%). No caso daquela, ao atender 388 chefes de família em 1999, ter-se-á atingido provavelmente dois mil eleitores, sendo que este número representa 10% do total de eleitores do município, não se considerando aí o efeito cascata (ou comunicante / capilar).

No caso de Brasília, são 422 contratos entre os anos de 1998 e 2001 (306 entre 1999 e

2000), sendo que a extrapolação política destes dados é ainda maior por ser bem menor a população eleitora deste município (12,8 mil segundo ACRE, 2005). O fator de interesse será debatido mais à frente, mas aqui cabe o dito alemão “*Wessen brot ich esse, dessen lied ich singe*”.

2.3.5 PRONAF D

O PRONAF ‘D’ apresenta a série mais longa e, talvez, a que maior informação forneça. Os valores mostram terem sido aplicados R\$ 105,7 milhões na média propriedade rural do Estado, para uma média de R\$ 8,8 milhões ao longo do período, conforme Tabela nº 24.

Ao todo foram 8,9 mil contratos e uma média anual de 744 financiamentos (média de R\$ 11,8 mil por contrato). No tocante a média dos contratos, verifica-se um crescimento nos últimos três anos (a média, neste período, sobe para R\$ 15,7 mil). Mesmo assim, os volumes médios individuais se encontram muito abaixo do teto permitido (R\$ 40 mil).

Com base nos dados pós 1995, constata-se não existir um padrão nos volumes de recursos liberados anualmente, com os volumes variando entre um mínimo de R\$ 1,5 milhões a um máximo de R\$ 23,7 milhões (Coeficiente de Variação-CV de 84,2% no período). Sobre os valores máximos, há uma concentração de recursos nos anos de 1999 e 2000 (46,27 % do total).

Tabela nº 24: PRONAF D por Agências, Valores e contratos (1995-2006)

Cidades	PronafD^{*1}	Média (% do programa)	% Populacional Geral	% de Assentados
Brasília	8 396,08	7,94	5,49	7,7
Cruzeiro do Sul	17 619,54	16,67	17,83	16,0
Feijó	3 052,75	2,89	5,67	3,3
Rio Branco	56 559,56	53,51	56,71	54,0
Sena Madureira	15 796,01	14,94	6,80	10,7
Tarauacá	2 844,43	2,69	5,40	3,5
Xapuri	1 426,81	1,35	2,10	4,7
Total	105 695,18	100,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa; População pelo IBGE.

* Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006 e somente registra valores pós-94. ¹ Em R\$ 1 000,00.

Em termos de número de contratos, esta mesma tendência se repete, com os anos de 99-00 concentrando 36,5% do total de contratos liberados (3,2 mil). A média de valores por contrato também é oscilante, mas menor que as outras (CV de 16,4%). Com exceção dos anos de 1995, 2001-2004, houve uma prevalência nos volume percentual do PRONAF ‘D’ sobre o total de recursos liberados, havendo ano (1998) onde foi concentrado praticamente $\frac{3}{4}$ do total financiado (todas as linhas).

Em se tratando da distribuição geográfica (microrregião) dos recursos, constata-se ter a região atendida pelas agências de Rio Branco concentrado a maior parte das liberações. Foram R\$ 56,6 milhões (53,5%) para uma população de 58,7% do total estadual e 54,1% do total de assentados. Em segundo lugar, aparece a regional do Juruá (agência Cruzeiro do Sul), com R\$ 17,6 milhões (16,7%), para uma população de 18,0% e uma concentração de 16,0% dos assentamentos. Neste caso, há uma razoável equidade na distribuição.

O problema surge com relação ao terceiro colocado, Sena Madureira, que com uma população de 6,6% (10,7% dos assentados) reteve 14,9% do total de recursos. A situação é ainda mais complexa se, no caso desta cidade, for levado em conta somente o ano de 1999 (ano de maior volume de recursos), houve uma concentração de mais de ¼ do total financiado (em 1997 concentrou 52%, mas o volume foi baixo). A relação recursos percentuais pela população percentual revela a seguinte relação revelada pelo Quadro nº 06:

Quadro nº 06: PRONAF ‘D’(%) pela população regional (%) atendida pela agência

Brasiléia	Cruzeiro do Sul	Feijó	Rio Branco	Sena Madureira	Tarauacá	Xapuri
1,3	1,0	0,8	0,9	2,3	0,5	0,6

Fonte: Dados da pesquisa

Nos casos onde há concentração de PRONAFs, Brasiléia e Sena Madureira sempre apresentam um comportamento elevado. Neste caso (PRONAF ‘D’), Brasiléia com 5,5% da população reteve 7,9% dos recursos, ocorridos nos anos de 1999 e 2005, respectivamente e às vésperas de eleição estadual. “*Semper aliqued hacret*”.

2.3.6 DISCUSSÃO DOS DADOS – PRONAFS

Se à primeira vista os números totais do PRONAF (15,2 mil contratos e R\$ 142 milhões) podem impressionar, até por ser o Acre um estado carente de investimentos em geral, isso não se mantém se os dados levarem em conta a população rural existente no Estado. Segundo o CENSO-2000 apud ACRE (2005), 33,6% da população acreana reside no setor rural. Se este índice for utilizado, havia, na época, uma população rural de 187,3 mil pessoas.

No caso em questão, os recursos distribuídos pelo Banco da Amazônia não representam sequer R\$ 700 por residente no campo ao longo dos 12 anos amostrados (1995-2000). Muito pouco para promover o salto de produção/produtividade necessário para o desenvolvimento da pequena propriedade familiar. Segundo ACRE (2000, v.III) o nível

tecnológico local é um dos impeditivos de uma produção comercial competitiva e para reduzir a pressão por desmatamentos. Assim, nem se distribuiu renda nem melhorou o nível tecnológico.

Além disso, verificou-se serem aqueles que mais necessitam os beneficiários pelos menores volumes de recursos, pois a maior quantidade de contratos se deu no PRONAF 'D', cujos valores podem chegar a R\$ 40 mil (Tabela nº 25). Todos os outros beneficiários do programa receberam, juntos, menos contratos que o PRONAF 'D', pois este concentrou 55% dos contratos e 73% dos valores.

Além disso, verifica-se que quanto maior o volume de recursos liberados, maior o número de contratos. Até mesmo na pequena propriedade o FNO agiu para concentrar renda e nos interesses do mercado, pois os mais beneficiados são àqueles com maior renda comprovada. Isso comprova o pensamento de Zara (2006), pois o crédito foi direcionado para quem já o tem.

Tabela nº 25: Total de Recursos dos PRONAFs no Estado (1995-2006)

PRONAF	Contratos	%	Valores*	%
A	2 211	1,53%	25 841,86	17,94%
A/C	29	0,21%	57,73	0,04%
B	1 309	9,43%	1 082,33	0,75%
C	2 717	19,56%	11 379,43	7,90%
D	7 622	54,88%	105 695,18	73,37%
Total	13 888	100,00%	144 056,53	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

* Em R\$ 1.000,00, Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006.

No tocante à concentração de liberações por parte das agências de Rio Branco, é possível que estas tenham concentrado um volume maior de liberações por duas razões:

- a) a região concentra a maior quantidade de pequenos produtores, inclusive os maiores projetos de assentamento e o mais antigo e;
- b) por serem os agricultores desta região mais atingidos tanto pelas ações de mídia quanto por estarem mais próximos das sedes regionais dos sindicatos rurais.

Neste caso, seria interessante, até mesmo para a instituição, a aplicação de um pequeno questionário para saber de que forma o produtor tomou conhecimento da existência do financiamento e com base no resultado traçar metas e corrigir distorções.

Em termos de PRONAF 'C', no ano de 1999, que antecede a eleições municipais, apresenta um número atípico de contratos, sendo que um funcionário do Banco da Sena Madureira, foi candidato naquela cidade no ano seguinte. Neste ano (1999), a agência desta cidade concentrou 32,7% do volume total geral de recursos disponibilizados.

No tocante à Brasília, entre 1998 e 2001 há uma verdadeira derrama de dinheiro na

cidade (71,4%, 9,3%, 77,7% e 44,2%, respectivamente, dos recursos do PRONAF 'C'). Misteriosamente estes recursos minguam nos anos seguintes, desaparecendo entre os anos de 2002 e 2003, além de ficar em quocientes bem inferiores nos últimos anos amostrados.

O único fato correlacionado com estes dados é a eleição de um funcionário do banco lotado naquela cidade para o cargo de deputado estadual no ano de 2002. “*Semper aliqued hacret*”. O município de Feijó também apresenta valores estranhos se comparados anos com liberações e os anos com eleição. Contudo, não se têm conhecimento de funcionário do banco candidato naquela cidade.

A distribuição do PRONAF C não é proporcional à população e não representa um fluxo de recursos, mas sim aportes esporádicos e com baixo valor liberado, os quais dificilmente poderão reverter o quadro de atraso econômico financeiro do público alvo ou mesmo da região.

Em termos de população assentada, constata-se que em Brasília esta linha atendeu a uma população próxima de $\frac{1}{3}$ dos assentados oficiais (29%). Em Sena Madureira, mantida a mesma linha hipotética de raciocínio, verifica-se um percentual semelhante (25%). Com relação ao município de Feijó (menor número de assentados), os dados representam 70% dos assentados, neste caso, talvez, tenha se obtido o melhor índice.

Em termos de PRONAF 'D', surge novamente altos volumes de recursos e alta concentração de público nos anos pré-eleitorais e nos municípios de Sena Madureira e Brasília. No caso daquela, em 1999 (véspera de eleição) concentrou 25,2% dos financiamentos no Estado para a modalidade. Isso representa quase quatro vezes a participação percentual desta cidade (7%) nos números estaduais. “*Wessen brot ich esse, dessen Lied ich singe*”.

O número de assentados no Estado em 2005 era de 21,3 mil (ACRE, 2005), sendo que o volume de contratos nas linhas PRONAF foi de 15,2 mil com recursos liberados a partir de 1993 (cinco modalidades de crédito). Se for computado um contrato para cada assentado, ainda assim o FNO não conseguiu atingir a todos. É lógico que não se espera atender a todos, mas o dado revela a pequena abrangência para um setor importante seja no VBP, na geração de emprego ou na renda rural.

É preciso ainda ressaltar que uma parte considerável, da qual não se conhece o montante, é de produtores não assentados, principalmente do PRONAF D (valores mais altos dentro desta modalidade). Além disso, é possível (e provável) existirem produtores que obtiveram dois ou mais financiamentos.

Assim, é possível se inferir não ter o FNO atingido a população rural do Estado da maneira

necessária ou sequer da esperada, quer sejam os beneficiários da reforma agrária oficial ou mesmo os produtores familiares independentes. A isso se some a hipótese (muito possível) de ter sido o banco e estas linhas de financiamento utilizadas com fins políticos e eleitoreiros.

No tocante à participação do PRONAF, no montante geral de recursos (vide Tabela nº 26), constata-se ter este distribuído menos da metade (45%) do total de recursos para o setor rural. Como os recursos são pulverizados por milhares de produtores, houve concentração em outras linhas.

Os PRONAFs representaram apenas pouco mais de um terço do montante total estadual, quando deveriam estar em percentuais bem mais elevados, principalmente se levado em conta a legislação e objetivos do programa. Com isso se comprova que os recursos chegaram mais à grande propriedade do que para a pequena.

Tabela nº 26: Percentuais totais do PRONAF no Estado (1995-2006)

Cidades	Total PRONAF*	% Rural	% Total Liberado	% Pop. Municipal	% de Assentados
Brasília	11 509,65	3,62	2,95	5,49	7,7
Cruzeiro do Sul	20 529,61	6,46	5,26	17,83	16,0
Fajó	4 348,89	1,37	1,11	5,67	3,3
Rio Branco	81 874,15	25,76	20,96	56,71	54,0
Sena Madureira	20 335,39	6,40	5,21	6,80	10,7
Tarauacá	3 406,12	1,07	0,87	5,40	3,5
Xapuri	2 052,74	0,65	0,53	2,10	4,7
Total	144 056,54	45,33	36,88	100,00	100,0

Fonte: Dados da pesquisa. *Em R\$ 1.000,00, Corrigidos pelo IPCA até maio de 2006.

Agra; Santos (s/d) afirmam que a eficiência econômica dos grandes produtores nada mais é que a expressão do seu poder em obter auxílio do Estado. Para eles, baseados em Martine (1990), é muito mais uma eficiência política do que econômica. Isso pode ser visto na Tabela nº 27, com o somatório das linhas **Agropecuária** e **Proderur** (R\$ 172,3 milhões) contra o volume para a pequena propriedade (R\$ 144 milhões). Ou seja, a maioria recebeu menos que a minoria.

Tabela nº 27: Recursos para o setor rural (Em R\$ 1000,00; 1995-2006)

Linha	Proderur	Pronaf (todos)	Profloresta	Agropecuária	Total	%	Pop. %
Total	116 978,78	144 056,54	1 492,31	55 260,08	317 787,71	100	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Com relação à distribuição dos financiamentos dentro da modalidade pequenos produtores (Tabela nº 28), verifica-se ter o PRONAF 'D' (médios produtores) um predomínio sobre as outras linhas (73,4%), seguido da linha 'A' (17,9%) e da 'C' (7,9%). As linhas 'B' e 'A/C' têm participação ínfima (menos de 1%). Em termos gerais, os

recursos destinados a esta parcela de tomadores foi pouco acima de um terço do total de recursos liberados no período estudado.

Tabela nº 28: Distribuição dos percentuais do PRONAF no Estado (1995-2006)

Dado	Pronaf A	Pronaf B	Pronaf C	Pronaf D	Pronaf A/C	% Total
% entre Pronafs	17,94	0,75	7,90	73,37	0,04	100,00
% Total Rural	8,13	0,34	3,58	33,26	0,02	45,33
% FNO Total	6,61	0,28	3,58	27,06	0,02	37,55

Fonte: Dados da pesquisa

Em se tratando da distribuição dos recursos, algumas questões necessitam ser consideradas. Em Brasiléia um funcionário do banco foi eleito deputado estadual em 2002. Sena Madureira é a terra de outro funcionário do banco que tentou carreira política. É então provável que o liame a envolver tudo isso esteja na política estadual e os resultados demonstram ter a ver com o banco gestor do FNO.

Não é possível afirmar com absoluta certeza ter havido este envolvimento político, mas existem fortes indícios na atuação, se não política, pelo menos com interesse político para a contratação de financiamentos com recursos do FNO. Porém, “*semper aliquid hacret*”. Cabe lembrar Borges (2000); Mueller (1989) apud Borges (2000) sobre a manipulação da agenda política e dos recursos públicos prol de políticos auto-interessados e suas clientelas.

No tocante aos baixos índices de contratação, um dos fatores pode ter sido a dificuldade de deslocamento por pessoas residentes em áreas isoladas. De maneira geral, as liberações se concentraram na área servida por malha rodoviária. Vale ressaltar ser nessa mesma região (Vale do Acre), na qual se concentra a maior parte dos projetos de assentamento, que bem ou mal são servidos por estradas vicinais e por vias asfaltadas.

O Brasil, conforme Crocco (2004) apud Jayme Jr.; Crocco (2005), apresenta forte desigualdade regional financeira, reflexo de sua desigualdade econômica *latu sensu*. Para estes, além de haver concentração do número de agências bancárias nas regiões mais desenvolvidas, existe maior participação relativa destas regiões no volume de depósitos e créditos. Segundo estes autores, a concentração creditícia e a preferência pela liquidez exercem papel relevante sobre os desequilíbrios regionais no Brasil. Logo, seguindo o raciocínio destes autores e de acordo com as condições locais, para esses municípios isolados uma saída poderia ser uma ação tipo “agência itinerante”, como o sugerido anteriormente.

Em termos de distribuição meso regional dos Vales do Acre e Juruá, verifica-se que esta

região é preterida em favor daquela (Tabela nº 29). A concentração de 80% dos Pronafs é preocupante, se não no total, pelo menos na modalidade 'C'. No geral, o vale do Acre ficou com 80,4% (77,1% assentados em projetos oficiais e 56,7% da população do Estado) dos recursos do PRONAF e o Juruá com 19% (22,9% dos assentados e 29% da população).

Tabela nº 29: Distribuição dos percentuais do PRONAF no Estado por meso-região (1995-06)

Região	A	%	B	%	C	%	D	%	A/C	%	Total	%
Acre	25167,75	97,39	783,99	72,43	7584,00	66,65	82178,47	77,75	57,73	100,00	115771,93	80,37
Juruá	674,12	2,61	298,35	27,57	3795,43	33,35	23516,72	22,25	-	-	28284,61	19,63

Fonte: Dados da pesquisa

Um dos resultados dessa concentração de recursos pode ter sido o maior desmatamento estadual, concentrado à Leste do Estado e com pouca agressão na região Oeste (vide Imagem nº 02). Aqui se constata estar sendo preservada a natureza em detrimento do homem, pois os piores IDHs do Estado estão localizados na região mais à Oeste, a mais preservada. Contudo, o raciocínio carece de estudos mais aprofundados.

Os dados revelam uma forte concentração das liberações na região do Vale do Acre, área de influência da capital e principal mercado estadual. Isso vai de encontro ao preconizado pela literatura com relação ao desenvolvimento.

A centralização de rendas nas proximidades de Rio Branco apenas concentra esta nas mãos de poucos, ampliando a dependência das outras micro-regiões, notadamente mais à Oeste. A falta de apoio financeiro só serve para agravar mais o quadro de empobrecimento do Juruá, sem infra-estrutura e sem recursos em quantidade para promover seu desenvolvimento.

Outro fato a ser destacado é a pouca consistência nas linhas de financiamento, quase todas interrompidas e sem um fluxo constante de investimentos. Para sair da miséria econômica e social existente, o Estado precisa definir quais suas vocações produtivas no setor rural e, partir de então, o banco passar a investir.

Contudo, não se pode questionar apenas ao banco pela falta de liberações para as regiões mais distantes da capital, sendo o mais provável uma ausência de política estadual de distribuição dos recursos e fomento nas áreas menos favorecidas (ou de integração entre este e a instituição bancária).

Sem o apoio e chamamento por parte do poder público e relegadas somente aos interesses do mercado, as regiões pobres vão ser sempre prejudicadas, com as regiões mais

adensadas populacionalmente sempre exercendo atrativo maior, relegando as outras às possibilidades naturais e à descoberta de algo novo (sejam commodities ou belezas naturais para um incremento do turismo). Outro ponto é que a centralização de decisões em outras regiões não leva em consideração as particularidades locais, principalmente com relação aos problemas locais, como o citado anteriormente.

No caso dos recursos para pequenos produtores rurais, não cabe simplesmente falar em fórmulas de distribuição dos recursos proporcionalmente ao equivalente percentual, ainda que isso seja desejável.

É preciso principalmente disponibilizar mais recursos para a pequena propriedade, afinal os proprietários maiores podem encontrar recursos em outras fontes. Seja isso por conta do maior poder organizativo ou mesmo por oferecer maiores garantias a instituição bancária.

Para isso, seguindo os objetivos do fundo, é preciso mais do que inverter a proporção de recursos do setor rural, atualmente em 45% familiar - 55% grande proprietários. É preciso pensar em algo do tipo 75%-25%, pois caso a conta continue como está, o banco estará dando uma grande contribuição para a concentração de renda na região. Outro ponto é aumentar a participação dos recursos para o setor rural. E esta conta deve crescer principalmente sobre os recursos disponibilizados para o setor de comércio.

A isso cabe citar novamente Sombart apud Benayon (2005), que afirma que a ambição do empresário só é benéfica para a sociedade se controlada por esta e se o Estado não admitir a concentração de renda. Com isso podemos dizer que se o planejamento estadual não opera, a classe dominante se locupleta, com concentração de renda e ampliação das mazelas sociais.

É preciso ressaltar ser necessária uma mudança de conceitos por parte dos beneficiários, onde estes passem a ver as linhas de crédito como fomento e não apenas como distribuição de renda. Ferreira; Mendes (2003) afirmam que, além da necessidade de inovação tecnológica e institucional, é preciso de uma estratégia bem-sucedida de desenvolvimento agrícola. Esta deve estimular a capacidade técnica e administrativa dos produtores rurais na escolha da melhor combinação de fatores de produção. Citando Burger (1999); FAO (1996), eles afirmam que o agricultor deve ser um empresário-inovador, com conhecimentos e capacidade de gestão para substituir as técnicas de produção e elevar a produtividade por unidade de área.

Nessa linha, uma sugestão é o condicionamento da liberação dos recursos à participação do pretendente em cursos de formação básica de gestão ou mesmo sobre a cultura/criação a ser

apoiada, o qual seria ofertado pelo Poder Público (seja federal, estadual ou municipal).

O desenvolvimento local pode ser definido como um processo de transformação da economia e da sociedade, orientado para superar as dificuldades e melhorar as condições de vida da população (ALBUQUERQUE, 1997 apud FLEISCHFRESSER, 2002). Essa transformação deve ocorrer mediante atuação entre os agentes locais (públicos e privados), para o aproveitamento dos recursos endógenos, ao fomento das capacidades empresariais e à criação de um entorno inovador no território (FLEISCHFRESSER, 2002).

Um projeto moderno de desenvolvimento não se faz com instituições tradicionais. Para a Amazônia, entre outras coisas, é necessário ampliar a capacidade de formulação estratégica, com um novo planejamento e gestão institucional, capacidade de interação social, com novo planejamento do desenvolvimento regional, nova capacidade de financiamento, com democratização do acesso a fundos públicos. (COSTA, 2005).

Embora o crédito agrícola seja um componente relevante das políticas públicas de apoio à agricultura familiar, a promoção do desenvolvimento rural requer a mudança do modelo de financiamento. Assim, é preciso reforçar instituições de finanças rurais em nível local e a superação dos obstáculos que travam o desenvolvimento e a inserção sustentável dos agricultores familiares nos mercados. (BITTENCOURT, 2003). Logo, os cursos de capacitação propostos estão dentro dos princípios do desenvolvimento regional apontados pelos autores citados.

É preciso ainda apoiar a instalação de agroindústrias para beneficiar localmente a produção. Isso ocorre devido ao fato do crescimento econômico a partir de produtos primários [como a madeira] levar somente ao crescimento econômico, com benefícios das oligarquias e aumentando o fosso social. (FURTADO, 2003 apud MENDES; TEIXEIRA, 2004).

Os dados relativos à distribuição dos PRONAFs reforçam a idéia de que o Estado não possui uma política de desenvolvimento regional. Como nas outras análises aqui apresentadas, há a concentração dos recursos ‘baratos’ do FNO na principal região econômica, a qual segundo alguns autores, entre eles Azzoni (2002), já atraem naturalmente os recursos por intermédio de outras fontes. É preciso ressaltar ser o FNO uma linha de recursos diferenciados e com objetivos bem definidos em Lei.

Com base neste raciocínio, urge mudar a relação do PRONAF com o restante dos recursos do FNO e para com os recursos para o setor rural, pois somente haverá desenvolvimento regional sustentável se houver um planejamento local

(município/microrregião) e estadual sincronizados em uma política macro.

Outro ponto é ampliar a rede de atendimento bancária, como forma de democratizar o acesso dos pequenos produtores. Além do fato das agências serem concentradas em apenas sete dos 22 municípios (muitos dos quais sem uma ligação permanente), os produtores são descapitalizados e com pouco grau de associativismo (em seu conceito mais amplo). Nesse caso, parceria com prefeituras, como o sugerido anteriormente, pode ser uma das formas dessa democratização.

Além disso, não basta apenas injetar recursos. É preciso apoio para a formação de uma classe de empresários rurais (assistência técnica), além de apoio do Estado no que diz respeito ao escoamento (infra-estrutura) e a viabilização de mercados, principalmente para produtos acabados de origem local e cujo processo de produção não represente agressão ao ambiente (agroindústria). Com a formação ou ampliação do capital social, os benefícios podem se tornar permanentes e promover a inclusão social e o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO III

Resultados e discussão

Setor Produtivo Rural Acreano

“Pouca expressão e incapaz de influenciar o cenário nacional”

3.1 CULTURAS ANUAIS ALIMENTARES

Neste capítulo procedeu-se ao cruzamento dos volumes financiados (por linha de crédito) com os dados de alguns setores produtivos (agricultura, pecuária e extrativismo). Em cada tópico é feita uma análise preliminar, com uma conclusão parcial ao final do subitem.

Antes de analisar os dados de produção agrícola, é necessário comentar alguns ajustes necessários realizados para o melhor entendimento do material analisado. Primeiramente, foram feitos ajustes nos volumes (toneladas para quilos, p.ex.) de forma a propiciar maior visibilidade aos dados ou para reduzir a um número menor.

Os dados de percentual de área colhida foram obtidos por intermédio de regra de três simples, em que a área plantada foi considerada como 100% e o resultado da divisão desta pela área colhida (ajustado para a base 100) foi considerado como percentual colhido. O percentual de área colhido é um indicativo de maior ou menor índice tecnológico, em que pese a forte influência do fator clima, principalmente quanto for menor a tecnologia empregada (irrigação, p.ex.).

Os dados de produtividade (nacional, regional e local – Acre) foram obtidos pela divisão do volume produzido pela área plantada, sendo o resultado expresso em valores de produção (unidades, quilos ou toneladas).

Todos os dados de produção foram obtidos ou adaptados a partir de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/Sistema SIDRA. Vale salientar que as culturas do Alho, Aveia, Batata-inglesa, Cebola, Centeio, Cevada, Ervilha, Fava, Girassol, Juta, Linho, Malva, Mamona, Melão, Rami, Sorgo granífero, Trigo e Triticale não possuem registros. Já as culturas Algodão e Amendoim tiveram baixas produções registradas e não foram analisadas. Da mesma forma, as culturas perenes possuem volumes tão baixos que não foram consideradas neste trabalho.

Contudo é preciso frisar que as estatísticas do IBGE abrangem um período diferente (1990/2004) em relação aos financiamentos considerados (1995-06), sendo que neste caso foi preciso ajustar os períodos de forma similar para proceder à correlação estatística. É mister ressaltar ainda a ocorrência de resultados estranhos (como o desmatamento no Estado ter sido fortemente influenciado pela criação de codornas ou correlação entre linhas e produtos que nada têm a ver entre si), sendo isso creditado às chamadas ‘correlações espúrias’⁵⁸.

⁵⁸ Correlações paramétricas são sensíveis a valores atípicos. Além disso, é preciso levar em conta que uma correlação entre duas variáveis não quer dizer haver relação causa-efeito (PAGANO; GAUVREAU, 2004).

No tocante aos resultados apresentados e levando em consideração apenas os dados do IBGE, é possível afirmar não haver, em termos de culturas anuais, qualquer influência da produção acreana sobre a economia nacional. Isso se explica pelos pequenos volumes produzidos, sendo que estes provavelmente podem ser influenciados pela produção nacional, mas sem a recíproca.

Este dado já havia sido sinalizado por Acre (2000, v. III), quando apontou a necessidade de melhoria do nível tecnológico da exploração das culturas anuais (sementes melhoradas, espaçamento adequado, manejo de solo, fertilização e correção de solos), inclusive como forma de reduzir a pressão sobre os desmatamentos.

Com isso, verifica-se haver espaço para o crescimento da produtividade em todas as áreas, cabendo apenas estudos para identificar as com maior potencial de atendimento ao mercado consumidor e com condições de gerar a imensa quantidade de empregos que o Estado necessita para poder mudar os péssimos referenciais sociais apresentados em todas as pesquisas (IDH, índice de Gini, Insegurança Alimentar).

Além disso, não cabe na linha de pesquisa aqui adotada esmiuçar a questão econômica do Acre, mas sim as correlações do FNO com o desenvolvimento regional e, no máximo, apontar possíveis áreas não atendidas e/ou com potencial de retorno socioeconômico. Contudo, para se avaliar as correlações entre um item e outro, necessário se faz conhecer no mínimo um pouco de cada.

3.1.1 MANDIOCA

A mandioca (euforbiácea, *Manihot* spp), também conhecida como macaxeira (Regiões Norte e Nordeste) e aipim (Sul e Sudeste) é, segundo Centec - Produtor de mandioca (2004), uma planta de origem brasileira, de grande importância na alimentação humana e animal. Na região Nordeste, 70% da produção é convertida em farinha, com um consumo *per capita* de 55,0 kg na população rural e 31,9 kg na população urbana, com 5,2 kg in natura e 4,0 kg na forma de amido ou de outros derivados. Atualmente, a cultura é de alta importância em diversos países africanos, asiáticos e regiões subdesenvolvidas na América latina.

Dois tipos de mandioca são utilizados, com diferenciação pelas concentrações de ácido cianídrico: alto, são consideradas “brabas” ou “amargas” (mortais se ingeridas *in natura*) destinadas à indústria e; baixo, as “mansas” ou “doces” (de mesa). No Acre, a distinção é feita entre Mandioca (‘braba’, alta produtividade e ideal para farinha) e Macaxeira (mansa, baixa toxicidade e de mesa).

A mandioca é uma cultura não muito exigente em solos, sendo considerada rústica, mas vegeta melhor e apresenta melhor produtividade à medida que os solos (estrutura e fertilidade) são melhores. Entretanto, há registro de restrições a solos excessivamente argilosos, baixadas impermeáveis e muito úmidos (VIEGAS, 1976). Segundo o Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, vol. I), a maior parte (64,0%) dos solos acreanos são do tipo argissolo e com alta saturação de alumínio, não sendo de todo inadequado às práticas agrícolas.

Para adequação e maior produtividade da cultura citada, o ideal seria inicialmente a correção dos índices de pH (adição de calcário) e neutralização dos teores de alumínio (principais responsáveis pela acidez local). Este dado indica para uma concentração da exploração industrial na região do Vale do Acre, mais próximo e com malha viária ligando às jazidas de calcário mais próximas (em Rondônia).

A importância da cultura da mandioca para o Estado está implícita nos resultados do estudo BASA/IPEA/ANPEC (2002), que indica a formação de *clusters* da cultura nas três principais regiões do Estado. Ainda que a cultura seja, como a esmagadora maioria dos produtos agricultáveis, recebedora de baixo investimento tecnológico (pouca mecanização, sem cultivares melhoradas, baixo uso de corretivos, fertilizantes e defensivos), apresenta bons índices de produtividade e acima das médias nacionais. Ressalte-se o fato desta ser provavelmente influenciada por cultivos com elevado nível tecnológico e com produção destinada à indústria.

No tocante à possibilidade de ampliação da produção/produtividade, é necessária atentar para a necessidade de se definir cultivares para as diferentes formas de consumo. Caso haja uma opção real pela formação do *cluster* sobre esta cultura, é preciso fomentar uma indústria (fécula, por exemplo) e paralela a esta é preciso a identificação de cultivares locais adaptadas às condições locais e com um teor de amido superior a 30% (CENTEC - PRODUTOR DE MANDIOCA, 2004).

Conforme descrito por Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, vol. III), em parte este problema foi contornado com o lançamento de duas cultivares para a indústria pela Embrapa em 1999, com produtividade de 29 t/ha e teor de amido de 33%. Todavia estes resultados da pesquisa não chegaram ao produtor, pois não se verifica nas produções subsequentes um crescimento significativo em termos de t/ha (média de 17,87 entre 2000 e 2004). Esta análise mostra que provavelmente não houve correlação entre o trabalho da pesquisa e as políticas agrícolas locais.

Se comparada a produção estadual e sua baixa tecnologia com as médias nacionais, fica clara a possibilidade de ampliação deste setor, quer seja pela apropriação tecnológica quanto pela inclusão de novas áreas para o cultivo.

É patente no Estado a existência de um considerável percentual de áreas degradadas (capoeiras), as quais com o manejo adequado podem ser incorporadas ao processo produtivo com um impacto menor ao ambiente.

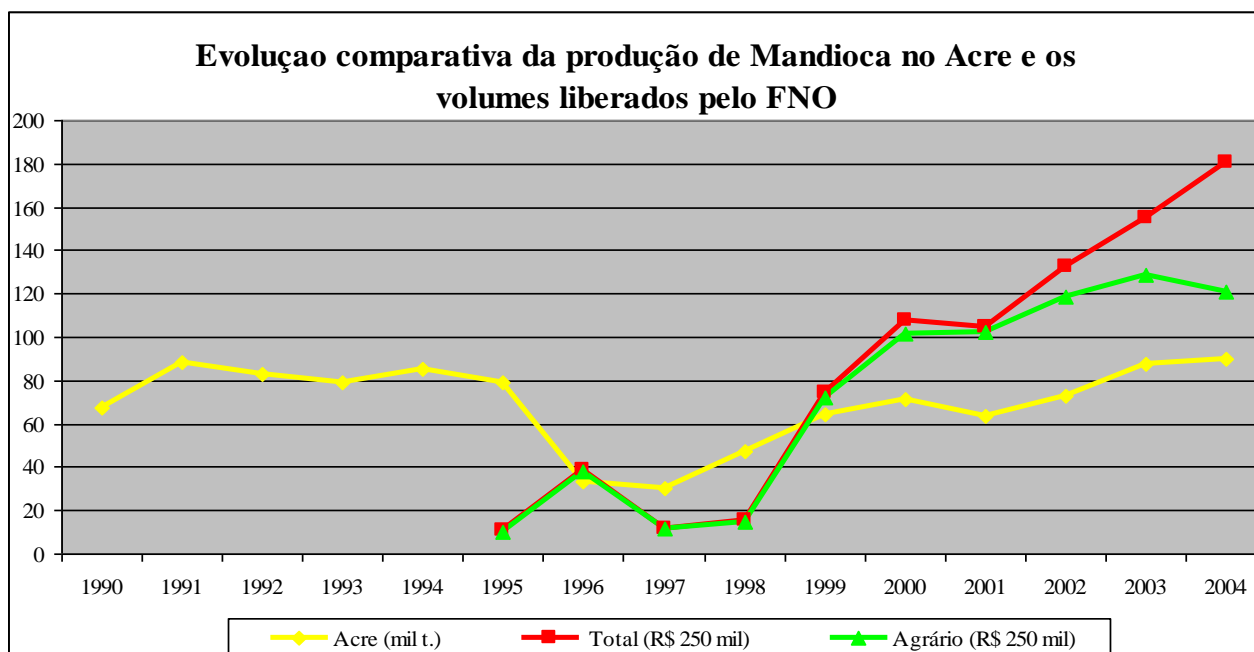
No Brasil, o cultivo ocupa áreas entre 1,5 milhões a 1,9 milhões de hectares, no Acre de 13 mil a 26 mil hectares, enquanto na região de 304 mil a 455 mil hectares. Em se tratando de índice tecnológico, denota-se nesta cultura algumas oscilações em termos de área colhida, com um registro podendo ser considerado como negativo (88,0% em 2004) e uma média muito próxima de 100%, notadamente influenciada pelos anos anteriores a 1999.

Os anos de 1999 até 2003 revelaram um percentual de colheita próximo de 100% da área plantada. Mesmo com a presença de variações, estas são pequenas e em uma margem aceitável (2% de perdas). Há que se salientar o fato dos dados não fazerem distinção entre a produção para mesa e a industrial, o que prejudica a análise dos números apresentados.

Convém destacar que mesmo com a curva de produção mostrando uma tendência de crescimento nos últimos anos, os anos de 2003 e 2004 (maior produção) apresentam dados muito próximos dos do começo da série estudada (1991), revelando estar o Estado apenas em busca do tempo perdido, conforme se visualiza no Gráfico nº 05.

Os melhores resultados são com relação à produtividade por hectare, significativamente superior ao nacional e ao regional, sendo um indicativo de uma predisposição regional para esta cultura. Somente entre 1996 e 1998, as produtividades estiveram em um nível de igualdade, tanto para a média regional quanto nacional. Isto aconteceu por conta da queda da produtividade local, o que ocorre entre 1995 e 1997.

Gráfico nº 05: Produção de Mandioca no Acre e o FNO no Estado (1990-2004).



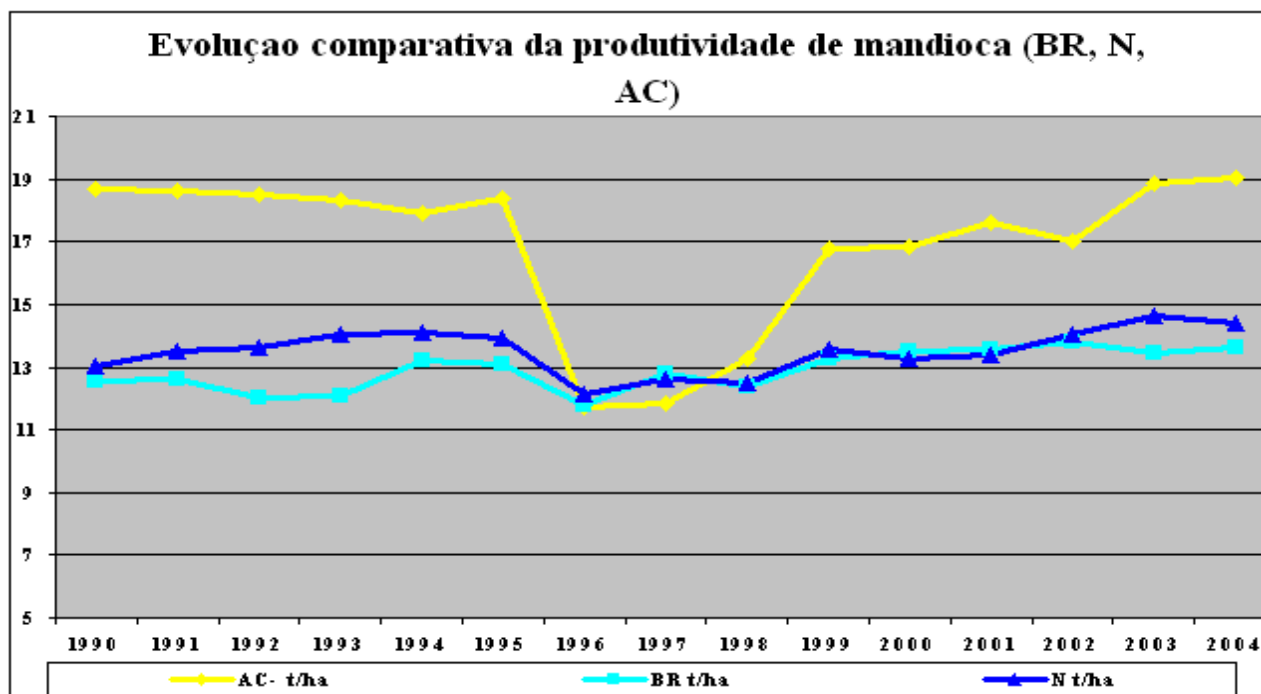
Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

A média do período estudado ficou em 16,7 t/ha, enquanto a nacional foi de 12,91 t/ha e a regional de 13,52 t/ha. Isso pode ser comprovado pelo Gráfico nº 06. Se esse dado é um indicativo de vantagem, ele é desperdiçado com a pequena área plantada, embora esta possa ser afetada negativamente pela falta de mercado consumidor – principalmente industrial.

A produtividade da mandioca pode ser dividida nos seguintes períodos: 1990-1995, com média de 18,4 t/ha; 1996-1998, 12,3 t/ha e; 1999 a 2004, com média de 17,7. Vale salientar que neste último período ocorreu uma tendência de crescimento da produtividade entre os seis anos considerados, mas a falta de dados para o ano de 2005 impede a confirmação. Mesmo assim, o último ano analisado revela a máxima produtividade por hectare (19,04 t/ha).

Pode ter havido uma influência positiva do FNO para a cultura, visto que em 98 iniciam as operações com o PRONAF ‘C’ no Estado, havendo um salto quantitativo (10 vezes mais que no ano anterior) em 1999. Além disso, neste período é notado também um incremento similar (seis vezes mais) nos recursos da linha de financiamento PRONAF ‘D’. Porém, a correlação estatística não confirma isso, ainda que possa ter havido correlação indireta. Outro ponto é que os dados disponibilizados pelo banco não permitem análises mais detalhadas.

Gráfico nº 06: Produtividades de Mandioca (1990-2004).



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

É preciso ressaltar que mesmo os autores mais antigos, como Viegas (1976), apontam para uma produção possível entre 60 e 100 toneladas por hectare. Assim, em se tratando da formação de um *cluster* para este setor, é necessário ampliar a área plantada e aumentar muito a produtividade, de forma a permitir a existência de indústrias.

Para se atingir índices tão elevados, é preciso uma participação maior do poder público definindo a ação em forma de uma política de governo, junto com o aumento da extensão rural. Tudo massificado por campanhas nos meios comunicação, a quais devem ser voltadas para os produtores e de divulgação dos financiamentos/linhas/programas. Outro ponto é a busca por consumidores para uma produção em escala, normalmente aliada a existência de indústrias de porte para garantir mercado para a produção, o que ainda não existe. Tudo isso já discutido pelo BASA/IPEA/ANPEC (2002) e previsto no Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000) e por SEBRAE (2000).

A formação do *cluster* da mandioca deve ser estudado em conjunto com a cultura do amendoim, pois ambas as culturas têm um grande potencial agrícola e podem ser usadas na alimentação animal, em que aquela fornece carboidratos e o volumoso e este proteína.

Esta ação fomentaria assim um Arranjo Produtivo Local em torno da produção de animais de pequeno porte (porcos, aves) e do gado leiteiro. Estes são demandantes de concentrado protéico, atualmente importado de outros estados, para o fabrico da ração estando. Isso limita ou até mesmo inviabiliza este setor produtor de alimentos básicos.

Dos resultados estatísticos apresentados (Anexo nº 01, Quadro nº 01), nenhum tem correlação real com a cultura da mandioca, exceto no tocante a um possível aumento da demanda efetiva provocada pela linha **Promipec**.

Contudo, é preciso ressaltar que tanto o teste de Pearson quanto o de Kendall (Spearman para o total geral) revelaram uma correlação positiva para com a cultura entre os totais gerais e agrários, num indicativo de pressão de demanda e não propriamente recursos investidos na cultura.

Não se pode, porém, descartar a possibilidade de que alguns produtores tenham investido parte dos recursos na cultura. A questão de o **Promicro** influenciar negativamente merece ser estudada isolada e posteriormente.

Com base nos dados, conclui-se que o FNO não logrou êxito direto no que diz respeito ao desenvolvimento da mandioca. Para um incremento de produção e produtividade será necessária uma aproximação maior entre o setor agrário, governo, banco e pesquisa.

3.1.2 MILHO

A cultura do milho (gramínea, *Zea mays*) é importante em todo o território nacional, tanto para a alimentação humana quanto animal e cresce ano a ano, conforme Centec: Produtor de Milho (2004).

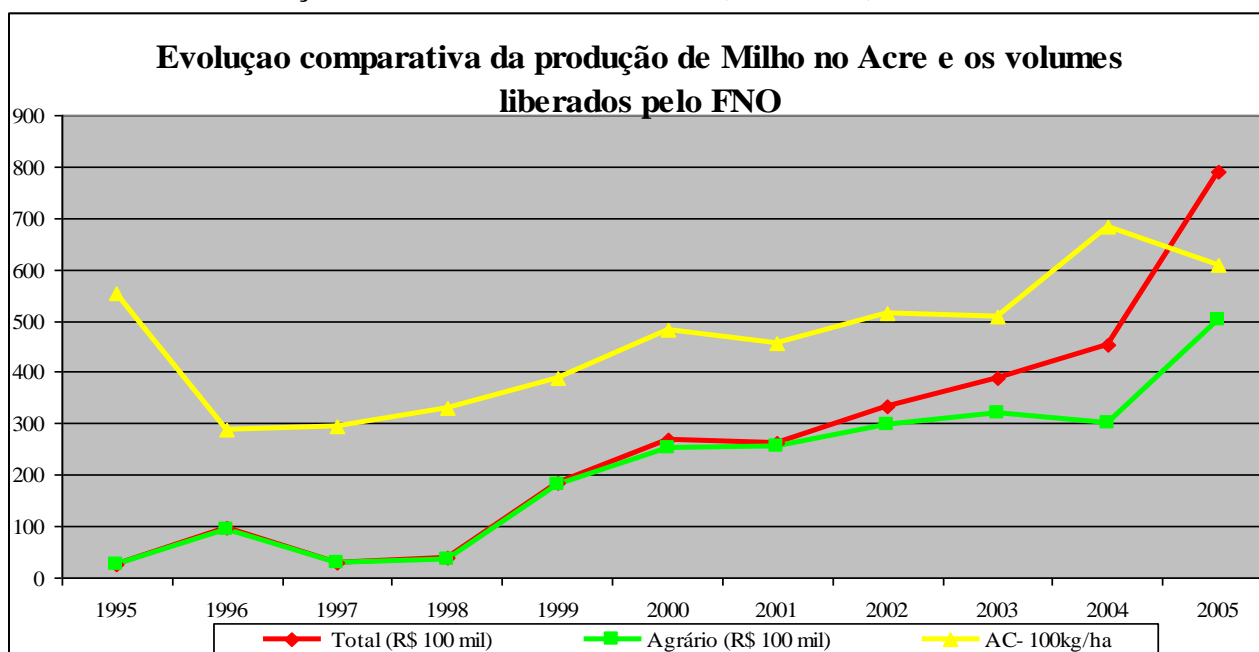
O milho é, juntamente com a soja, mas em maior quantidade que esta, o principal componente nas rações para animais. Esta gramínea é reconhecida como um dos alimentos mais completos, no qual a distribuição de nutrientes esta razoavelmente balanceada, sendo rico em proteínas e energia. De maneira geral, o milho (grão integral) tem 4 mil kcal/kg e 8,68% de proteína bruta, além de razoáveis índices de aminoácidos, de boa digestibilidade (EMBRAPA, 1991).

Mesmo sendo tão importante, no Acre não tem recebido a devida atenção, como demonstra a alta variabilidade dos dados ao longo do período estudado. A série analisada (Gráfico nº 07) mostra ter havido anos com produção em torno de 29 mil toneladas (1996/1997) e 68 mil toneladas (2004). A média nos 16 anos amostrados se situa em 50,7 mil toneladas.

A produção pode ser dividida em três períodos de tempo a partir das produções: 1990-1995, com uma produção média de 59,2 mil toneladas/ano; 1996-2001, com média 37,3 mil t/ano (período de menor produção) e; 2002-2005, com uma produção de 57,9.

Com isso, constata-se que apesar de haver uma tendência de crescimento da produção nos últimos oito anos (a partir de 1998) a maior produção média (2002-2005) ainda é inferior a média dos seis primeiros anos, ainda que em 2004 tenha registrado a maior produção (Vide Anexo nº 02, Tabela 02).

Gráfico nº 07: Produção de Milho no Acre e o FNO (1990-2005).



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

Em se tratando de índices de tecnologia, verifica-se um índice razoável de colhimento da área plantada, com uma média acumulada de 98,5%, mas é preciso ressaltar a presença de um *out lier* em 1991, com um percentual de 87,6%.

De maneira geral, é possível inferir ser uma cultura com um razoável índice tecnológico, porém este dado é relativo, não tendo a cultura evoluído na mesma velocidade das médias nacionais de produtividade (Gráfico nº 08).

Se no primeiro momento amostrado as produtividades locais, regional e nacionais praticamente se equivalem (1,64 t/ha, 1,36 t/ha e 1,87 t/ha, respectivamente), isso se desfaz ao longo do período. A produtividade nacional chega a dobrar nestes 16 anos, principalmente nos últimos cinco (média de 3,32).

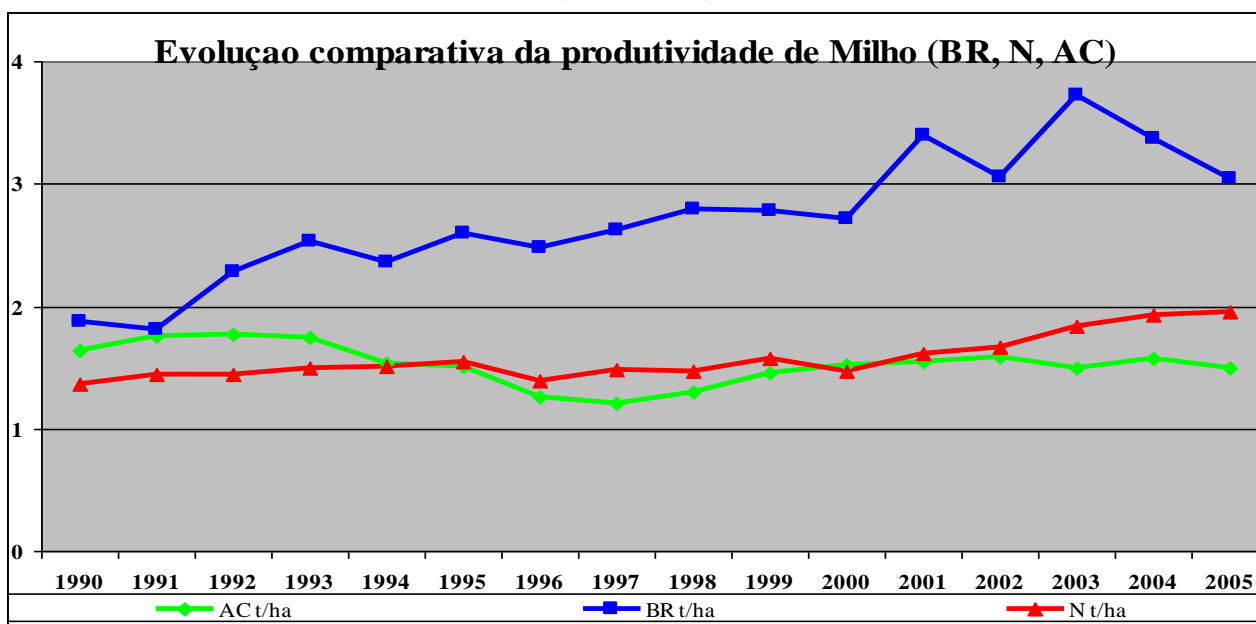
No mesmo período, a produtividade local se mantém praticamente no mesmo patamar médio do período estudado (1,63 t/ha). Com isso é possível afirmar que, em termos tecnológicos, lavoura do milho tem estado estática ao longo do período estudado.

É possível ter havido uma correlação positiva entre o crescimento do volume de recursos aportados via FNO, a partir de 1999, se não na produtividade, pelo menos na recuperação da área plantada no começo do período analisado. Saliente-se o fato de ter havido correlação entre os valores totais aplicados e o volume aplicado no setor agrário.

Como o citado em Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, vol III), a agricultura regional é marcada pelo baixo índice de investimentos e pela rudimentariedade, havendo, pois, espaço para ganhos de produtividade.

A cultura do milho no período analisado pode ser dividida em três períodos (a produtividade tem pouca alteração e gira em torno da média local): 1990 a 1995, com produção média de 59,2 mil toneladas; 1996 a 2001 e uma produção média de 37,3 mil toneladas e; 2002 a 2005, com 57,9 mil toneladas. No caso de ser apoiado um APL envolvendo a mandioca e o amendoim e visando o fomento da criação de pequenos animais (aves e suínos) e o incremento da bacia leiteira (e a cadeia de subprodutos lácteos), é também de vital importância um apoio para o crescimento tanto da produção quanto da produtividade do milho.

Gráfico n° 08: Produtividades de Milho (1990-2005).



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

Estatisticamente (Anexo nº 01, Quadro nº 02) o milho sofre a correlação negativa do **Promicro** e do PRONAF 'D'. O fato de o PRONAF exercer influência negativa é um indicativo do milho não ser uma das culturas principais para o pequeno produtor. As culturas anuais, como o milho e o arroz, sofrem muito com a questão do escoamento, pois são colhidas durante o período chuvoso. Isso, aliado à falta de armazenagem e baixo índice tecnológico da maioria dos produtores, faz com que elas não recebam a atenção devida.

A forte correlação dos totais e da quantidade destinada ao setor agrário e o milho são um indicativo de relação paralela, pois as linhas de aplicação direta, notadamente PRONAF's **Proderur** e **Agropec** não mostraram correlação direta (exceto o PRONAF D e assim mesmo negativa). O mais provável fica por conta do aumento da demanda e o desvio de pequenas quantidades para a cultura (vide comentários sobre mandioca).

Necessário se faz evidenciar o fato de que a entrada de recursos em circulação no Estado pode ter influenciado a demanda, provocando um aumento nas produções para atendê-la. Este pode ter sido o caso da correlação para com a linha **Promipec**, mas é preciso destacar o fato desta ter apenas três anos de liberações (2003-2005).

É bastante provável que o FNO não tenha influenciado positivamente a cultura do milho. Para uma afirmação mais precisa, seria necessário um estudo a respeito de quanto destes recursos foram aplicados diretamente nestas culturas. Mesmo assim não se pode descartar o efeito multiplicador destes recursos na economia do Estado e a pressão positiva sobre este produto no mercado local. Aqui cabe o mesmo raciocínio aplicado à mandioca, dado o tipo de dados analisados.

Com relação ao fato da linha PRONAF 'D' ter tido correlação negativa, é um indicativo de que os recursos repassados aos agricultores desta linha (agricultores familiares, renda anual familiar entre R\$ 14 mil e até R\$ 40 mil, com 70% da renda na propriedade) serviram para mudança nas linhas produzidas, com probabilidade destes terem migrado para a pecuária (vide item 2.5- Pecuária Leiteira e 2.6 Pecuária de Corte).

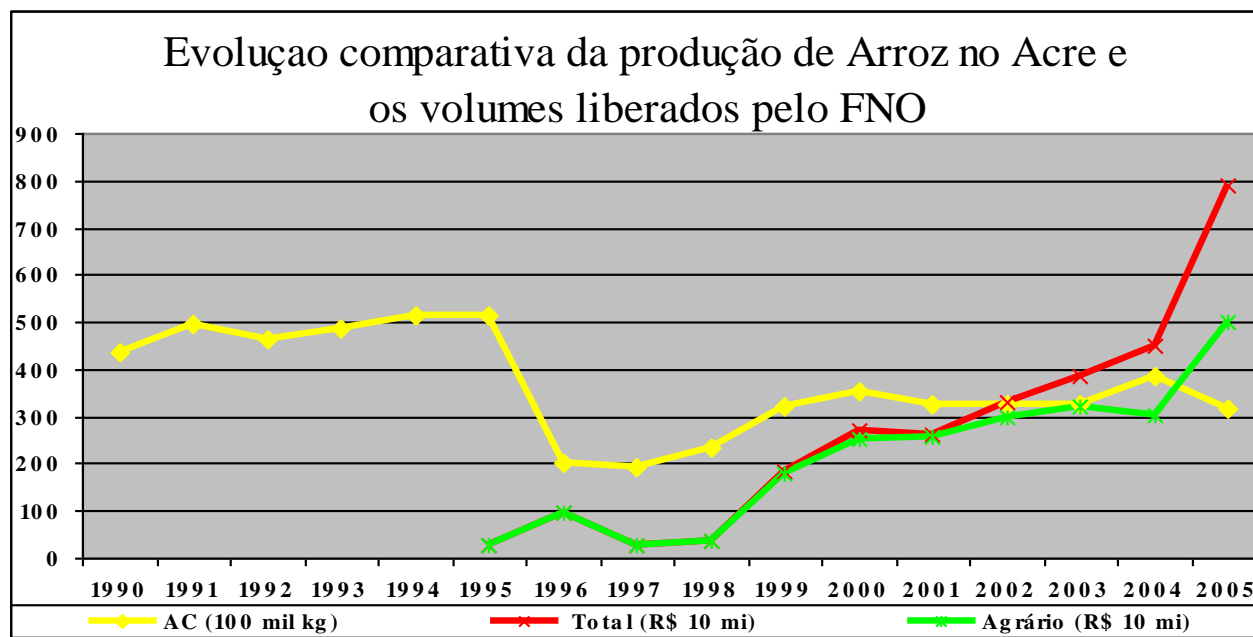
Assim, com fundamento nos dados estudados, conclui-se que o FNO não logrou êxito direto no que diz respeito ao desenvolvimento do milho. Para um incremento de produção e produtividade será necessária uma aproximação maior entre o setor agrário, governo, banco e pesquisa.

3.1.3 ARROZ

O arroz (gramínea, *Oriza sativa*) é plantado em quase todo mundo, sendo a China o maior produtor (36%), estando o Brasil entre os nove maiores produtores com seus 1,5% da produção mundial (CENTEC:PRODUTOR DE ARROZ, 2004).

Enquanto a produtividade brasileira cresceu de 1,88 t/ha para até 3,56 t/ha, no Acre se mantém estável em torno dos mesmos 1,44 t/ha registrados em 1990 (Gráfico nº 09). A área plantada também tem se mantido próxima dos 30 mil ha registrados em 90, mas abaixo disso (25,5 mil ha nos últimos seis anos amostrados).

Gráfico nº 09: Produção de Arroz no Acre e o FNO (1990-2005).



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

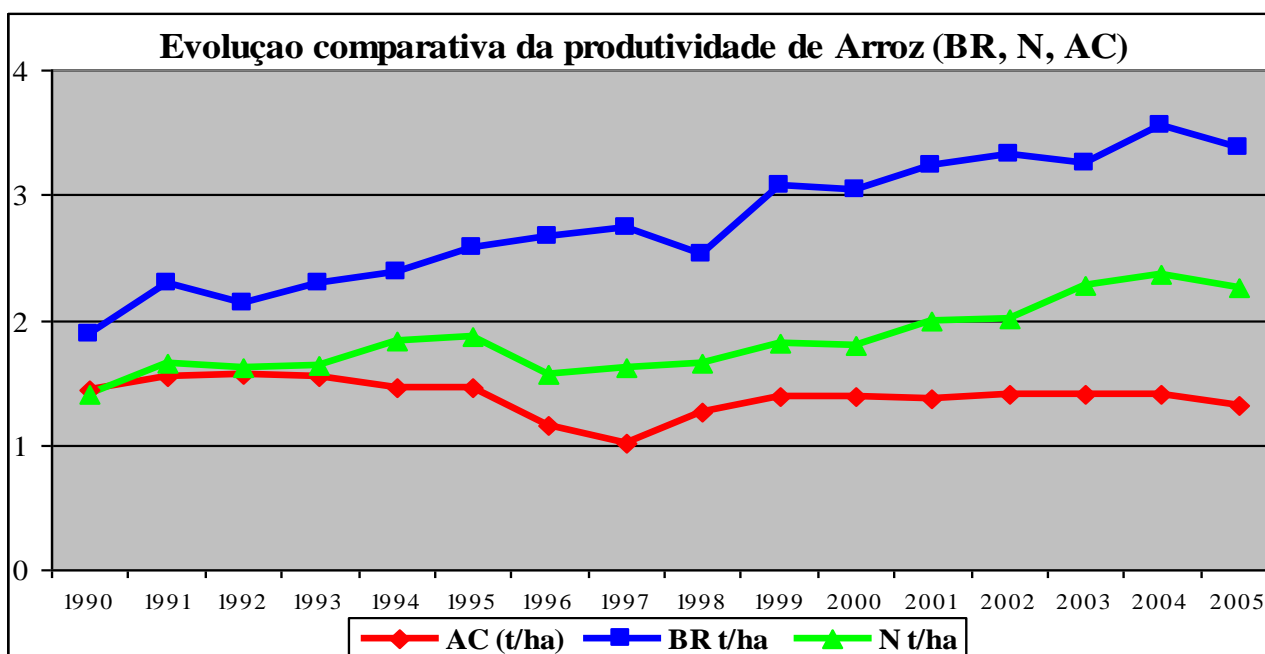
A produção tem três períodos distintos (Vide Anexo nº 02, Tabela nº 03). O primeiro se inicia em 1990 e vai até 1995, com uma produção de 48,5 mil toneladas. O segundo vai de 1996 a 1998, em que se registra uma queda de mais de 50%, com uma produção de 21 mil toneladas.

Já o terceiro período, que vai de 2000 a 2005, apresenta uma recuperação de aproximadamente 50% sobre o período anterior. Neste, verifica-se uma produção da ordem de 33,7 mil toneladas (bem menos que os 48,5 mil t do período do início da amostra, com cerca de 40% abaixo dos valores de 1990).

A baixa produtividade (Gráfico nº 10) pode ser creditada, em parte, à baixa fertilidade natural da maioria dos solos do Estado. Segundo Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, vol. I), a maior parte (64,0%) dos solos acreanos são do tipo argissolo e com alta saturação de alumínio, embora não sendo de todo inadequado às práticas agrícolas. Para Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, v. III), existe necessidade de melhoria do nível tecnológico da exploração das culturas anuais.

Os dados de produção são indicadores de um dreno de recursos para centros produtores, dificultando a formação de poupança interna e reduzindo as chances de desenvolvimento. Vale ressaltar o baixo nível tecnológico regional, sendo a maior parte da produção oriunda de pequenas propriedades.

Gráfico nº 10: Produtividades de Arroz (1990-2004).



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

Com base nos dados do período analisado, conclui-se não ter havido avanços no cultivo do arroz, quer seja em termos de produtividade ou mesmo na ampliação da área plantada. Por uma questão de investimento e tecnologia, tem sido mais barato para o Estado importar o arroz irrigado do Rio Grande do Sul – melhor qualidade e maior produtividade, mas distante 4.154 km por via rodoviária⁵⁹, ao invés de estimular o cultivo local, com menor produtividade e pior qualidade.

⁵⁹<<http://www.webcalc.com.br/frame.asp?pag=http://www.webcalc.com.br/viagens/brasil.html>>.

É preciso salientar ainda ter havido um considerável aumento de área plantada em âmbito nacional, passando de 33,5 milhões de hectares em 1990 para 47,6 milhões de hectares em 2005. No Acre, caiu 11% no mesmo período numa prova de abandono por parte dos produtores (Anexo nº 02, Tabela nº 03). Assim, é provável que estes agricultores tenham migrado para outras culturas, com probabilidade para a pecuária.

Contudo, vale ressaltar que, historicamente, o arroz tem o papel de cultura pioneira, sendo normalmente a primeira após a derrubada. Com a redução da área passível de desmate (MP nº 2.166/67, de 24 de agosto de 2001, que alterou a Lei nº 4.771/65 - Código Florestal), é possível ter sido esta uma das razões das oscilações negativas nesta cultura.

Em termos estatísticos (Anexo nº 01, Quadro nº 03), a linha de financiamentos PRONAF 'D' é a que possui maior probabilidade de ter influenciado a produção, ainda que de forma contrária ao esperado (correlação estatística negativa), comprovando a tese de abandono da orizicultura.

Os custos de produção menores em outras regiões (tecnologia) fazem com que o arroz seja primeiramente uma cultura de subsistência. Dessa forma, recursos para outros cultivos e para a pecuária têm uma pressão negativa sobre aquelas culturas. Como a maior parte da produção local é a partir de pequenos produtores, é possível ser esta a explicação para a pressão negativa de linhas de financiamento sem correlação direta com a agricultura.

Em relação ao fato da linha PRONAF 'D' ter tido correlação negativa para com a cultura do arroz, isso é um indicativo de que os recursos repassados aos agricultores desta linha (agricultores familiares, renda anual familiar entre R\$ 14 mil e até R\$ 40 mil, com 70% da renda na propriedade) serviram para mudança nas linhas produzidas, com probabilidade destes terem sido utilizadas na pecuária.

Nem mesmo os volumes Total e Agrário tiveram correlação positiva. Com base nisso, conclui-se que o FNO não logrou êxito no que diz respeito ao desenvolvimento desta cultura. Para um incremento de produção e produtividade será necessário uma aproximação maior entre o setor agrário, governo, banco e pesquisa.

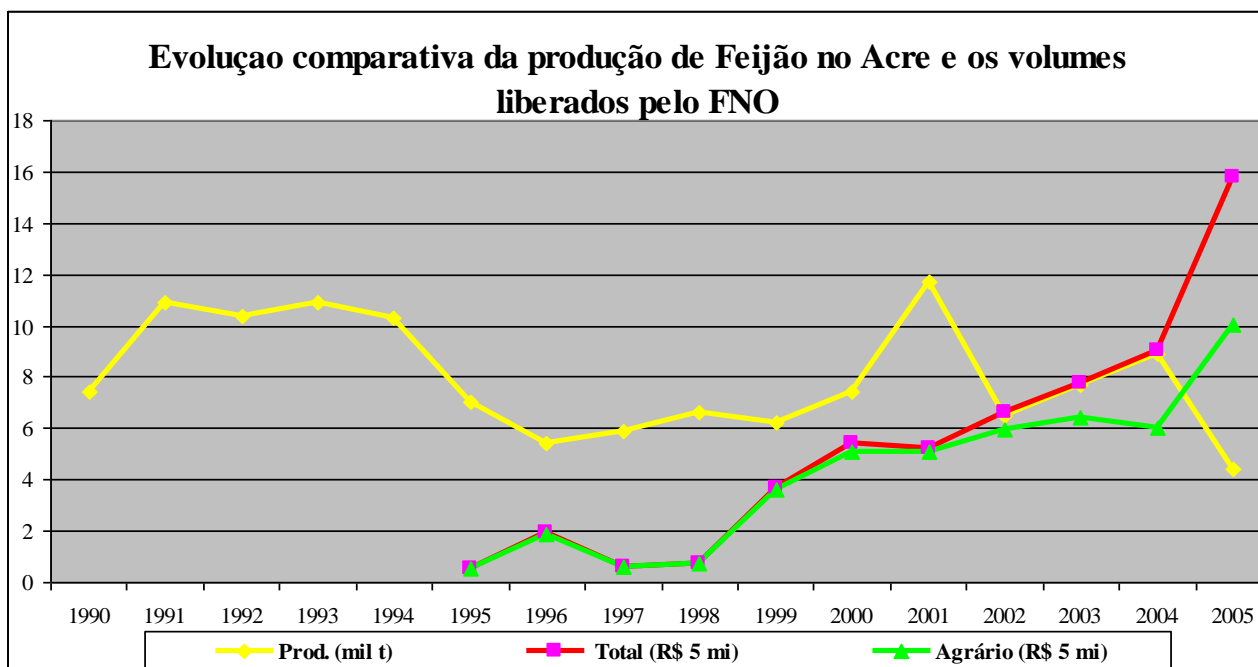
3.1.4 FEIJÃO

O feijão (leguminosa, *Phaseolus* spp.) produzido no Acre, similarmente às outras culturas anuais, tem um comportamento inconstante ao longo dos anos analisados nesta pesquisa. O primeiro dado aponta para uma produção anual de pouco mais de 7 mil toneladas (Gráfico nº 11).

No período de 1991 a 1994, a produção gira em valores acima de 10,6 mil toneladas. Entre os anos de 1995 a 2000, a média anual fica em torno de 6,4 mil toneladas, subindo em 2001 (11,7 mil t), ficando praticamente nesta média até 2004, quando se registra a menor produção anual (4,3 mil t). Com isso é possível inferir ter havido queda no interesse pela cultura a partir de 1995 (inclusive neste ano), podendo o ano de 2001 ser considerado *out lier* (vide Anexo nº 02, Tabela nº 04).

Em termos de percentual de área colhida, é possível verificar um bom nível tecnológico, com colheitas de 100% da área plantada, com exceção dos anos de 2002 e 2005, quando houve uma considerável queda.

Gráfico nº 11: Produção de Feijão no Acre e o FNO (1990-2005)



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

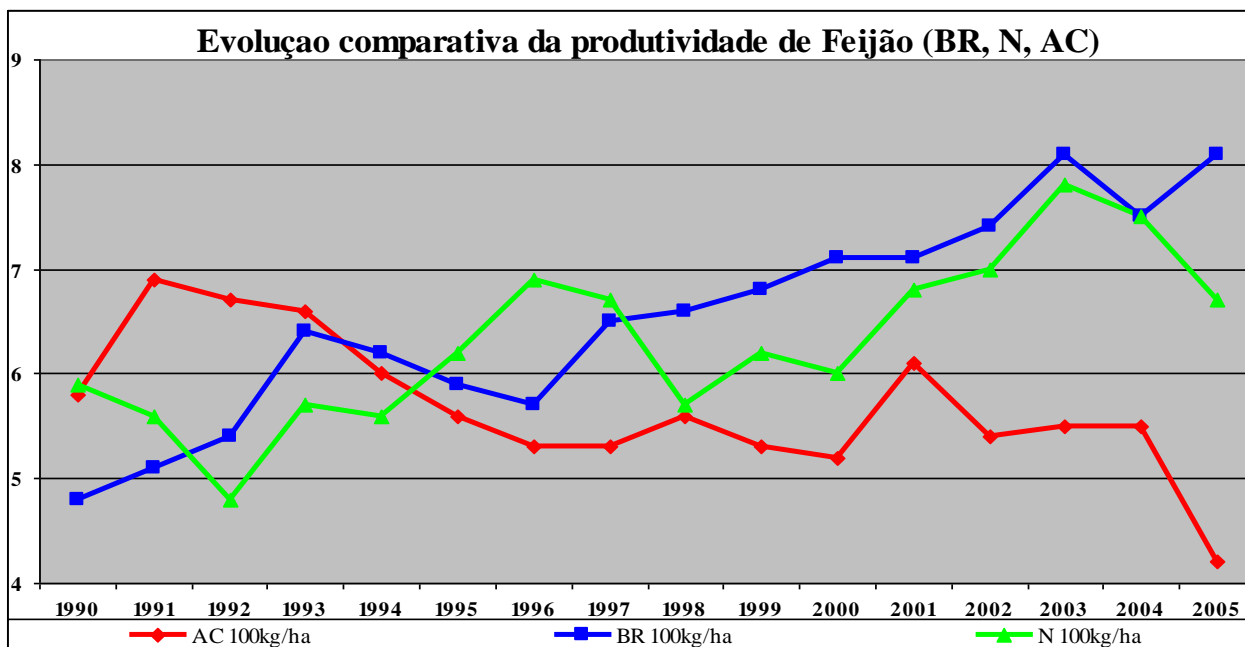
Sobre a produtividade, é possível ver que a local e regional se situaram em patamares superiores a média nacional entre os anos de 1990 e 1994, sendo que a partir daí

aquela sobe para cerca de 800 kg por hectare, a local permanece em torno de 550 kg e a regional registra crescimento, embora discreto, ficando próxima da média do país. Ou seja, no Acre houve estagnação tecnológica, conforme se constata no Gráfico nº 12.

Analisando as médias de produtividade do período, têm-se em primeiro a média nacional, em segundo a regional e, por último, e estagnada, a local. Porém, cabe ressaltar que mesmo com média anual de quase 8 mil toneladas, a produção *per capita* foi de 12,64 quilos (em 2005, a produção pouco acima de 4 mil toneladas, apontou valores de 3,18 kg/habitante), indicando uma produção próxima das necessidades locais.

Se for levada em conta tanto a produção quanto a produtividade por hectare, é possível inferir não ter havido correlação entre os recursos do FNO e a cultura. Vale ressaltar que se os registros se mantiverem nos níveis de 2005, é um indicativo de importação significativa e dreno de recursos e riquezas. As elevadas oscilações nos volumes anuais são um indicativo de não especialização de boa parte dos produtores. É possível que os plantios sofram efeitos dos preços nacionais, mas isso carece de ser comprovado.

Gráfico nº 12: Produtividades de Feijão no Brasil, na Região Norte e no Acre (1990-2005).



Fonte: IBGE-SIDRA e Dados da Pesquisa

A correlação estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 04) existe apenas para com a linha **Promicro** e de forma negativa, mas é pouco provável que isso seja real, pois o apoio para

microempresas não tem correlação direta para com o plantio de feijão. Ademais, o **Promicro** tem o mesmo comportamento negativo para com o emprego no Estado, revelando série não significativa.

Outro ponto a cerca do **Promicro** ter influenciado negativamente a cultura do feijão pode ser por não ter havido fluxo constante de recursos ao longo dos anos. O caso pode ser também um indicativo de baixa capacidade profissional dos agricultores, aliada à falta de apoio governamental e infra-estrutura (escoamento e armazenamento, basicamente). O resultado também pode ter sido uma correlação espúria. Tantas opções não permitem conclusão sobre o tema.

É bastante provável que o FNO não tenha influenciado positivamente a cultura do feijão no período estudado. Contudo, para uma afirmação mais precisa, é necessário um estudo a respeito de quanto destes recursos foram aplicados diretamente nestas culturas, num nível de detalhamento de projeto. Mesmo assim não se pode descartar o efeito multiplicador destes recursos na economia do Estado e a pressão positiva sobre estes produtos no mercado local.

3.1.5 DISCUSSÃO DOS DADOS - CULTURAS ANUAIS ALIMENTARES

Não se pode afirmar terem os recursos do FNO sido um minimizador de tensões no campo (FERREIRA; MENDES, 2003; COSTA, 2005), principalmente por não ter o Estado tão grandes conflitos. No entanto, é bastante possível terem as linhas de crédito servido como distribuição de renda, nas palavras de Cordeiro (2006).

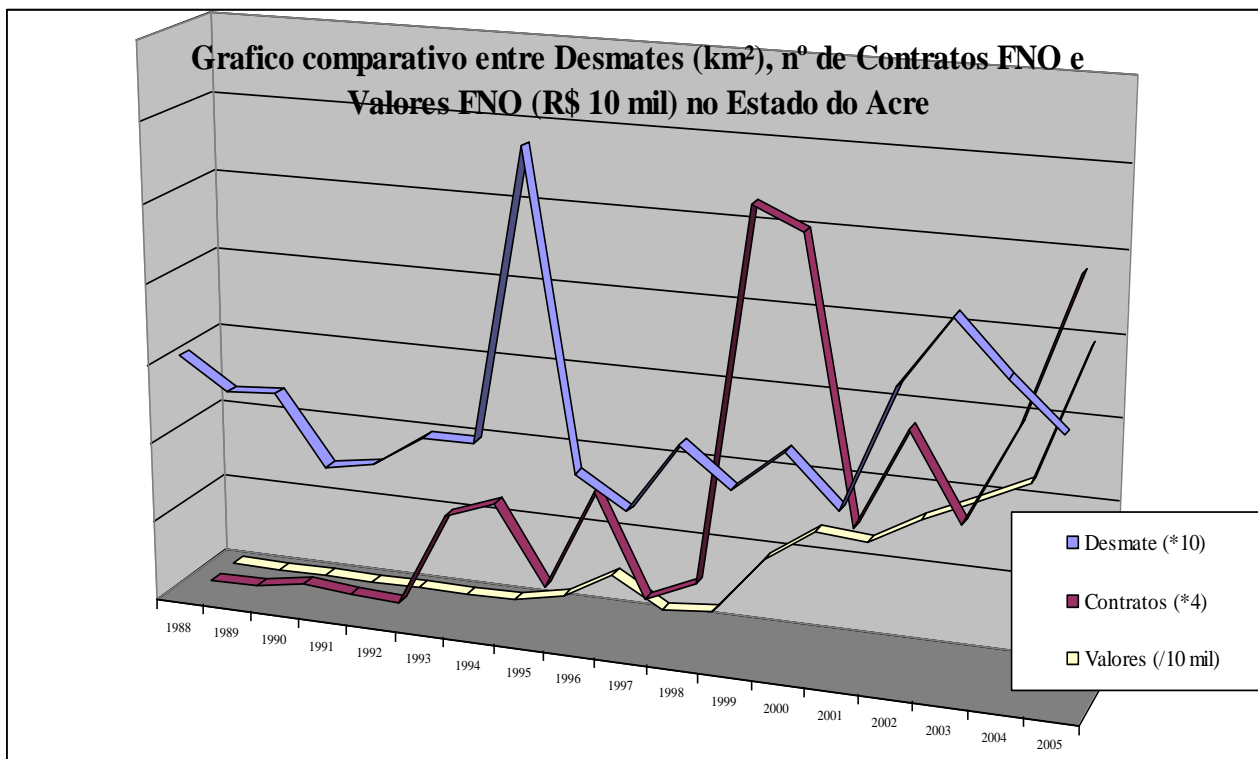
Se forem considerados os aumentos na produção e produtividade, estando o Estado ainda em busca dos números do final da década de 90, verifica-se não terem estas culturas recebido a devida atenção por parte do planejamento público ao longo dos últimos anos. Se houve um aumento nos desmates e isso não resultou no correspondente para a produção de grãos, é mais um sinal de pecuarização por parte de pequenos produtores rurais (Gráfico nº 13).

Não se pode, porém, creditar ganhos ou falta deles somente aos financiamentos, como salientaram Bittencourt (2003) e Costa (2005) ao afirmarem ainda faltar outros componentes (como a assistência técnica de qualidade, infra-estrutura e mercado). Além disso, não se pode descartar a hipótese de desvio dos recursos/finalidade, como destacado anteriormente.

Vale ressaltar ser a carne bovina um dos (senão o) principais produtos de exportação do Acre e sobre isso Furtado (1996) chama a atenção para o fato de que o aumento das culturas de exportação reduz a produção de alimentos.

A falta de incremento nas produções de arroz e feijão é um indicativo de falta de planejamento e apoio real ao setor agrícola local, pois mesmo sem apoio ele existe e somente em projetos de assentamentos oficiais são 21.319 famílias espalhadas por todos os municípios do Acre (PROGRAMA ESTADUAL DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO..., 2005).

Gráfico nº 13: Desmates, número de contratos e valores FNO no Estado do Acre (1995-2006)



Fonte: INPE/Sistema Prodes e Dados da Pesquisa

Este atraso nas produções pode ser um resultado da linha preservacionista escolhida para o Estado. Segundo Becker 2002 apud Silva, 2004 e Amin (2002), os Estados do Acre e do Amapá optaram por seguir uma linha de desenvolvimento pautada em modelos baseados na utilização conservacionista da floresta. Amin (2002) ainda reforça, afirmando ter havido pouca ênfase ao desenvolvimento de uma economia de mercado, capaz de melhorar o bem-estar social da região.

Os resultados dessa política com forte apelo ambiental/emocional, mas sem preservação e sem produção, são os altos níveis de Insegurança Alimentar e Índice de Gini, com baixo IDH. Velloso chamou atenção para a simples exploração dos recursos naturais:

[...] o Brasil, sabidamente, é muito rico em Recursos Naturais. Em recente *survey* sobre o País, a revista *The Economist* disse que a natureza foi até pródiga demais conosco.

Mas não podemos satisfazer-nos com a simples exploração desses recursos. (VELLOSO, 2007).

A agricultura familiar age no sentido de assegurar uma alimentação com qualidade e em quantidades suficientes e permanentes (MALUF et al. 2004 apud GAZOLLA, 2004). Se isso for aplicado e comparado com os níveis de insegurança alimentares locais (61,3% urbana e 74,8 rural) pode se dizer então que o FNO não chegou às comunidades de pequenos agricultores e, se isso ocorreu, não foi suficiente para alavancar a produção, com prejuízo para a alimentação na área urbana.

Mesmo sendo os setores ligados à mandioca indicados para a formação de um Arranjo Produtivo Local desde o ano de 2002, não se viu os resultados disso, ainda que a produção tenha crescido em 2003/2004 (próximos aos registrados no começo dos anos 90).

Ao se limitar o incentivo apenas para uma cultura, os planejadores deixam de magnificar as correlações positivas para com os outros setores. No caso do Acre, a mandioca deveria vir junto com o apoio à implantação de indústrias (fábrica de fécula, p.ex.), aliada ao fortalecimento da cultura do amendoim (e este com o biodiesel) e do milho, como vistas a baratear custos de ração animal e, por conseguinte, alavancar o setor de pequenos animais e leiteiro. Tudo dentro de uma política de Estado e fundamentada no Programa Estadual do Zoneamento Ecológico.

Outro ponto é a migração do pequeno produtor em busca de produzir mercadorias com maior mercado e mais fáceis de serem retiradas da propriedade nos períodos chuvosos. Neste caso, a preferência é sempre para os bovinos de corte. Desde os anos 80, durante o curso de Engenharia Agrônômica, costumávamos perguntar aos técnicos e colegas qual é a diferença de 18 arrobas (300 kg de carne – 600 kg de peso vivo) de milho e de boi. A maioria não sabia.

A resposta é simples: tente retirar os dois de uma estrada vicinal (ramal, sem pavimentação), distante alguns quilômetros da rodovia pavimentada, durante o período chuvoso na Amazônia (novembro-abril) e vai descobrir a primeira diferença (o boi vai só). E após isso, fique à beira da estrada com a mercadoria e uma placa de “Vende-se” e verá qual delas será comercializada primeiro. Além do mais, veja qual remunerará melhor peso por peso⁶⁰. Se não der certo, volte para a propriedade trazendo tudo de volta para esperar um novo momento de venda.

⁶⁰ O milho normalmente paga valores próximos de R\$ 20 a saca de 50 kg (estimativa extremamente otimista), ou seja, um total de R\$ 120 na hipótese levantada. Enquanto isso um boi é pago entre R\$ 600 e R\$ 700. Aqui não se entra no mérito da produção por hectare, mas apenas se procura entender a lógica do pequeno produtor familiar sem infra-estrutura.

O exemplo pode ser aplicado para quase todas as culturas anuais. Aos dados, pode ser somado ainda o fato do boi ficar no pasto sob as intempéries, não havendo no Acre registros de grandes infestações (como bernes e carrapatos). Além disso, não se enfrenta grandes problemas se ‘passar’ alguns meses do ponto de abate caso haja redução dos preços, além da liquidez quase imediata. Já o milho, por sua vez, sem local específico para armazenar, se perde.

Assim, o produtor migrou para a bovinocultura por falta de opção rentável para as condições e culturas locais. O problema está no fato deste processo levar à redução das culturas alimentícias (o gado é produto de exportação), como citado por Furtado (1996). O reflexo se fez sentir nos níveis alimentares da população (vide Tabela nº 01, Insegurança Alimentar).

No tocante a estas culturas e de acordo com os dados analisados, não é possível concordar com Costa (2005), pois o FNO não foi capaz de proporcionar a alavancagem das produções e sequer das produtividades.

Assim, os estudos mostram que o uso dos recursos foi de encontro do previsto pelo Ministério da Integração Nacional (2003), apud Oliveira; Domingues (s/d): o FNO deve dar preferência à produção de alimentos básicos à população. Conclui-se que o FNO não logrou êxito no que diz respeito ao desenvolvimento destas culturas usadas na alimentação da população local.

3.2. PECUÁRIA LEITEIRA

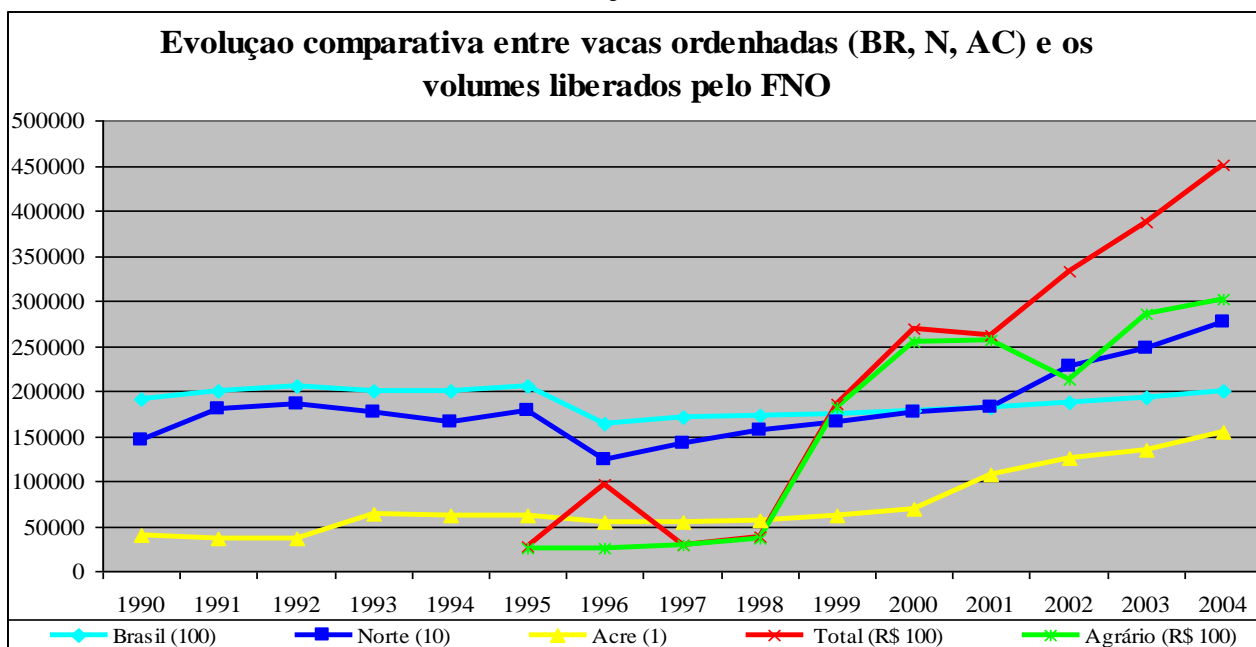
Neste subcapítulo faz-se uma pequena avaliação da produção de leite e número de vacas ordenhadas no Estado.

O leite é produzido em praticamente todo o mundo, dada sua importância na alimentação humana e na geração de emprego. Em termos de qualidade, a portaria 56/1999 do Ministério da Agricultura, determina que o leite deve ser resfriado para 4° C em três horas e transportado em caminhões tanques isotérmicos. O objetivo seria extinguir o leite tipo ‘C’, o qual passará a se chamar “leite cru resfriado” ou “leite pasteurizado”.

No Acre, ainda é utilizado o sistema de transporte em galões/baldes, com todo o leite produzido sendo do tipo “leite pasteurizado”. Isso mostra o grau de atraso tanto da indústria quanto dos produtores.

Com relação ao crescimento da pecuária leiteira no Estado (vide Anexo nº 02, Tabela nº 05), aparentemente não há correlação do rebanho local e os volumes nacionais. Porém, a partir de 1996 começa a haver uma similaridade entre as curvas das quantidades regionais e a acreana, com forte ascendência (Gráfico nº 14). Se a média geral do Estado é de 74 mil cabeças (próxima aos valores do período 1993-1999), no período de 2001 a 2004 sobe para 130 mil animais (154 mil em 2004).

Gráfico nº 14: Vacas ordenhadas e as liberações do FNO (1990-2004)



Fonte: Dados da pesquisa e IBGE-SIDRA

Contudo, vale ressaltar certa estabilidade no rebanho nacional, oscilando em torno da média geral do período (18,8 milhões de cabeças). A média regional foi bem mais elástica, variando entre 1,2 e 2,8 milhões de cabeças. Entretanto, o grande salto ocorre na pecuária acreana, saindo de 40 mil para 154 mil animais (3,8 vezes), com este crescimento se dando principalmente no intervalo de tempo pós-2001.

De maneira geral, o setor de pecuária leiteira acreano pode ser dividido em três períodos: abaixo de 50 mil animais (90-92, média de 38 mil); acima de 50 mil e menos de 100 mil (média de 60 mil entre 1993 e 2000) e pós-2001 (média de 130 mil).

Um detalhe interessante é que, mesmo com os investimentos tendo crescido significativamente a partir de 1999, somente dois anos depois é que se fazem sentir os efeitos sobre o rebanho leiteiro, quando este sobe de 68,7 mil (2000) para mais de 100 mil cabeças. A partir disso se dá o principal crescimento. É neste período pós-2001 que ocorrem as liberações dos recursos do Pronaf 'A', num indicativo de correlação positiva.

Para verificar um possível desemparelhamento entre o ano de financiamento e o período em que o animal entra em produção (um a três anos), foi procedida uma análise entre os recursos totais e os três anos seguintes. Este raciocínio visa buscar identificar uma possível aquisição de animais jovens, cuja entrada em produção somente se dá após a cobertura ou parto (até nove meses após a aquisição) ou mesmo de animais ainda mais jovens (neste caso até dois anos).

No caso em questão, as diferenças de precisão somente se ampliaram positivamente pelo teste de Pearson ao segundo ano, quando atingiu 95,2% de correlação (significativo a 1%). Os outros testes não revelaram alterações significativas. Assim, neste caso e seguindo a linha de raciocínio adotada nesta pesquisa, a correlação não apresenta dados capazes de permitirem uma conclusão. No entanto, um estudo posterior e específico para o setor pode confirmar ou não esta hipótese.

Verifica-se que no ano de 1999 (Vide Anexo nº 04, Tabela nº 01) se inicia uma curva de crescimento das liberações do FNO para o Acre (volume total de recursos), que se mantém até 2005. Neste período, as liberações para o setor rural⁶¹ dão um salto, a começar por 1999 (4,9 vezes) até um máximo de nove vezes (sobre 1998) no ano de 2005.

No ano de 2004, em que pese uma queda de quase R\$ 4 milhões nos valores para o setor agrário, houve um aumento de R\$ 3,4 milhões no volume geral. Este dado é mais um indicativo de

⁶¹ Proderur; Pronaf A; Pronaf B; Pronaf C; Pronaf D; Pronaf A/C; Pronaf Agrin; Profloresta; Agropecuária; Exposição/Feira e Pesca e aquíicultura.

um possível aumento de demanda agregada de produtos básicos por conta dos valores totais liberados. Houve uma correlação altamente positiva (1% em todos os testes) entre o volume total de recursos e o crescimento do rebanho leiteiro em produção no período analisado.

Visualmente não há correlação entre o número de contratos e a evolução do rebanho leiteiro do Acre. Este dado reforça a possibilidade de que o aumento da demanda agregada tenha gerado pressão pelos produtos e estes tenham, por sua vez, se ampliado por conta do aquecimento do mercado.

Esta poderia ser a explicação para a correlação positiva entre as linhas **Prodetur**, **Prodesin** e **Proderur**, em que pese esta última ser destinada ao setor agrário, mas para grandes proprietários rurais. Nota-se com isso também a possibilidade dos recursos terem efeito multiplicador nas pequenas propriedades, verificado principalmente com relação às liberações do Pronaf 'D' (correlação pelo teste de Spearman, 5% de significância).

Com relação à linha PRONAF 'A'⁶², esta tem um período de tempo relativamente curto, mas com uma forte correlação positiva. Esta linha teve correlação altamente significativa (1% em todos os testes) para com o crescimento da pecuária leiteira, tanto no que diz respeito ao volume de recursos liberados quanto o total de contratos. Este dado é um indicativo de que a produção leiteira está correlacionada com a pequena propriedade e, no caso do Acre, com os projetos de reforma agrária do Estado.

No tocante aos resultados da linha **Proderur** (significância a 1%, nos três testes - volume de recursos), é importante destacar a correlação pós-95. Outra linha com correlação positiva para valores nos três testes aplicados foi o **Prodesin**. Neste caso, é possível que tenha havido liberação de recursos para laticínios e outras empresas ligadas ao setor ou mesmo o aumento da demanda.

Vale ressaltar o fato de praticamente todas as linhas (inclusive totais e total agrário, ambos altamente significativos) terem tido correlação positiva (Vide Anexo nº 01, Quadro nº 05), sendo que a falta de continuidade nas liberações pode ter afetado a análise das séries menores ou menos consistentes. As linhas sem correlação são fragmentadas e com poucos dados. Isso indica a possibilidade de que os recursos do FNO terem uma relação direta com a produção leiteira, sejam eles por investimento direto no setor ou por influência no aumento da demanda.

O caso pode ser um indicativo (forte) de baixa capacidade profissional/empresarial dos agricultores, à qual deve ser somada a descapitalização clássica e aliada à falta de apoio de políticas

⁶² O PRONAF 'A' é o crédito para agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária oficial.

governamentais e infra-estrutura (escoamento, basicamente). Necessário se faz evidenciar o fato de que a entrada de recursos em circulação no Estado pode ter influenciado a demanda, provocando um aumento nas produções para atendê-la.

Entretanto, há um ponto preocupante: a correlação positiva entre a evolução do rebanho e o crescimento dos desmates. Isso é um indicativo de que o crescimento se deu com o aumento da pressão sobre a hiléia. O dado aponta para baixa tecnologia no setor, onde o crescimento se dá com a formação de novos pastos em áreas florestadas e que o rebanho acreano é criado predominantemente com pastoreio, com baixo índice de suplementação alimentar aos animais.

3.2.1 DISCUSSÃO DOS DADOS – PECUÁRIA LEITEIRA

Sendo bastante provável que o FNO influenciou na quantidade de vacas ordenhadas, este deve ter tido participação fundamental no avanço dos desmates provocados por este setor. Logo, os valores financiados tiveram correlação com o aumento da pressão sobre a floresta. Cumpre salientar que a região leste do Estado é a que apresenta os maiores dados de desmate (vide Imagem nº 02) e sendo onde se localizam as principais usinas de laticínios.

Este aumento de pressão sobre o ambiente é um indicativo de baixo índice tecnológico. Este dado já havia sido sinalizado por Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, v. III), quando revelou ter a pecuária leiteira pouca rentabilidade dado o baixo índice zootécnico. O mesmo trabalho já revelava forte influência negativa da pecuária leiteira sobre o ambiente.

A falta de concentrado protéico, em valores e quantidades necessárias, impede o arraçoamento dos animais e a melhora da produtividade. Dessa forma, para atender a uma demanda pelo produto, é necessário crescer a produção e isso se dá com o aumento da área de pastagem e com maior volume de desmates.

Os números totais revelam ainda que, dado o tamanho, o rebanho acreano não tem produção significativa em termos nacionais, embora já possa estar atendendo o mercado interno. Isso demonstra haver espaço para o crescimento da produtividade em todas as áreas, cabendo apenas um estudo para identificar as com maior potencial mercadológico e com condições de gerar a imensa quantidade de empregos que o Estado necessita para poder mudar os péssimos referenciais sociais.

Além disso, não cabe na linha de pesquisa aqui adotada esmiuçar a questão econômica do Acre, mas sim as correlações do FNO com o desenvolvimento regional e, no

máximo, apontar possíveis áreas não atendidas (esquecidas) e/ou com elevado potencial de retorno socioeconômico. Contudo, para se avaliar as correlações entre um item e outro, necessário se faz conhecer um pouco de cada.

Com base nos dados relativos à pecuária leiteira, não se pode afirmar terem os recursos sido um minimizador de tensões no campo (FERREIRA; MENDES, 2000; COSTA, 2005), pois desde a década de 1990 estas vêm diminuindo no Acre, enquanto aqueles autores fizeram seus estudos no Estado do Pará. Porém, é bastante possível terem as linhas de crédito auxiliado na distribuição de renda, nas palavras de Cordeiro (2006).

Neste caso pode ter contribuído para a redução do êxodo rural, estando de acordo com Vasconcelos (1997). Outro ponto a ser considerado é se houve um incremento no rebanho, no qual há uma correlação muito grande com o PRONAF 'A', é bastante provável ter havido redução de desigualdades econômicas e sociais na região, nos termos de Ferreira (2005). Porém, como isso se deu principalmente na região leste, também foi concentrador e buscou atender à demanda da capital e seu entorno, pois os principais laticínios se encontram ali.

No entanto, ao se considerar que somente em projetos de assentamentos oficiais eram mais de 21 mil famílias espalhadas por todos os municípios do Acre (ACRE EM NÚMEROS, 2005), e se for considerado apenas sistema como o descrito em Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000, vol. III⁶³), com baixa tecnologia e a metade dos animais previstos para o sistema de média tecnologia (19 animais), ter-se-ia a possibilidade de, somente nos projetos de assentamento, um rebanho de 213 mil animais.

Destes estariam em lactação 149 mil (70%) com uma produção diária possível de 597 mil litros. Se considerado 317 dias por ano de ordenha (excluindo apenas domingos), têm-se 189 milhões de litros a/a. A estes números deve ser acrescidos ainda os dados de produção de outros produtores não ligados à reforma agrária.

Contudo, a Tabela nº 30 não mostra isso, mas apenas um máximo de 103 milhões de litros. É claro que estes números dependem da existência de indústrias distribuídas por todos os municípios e do interesse do produtor, mas mostram o potencial existente.

⁶³ Pastagem *brachiaria brizantha*, uma divisão, rebanho misto, sal mineral e vacinas, 4 litros dia e 70% de natalidade.

Tabela nº 30: Produção estadual de leite no triênio 2001-2004

Ano	2001	2002	2003
Produção Acreana (em mil litros)	85 773	103 848	100 039

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal

Conforme Sbrissia (2005), em 2003 o consumo de leite no Brasil era de 130 litros a/a no país, mas com a FAO recomendando 170 litros habitante/ano. No primeiro caso, o Acre deveria consumir 81,9 milhões de litros e no segundo 107,2⁶⁴. Desses números, algumas conclusões podem ser tiradas:

- a) Em 2001, o Estado atingiu a produção mínima necessária e, em 2002, a recomendada. No entanto, isso não quer dizer que todo acreano esteja consumindo a quantidade necessária/recomendada.
- b) A produção provavelmente é mal dividida, até por se concentrarem no Vale do Acre (região Leste) os maiores índices de desmate e sua correlação com os recursos liberados, levando a um superávit nesta e a carência mais à Oeste.
- c) Existe espaço para o crescimento do setor apenas com vistas ao atendimento do mercado interno.
- d) Se somente cada família assentada atingir um rebanho de 10 cabeças em nível tecnológico baixo, haverá superávit exportável.

No tocante a este setor e de acordo com os dados analisados, é possível concordar com Costa (2005), pois o FNO foi capaz de alavancar as produções. Assim, os estudos mostram que os recursos foram ao encontro do previsto pelo Ministério da Integração Nacional (2003), apud Oliveira; Domingues (s/d): preferência à produção de alimentos básicos à população.

Os dados apontam também para uma pouca expressão da economia local e da baixa produção/produtividade do setor rural acreano, pois a entrada dos recursos do FNO (volumes totais) teve correlação positiva para o aumento do rebanho em produção. Com isso, é possível inferir que qualquer volume considerável de recursos injetado na economia local, independente do setor, pode influenciar o setor de alimentos básicos, como foi o caso da produção leiteira.

Neste caso, pode estar acontecendo a adaptação rápida do produtor à demanda do mercado, fato apontado por Gullo (2001) no Rio Grande do Sul. O problema é que a existência de um mercado imperfeito deixa o produtor muito exposto e, da mesma forma como entra num nicho mercadológico, ele o abandona.

⁶⁴ População de 630.328 habitantes segundo IBGE apud Acre em números, 2005.

Essa pode ser a explicação para as oscilações bruscas nas produções. Outro problema é que aqueles que migram para a pecuária de corte dificilmente retornam para formas anteriores de produção, dada as vantagens relativas desta.

Com base nos dados analisados, conclui-se que o FNO logrou êxito no que diz respeito ao desenvolvimento deste importante setor para a alimentação da população local. Apesar de que ainda existe espaço para melhorias, principalmente no que diz respeito ao aumento da produtividade, mas estas dependem mais de uma política de Estado do que somente apoio financeiro.

Neste caso, constata-se a necessidade legal de adequação do leite produzido no Acre ao padrão requerido pela legislação federal, melhoria de infra-estrutura de escoamento e apoio técnico pelos órgãos de extensão. Isso está de acordo com Becker (2003), quando ele aponta a necessidade de planejamento e organização social para se ter um desenvolvimento de qualidade. Ou seja, nas palavras deste autor, o sistema econômico é função da organização social.

Se for levado em consideração que os recursos liberados tiveram uma forte correlação com os desmates, e estes concentrados à Leste do Estado, confirma-se a concentração dos recursos nesta região, contrariando os princípios do desenvolvimento regional. Em termos de recursos aquém de seu custo de mercado, para que estes deixem de ser subsidiados, é preciso transformar o camponês tradicional em um profissional do campo, um empresário rural.

E, para isso, não bastam apenas as injeções de recursos de fontes como o FNO, mas também da participação do Estado ao encarar as atividades agropecuárias como fonte de desenvolvimento (ou etapa deste) e ampliar a rede de assistência técnica e de capacitação de produtores, bem como estimular a presença de agroindústrias nos mais diversos ramos.

Neste caso, como em todas as linhas de financiamento, independente de ser urbana ou rural, vale o condicionamento da liberação à presença do interessado (ou seu preposto) em curso de qualificação/atualização em técnicas de produção e gerenciamento.

Para quem não tem formação técnica na área, o curso seria de produção e gerenciamento básico. Para aqueles que por ventura já tenham participado de cursos similares, como os oferecidos pelo Senar, seria oferecido um outro tipo de curso (Nível II: produção e gerenciamento avançado).

A exceção seria aberta apenas para quem tivesse engenheiro agrônomo, zootecnista, veterinário ou similar contratado e apresentasse carteira assinada ou ainda, se um profissional destas áreas for o proprietário. A forma de implementação destes cursos é algo para ser definido

em uma política de Estado, com a participação da figura regional deste, da União e das prefeituras, em consonância com o banco e institutos de pesquisa e organismos de extensão.

Todavia, é necessário ressaltar que no caso da pecuária leiteira é preciso integrar o crescimento tecnológico com a existência de toda a cadeia relativa à produção de ração, principalmente concentrado protéico.

3.3 PECUÁRIA DE CORTE

De maneira geral, a evolução do rebanho bovino acreano pode ser dividido em três períodos distintos dentro do período amostrado (Gráfico nº 14). O primeiro cobre os anos de 1990-1995, com uma média geral de 432,3 mil cabeças. O segundo vai de 1996 até 2000, com um rebanho médio de 917,2 mil animais. O terceiro vai de 2001 até 2004, com uma média de 1,86 milhões de cabeças.

No primeiro período, o incremento anual é relativamente pequeno. Os dados mostram um salto no ano de 1996, em que o rebanho praticamente dobra. Fora isso não há grandes evoluções (mas próximas a 10% de um ano para outro). Outro grande aumento no número de animais ocorre no ano de 2001, com um crescimento de 62%. Mas da mesma forma que no segundo período, somente há aumento elevado no primeiro ano, com o acréscimo anual posterior inferior a 10%. Mesmo assim, o rebanho tem um incremento de 5,2 vezes em 15 anos.

O interessante é que o grande crescimento deste setor ocorre exatamente no “Governo da Floresta”, de forte propaganda ecologista e com viés conservacionista e que, teoricamente, teria restrições para com os fazendeiros. Sobre estes pesaria o principal passivo ecológico e até mesmo a morte de líderes rurais (como Wilson Pinheiro e Chico Mendes).

Com relação aos picos de crescimento (Gráfico nº 15), nota-se visualmente um pareamento entre o tamanho do rebanho e os volumes financiados (principalmente os totais - Anexo nº 04, Tabela nº 01). Porém, os picos de crescimento do rebanho (em 1996 cerca de 81% e 2001, cerca de 62%), não têm correspondente direto nos financiamentos (enquanto os recursos para o setor agrário⁶⁵ triplicam).

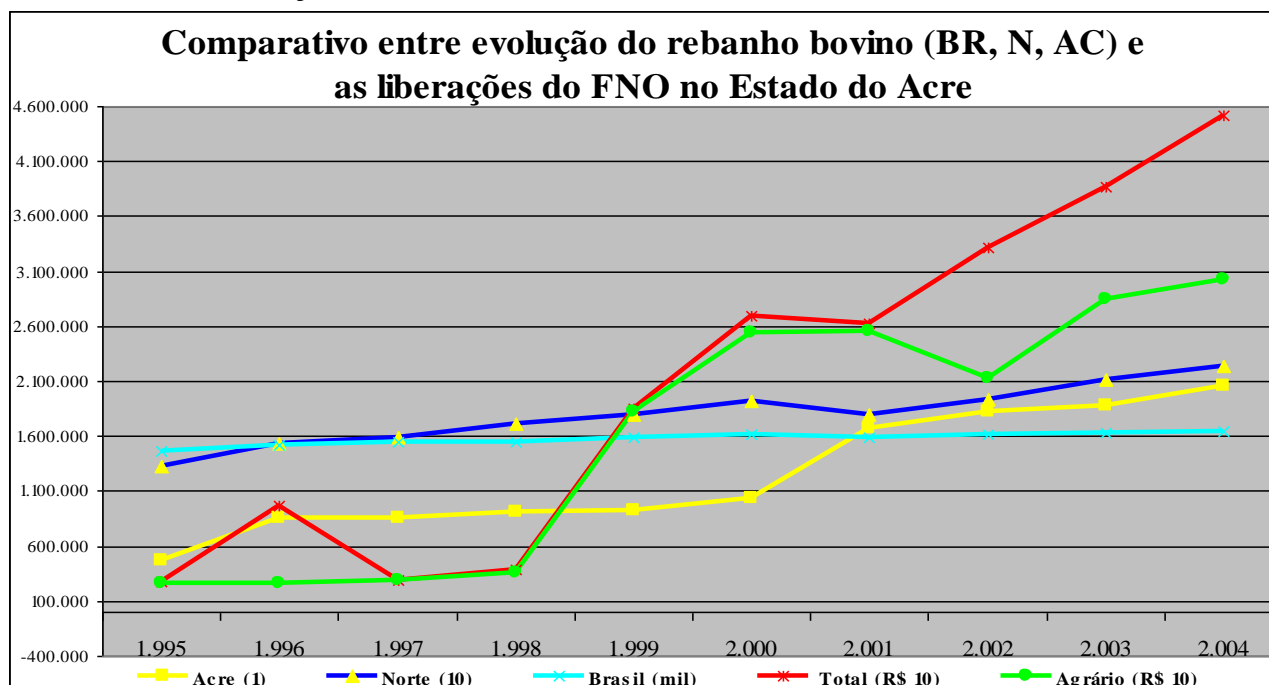
Com relação ao segundo pico de crescimento (2001), não há um correspondente direto nos valores deste mesmo ano, porém em 1999 há um crescimento de cinco vezes no volume liberado. Em 2000, o crescimento das liberações se dá na casa dos 33%, praticamente mantendo-se acima de R\$ 35 milhões a/a. Além disso, é neste período de maior volume de financiamentos que se dá o verdadeiro crescimento do rebanho.

O dado é um indicativo da possibilidade dos recursos injetados em outros setores terem sido desviados e aplicados em outros setores. Ferreira; Mendes (2003) destacaram que a pecuária

⁶⁴ Proderur, Pronaf's A, B, C, D e AC, Profloresta, Pesca e aquíicultura, Agropec.

acaba se tornando uma atividade bastante atrativa na região em função da ampla disponibilidade de terras, demandando pouca mão-de-obra.

Gráfico nº 15: Evolução do rebanho Bovino (BR, N, AC) e o FNO no Acre



Fonte: Dados da pesquisa

Sobre a análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 06), cabe ressaltar inicialmente os resultados da linha **Proderur**, com significância de 1% nos três testes e para volume de recursos. Este resultado era esperado, pois esta linha é a responsável pelo financiamento da grande propriedade rural no Estado, cujo principal produto é a pecuária de corte.

Com relação à linha PRONAF 'A'⁶⁶, este tem um período de tempo relativamente curto, mas com uma forte correlação positiva. O PRONAF 'A' foi altamente significativo (1%) para a evolução da pecuária, tanto no que diz respeito ao volume de recursos liberados na modalidade quanto no total de contratos.

O PRONAF 'C'⁶⁷ apresenta correlação com o número de contratos. Dado o baixo volume de recursos liberados individualmente (média de R\$ 4,2 mil), é possível ser este o motivo de ter correlação apenas para com os contratos. Contudo, uma correlação nos três testes tem de ser considerada.

⁶⁶ O PRONAF 'A' é o crédito para agricultores familiares assentados pela Reforma Agrária oficial.

⁶⁷ Esta linha é destinada a agricultores familiares com renda bruta anual familiar entre R\$ 2,0 mil e R\$ 14,0 mil.

Estes dados relativos são uma comprovação da pecuarização nos projetos de reforma agrária do Estado, com o abandono dos cultivos comerciais. Sendo a carne um produto de exportação, o crescimento desta se deu de forma depletiva sobre a produção de alimentos, cujos reflexos são revelados pelo elevado índice de insegurança alimentar. Isso foi comprovado pela baixa produção/produtividade de culturas anuais (vide item 2.4).

A linha **Comserv**, que destina recursos para o setor de comércio e serviços, e a **Promipec**, recursos para a pequena e micro empresa, também tiveram correlação positiva com o crescimento do rebanho bovino. Estes resultados reforçam a idéia de desvio de finalidade.

No caso de linhas sem vinculação direta com o setor pecuário, convém citar Ribeiro (1979), apud Gullo (2001), que apontou o desvio de finalidade dos recursos e investimento em outras áreas, ainda que o dado deste seja em relação a recursos subsidiados da agropecuária para outras áreas. Outra linha com correlação positiva para valores e sem ligação direta nos três testes aplicados foi o **Prodesin**.

O raciocínio de desvio é corroborado pela elevada correlação (1%) entre o volume total de recursos e o rebanho. Contudo, não se pode descartar um possível aumento de renda por parte do empresariado e, a partir daí, um investimento dos lucros na bovinocultura. Estranhamente não houve correlação entre desmates, financiamentos do FNO e evolução do rebanho.

3.3.1 DISCUSSÃO DOS DADOS - PECUÁRIA DE CORTE

Verifica-se que os recursos das linhas **Proderur**, PRONAF 'A' e 'C', foram importantes para o crescimento da pecuária no Estado. Os dados de correlação das linhas de financiamento para pequenos produtores é um indicativo de pecuarização deste setor em detrimento da agricultura, notadamente de alimentos básicos.

Dessa forma, pode se afirmar que o FNO contribuiu para o abandono da agricultura familiar e para a migração de produtores assentados para o setor pecuário. Mesmo assim, os recursos do FNO chegaram na pequena propriedade e, com relação a este dado, atingiram seu objetivo. Ressalte-se o fato de que até o ano de 2005 havia 21,3 mil assentados, conforme Acre (2005), dos quais 77,1% na meso-região do Vale do Acre (a mais afetada pelo desmatamento).

É provável ter havido desvio de recursos destinados aos setores comerciais (**Comserv**, **Promipec** e **Prodesin**) para investimentos na pecuária de corte. O volume total de recursos investidos

foi condicionante da evolução positiva do rebanho. O FNO foi de suma importância para o crescimento do rebanho bovino no Estado do Acre, com correlação estatística direta.

Segundo Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... (2000), o Vale do Acre⁶⁸ concentrava 79% das áreas de pastagem e 80% do rebanho estadual. Isso pode ser traduzido como resultado da concentração de recursos em uma mesma região (vide itens 2.1 - Distribuição dos recursos Rurais – e 2.3 – PRONAFs).

Se, nas palavras de Amin (2002), a expansão da pecuária se deu às custas do FNO, é possível deduzir não ter o fundo contribuído para a redução das desigualdades regionais, mas apenas ampliado o hiato entre as regiões Leste e Oeste do Estado, mantendo o rebanho concentrado no Vale do Acre. Assim, o FNO pode ter contribuído para o aumento das desigualdades intra-regionais, estando esta conclusão em conformidade com Almeida et al. 2006.

O desencontro das liberações com as realidades populacionais e econômicas regionais apontam para um possível descompasso entre o planejamento do desenvolvimento regional recomendado (e presente nos fundamentos do programa do FNO) e aplicação/liberação dos recursos.

Este descompasso pode estar ocorrendo em função da administração do fundo ser feita pelo Banco da Amazônia, uma instituição federal e técnica e dentro dos princípios bancários, enquanto o planejamento das atividades produtivas ocorre na esfera estadual sujeita a pressões políticas.

A isso se some o fato de ambas as esferas estarem distantes das realidades municipais e, provavelmente, sem correlação com estas. Enquanto a esfera menor não participar das decisões relativas ao seu desenvolvimento, tendo seus destinos definidos apenas em esferas superiores, o resultado continuou a ser o devassamento na floresta sem ganhos para a sociedade, cujo resultado é a fome e concentração de renda.

Uma das saídas para isso é o investimento na capacitação dos produtores (capital humano), em que a participação deles no planejamento dos destinos das comunidades nos quais estão inseridos, como os conselhos municipais de desenvolvimento e agricultura (capital social), é estimulada. Isso vai aproximar mais os atores e ofertar as condições para o desenvolvimento regional.

⁶⁸ Região Leste do Estado, que inclui a capital, concentra a maior parte da população e é o principal mercado consumidor, sendo ainda a melhor servida por infra-estrutura.

3.4. EXTRAÇÃO VEGETAL

Neste sub item, faz-se uma análise do setor extrativo no Estado do Acre e sua correlação estatística com os programas de financiamento do FNO. São analisados os dados de produção do açaí, castanha do Brasil, borracha extrativa, carvão, lenha e madeira em toras.

3.4.1 AÇAÍ

A curva de produção do açaí (*Eutherpe oleraceae*) é crescente, contudo é pequeno um acréscimo de 125,23% em 15 anos e uma média anual de 8,35 % ao ano (Anexo nº 02, Tabela nº 07). O açaí é um produto cujo interesse por parte dos mercados maiores é imenso, sendo demonstrado nestes resultados a falta de perspectiva comercial por parte dos produtores e de visão do planejador público. As oscilações nos valores anuais entre anos próximos podem ser um indicativo de dependência ou forte participação do açaí nativo (*E. precatória*) nos volumes.

Levando-se em consideração o rendimento de litros de vinho (polpa) por quilo de fruto (44,4%, cf. CALZAVARA, 1987; VILLACHICA et al. 1996), chega-se a um volume de pouco mais de 329 toneladas no último ano amostrado, com 27,4 mil litros mês ou 914 litros por dia.

Com relação ao possível mercado local, somente a capital do Estado – exclusive poder público - pode absorver, sem maiores dificuldades, cinco mil litros do produto ao dia com um consumo *per capita* médio de 18 ml (277 mil habitantes – SEBRAE, 2000), sendo que a área de influência da capital⁶⁹ pode facilmente absorver uma produção diária de 10 mil litros com merenda escolar (PAIVA, 2004).

Calzavara (1987) cita que quando a palmeira atinge a idade de 3,5 a 4 anos, inicia a floração. Após a fecundação das flores são necessários de cinco a seis meses para os frutos atingirem o ponto de colheita. A distribuição da produção de frutos ocorre durante o ano para a espécie *E. oleracea* (VILLACHICA et al.1996).

⁶⁹ Envolve, além de Rio Branco, os municípios de Senador Guiomard, Bujari, Porto Acre, Plácido, Acrelândia e Capixaba. Este conceito se baseia no fato destes municípios distarem até 100 km da capital e possuírem ligação rodoviária permanente com esta, a qual é o principal mercado consumidor do Estado e centraliza desde os poderes constituídos até serviços de saúde mais complexos (há cidades do entorno que nem mesmo possuem hospital).

Isso é um indicativo de que os investimentos (apoio governamental para micro e pequenos produtores) podem ser uma saída para o incremento da cultura no médio prazo (cinco anos se somados o tempo de preparo do solo, plantio e primeiras colheitas). Villachica et al. (1996) afirmam ser a porção comestível da semente representada por 17% do peso do fruto (epicarpo+exocarpo) sendo 83% restante composto pelo volumoso caroço (endocarpo).

Este dado revela ainda ter havido um refugo de 615 toneladas na extração do produto, com um volume diário de 8,5 toneladas (semana de seis dias de trabalho). Este material normalmente é encaminhado para os depósitos de lixo (PAIVA, 2004) e se perde como contaminante, mas pode ser utilizado na ração para suínos e peixes.

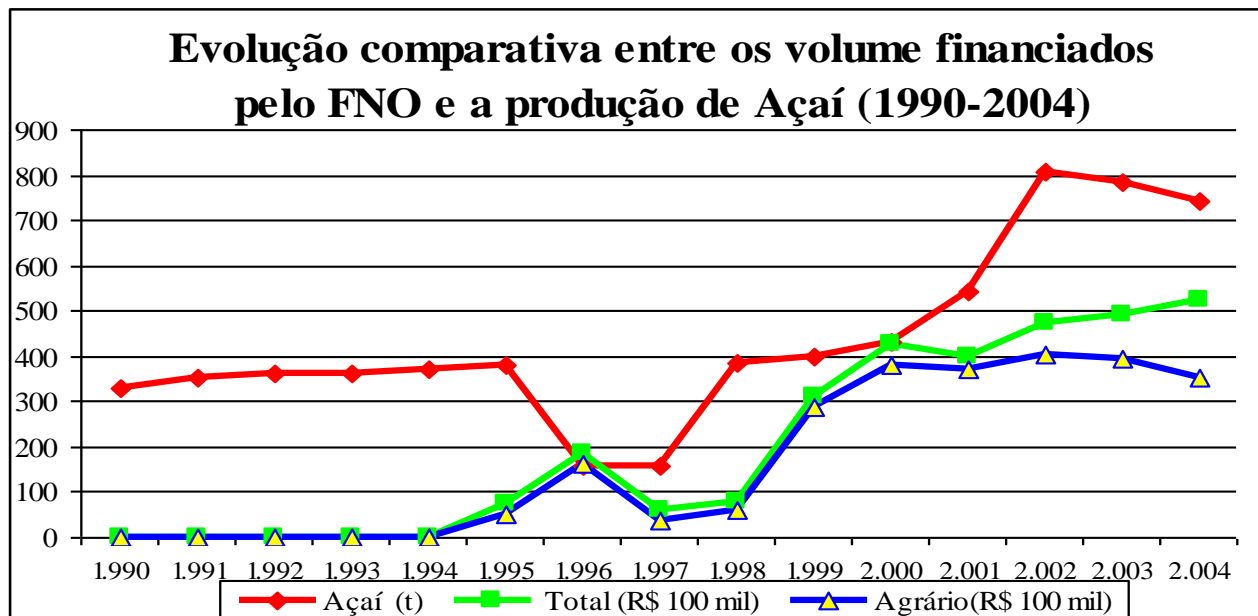
Sobre a importância do açaí nativo (*E. precatoria*), é importante relatar o identificado por Paiva (2004), pois esta verificou ter esta espécie a preferência do consumidor. Além disso, os dados da extração vegetal não identificam se estão inclusos os valores de ambas as espécies. Dado o volume relativamente elevado e a pouca dispersão natural do *E. Precatoria*, é bastante provável estarem juntos os volumes.

Um dado que chama a atenção no Gráfico nº 16 é que até 2002 há uma similaridade entre os volumes liberados para o setor agrário e o volume de fruta extraído. Os testes estatísticos mostraram forte correlação entre os valores liberados e os dados do produto.

É possível ter sido esta correlação tanto relativa aos plantios como em relação à pressão de demanda, o que forçou uma elevação do consumo e uma pressão maior sobre os açaiçais nativos. Resta saber se as colheitas se deram de forma sustentável (sem o abate da matriz, costume antigo na região).

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 07) revela uma correlação positiva para com **Proderur**, **Prodesin**, PRONAFs A e C, **Promipec** e **Comserv**. Destas, o destaque fica por conta do **Proderur** e dos PRONAFs. Aquele por incorporar áreas maiores à produção e a estes por serem destinados a pequenos produtores. As outras duas linhas de financiamento podem ter contribuído pelo aumento da demanda. A linha **Promicro** é a única com índice negativo, mas isso ocorreu apenas com relação ao teste de Pearson.

Gráfico n° 16: Evolução do FNO e da produção de Açaí (1990-2004)



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Extrativa Vegetal e Dados da Pesquisa

É preciso chamar a atenção para o número de contratos ter apontado uma correlação positiva com o índice de desmates. Isso não está de acordo com o princípio da extração vegetal sustentável, mas se levar em conta que os desmates acrescentam áreas novas (selvagens), pode ser um indicativo de que a partir disso são descobertas novas áreas com açaí nativo.

É de se ressaltar não haver o item açaí nas culturas perenes, mesmo se tendo conhecimento de plantios consideráveis já em produção, sendo mais um corroborador de estarem os plantios e a extração no mesmo grupo. Isso explicaria a pressão positiva com os desmates.

No caso do Açaí, houve correlação benéfica entre os valores do FNO e a evolução deste produto. Porém, ainda existe bastante espaço para a ampliação do manejo e enriquecimento de açazais nativos (*E. precatória*, preferência do consumidor) e também da substituição de cultivos tradicionais ou mesmo do aproveitamento de áreas degradadas com o plantio do *E. oleracea*. Saliente-se ainda que o açaí produz um dos melhores palmitos.

3.4.2 BORRACHA

O motivo principal para a ocupação e colonização do Acre foi a extração do látex (*Hevea* spp, principalmente *H. brasiliensis*). Após a identificação do imenso potencial

heveícola, a colonização foi rápida. As primeiras ocupações do Estado foram basicamente atreladas a extração da borracha, sendo a estrutura inicial o Barracão (seringalista), os agregados e o seringueiro. Ou seja, a ligada à extração do látex.

A partir do seringal teria se formado a primeira grande unidade de produção na região:

[...] o seringal formou, na Amazônia, a unidade econômica-social mais expressiva, compreendido em sua forma física pela área geográfica onde se situam as árvores ou madeiras do látex. (PROGRAMA ESTADUAL DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO... 2000, Vol. II)

O setor gumífero viveu dois períodos considerados áureos, sendo um no começo do século XX (até 1911, segundo DEAN-1989, e 1910 segundo LIMA, s/d) e durante a Segunda Guerra Mundial, a chamada Batalha da Borracha, esforço para suprir a falta desta matéria prima devido ao bloqueio naval e ocupação dos seringais malaios pelos japoneses. (MARTINELO 1988; SILVA 1992).

Em se tratando de resultados recentes do setor, medido em volume (toneladas), constata-se, no período estudado, a lenta e constante agonia do setor. A curva dos percentuais de um ano sobre o anterior demonstra ter havido dois picos de crescimento da extração gumífera, sendo um em 1999 e 2000 e outro entre 2004 (ano de criação do subsídio da borracha⁷⁰).

Entretanto, mesmo este incremento não foi capaz de conter a curva descendente, pois se comparados os valores obtidos com o ano inicial da pesquisa, verifica-se uma retração de 80,32% (os valores de 2004 representam apenas 14,44% do volume produzido em 1990). Segundo Lima (s/d), em 1959 o Acre produziu 10.427 toneladas do produto, praticamente a mesma produção dos anos de 1992 e 1993.

Ao se comparar as produções com o primeiro ano de registro (1990) com o último (2004) percebe-se uma curva de redução constante, ainda que a partir de 1996 o ritmo de queda tenha sido menor (Gráfico nº 17). Com isso, pode se inferir que o subsídio estatal não logrou êxito no que tange ao aumento da produção, mas teve apenas um efeito paliativo e postergando uma possível (e provável) extinção do setor.

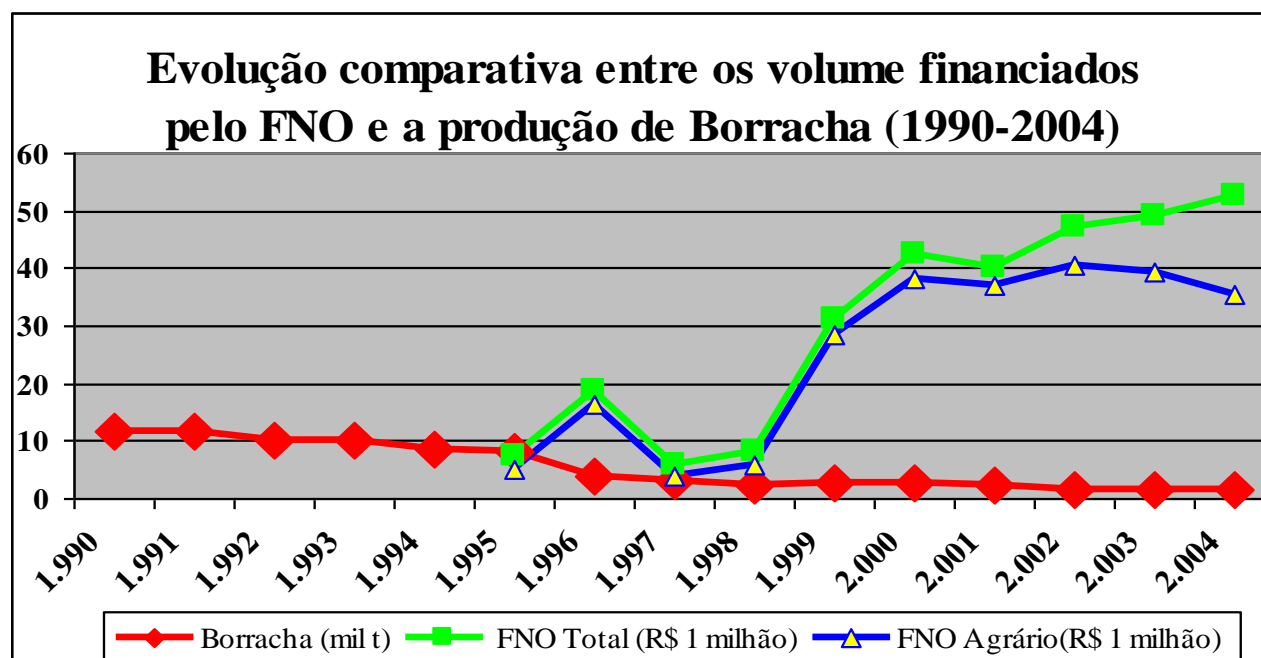
O Programa Estadual do Zoneamento Ecológico... 2000 citando dados do CNPT, mostra que entre os anos de 1994 e 1995 (-30,5%) e 1995 e 1998 (-4,46%) houve uma redução na população da Resex Chico Mendes (Xapuri). Assim, em que pese os resultados, não se deve descartar o possível efeito, ainda que temporário e pequeno, do subsídio para os residentes nos seringais, pois pode ter

⁷⁰ Lei Estadual n.º 1.277, de 13/01/1999, conhecida com Lei Chico Mendes, trata do subsídio estadual para a produção de borracha.

contribuído para reduzir a forte tendência migratória dos povos da floresta em direção dos centros urbanos. Contudo, este dado carece de confirmação.

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 08) revela somente correlações negativas entre as linhas de financiamento e o setor de extração de látex. A questão é lógica, pois com o preço da borracha em R\$ 1,5 e uma produtividade média de 500 kg por colocação ano, chega-se a uma renda média anual de apenas R\$ 750 (perto do valor de um boi gordo).

Gráfico nº 17: Evolução do FNO e da Borracha (1990-2004)



Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Extrativa Vegetal e dados da pesquisa

Com a descoberta da possibilidade de plantio e da pecuária por intermédio dos financiamentos, reduz-se o trabalho e aumenta-se a rentabilidade por área explorada. Com isso, confirma-se a tendência de extinção do setor, ao menos nos moldes atuais. Logo, os financiamentos FNO até o ano estudado tiveram um efeito depletivo sobre este produto, que um dia já foi o principal do Estado.

3.4.3 CASTANHA

A castanha (*Bertholletia excelsa* HBK) era identificada inicialmente pelos seringueiros como um produto destinado apenas para o complemento das rendas oriundas da extração do látex. Isso se dava em função da exploração de uma se dar na entressafra da outra.

A seringueira é colhida no período seco (a partir do mês de março), enquanto a produção de castanha se dá no período chuvoso (a partir de dezembro). Segundo Lima (s/d), na escala da economia acreana, a castanha ocupava o segundo lugar na comercialização e na exportação.

O Diagnóstico Geoambiental e Sócio Econômico da FIBGE, PMACII, área de influência da BR 364 – Trecho Porto Velho - Rio Branco (1990), aponta a coleta de castanha como atividade complementar ao extrativismo de borracha. O trabalho em questão aponta, para o conjunto de municípios estudados (anos 70 e 80), um aumento na produção da castanha, da mesma forma em que no período teria havido um incremento na produção da borracha. Contudo, o trabalho alertava para os impactos do crescimento da pecuária na produção da amêndoa. Um dos fatores para o crescimento na época, era a incorporação de novas áreas florestais ao processo produtivo regional.

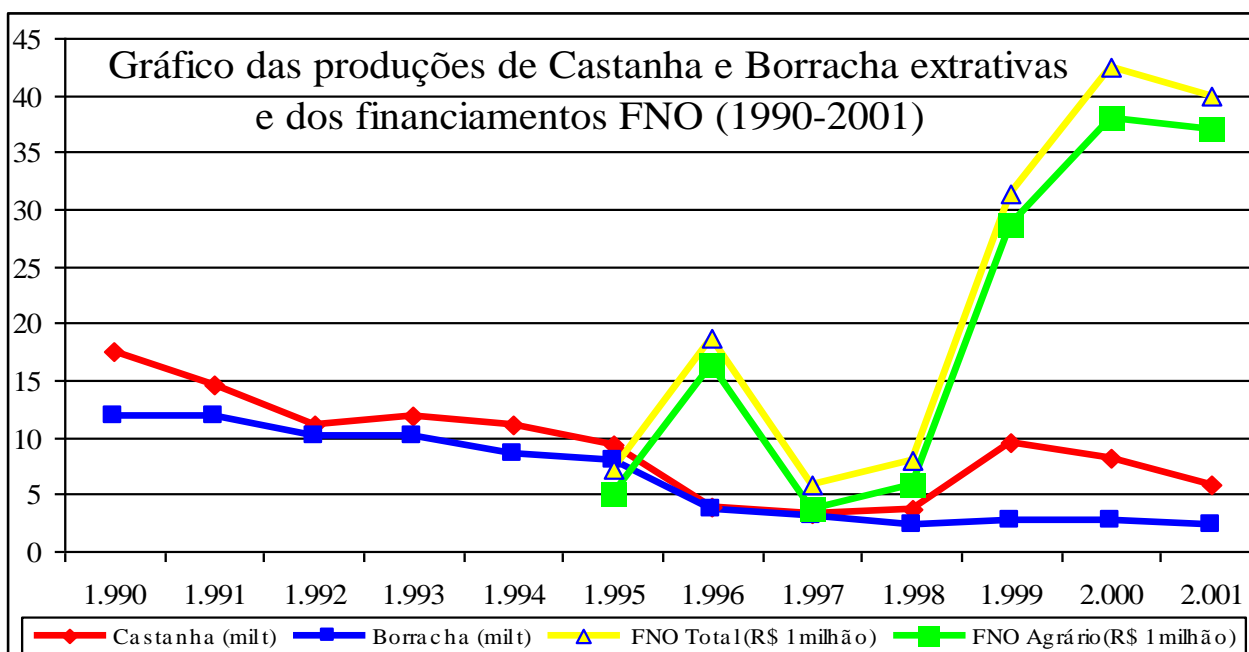
No tocante aos dados relativos ao período estudado (Gráfico nº 18), verifica-se uma tendência de queda de forma similar a do extrativismo do látex (vide item 2.7.2), comprovando assim a hipótese de ser a coleta de castanha uma forma complementar da extração gumífera. Até mesmo a curva de retração entre ambas é semelhante, com o setor castanheiro amargando uma redução de 66,51% ao longo de 15 anos. Apesar das semelhanças, não houve correlação estatística entre os produtos.

Assim como a borracha, a coleta de castanha parece ter sido influenciada pela Lei Chico Mendes (1999), pois neste ano há uma recuperação nos volumes, sendo este ano comparável ao de 1995 em volumes totais. Embora a partir de 1999 restabelece-se a tendência declinante.

Assim, é possível inferir que a existência de subsídios pode fazer com que o setor possa ter uma rápida retomada, contribuindo para evitar o êxodo rural e todos os seus problemas, principalmente em se tratando de um Estado sem infra-estrutura urbana.

Em 2004, produziu-se apenas o relativo a um terço do total de quinze anos antes (1990). Contudo, o setor parece ainda ter um potencial, pois o crescimento de cerca de 165% entre os anos de 1998 e 1999 são um indicativo disso. Os anos de 1996 a 1998 foram os piores para o setor, com uma retração violenta (em média para os três anos, foi 4,8 vezes menor).

Gráfico nº 18: Volumes do FNO (1990-2001), da Castanha e Borracha (1990-2001)



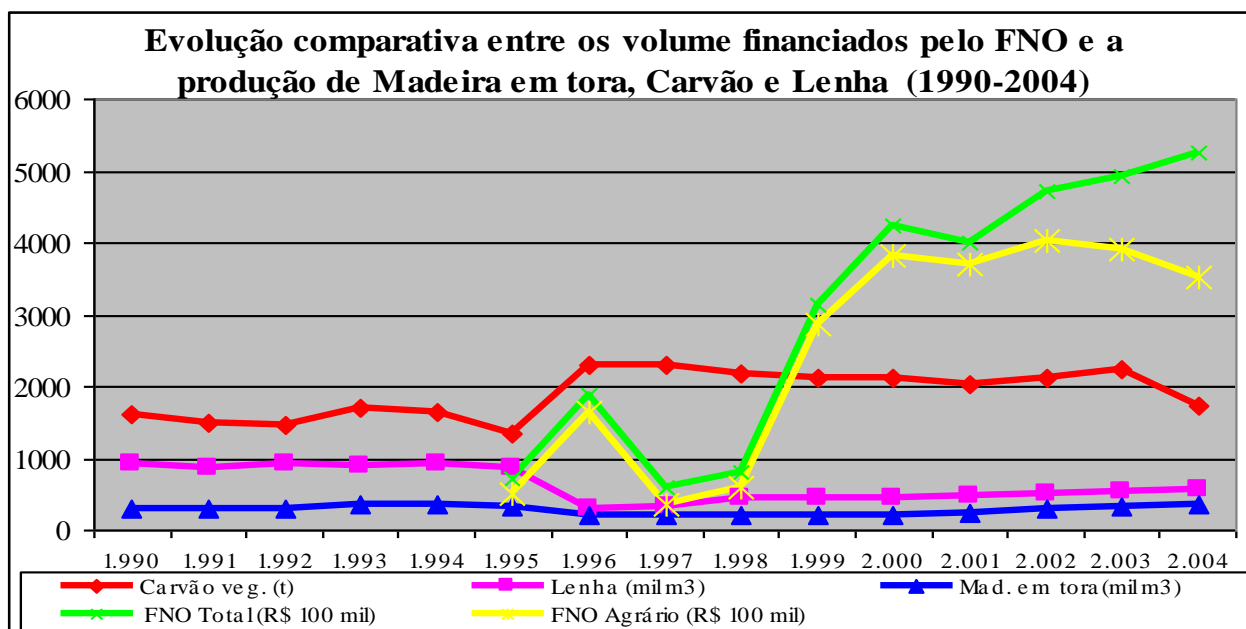
Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Extrativa Vegetal e dados da pesquisa

Em termos de análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 08), verifica-se não ter havido correlação entre as linhas de financiamento do FNO e a extração de castanha, exceto para o **Prodesin** em número de contratos pela Correlação de Pearson.

3.4.4 MADEIRA EM TORA, CARVÃO E LENHA

A variação da exploração de madeira em toras variou em torno de 30% da média geral, com picos de 33,3% acima e -28,3% no menor registro. Verifica-se uma ligeira tendência de queda até o ano de 1998, sendo que a partir de 1999 (época em que crescem as liberações do FNO), inicia-se um lento período de recuperação, a ponto do ano de 2004 ser praticamente igual ao de 1993, quando se atingiu o recorde de produção no período estudado, conforme se visualiza no Gráfico nº 19.

Estranhamente, este período de recuperação se coaduna com o início do chamado “Governo da Floresta”, de forte propaganda ecologista e com viés preservacionista. Neste intervalo de tempo, encontra-se nos dois primeiros anos uma recuperação lenta (4,7% e 3,2% a.a, respectivamente), iniciando a partir deste período uma recuperação mais forte: 21,09; 43,26; 58,16 e; 76,44%, respectivamente para os anos seguintes em relação ao ano de 1998, o de menor produção.

Gráfico nº 19: Volumes do FNO, de Madeira em tora, Carvão e Lenha (1990-2004)

Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Extrativa Vegetal e dados da pesquisa

Verifica-se que a tendência para o carvão vegetal é de estabilidade, não tendo flutuações tão bruscas. Para o carvão, o período compreendido entre 1996 e 2003 foi o melhor, sempre com resultados superiores à casa de duas mil toneladas. Em que pese o ano de 2004 ter registrado uma queda de aproximadamente 500 toneladas, este ano ainda é mais produtivo que todos os outros anteriores a 1996.

Segundo Lima (s/d), em 1973 foi registrada uma produção de 2,03 mil toneladas de carvão, sendo que em 1974 a produção foi de 6,83 mil toneladas. As produções de Carvão e Lenha revelaram uma correlação negativa entre si.

O dado pode ser um indicativo de opção pelos preços, ou seja, produz um ou outro, até por terem a mesma origem. Já a lenha, teve correlação positiva para com a madeira em toras, sendo o argumento justificador o mesmo para com o item anterior: a lenha é um subproduto da derrubada da árvore.

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro 10) revela que o desmate possui correlação positiva apenas com relação à extração de madeira e lenha. Neste caso, era esperado, pois a extração de madeira é ligada com a lenha (esta subproduto daquela), sendo que normalmente está a derrubada da hileia associada a um aumento nas vendas de toras.

O carvão e a lenha tiveram uma correlação positiva com o PRONAF D e o número de contratos (Spearman), numa indicação de possível produção por pequenos proprietários. O

PRONAF A teve correlação positiva com a extração de madeira (Pearson). A linha **Promicro** foi negativa para Madeira (todos os testes) e positiva para Carvão (Spearman para Contratos). O volume total de financiamentos foi positivo para Lenha e Carvão (Spearman para Contratos).

No tocante a estes produtos, era esperada correlação para com as linhas **Prodesin**, **Comserv** ou mesmo **Promipec** (Vide anexo nº 01, Quadro nº 11), todas relacionadas com setores demandantes em maior ou menor grau destes produtos, notadamente de madeira serrada. Entretanto isso não se confirmou e os dados reforçam a afirmação de mercado consumidor incipiente e confirma Amin⁷¹ (2002); Oliveira; Domingues⁷² (s/d). Contudo, o caso do **Comserv** pode ser creditado ao fato de que as principais liberações foram feitas posteriormente (2005).

3.4.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXTRATIVISMO

Em termos de setor extrativo, verifica-se a existência de contradição, em que o desenvolvimento de alguns setores teve correlação com os recursos do FNO, enquanto os dois produtos responsáveis pela colonização do Acre (castanha e borracha) não tiveram. A forma de exploração baseada no extrativismo tradicional não encontra eco nos modernos tempos de produção globalizada, sendo afetada pelo avanço da tecnologia e da ampliação dos produtos mais rentáveis.

Com relação ao aumento dos produtos madeireiros, este dado era esperado, pois a atual política estadual fez com o que o Estado se voltasse ainda mais para a exploração da hiléia, ainda que sob o discurso do manejo sustentável.

Portanto, as correlações positivas entre o volume de desmates e a exploração madeireira mostram a possibilidade deste manejo não ser tão ecológico quanto o da propaganda oficial. O dado merece um estudo posterior e mais detalhado. De maneira geral, o FNO foi benéfico para com os setores analisados, com destaque para a extração de açaí.

⁷¹ Pouca ênfase ao desenvolvimento de uma economia de mercado, capaz de melhorar o bem-estar social da região.

⁷² Reduzido estoque de riqueza, população pobre e um mercado imperfeito de crédito.

Capítulo IV

Resultados e Discussão

Emprego, Renda e empresas

“O atendimento aos interesses do funcionalismo público considerou apenas a lógica cruel dos mercados.”

4. EMPREGO, RENDA E EMPRESAS

Neste capítulo, faz-se uma análise do setor empresarial, com destaque inicial para os empregos formais. Primeiramente, é preciso relatar as justificativas para o uso somente do emprego formal na análise do setor de trabalho da economia acreana e suas correlações para com o FNO.

Mesmo sendo possível o acesso aos dados gerais do emprego (IBGE/Sistema Sidra), optou-se pelos dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados-CAGED), pois são mais confiáveis por se basearem em declarações obrigatórias feitas pelos empresários, com séries mais consistentes.

Além disso, são estas que geram a arrecadação de encargos, principalmente relativos à Previdência Social. Outro dado diz respeito à segurança para o trabalhador (direitos). Estes dados são analisados inicialmente de forma geral e, depois, por setor. Neste capítulo, como nos anteriores, são apresentadas conclusões parciais em cada sub capítulo.

Na sequência, é feita uma análise da evolução da renda estadual e dos grupos de renda dividida por faixas de Salário Mínimo (SM).

Após isso e dentro da perspectiva de se entender uma fração de economia acreana, foi preciso uma pequena análise sobre a evolução do setor empresarial. Para tanto, foram coletadas algumas informações junto ao IBGE, Sistema Sidra - Cadastro Central de Empresas e também da Pesquisa Anual de Comércio. Das diversas informações coletadas, optou-se por utilizar apenas os totais de empresas distribuídas pelos setores utilizados pelo próprio instituto. A nomenclatura é a mesma utilizada pela Classificação Nacional de Atividades e Emprego (CNAE).

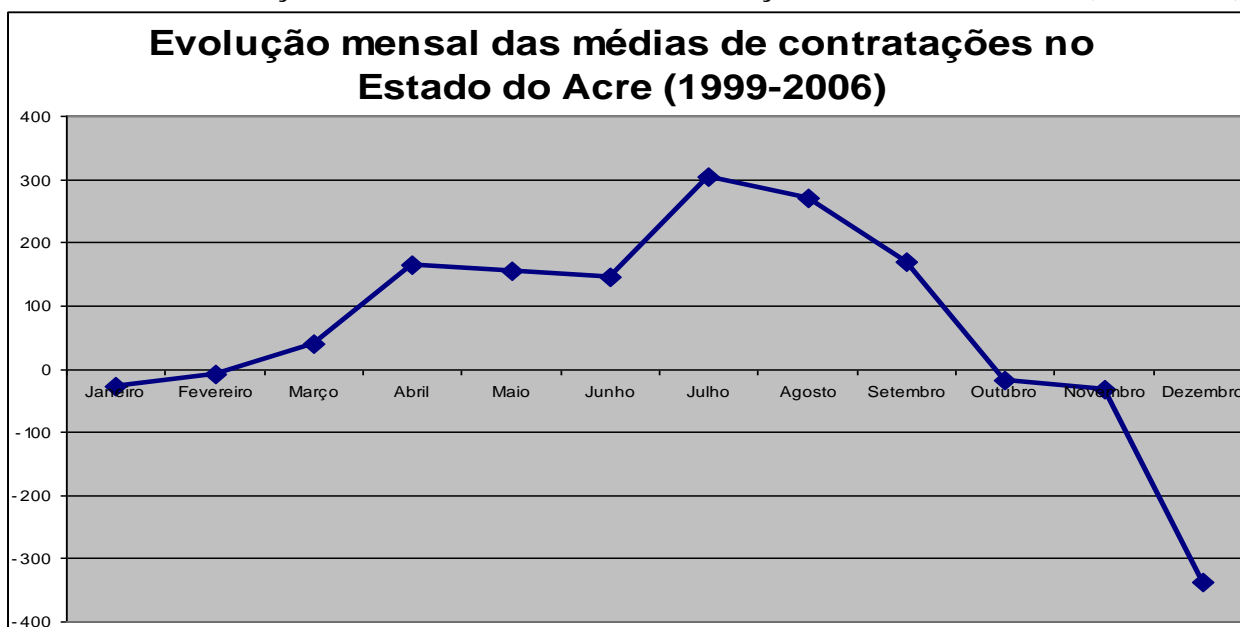
4.1 EMPREGO FORMAL

Em termos de análise dos dados, verificou-se não haver uma sequência ou padrão no índice geral de emprego, com os valores mensais variando ano a ano, ainda que o valor seja positivo no acumulado ao longo do período analisado.

Os anos entre 2002 e 2004 apresentam os piores resultados, mostrando ter o Estado passado por uma crise na geração de empregos. O pior resultado foi verificado no ano de 2003. Na média mensal relativa a todos os setores, verifica-se uma tendência de crescimento mais forte a partir do mês de março, com o ápice em julho e decréscimo a partir deste mês, tendo os piores resultados sido registrados a partir de outubro, sendo o de dezembro aquele a registrar o maior número de demissões.

Os resultados apontam a possibilidade das contratações temporárias do Natal estarem se dando informalmente. Tudo indica também haver uma correlação entre o nível de emprego e a precipitação pluviométrica, pois esta é maior entre outubro e março, ocorrendo o oposto com as contratações (Gráfico nº 20). Contudo, não foi possível conseguir os dados relativos à média histórica das precipitações no período estudado, pois as mesmas não estão disponíveis para a comunidade acadêmica, mesmo havendo uma estação de climatologia na UFAC coletando os dados.

Gráfico nº 20: Evolução das médias mensais de contratações no Estado do Acre (1999-2006)



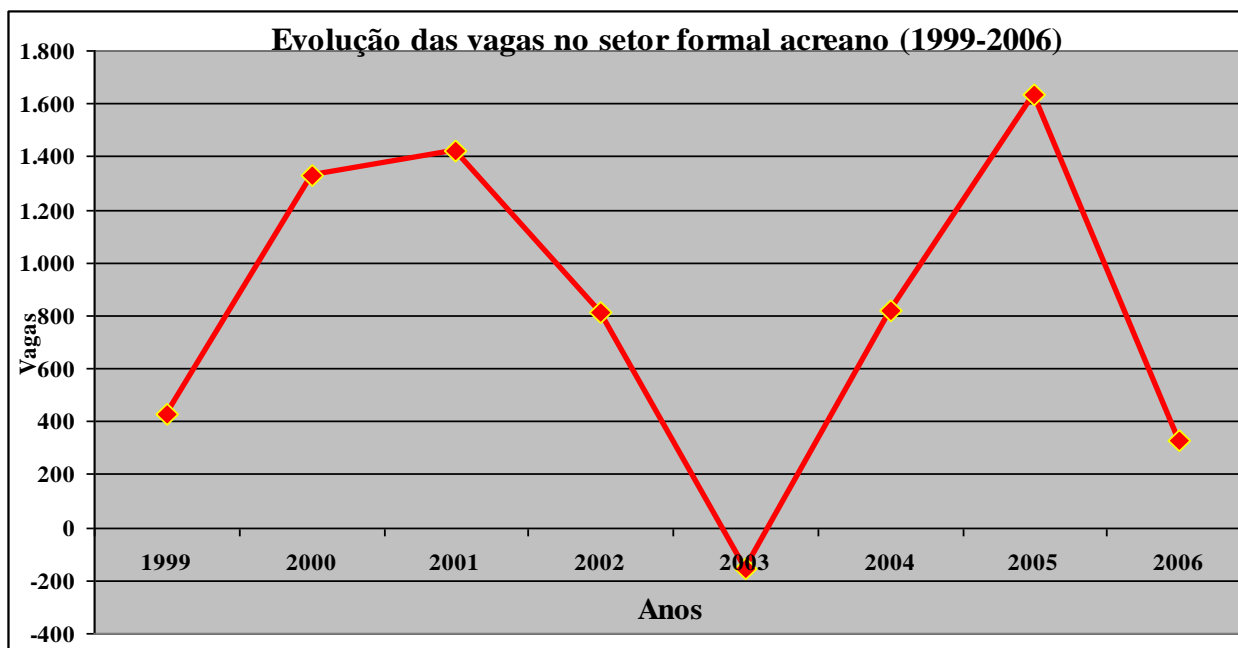
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Os meses de novembro e janeiro apresentam, na maioria dos anos estudados, resultados negativos. Fevereiro e outubro apresentam dados similares entre si. O maior número de postos de trabalho fechados ocorreu no mês de dezembro de 2003, com 684 demissões, sendo este o que apresenta a maior média mensal de demissões e o único a registrar retração em todos os meses do período estudado. A maior quantidade de contratações ocorreu em julho de 2002 (602).

O saldo médio mensal (vide Anexo nº 02, Tabela nº 11) no período estudado é de apenas 69 contratações, sendo que anualmente o somatório é de 826. As médias são: Janeiro, -27; fevereiro, -10, Março, 40; Abril, 165; Maio, 156; Junho, 146; Julho, 303; Agosto, 271; Setembro, 171; Outubro, -18; Novembro, -32 e; Dezembro, -336.

Cabe ressaltar que estas médias são influenciadas pela ausência dos dados referentes aos meses de 2006 (dados cobrem somente até o mês de maio). O Gráfico nº 21 mostra a falta de padrão no período, sendo que os dados ruins relativos ao ano de 2006 ocorrem por falta dos dados referentes aos últimos sete meses.

Gráfico nº 21: Evolução das médias anuais de contratações no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

A partir dos dados analisados, verifica-se a falta de estabilidade no emprego formal estadual. Isso reforça a tese de que o Estado pouco produz de poupança interna, sendo dependente do ‘capital bumerangue’⁷³. A falta da geração de riquezas não permite a formação de um mercado consumidor estável no Estado, levando a uma instabilidade generalizada no que tange a geração de postos de trabalho.

As poucas indústrias e a insipiência do setor agrário (exceto pecuária de corte) resultam em um mercado imperfeito e instável, no qual tudo gira em prol dos servidores públicos, quer sejam civis ou militares, federais, estaduais ou municipais, sendo estes os executores do retorno do ‘bumerangue’.

⁷³ Recursos federais, sejam eles do Fundo de Participação dos Estados (FPE), Fundo de Participação dos Municípios ou dos convênios federais e financiamentos (BNDES/FNO). Estes valores são gerados principalmente no centro-sul do país para onde retornam quando da aquisição de mercadorias.

Esta força centrada no poder público pode (ou deve) ter levado o Banco da Amazônia (e o FNO) a atuar de forma a atender mais os interesses comerciais que propriamente de desenvolvimento. Atendeu ao mercado e as forças dele, sendo que este ‘vende o jantar para comer no almoço’⁷⁴.

4.1.1 EMPREGO: VALORES TOTAIS ANUAIS PERCENTUAIS

O máximo em termos percentuais médios anuais entre todos os setores é do item “Outros”. Se excluía esta e a Extrativa Mineral (pouco representativas), o resultado é mais expressivo, mostrando um comportamento relativamente uniforme para todas as categorias.

Em termos percentuais, os melhores resultados ficam por conta do setor Extrativo Mineral. Estranhamente, este setor, que congrega olarias, não se relaciona com a Construção Civil, sendo que o crescimento deste não mostra reflexo naquele, mas sua pequena participação no total revela não ser este um setor importante na geração de postos de trabalho.

Os piores resultados ficaram por conta do Setor de Serviço Industrial de Utilidade Pública (retração acumulada de 3,12%). Isso pode ter ocorrido por conta da Lei Complementar nº 110 (Lei de Responsabilidade Fiscal), que limitou os gastos públicos, mas a hipótese carece de confirmação.

A média anual geral ficou positiva em 2,89%, muito pouco para a taxa de inflação (média de 14,6% pelo IPCA entre janeiro de 1999 e maio de 2006) no período amostrado e para o crescimento vegetativo da população no espaço estudado.

O ano de 2005 tem o melhor resultado (5,99%), tendo 2003 tido uma retração média de -0,46%. Há uma certa similaridade entre os volumes totais liberados pelo FNO e o crescimento das contratações a partir de 2003 (Gráfico nº 22). É neste período que se ampliam os recursos para o comércio (Linha **Comserv**).

Os dados revelam que o maior número de vagas foi criado no Comércio (2.864), seguido dos setores de Serviços (1.441) e Construção Civil (1.244). Em termos percentuais, a Construção Civil teve o melhor comportamento em se tratando do número de admissões. Em que pese os elevados montantes de recursos injetados pelas instituições financeiras na área rural, o setor vem enfrentando problemas, com um crescimento médio anual de apenas 2,86% (173 contratações a mais no período).

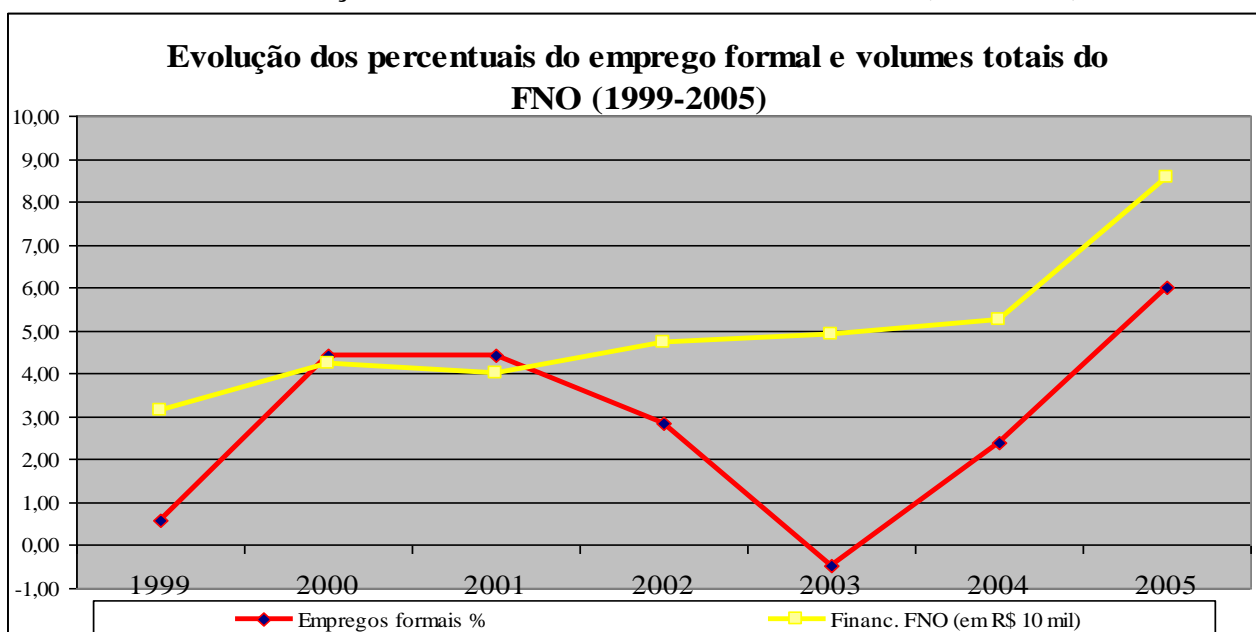
Entre os três setores principais, verifica-se que o pior ano para o Comércio foi o de 2000 (saldo positivo de 237 vagas), sendo que para Construção Civil foi o de 2002 e o de

⁷⁴ Regionalismo acreano que representa o imediatismo.

2001 para o de Serviços (-607 e -62, respectivamente). Nestes dois setores, o melhor ano foi de 2000 (717 e 617, respectivamente), denotando a possibilidade de que os aumentos nos recursos disponíveis para estes setores não necessariamente ampliam os gastos no comércio, haja vista que neste ano este teve o seu pior índice.

É possível que o comportamento destes dois setores (CC e Serviços) seja uma confirmação da Teoria do Emprego de Keynes⁷⁵. No tocante a indústria de transformação, esta apresenta resultados pífios, principalmente se for levado em conta ser esta a principal do Estado (vide Anexo nº 02, Tabela nº 12).

Gráfico nº 22: Contratações no Estado do Acre e recursos do FNO (1999-2005)



MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

O comportamento do setor agrícola, em que pese sua pequena participação no total geral, merece uma atenção especial, pois registra os picos de crescimento exatamente nos anos de eleição, com exceção do ano de 2005. Este setor, no acumulado, é o que mais se aproxima em termo de valores médios gerais anuais. O dado pode ser um indicativo de redução nas exigências de desmate e um fluxo maior de recursos disponibilizado pelas instituições financeiras, como o Banco da Amazônia / FNO.

⁷⁵ Resumidamente: O aumento dos valores relativos a salários – ou poder de compra – não apresenta o mesmo acréscimo em consumo.

A importância do setor comercial para o Estado é grande, pois este foi responsável por quase a metade (41%) dos empregos gerados no período. Este dado corrobora o fato do Estado ser dependente de recursos externos e não gerar poupança própria. O comércio teve resultados positivos em todos os anos estudados.

O setor de serviços é o segundo (20%), mas representa apenas a metade dos valores do comércio, o mesmo se dando com a construção civil (17%). Os resultados mais baixos são apresentados pela indústria de transformação (7%) e agropecuário (3%). Mesmo com a LRF, a importância do setor público como empregador pode ser medida pelos 10% das vagas oferecidas no período. A baixa participação do setor extrativo mineral se dá pela formação geológica do Estado, sem minerais valiosos identificados.

Tabela nº 31: Emprego no Estado do Acre: comparativo entre os setores analisados

Setor	%Médio	Acumulado	Min/ano	Max/Ano	%T
Extrativa Mineral	15,25	16	13 (04)	18 (00)	0,24
Ind. Transformação	3,35	494	217 (06)	409 (01)	7,45
Serv. Ind. Util. Pub.	-3,12	-173	159 (04)	46 (05)	-2,61
Construção Civil	5,77	872	-607 (02)	717 (00)	13,16
Comércio	4,66	2.954	237 (00)	821 (05)	44,58
Serviços	2,14	1.457	-62 (01)	617 (00)	21,99
Admin. Pública	2,09	740	-123 (03)	237 (01)	11,17
Agropecuária	2,86	272	-2 (05)	79 (04)	4,10
Outros	7,99	-5	-6 (01)	2 (02)	-0,08
TOTAL	2,89	6.627	-x-	-x-	100,00

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

4.1.2 SETOR EXTRATIVO MINERAL

Em uma série de oito anos (Vide Anexo nº 02, Tabela 13), três destoam (1999, 2000 e 2002), sendo que os outros mantêm uma certa similaridade, havendo ainda anos marcados por demissões (2001, 2004 e 2005). Há uma certa regularidade no tocante às oscilações mensais (pouca variação).

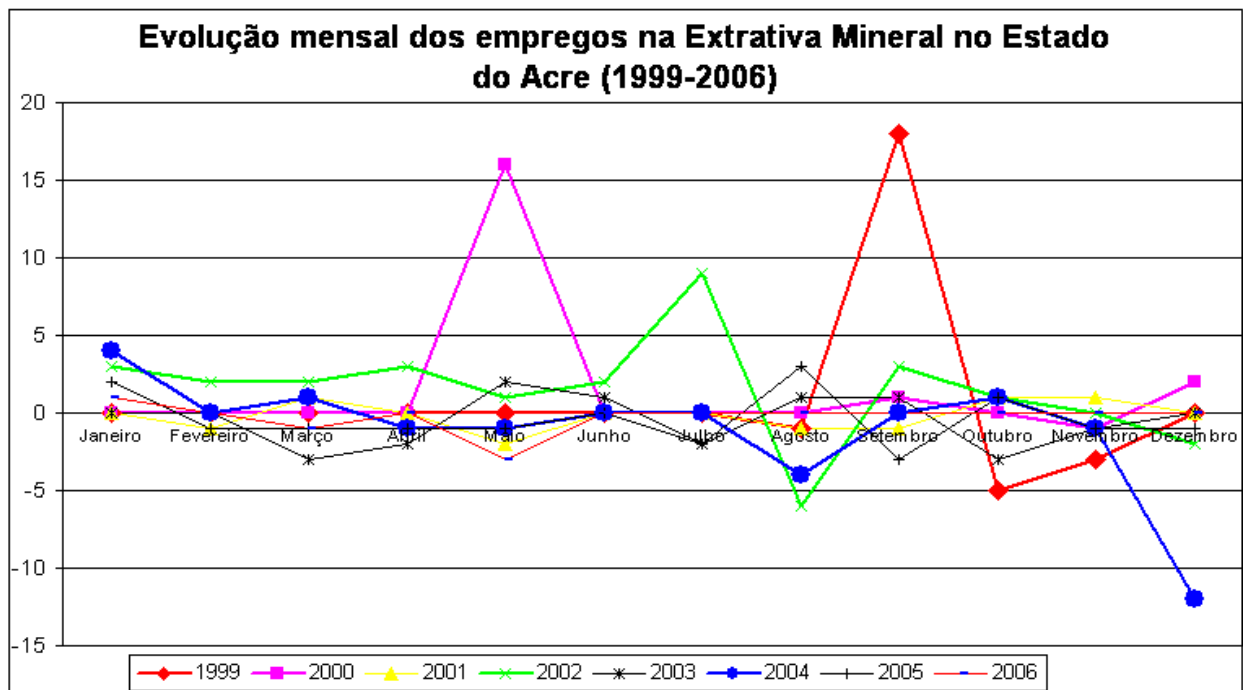
No geral, há um saldo de 16 contratações ao longo dos anos amostrados. Pelos resultados totais registrados, constata-se não ter o setor uma presença maior na economia do estado ou, ainda, uma tendência de crescimento, mas apenas de adequação (crescimento vegetativo), conforme se verifica no Gráfico nº 23. Outro ponto a ser levado em conta é uma possível informalidade dentro da sazonalidade.

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 12) se mostrou correlata positivamente na linha Proagrin, num indicativo de que os recursos possam ter sido utilizados, em parte, na construção

civil. Houve ainda uma correlação para com o PRONAF ‘D’, indicando a possibilidade de aumento das obras na área rural ou ainda por este exercer uma pressão positiva no comércio local.

Em termos de correlação negativa, está o **Promipec** e o PRONAF ‘B’, mas este tem recursos liberados apenas nos anos de 2004 e 2005, muito pouco para uma afirmação mais categórica de correlação. O problema parece ser o mesmo em relação ao **Promipec** (três anos: 2003-2005).

Gráfico nº 23: Empregos na Indústria Extrativa Mineral no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

4.1.3 INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

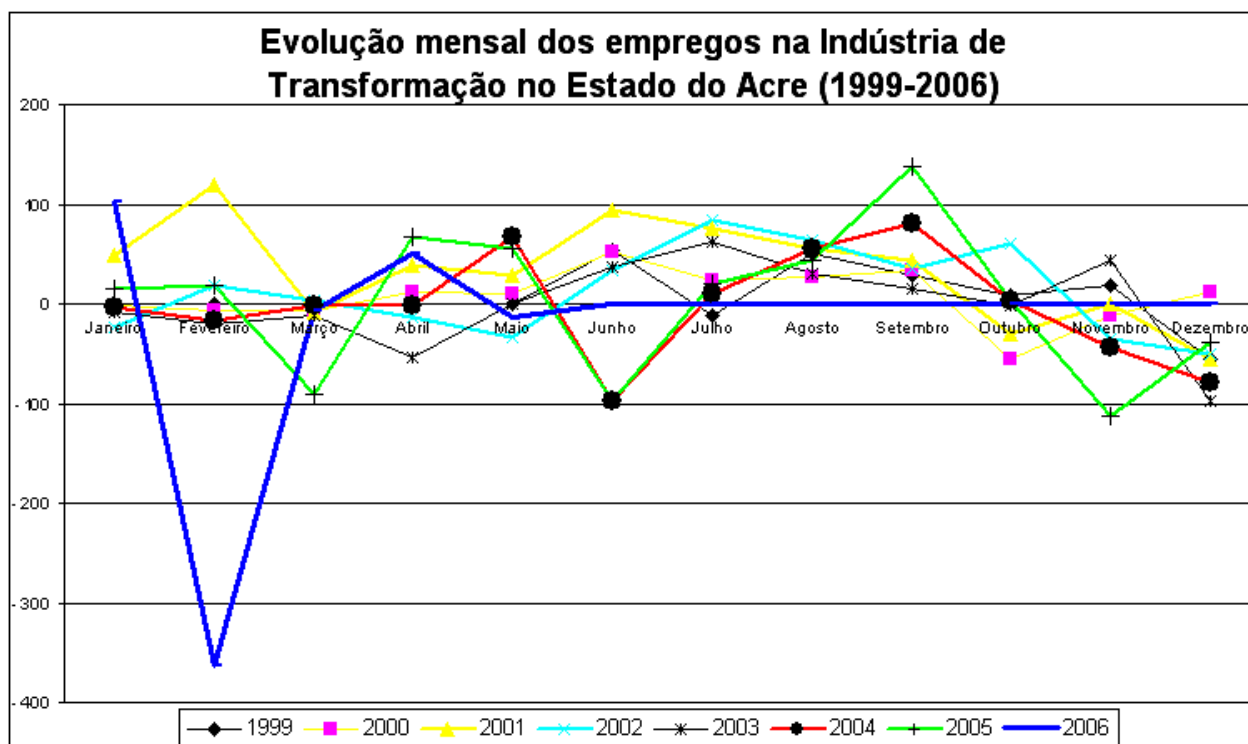
Ao contrário do que poderia se imaginar, a indústria de transformação, onde estão as serrarias e marcenarias, não apresentaram dados satisfatórios em pleno governo da floresta, febre do manejo sustentável das florestas acreanas e aumento da extração madeireira (vide item sobre extrativismo).

Verifica-se uma curva de decréscimo a partir de 2003, quando o saldo do ano foi negativo em uma contratação, conforme se constata no Gráfico nº 24. Os poucos dados de 2006 apontam para uma repetição dos mesmos valores de 2005, em que pese o estudo ter sido realizado até meio do ano, mas parece haver semelhanças entre os dois anos, com uma tendência de redução. Se houve o aumento da exploração e redução nos empregos, duas são

as possibilidades: melhoria da capacidade instalada, com maquinário mais moderno, ou exportação de madeira bruta.

As médias mensais mostram o quanto este setor é dependente das condições climáticas, com o crescimento nas contratações sendo similar à curva de pluviosidade regional. Isso se explica pela falta de trafegabilidade na maioria das estradas (sem pavimentação) durante o período chuvoso.

Gráfico nº 24: Empregos na Indústria de Transformação no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Outro fato a chamar a atenção é que mesmo com o aumento na extração madeireira a partir de 1999 (210 mil m³), os empregos no setor só acompanham até o ano de 2002 (287 mil m³), sendo que no ano de 2004 a extração de madeira em toras foi de 354 mil m³, mas isso não se reflete no índice de empregos do setor, tendo havido a extinção de 27 postos de trabalho (Anexo nº 02, Tabela nº 14). Este dado é mais um indicativo de aumento na tecnologia empregada na industrialização, com a redução da mão-de-obra utilizada.

Com relação à análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 13), não foi possível detectar correlações significativas, pois a única linha correlacionada (**Promipec**) não tem regularidade suficiente para ser apontada como fator positivo ou negativo (como foi o caso).

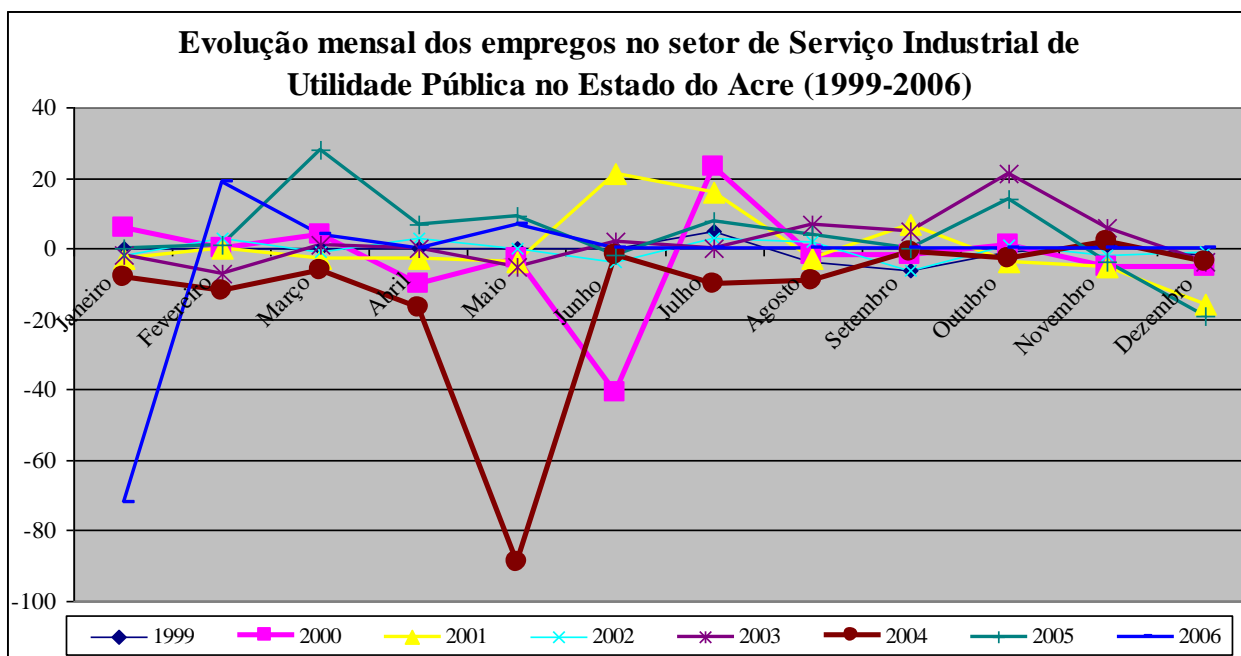
4.1.4 SERVIÇO INDUSTRIAL DE UTILIDADE PÚBLICA

O emprego no Serviço Industrial de Utilidade Pública apresenta uma curva (Gráfico nº 25) com tendência de estagnação ao longo do período estudado, com pouca variação e ainda assim negativa (Vide Anexo nº 02, Tabela nº 15). O ano de 2004 foi o pior para o setor, com um saldo negativo (159 demissões). O saldo para o setor no período analisado foi negativo em 179 vagas, mas isso é fortemente influenciado pelos maus resultados do ano de 2004.

O ano de 2006 iniciou com a mais forte retração para o mês de Janeiro. Nos outros anos, os meses de Janeiro, Fevereiro, Julho e Outubro apresentam variação positiva no saldo acumulado para os meses. Isso é um indicativo de não ser o setor afetado pelo clima (pluviosidade), pois dois meses são chuvosos (Janeiro e Fevereiro), um seco (Julho) e um intermediário. Ao longo dos anos não há uma grande variação nos índices, mostrando uma certa regularidade/estacionariedade.

Em termos de análise estatística (Anexo nº 01, Quadro 14), não se nota uma correlação entre os dados deste setor no período e os recursos injetados na economia pelo FNO. Somente o teste paramétrico revelou correlação negativa, mas para linhas de financiamento com pouca frequência.

Gráfico nº 25: Empregos - Serviço Industrial de Utilidade Pública no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

4.1.5 CONSTRUÇÃO CIVIL

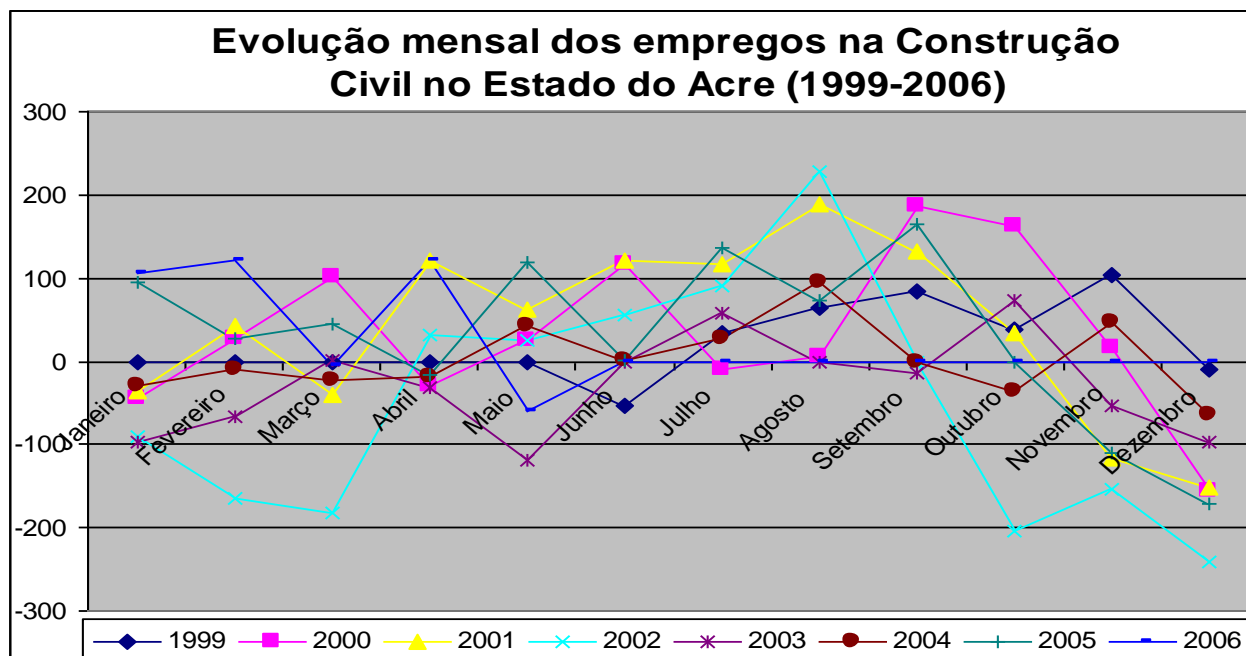
O setor tem um comportamento similar ao da agricultura, mas neste caso os picos de crescimento (Gráfico nº 26) aparecem nos anos anteriores às eleições (anos ímpares), numa indicação do aumento do número de obras públicas (principal fomentador do setor). Não cabe aqui afirmar os motivos de tais movimentações, mas apenas registrar.

Existe uma grande variação das médias anuais, mas deve se ressaltar a crise do setor nos anos de 2002 e 2003, nos quais foram fechados 956 postos de trabalho (Anexo nº 02, Tabela 16). A geração de vagas nos anos posteriores (até maio de 2006) ainda deixam um déficit de 274 vagas, embora o acumulado do período estudado seja positivo em 872 vagas.

Este setor também tem um comportamento fortemente relacionado ao clima (regime de chuvas). A lógica existe, pois serviços de início de obras (fundações), concretagem e reboco são prejudicado pela pluviosidade. Estes dados merecem um estudo mais detalhado e em particular.

No entanto, se a construção civil tem grande importância para a economia do Estado, este é mais um indicador de falta de opção econômica e de prevalência do setor público na economia. Não foram detectadas correlações estatísticas relevantes (Anexo nº 01, Quadro nº 15) entre o FNO e este setor (apenas Spearman para com os desmates).

Gráfico nº 26: Empregos na Construção Civil no Estado do Acre (1999-2006)

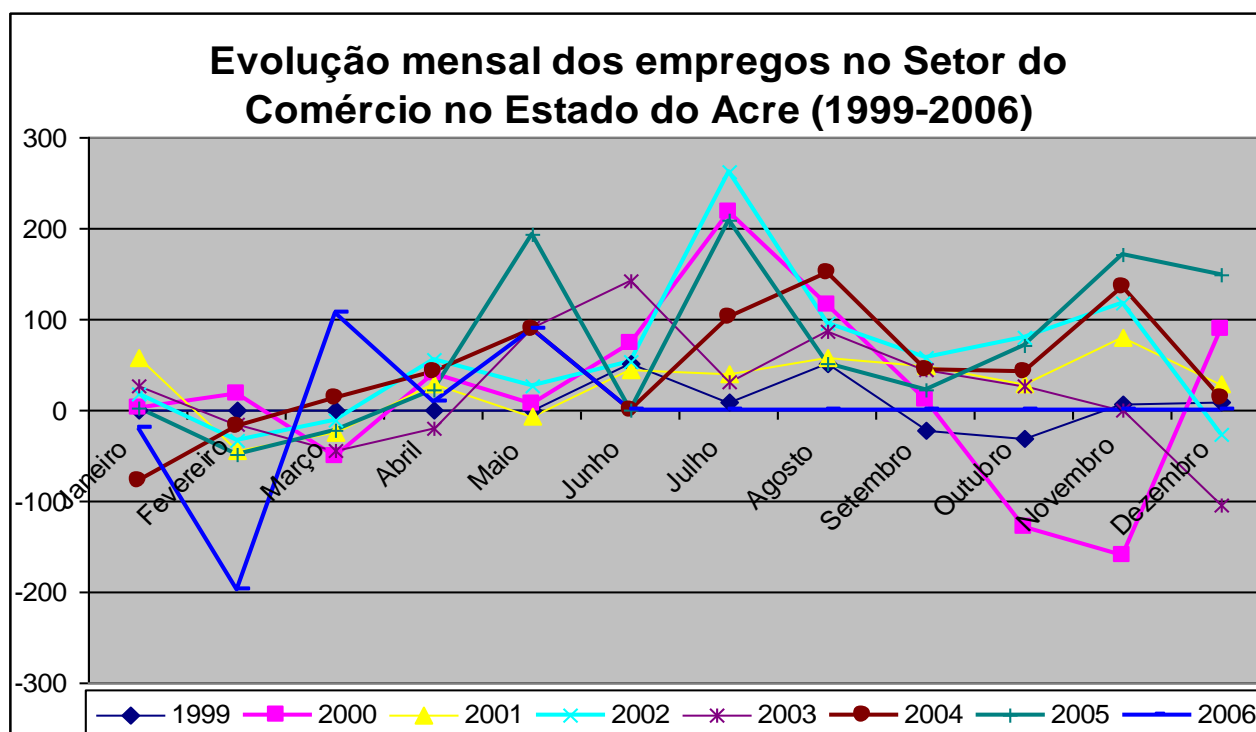


Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

4.1.6 COMÉRCIO

O setor do comércio apresenta um comportamento anual especial, pois tem seus picos (Gráfico nº 27) de movimentação exatamente nos anos em que há eleição para o governo do Estado (Anexo nº 02, Tabela 17). É provável que este comportamento tenha se repetido em 2006. A correlação entre os anos de eleição e o volume de emprego no setor é mais uma prova de não ter o Estado uma economia própria e ser dependente dos recursos públicos e do andamento da máquina administrativa.

Gráfico nº 27: Empregos no Setor de Comércio no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

É ponto corrente que parte das maiores e principais obras são executadas nos anos de eleição, dado o impacto destas sobre a população eleitora. Além disso, centenas de candidatos e uma infinidade de ‘cabos eleitorais’ se movimentam e agitam a economia local.

Este dado é mais um a apontar a dependência da economia estadual dos recursos públicos e, por conseguinte, do andamento da economia nacional, pois os Fundos de Participação crescem ou diminuem de acordo com os “ventos” da economia do país.

O setor de comércio, semelhantemente à maioria dos outros, também parece ser influenciado pelas chuvas. No caso do comércio local, o número de empregos decai a partir de julho, mas tem um pequeno crescimento no mês de novembro (vésperas do Natal), sendo os meses de fevereiro e março os de piores resultados (e a maior pluviosidade).

O setor é o único dos analisados a ter saldo positivo em todos os anos estudados. Por não haver no Estado um número expressivo de indústrias, constata-se a importância do funcionalismo. O período mais forte de contratações vai de maio a agosto (menor pluviosidade), com destaque para julho.

A importância do pequeno produtor no mercado é explícita nos resultados estatísticos apresentados (Anexo nº 01, Quadro nº 16). De todas as linhas de financiamento, o PRONAF 'A' tem uma correlação altamente significativa com o nível de emprego do comércio. Esta linha tem uma média de liberação por contrato de R\$ 11,8 mil, mas teve correlação tanto entre o volume de recursos disponibilizado quanto o número de contratos.

Outro fator a ser levado em consideração é que a maior parte dos financiamentos ocorreu na região atendida pelas agências da capital (86,2%), sendo que o CAGED colhe os dados somente na região de Cruzeiro do Sul e Rio Branco, sendo nesta onde se concentra a maior parte da população do Estado (56,7%) e onde se localiza o principal mercado consumidor regional.

Além do PRONAF 'A', verifica-se ainda uma correlação positiva (testes não-paramétricos) para com o volume total financiado e a quantidade total de contratos. Pode-se afirmar que pelo menos em relação ao comércio houve uma forte correlação entre os volumes financeiros injetados na economia e as vagas de emprego formal e que os recursos para a agricultura representam a forma mais rápida de gerar emprego no setor urbano acreano, pois o comércio concentra 41% da massa empregada.

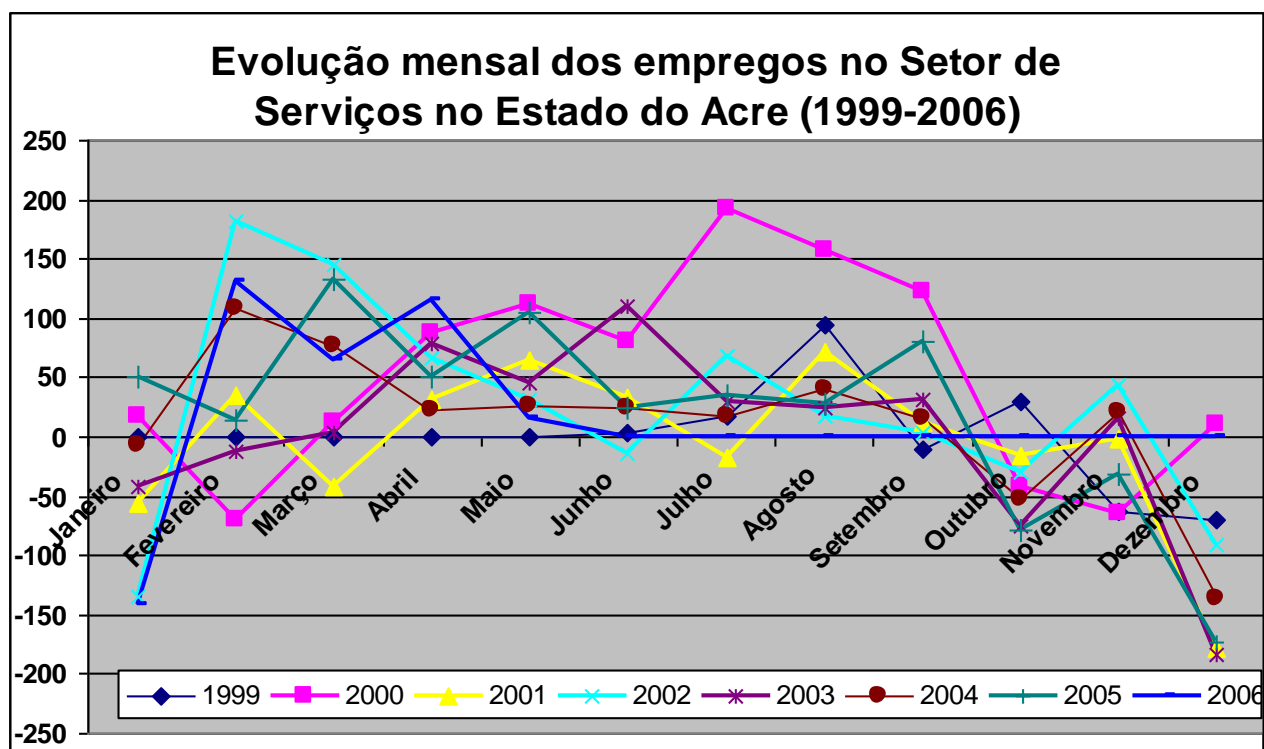
4.1.7 SETOR DE SERVIÇOS

O setor de serviços é, juntamente com o comércio, o de melhores resultados, tanto no acumulado quanto nos valores anuais (Anexo nº 02, Tabela nº 18). Este é o que apresenta o maior número de meses de contratações, mas também é afetado pelo clima e demite nos meses mais chuvosos, principalmente em dezembro e janeiro, retornando a contratar a partir de fevereiro (Gráfico nº 28). As demissões no mês de outubro representam um caso merecedor de estudos à parte.

Apesar dos esforços governamentais no que tange principalmente ao turismo, o setor não tem um comportamento padrão no período estudado, com grande variação, mas mesmo assim apresenta resultados positivos para todos os anos analisados com exceção de 2001. Os meses de abril, maio e agosto apresentam as melhores médias de contratações. A força do setor de serviços é um fato generalizado, pois com as privatizações e o aumento da força das telecomunicações, houve uma pressão positiva sobre o mercado de trabalho em geral e disseminado por todo o país.

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 17) não revela correlação entre os valores aportados na economia acreana por parte do FNO. A única linha a apresentar correlação foi o Proagrín em todos os testes, tanto para o volume de recursos como para com o número de contratos. Mas o Proagrín somente teve recursos liberados em dois anos do período de empregos amostrado (2000 e 2002), não sendo assim um dado confiável. Com isso é provável não ter havido correlação entre o volume de empregos no setor e os valores financiados pelo Banco da Amazônia/FNO.

Gráfico nº 28: Empregos no Setor de Serviços no Estado do Acre (1999-2006)



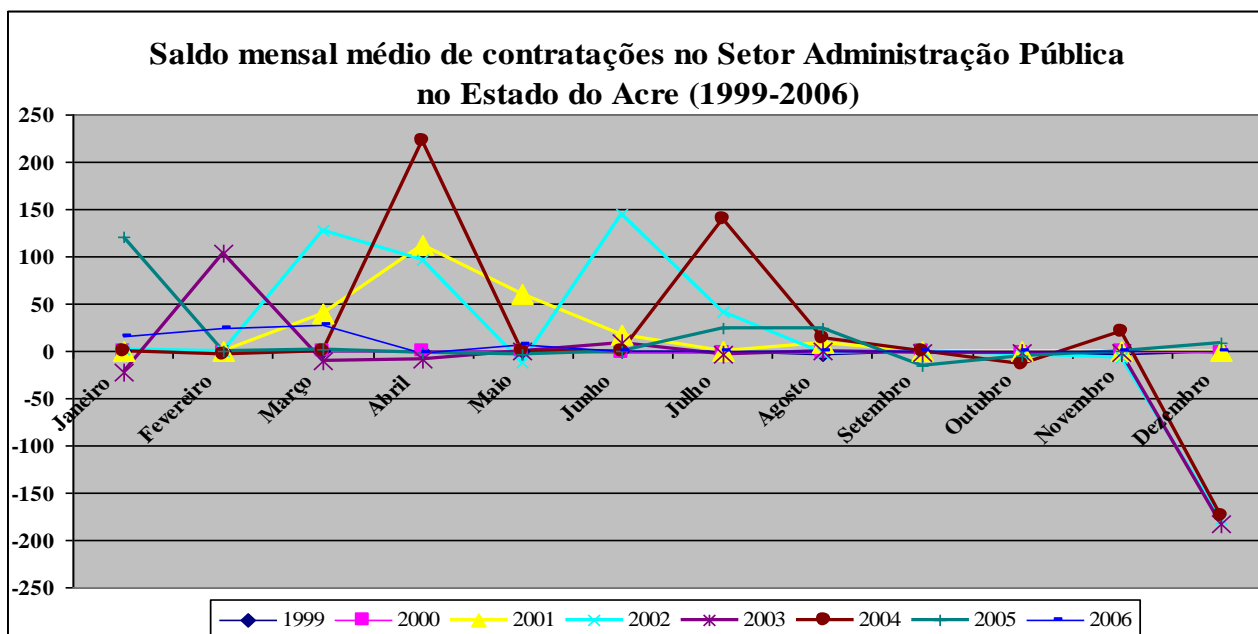
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

4.1.8 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Segundo o IBGE⁷⁶, no ano de 2003 o poder público concentrava 47% da mão-de-obra e o setor de comércio ocupava 20,9% no Estado, dos quais a maioria trabalha no vale do Acre (região mais ao Leste do estado), onde se concentra 70,9% da população total e é a melhor servida por malha viária, atrativos naturais para os investimentos.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, a contratação de servidores deveria se dar apenas por concurso público⁷⁷. Verifica-se que no Acre houve uma variação positiva na geração de empregos neste setor, com um saldo de contratação da ordem de 733 pessoas. Nos anos de 2000, 2001 e 2004 o saldo foi zero (saldo de um em 2002). O pior resultado ficou por conta do ano de 2003, com uma redução de 22 vagas (vide Gráfico nº 29).

Gráfico nº 29: Empregos na Administração Pública no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

A estabilidade do volume de pessoas empregadas no setor público (Vide Anexo nº 02, Tabela 19) é corroborada pela falta de correlação entre os financiamentos do FNO (todos os testes, tanto para volume quanto para o número de contratos –Anexo nº 01, Quadro 18).

⁷⁶ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 1996-2003 (adaptado), dados da pesquisa.

⁷⁷ CF/88, Art. 37, com alteração dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998.

4.1.9 AGROPECUÁRIA

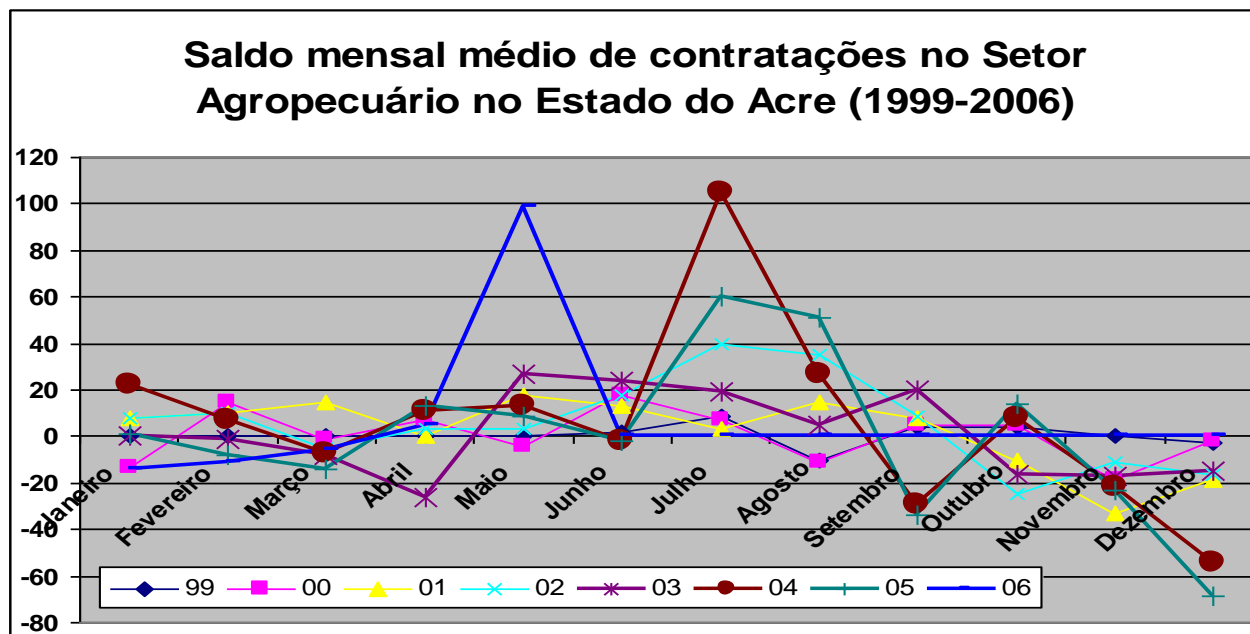
A fraca evolução do emprego no setor agropecuário é um reflexo da política governamental voltada para o extrativismo, notadamente o madeireiro. Entretanto, cabe ressaltar ser o emprego rural sujeito a sazonalidade e que dificilmente os trabalhadores neste setor são registrados. Mesmo assim, o saldo de 272 vagas em oito anos (Anexo nº 02, Tabela nº 20) é muito pouco para o potencial de qualquer Estado, mesmo que seja o acreano da 'Florestania'.

Apesar de pouco expressivo, o setor apresenta saldo positivo (mínimo) em todos os anos analisados, com destaque para o ano de 2004 (79 contratações) e para os meses de maio (2006) e julho (2004), onde foram contratadas 99 e 105 pessoas (respectivamente). O Gráfico nº 30 mostra crescimento nos anos eleitorais.

A agropecuária apresenta uma curva média mensal de contratações a partir de janeiro até setembro (exceção para março), quando inicia um ciclo de retração até a retomada em janeiro. Os meses de maiores médias foram maio e julho, com destaque ainda para agosto.

A análise estatística revelou não ter o FNO correlação para com o setor, exceto negativa para a linha PRONAF 'D'. Os motivos deste resultado são de difícil compreensão, mas é possível que os recursos tenham pressionado por conta de contratações não registradas e até mesmo por produtores empregados que passaram a trabalhar em suas próprias áreas, mas qualquer afirmação mais detalhada carece de confirmação.

Gráfico nº 30: Empregos no Setor Agropecuário no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

4.1.10 OUTROS

Os outros setores têm muito pouca influência na economia estadual, dada sua insipiência (Anexo nº 02, Tabela nº 21). Não houve também correlações estatísticas entre este setor e os recursos do FNO.

4.1.11 CONSIDERAÇÕES SOBRE OS EMPREGOS

De maneira geral, verifica-se ser bastante provável que a vida do acreano seja fortemente influenciada pelo volume de precipitações pluviométricas, pois isso influencia fortemente as contratações com carteira assinada.

Outro ponto é a dependência dos demais setores em relação ao setor público, pois há oscilações positivas nos anos imediatamente anteriores e nos de eleições, seja em termos de construção civil, comércio ou mesmo na agricultura.

Além disso, o VBP (em 2002, último ano com informações) da Administração Pública, Defesa e Seguridade Social era de mais de 1/3 do total estadual (ACRE, 2005). Com valores tão altos, é lógico haver dependência por parte dos outros setores. Ou seja, quando o paquiderme da máquina pública se movimenta arrasta os outros. Isso seja com relação ao aumento de obras, na liberação de recursos ou mesmo na redução das exigências para desmates.

Em termos de análise estatística era esperado mais correlação entre o FNO e o número de vagas, principalmente na agricultura. Contudo, este dado veio em relação ao comércio. Neste caso, o destaque foi para o PRONAF 'A', mostrando que os investimentos na pequena propriedade trazem resultados rápidos nos outros setores. Assim, de maneira geral, o FNO não foi condicionante na geração de empregos no Estado.

4.2.1 EVOLUÇÃO DA RENDA NO ESTADO DO ACRE

Inicialmente, é preciso ressaltar que devido ao tipo de dado da FGV não é possível aplicar os testes de correlação. Mesmo assim, analisando apenas os dados é possível se verificar que a renda *per capita* no Acre não tem uma curva estável, tanto para a média quanto para a mediana. Aquela apresenta variações entre -20,4% e +20,4%, num intervalo de variação percentual total de 40,8%. Já a mediana oscila um pouco menos, com valores entre -12,6 e 21,8%. Estes dados são indicativos de economia ainda em formação e sujeita a maiores impactos externos.

A melhor renda média foi detectada em 1996 (R\$ 478,23), enquanto a mediana no ano anterior (R\$ 239,38). Já a menor média ocorre em 1993 (R\$ 316,28), enquanto a mediana ocorre em 2004 (R\$ 168,33). Com relação à mediana, verifica-se que a partir de 1998 existe uma tendência de queda se comparada com os outros anos.

Um dado similar surge na média, mas a partir de 2001, quando se inicia um período de queda nos valores. A partir desta data, a média é de R\$ 371,7 para uma média geral de R\$ 397,2, com uma redução no período de 14,1% sobre o ano de 2001.

A pouca variação da renda acreana (Gráfico nº 31) é um indicativo da grande participação do funcionalismo público, em que é menor a rotatividade de servidores e, por conseguinte, estabilidade nos salários. Porém com o esgotamento da capacidade deste em gerar novas vagas, a tendência é da renda média e mediana se reduzirem a níveis cada vez menores.

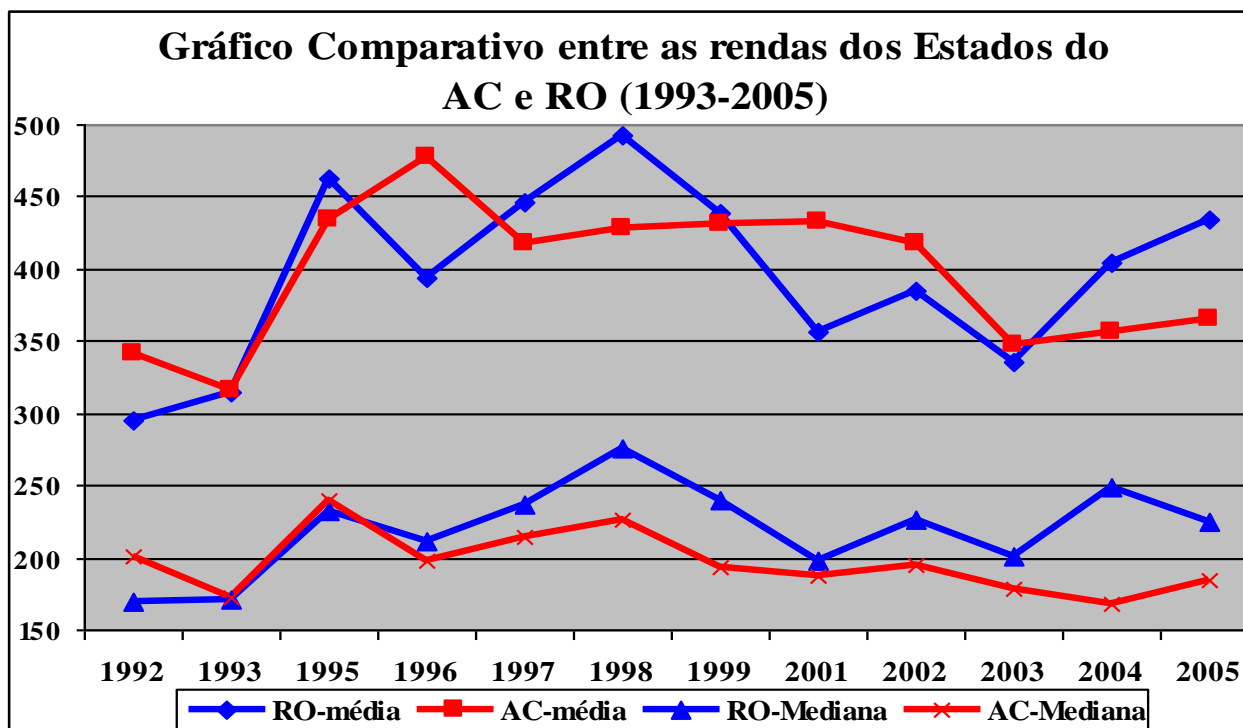
Segundos dados do IBGE/PNAD (2004), a participação de Pessoas Economicamente Ativas (PEA⁷⁸) com ganhos de até 1 salário mínimo (SM) sobre o total da amostra cresceu 11,5% entre 2001 e 2004, com um crescimento de 72,9% entre os sem renda e aumento de 4% em sua participação sobre o volume total.

Entre os com ganhos acima de um e menos de cinco SM houve uma redução de 8,7% na participação sobre o volume total, entre cinco e 10 SM houve redução de 44,9%, entre 10 e 20 caiu 50,5% e com mais de 20 SM caiu 68,8% em relação ao total de 2001 (Tabela nº 32). Vale salientar que no período estudado a população estadual cresceu 159%.

Os dados confirmam a queda da renda média do acreano apontados nos estudos do IPEA e da FGV. Contudo, a identificação dos motivos de tal redução fogem do escopo deste trabalho, exceto pelo fato de uma possível correlação com o FNO. Entretanto, como citado no começo do capítulo, estes dados não permitem a realização de correlação como as até aqui aplicadas.

⁷⁸ PEA: pessoas com mais de 10 anos de idade.

Gráfico nº 31: Comparativo das rendas dos Estados do Acre e Rondônia (1999-2006)



Fonte: Fundação Getúlio Vargas- FGV

O crescimento daqueles com renda até 1 SM seria algo a comemorar, caso não tivesse havido aumento entre os sem renda e a participação deste grupo no contexto geral também não tivesse se ampliado.

O somatório destes dados revela o empobrecimento da PEA no Estado entre 2001 e 2004 (vide Tabela nº 32). Além disso, é mais um indicativo de economia estagnada, na qual a entrada de novos trabalhadores no mercado não encontra acolhida entre junto aos geradores de empregos. Também confirma o esgotamento do Estado como principal empregador.

Tabela nº 32: Evolução da renda a PEA no Estado do Acre (1992-2004)

Ano	Total	Até 1 SM	+1 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	+ 20	S/renda	S/decl
2001	304.624	27.989	49.411	49.710	22.301	17.350	16.468	6.848	4.663	109.446	438
2002	320.240	39.205	53.677	51.710	22.914	18.997	14.017	6.785	3.318	108.862	755
2003	472.674	47.361	82.207	82.976	25.359	21.662	15.445	7.830	3.231	184.485	2.118
2004	484.688	51.399	90.829	83.775	21.570	24.509	14.426	5.396	2.316	189.284	1.184

Fonte: IBGE /PNAD-2004.

Se os dados forem agrupados em cinco grupos (Até 1 SM; 1 a 5; 5 a 10; 10 a 20; +20), constata-se que o grupo de menor renda cresceu sua participação no total (evolução de 11,5%),

enquanto todas as outras faixas encolheram suas participações (8,67%, 44,94%, 50,48%, 68,78%, respectivamente), conforme pode ser visto na Tabela nº 33:

Tabela nº 33: Evolução da renda da PEA (cinco grupos) no Estado do Acre (2001-2005)

Ano	Pop.	Até 1 SM	%	1 a 5	%	5 a 10	%	10 a 20	%	+20	%
2001	304 624	186 846	61,34	89 361	29,33	16 468	5,41	6 848	2,25	4 663	1,53
2002	320 240	201 744	63,00	93 621	29,23	14 017	4,38	6 785	2,12	3 318	1,04
2003	472 674	314 053	66,44	129 997	27,50	15 445	3,27	7 830	1,66	3 231	0,68
2004	484 688	331 512	68,40	129 854	26,79	14 426	2,98	5 396	1,11	2 316	0,48
Evolução¹	159,11	177,43	11,51	145,31	8,67²	87,60	44,94²	78,80	50,48²	49,67	68,78²

Fonte: IBGE /PNAD-2004. ¹ Percentual. ² Crescimento negativo.

Se o agrupamento for em apenas três grupos, considerando as faixas até 3 SM, 5 a 10, e mais de 10, excluindo os dados do grupo 3 a 5 SM da análise mas não do total, constata-se que a maioria esmagadora (90,1%) da PEA tem rendimento na faixa menor que três salários (Tabela nº 34). A classe média, aqui considerada como percebendo rendimentos na faixa entre 5 SM e 10 SM, participa com apenas 4,1% e a camada abastada com 1,6%. Se somadas, as duas revelam que a principal classe consumidora acreana é de apenas 5,7%. Ou seja, um mercado imperfeito.

Tabela nº 34: Evolução da renda da PEA (três grupos) no Estado do Acre (1992-2005)

Ano	Pop. Total	Até 3 SM	%total	5 a 10 sm	%total	+ de 10 SM	%total
2001	304 624	258 857	84,98	23 316	7,65	11 511	3,78
2002	320 240	276 368	86,30	20 802	6,50	10 103	3,15
2003	472 674	422 388	89,36	23 275	4,92	11 061	2,34
2004	484 688	436 857	90,13	19 822	4,09	7 712	1,59
Evolução %	159,11	168,76	6,07	85,01	- 46,57	67,00	- 57,89

Fonte: IBGE /PNAD-2004

Foram analisadas as correlações das rendas em relação aos totais do FNO, o volume para o setor agrário e as linhas **Proderur**; **Prodetur**; **Prodesin**; **PRONAF A**; **PRONAF C**; **PRONAF D**; **Promipec**; **Comserv**, cujos dados apresentaram pelo menos dois financiamentos para a série temporal do IBGE/PNAD (2004).

As correlações (Anexo nº 01, Quadro nº 20) para com o tamanho de cada grupo analisado revelaram correlação negativa entre os totais financiados e a faixa mais elevada de renda. Nas faixas de até ½ SM, entre ½ e 1 SM e 1 a 2 SM (estes grupos somente não-paramétrico) e 3 a 5 SM a correlação foi positiva. O volume aplicado teve portanto ação depletiva sobre as classes mais abastadas e melhorou as rendas das camadas menores.

As correlações com a evolução dos valores da renda por faixa de remuneração no Estado do Acre e os totais financiados pelo FNO (Anexo nº 01, Quadro nº 21) revela uma influência positiva nas faixas entre um e cinco SM e acima de 10 SM (todos os testes).

A linha **Comserv** apresenta repetição positiva apenas entre $\frac{1}{2}$ e um SM (Pearson e Spearman), indicando geração de vagas de baixo requisito intelectual. Nesse caso, os dados são relativos, pois esta linha concentra os maiores financiamentos no período posterior ao amostrado pela PNAD.

A **Proderur** tem correlação (não-paramétrica) com a faixa de 10 SM a 20 SM, o mesmo se dando com relação a **Prodesin** para 5 SM a 10 SM. Estas duas correlações seriam, de certa forma, já esperadas, pois são investimentos em propriedades maiores.

O total do FNO para o setor agrário teve correlação negativa para com os valores até $\frac{1}{2}$ SM (a camada mais baixa da população), tendo o PRONAF 'D' apresentado correlação negativa para com o grupo entre $\frac{1}{2}$ e 1 SM. Neste caso, é possível ter havido ampliação da renda entre produtores rurais, com reflexos imediatos dentre os sem renda. Esta pode ter sido uma correlação benéfica, mas carece de confirmação. As outras linhas apresentaram significância em apenas um teste e não foram consideradas.

Cabe ressaltar que O PRONAF 'D' teve ainda correlação negativa (não-paramétrica) com o grupo sem renda. Esta é a única relação negativa benéfica, pois se reduz a participação dos sem renda, amplia-se a renda em geral, incorporando-se pessoas ao sistema consumidor.

4.2.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DA RENDA

A análise da evolução da renda no Estado revela o empobrecimento da população no período estudado, com uma redução na 'classe média' e aumento das classes pobre e miserável (sem renda). A renda média apresenta uma curva decrescente a partir de 1996, caindo de R\$ 478,23 naquele ano para R\$ 364,76 em 2005. Isso implica em uma queda de 24%, sendo que a inflação acumulada no período medida pelo IPCA registrou 55,6%. Esse movimento de redução ocorreu após uma pequena oscilação ascendente.

Já a mediana apresenta quadro similar a partir de 1995, em que apresentou um valor de R\$ 239,38, sendo que 10 anos depois era de apenas R\$ 184,00. Neste caso, a redução foi de 23%. Com isso verifica-se que a economia local está estagnada desde meados dos anos 90.

Este dado comprova a afirmação de Amin (2002), quando este afirmou ter havido pouca ênfase ao desenvolvimento de uma economia de mercado. Da mesma forma, mostra a decadência da capacidade do recurso público (FPM, FPE e financiamentos para o Estado) de promover o crescimento da economia.

Em termos de correlação entre o FNO e a renda acreana, é possível afirmar que os investimentos na pequena propriedade são os que melhores resultados apresentam. Por outro lado, verifica-se a possibilidade do investimento na grande propriedade (rural ou não) não estar contribuindo para a geração de renda.

Isso está de acordo com o pensamento de Zara (2006), pois o crédito pode ter sido direcionado para quem já o tem. O FNO teve correlação baixa para com a renda estadual e não foi capaz de se correlacionar com a melhora necessária. Com isso e sem um programa de Estado voltado para o desenvolvimento, dificilmente o Acre poderá reverter sua condição histórica de miséria.

4.3.1 SETOR EMPRESARIAL

Neste item, a pretensão analisar a evolução do número de empresas registradas no Estado, sendo utilizada a nomenclatura oficial na distribuição por setores.

A série possui dados entre 1996 e 2003, sendo necessário proceder o ajuste entre este período e os dos financiamentos. Com isso, foi necessário excluir algumas linhas⁷⁹, pois as mesmas não tiveram valores liberados (ou foram menos de três) no período analisado. Foram considerados apenas os valores dos financiamentos nas correlações com as linhas **Proderur**; **Prodetur**; **Prodesin**; PRONAF 'A'; PRONAF 'C'; PRONAF 'D'; **Promicro**; **Proagrin**.

4.3.2 NÚMEROS DE EMPRESAS DA DIVISÃO DE COMÉRCIO

A divisão de Comércio possui três categorias, a saber: de veículos, motocicletas e comércio a varejo de combustíveis; por atacado e; varejista (Tabela nº 35). O gráfico nº 32 revela ser o total de empresas dependente da quantidade de empresas do nicho Comércio à Varejo. Os outros setores apresentam, durante o período amostrado, momentos tanto com curvas semelhantes quanto destoantes. Não é demais relembrar ser o comércio o principal empregador no Estado (43%), motivo desta análise em separado.

Tabela nº 35: Empresas na Divisão de Comércio no Estado do Acre (1996-2002)

Tipo de empresa \ Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Com Veicx Combust	74	80	74	107	100	101	118
Com Atac	41	37	64	83	86	96	85
Com Varejo	895	985	850	729	1 040	1 320	1 389
Total	1 010	1 102	988	919	1 226	1 517	1 592

Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Comércio

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 21) mostrou correlação principalmente entre o setor de atacado e varejo (entre estas e combustíveis/veículos somente no teste de Pearson). Nada de estranho neste dado, por ser um setor dependente do outro.

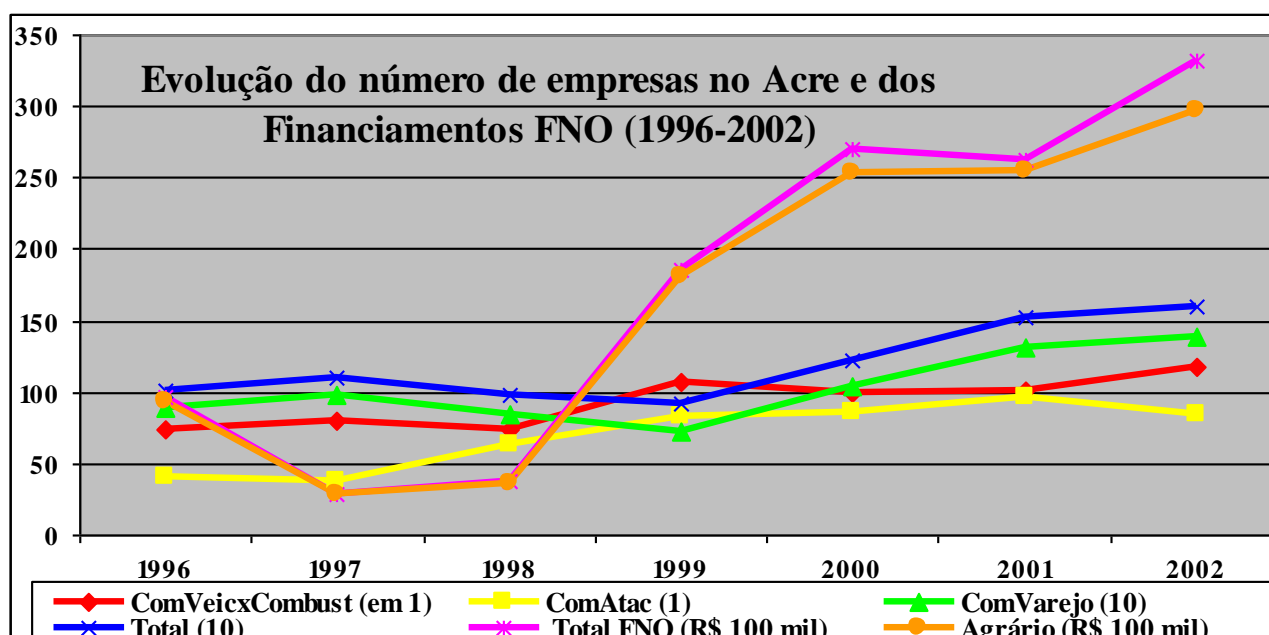
Em termos de linhas de financiamento, houve ligação principalmente para com o **Proderur** em todos os testes para o varejo e atacado para não-paramétrico, e com o

⁷⁹ Prodetur, Pronaf A, Pronaf B, Pronaf AC, Profloresta, Promipec, Comserv, Agropec, Expo-Feira, Pesca/Aqüic e Indústria.

comércio de combustíveis no teste de Spearman. A linha **Prodetur** com o varejo (Kendall) e atacado e varejo (Spearman).

A linha **Prodesin** teve correlação em ambos os testes não-paramétricos. Os volumes de financiamentos Totais e Agrário tiveram correlação com os três setores no teste de Pearson e Spearman (exceção deste para com comércio de combustíveis e os totais agrários). Já com relação ao teste de Kendall houve divergência, revelando correlação entre os totais e o varejo e o agrário com o atacado.

Gráfico nº 32: Empresas do Comércio no Estado do Acre e o FNO (1996-2002)



Fonte: IBGE - Pesquisa Anual de Comércio e dados da pesquisa

A linha **Comserv** só tem registros de financiamentos após 2002, enquanto a série do IBGE tem dados somente até esta data. É bastante provável que estudos baseados em dados mais atuais revelem correlação. Com relação a pouca correlação geral do setor de veículos, motocicletas e comércio a varejo de combustíveis, a explicação pode estar correlacionada com os dados da linha **Comserv**, pois é a partir de 2002 que cresce o número destas empresas, como pode ser visto nas fotos em anexo de postos de gasolina e lojas de veículos financiados pelo FNO.

A importância da linha **Proderur** revela ser o Acre um Estado ainda influenciado pelo setor agrário, mas principalmente pela grande propriedade (o que se encaixa nos elevados coeficientes de Gini).

É possível que devido ao fato desta classe dispor de maiores recursos financeiros se dedique mais ao consumo que a classe de pequenos produtores, que apesar de terem número maior de contratos, recebem muito menos em cada um deles, com menor espaço de manobra para outras compras (no caso de combustíveis e de veículos). Além disso, é pequena a quantidade de maquinário nas propriedades locais.

Por outro lado, é preciso ressaltar a força dos recursos investidos na indústria (**Prodesin**). A pressão exercida pelos recursos desta no setor de varejo é um indicativo de aumento no número de vagas ou no volume de salários, o que por sua vez pressionou o setor e obrigou a sua expansão e este, também por sua vez, pressionou o atacado.

A análise estatística revela principalmente uma correlação por conta do aumento do meio circulante no Estado expresso no aumento da demanda, pois todos os testes revelaram ligação positiva tanto para os totais quanto para o volume destinado ao setor agrário.

No caso deste, é conveniente destacar que o volume agrário é influenciado quase à metade com os recursos da pequena propriedade, mostrando a importância do montante e não do número de contratos. Isso se coaduna ao afirmado na análise do **Proderur**.

De maneira geral, os recursos do FNO foram benéficos para o Estado, senão nas linhas específicas, pelo menos no montante investido. O dado é mais um ponto a revelar a pobreza natural do Acre, no qual a produção de riqueza é pouco significativa e os recursos que movimentam a economia são externos.

4.3.3 EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS NO ESTADO DO ACRE

O setor empresarial como um todo foi analisado a partir de dados colhidos junto ao Cadastro Central de Empresas (IBGE-Sidra), sendo utilizada a classificação de atividades do próprio instituto.

A quantidade de dados exigiu uma adaptação, com o uso de abreviações ao invés da nomenclatura⁸⁰. Foram excluídos, em alguns momentos, os dados relativos ao setor Pesca e Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água, dado sua pouca expressão.

⁸⁰ A) Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; B) Pesca; C) Indústrias extrativas; D) Indústrias de transformação; E) Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; F) Construção; G) Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; H) Alojamento e alimentação; I) Transporte, armazenagem e comunicações; J) Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; K) Atividades imobiliárias, aluguéis

De maneira quase homogênea, as empresas apresentaram dados positivos no período estudado. Dos setores analisados, o destaque fica por conta o comércio, com 55,4% do número total de empresas, seguido de Outros Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais (12,0%), Indústrias de transformação (7,7%), Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas (5,6%) e Alojamento e alimentação (3,8%). Os demais setores tiveram registros abaixo de 3%.

Entre os setores com o maior número de empresas, os setores de comércio e transformação (8,8 % e 14,5 %, respectivamente) apresentam perda de participação percentual ao longo do período estudado e o destaque positivo é para o setor de serviços, com crescimento acumulado de 78,6%.

As maiores perdas de percentuais de participação sobre o total geral é dos setores Administração Pública, Defesa e Seguridade Social (provavelmente por conta da LRF) e do setor de Alojamento e do de Alimentação (23,4% e 18,1) e os maiores crescimentos foram Pesca (267,0%) e Serviços. Mesmo assim, é preciso ressaltar que em número de empresas aquele cresceu 46,7% e o de Alojamento e Alimentação cresceu 56,2%.

O setor de serviços (aqui considerado como o somatório dos setores E, H, I, J, K, M, N, O) tem um resultado interessante, com 30,1% do total de empresas. Porém, este dado se diluiu, pois entre estes estão a maior parte dos prestadores de serviços para o setor público. Mesmo assim, o crescimento acumulado deste conjunto de setores foi de 278,1%. É possível, neste caso, serem os efeitos do crescimento de setores como telefonia.

O setor que, em tese, realmente gera riqueza (A,B,C,D) fica com pífios 9% e uma redução da participação total de 1,4 p.p, embora com um crescimento de 255% em número de empresas no período (vide Tabela nº 36).

e serviços prestados às empresas; L) Administração pública, defesa e seguridade social; M) Educação; N) Saúde e serviços sociais; O) Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

Tabela nº 36: Evolução do número de empresas no Estado do Acre (1996-2003)

Setor	Ano								Participação (%)
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	
A	72	66	71	85	114	92	104	116	1,1
B	1	1	2	4	4	2	2	7	0,1
C	8	10	11	8	14	16	20	18	0,2
D	498	549	552	623	677	770	772	812	7,7
E	5	7	8	8	8	11	11	12	0,1
F	276	291	308	314	366	427	452	449	4,2
G	3 377	3 739	3 904	3 965	4 484	5 159	5 556	5 873	55,4
H	260	273	262	294	318	371	406	406	3,8
I	140	162	156	188	210	221	250	280	2,6
J	74	75	70	87	83	223	201	225	2,1
K	242	286	333	383	441	472	593	593	5,6
L	89	89	81	78	135	120	121	130	1,2
M	77	111	116	132	170	212	211	251	2,4
N	63	81	95	114	119	132	148	154	1,5
O	372	432	557	727	978	1068	1120	1267	12,0
Total	5 554	6 172	6 526	7 010	8 121	9 296	9 967	10 593	100,0

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

O setor Comércio; Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos tem de ser novamente analisado, pois neste caso é uma base de dados diferente e com resultados diferentes. Todavia, o dado (55,4%) é similar ao do emprego formal neste setor (43% do total). Os valores apenas confirmam a forte presença na economia do Estado. É preciso ressaltar ainda que a maioria dos produtos vendidos no Acre tem sua origem fora do Estado, reafirmando a “teoria do capital bumerangue”.

4.3.4 EMPRESAS LIGADAS AO SETOR PRODUTIVO

Como empresas diretamente ligadas ao setor produtivo foram consideradas: A) Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; B) Pesca; C) Indústrias extrativas; D) Indústrias de transformação.

A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 23) mostrou forte significância com os volumes financiados totais para o setor agrário, **Proderur** e PRONAF ‘A’ (todos os testes). As linhas PRONAF ‘C’ e ‘D’ e Proagrin somente nos testes não-paramétricos, mas a repetição em ambos torna o resultado importante para análise. Os dados revelam a importância do investimento agrícola no Estado.

Além disso, é um indicativo de melhor aproveitamento em termos de distribuição de renda, pois o volume de contratos nas linhas destinadas ao pequeno produtor⁸¹ é bem menor (valores por contrato), como analisado nos itens anteriores.

Em termos de percentuais do número de contratos, a pequena propriedade recebeu 92,4%, mas com apenas 36,9% dos recursos (Tabela nº 37). Estes índices reforçam a necessidade de ampliar o investimento na área rural para respostas mais rápidas e permanentes da economia como um todo.

Tabela nº 37: Distribuição de recursos do FNO no Estado do Acre (1995-2006)

Recursos FNO	Contratos	% Contratos	% Valores
Total de contratos rurais	16 156,00	98,28	81,42
Peq. Propriedade	15 188,00	92,40	36,88
Outras linhas de financ.	282,00	1,72	18,58
Total geral de contratos	16 438,00	100,00	100,00

Fonte: Dados da pesquisa

Os dados revelam que a atual base produtiva é pequena e incapaz de sustentar crescimento, seja econômico ou social. É preciso ressaltar ter havido forte correlação (1%) entre o somatório de todos os setores e o crescimento dos desmates no Estado.

A questão passa a ser então até que ponto (quando) e onde poderão ocorrer os desmates para que haja a geração de riqueza. Além disso, some-se o fato de que este modelo não tem trazido melhoria nas condições de vida para a população.

Outro ponto é a necessidade urgente do Acre sair de sua crônica e histórica preferência pela extensão de terras, modelo ainda influenciado no tamanho dos seringais e que até hoje influenciam negativamente nos índices de Gini. O Estado precisa passar para o aproveitamento intensivo de seu potencial, ampliando produtividade e não produção.

Tanto em termos de agropecuária quanto de produtos madeireiros existe espaço para o aumento da produtividade e do aumento da agregação de valores. Um deles é o beneficiamento dos produtos na própria região, pois atualmente ainda é um Estado exportador de matéria prima e importador de produtos acabados, como referido anteriormente.

A linha **Promicro** (em todos os testes) teve correlação negativa para com os setores C e D (todos os testes), algo difícil de explicar. Uma das respostas pode ter sido por conta de muitos pequenos empresários terem abandonado os setores e migrado para outros, como o comércio ou

⁸¹ Neste caso, foram consideradas só as linhas PRONAF A; PRONAF A-C; PRONAF B; PRONAF C; PRONAF D.

serviços. Aquele é o principal empregador e com o maior número de empresas e este devido ao crescimento de sua participação no total de empresas, mas isso carece de confirmação.

4.3.5 SETOR DE SERVIÇOS

Neste grupo, são considerados os setores E, H, I, J, K, M, N, O⁸². A análise estatística (Anexo nº 01, Quadro nº 24) revela, primeiramente, que os volumes investidos pelo FNO no Estado (totais e no setor agrário) foram positivamente significativos (todos os testes) com todos os componentes deste grupo.

Os Desmates tiveram correlação positiva com as linhas H, I, K, M, N, O no teste de Pearson e para as linhas N e O no de Kendall. Neste caso, o dado é inconclusivo, pois estes setores não têm correlação direta conhecida com a evolução dos desmates. Pode ser correlação espúria, mas pode ter sido o resultado do aumento da demanda e isso ter gerado pressão negativa sobre a hiléia. Da mesma forma, um outro ponto é a possibilidade de que recursos destinados para os setores terem sido desviados para aplicação na área rural e isso, por sua vez, tenha pressionado os desmates.

As linhas **Proderur** e PRONAF 'A' foram altamente significativas para com a evolução da demanda dos serviços elencados, confirmando o raciocínio de que os recursos investidos no setor rural trazem ganhos rápidos sobre o meio urbano. É possível também que as pressões positivas tenham ocorrido por conta do aumento do dinheiro circulante, principalmente entre as classes mais abastadas, elevando a demanda por serviços.

A linha **Prodesin** teve correlação positiva apenas nos testes não-paramétricos, com destaque para 'M' em ambos (I, J, N e O somente pelo teste de Spearman). Os dados reforçam o raciocínio da importância dos investimentos rurais, em que pese os valores mais significativos no comércio (**Comserv**) serem posteriores ao período amostrado pelo IBGE.

A linha **Promicro** revela novamente forte correlação negativa com quase todos os setores e em todos os testes (exceção para 'N' e 'O' no teste de Pearson), merecendo estudos posteriores e mais acurados (como a partir dos contratos)

⁸² E) Produção e distribuição de eletricidade, gás e água; H) Alojamento e alimentação; I) Transporte, armazenagem e comunicações; J) Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; K) Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; M) Educação; N) Saúde e serviços sociais; O) Outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

A análise dos resultados destes setores reforçam a evidência do Acre ser um Estado sem economia própria, dependente sobretudo dos recursos públicos em todas as três esferas. Por outro lado, a evolução do setor de serviços revela a aplicação local de uma tendência mundial.

As correlações estatísticas mostram que, neste caso, o FNO foi importante para o crescimento do volume de empresas no Estado. A isso se some o fato de ainda não estarem contidos os dados da principal linha comercial – **Comserv**.

Da mesma forma, os recursos investidos no setor agrário mostram a força deste, principalmente ao se verificar forte correlação com os investimentos em linhas como o PRONAF ‘A’, seja no setor de Serviços ou no ‘produtivo’.

4.3.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE EMPRESAS

De maneira geral, a onda de ampliação do setor de serviços como principal fonte econômica foi detectada no Acre. Mas por outro lado, mesmo com a restrição imposta pela LRF, o Estado ainda mantém seu poder e influência na economia local.

Da mesma forma, o setor agrário ainda se revela como sendo uma força considerável e capaz de influenciar no desenvolvimento. Para isso é preciso ampliar a base produtora e melhorar os níveis de acabamento dos produtos locais, de forma a torná-los competitivos. Outro fato é que o investimento na área rural, notadamente a pequena propriedade, é capaz de melhorar os indicadores econômicos e sociais urbanos.

Em termos de FNO, este representou um alento para uma economia estagnada e sem muitas perspectivas, exceto de abastecer o setor público e seus funcionários. No caso do setor empresarial, o FNO conseguiu atingir, em parte, seus objetivos, fomentando e apoiando o surgimento de novas empresas.

Por outro lado, quando conjugado com os outros dados analisados neste trabalho, este ganho finda por se revelar um concentrador de renda. Sem uma política de desenvolvimento e de inclusão social permanente, os investimentos servirão apenas para ampliar as assimetrias entre as camadas sociais, em que pese o fato de todas elas apresentarem problemas.

CAPÍTULO V

(CONSIDERAÇÕES FINAIS)

“que não seja o Acre somente um corredor verde de exportações dos produtos oriundos de outros Estados”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é preciso destacar o fato de que até o ano de 2001, os valores destinados ao setor agrário e o restante foram similares, mas a partir disso há um descolamento entre os volumes com um crescimento maior deste que daquele. Isso mostra uma tendência de crescimento dos investimentos urbanos, os quais, por sua vez, foram concentrados na capital acreana e seu entorno.

A linha de tendência mostra que, mesmo tendo crescido os valores de forma similar, esse distanciamento se mantém. Contudo as produções agrárias mostraram ampliação nos últimos anos, o que pode ser um reflexo direto do maior volume de recursos aplicados.

Provavelmente os recursos liberados tiveram correlação com o crescimento de alguns setores não diretamente ligados às linhas, sendo fato de que os recursos na pequena propriedade trazem benefícios rápidos para o setor urbano, Isso é uma justificativa a mais para concentrar os recursos nestas linhas. Reforça ainda a necessidade de ampliar os recursos rurais como forma de melhorar os indicadores urbanos.

Um dado preocupante é o fato do índice de Gini ter crescido tanto no Acre quanto no Amapá. Em Rondônia, acusado de ser o Estado onde há a maior predação ambiental, o índice de Gini se tornou similar ao de Santa Catarina, um dos modelos para o país.

Isso representa dizer que a forma de exploração predatória sobre os recursos naturais teve uma correlação inversa com o nível de miséria. Com isso, ou se amplia a forma de gerar renda de forma sustentável na região ou o discurso neoliberal se fará dominante. Afinal, é muito fácil se desenvolver à custa de um imenso passivo ambiental.

O fato é que existe um *trade off* entre desenvolvimento e preservação. Assim, o Acre precisa encontrar sua especialidade em termos de produção e esta ser capaz de fomentar o crescimento econômico aliado ao uso correto do ambiente, tendo como objetivo a justiça social.

Entretanto é possível afirmar que nos momentos em que houve um real interesse e coadunação das ações, o FNO teve correlação com o crescimento de setores. Este foi o caso da pecuária leiteira e de corte e mesmo sobre o número de empresas de alguns setores.

Contudo, isso ainda é pouco para promover o desenvolvimento. É claro que não se pode depositar somente no FNO/Banco da Amazônia a responsabilidade do (in)sucesso local. Todavia o fundo provou que, se bem conduzido, pode ser um excelente instrumento de

fortalecimento do desenvolvimento local. Além disso, os volumes liberados exerceram uma pressão positiva na economia acreana.

Não se pode negar o fato do FNO ter disponibilizado recursos importantes à região, mas o elevado coeficiente de variação revela não terem sido estáveis. No entanto, há que se concordar que, sejam como forem, são extremamente necessários para investimentos nos setores produtivos da Região Amazônica, dada a escassez de recursos acessíveis.

Da mesma forma, não se pode olvidar o fato do FNO ser um instrumento de política econômica alternativo para pequenos produtores rurais e pequenas indústrias por conta do difícil acesso ao crédito e incentivos fiscais. Porém, os dados revelam que, do montante, relativamente pouco chegou a este público. Com isso, ao invés de dirimir desigualdades intra-regionais, estas se ampliaram, pois os recursos foram concentrados na região mais rica - ou menos miserável para se usar uma terminologia mais adequada.

O fundo reforçou a tendência de concentração dos investimentos em locais mais fortes economicamente, o que robustece a necessidade de melhorar a alocação geográfica com vistas ao desenvolvimento regional e equânime. Além disso, é bastante provável que nem mesmo as diferenças para com as regiões mais desenvolvidas do país tenham se reduzido.

Se um dos objetivos do Fundo é financiar o investimento produtivo, não se deveria ter destinado mais da metade dos valores urbanos para o setor de comércio e serviços. Se os recursos se destinam exclusivamente ao setor produtivo, isso não encontra eco no comércio, embora isso tenha atendido aos anseios da ‘cruel lógica dos mercados’.

Outro ponto é a necessidade de fomento à substituição de artigos importados. Portanto, não seria adequado, em nossa visão, uma instituição bancária ‘desperdiçar’ recursos escassos e importantes para o desenvolvimento aplicando-os no setor de comércio.

Assim, uma das saídas poderia ser a implantação de uma política de substituição de importações como forma de estimular o desenvolvimento local. Se não aproveitar os recursos do FNO para melhorias e ampliação no parque industrial e a produção de mercadorias com alto valor agregado, o Estado pode estar sendo condenado a uma condição de miserabilidade *ad eternum*, mesmo estando sobre uma imensa riqueza biológica.

Desta forma, como citado acima, a concentração de mais 50% dos recursos urbanos (9,4% do total geral, 0,53% dos contratos, com média de R\$ 457 mil – 1995/2006) no setor de comércio e 45% na grande propriedade rural (5,55% dos contratos, R\$ 212 mil de

média/contrato) revela o atendimento da lógica de mercado e da demanda. Esse aspecto é mais uma prova de que o capital não está sujeito à regulação do Estado ou do “Mercado”, ao invés disso é ele que regula ambos.

Da mesma forma, a concentração dos recursos na região da Capital mostra que o atendimento ao conjunto do funcionalismo público é aquele que maior pressão exerce na lógica bancária, pois estes representam a principal força econômica do Estado. Logo, verifica-se ter o crescimento sido entregue às ‘mãos do mercado’ e do capital, o que aumentou as desigualdades acreanas.

Por outro lado, também não houve aumento da produtividade, nem foram gerados novos postos de trabalho (ao menos no nível adequado) e sequer melhorada a distribuição de renda.

Com base nos estudos aqui apresentados, é bastante possível que o FNO tenha contribuído para o abandono da agricultura familiar e para a migração de agricultores assentados para o setor pecuário. Mesmo assim, os recursos do FNO chegaram na pequena propriedade e, com relação a este dado, atingiram seu objetivo.

É provável ter havido desvio de recursos destinados aos setores comerciais (**Comserv, Promipec e Prodesin**) para investimentos na pecuária de corte. Isso se comprova devido ao fato do volume total de recursos investidos ter sido condicionante da evolução positiva do rebanho. Logo, o FNO foi de suma importância para o crescimento do rebanho bovino no Estado do Acre, com correlação estatística direta.

Todavia, o FNO não foi nem mitigador social ou indutor do desenvolvimento, pois o grande mitigador social no Estado tem sido a distribuição de bolsas⁸³, as quais já atingem cerca de 50 mil famílias no Estado. Se for projetado para a quantidade média de cinco pessoas por família, têm-se aproximadamente 250 mil pessoas (41,7% de uma população de aproximadamente 600 mil) sendo beneficiadas com estes mitigadores.

Assim, é bastante possível que a estratégia de concentração das liberações dos recursos não esteja contribuindo para evolução da economia regional. Para que isso aconteça, é preciso uma mudança do modelo tradicional de financiamento empregado, na qual a vinculação da liberação de financiamentos seja condicionada a participação em cursos de formação empresarial, seja para o setor urbano ou rural.

⁸³ Bolsa família; erradicação do trabalho infantil; vale gás; bolsa escola; adjunto da solidariedade; entre outras.

Estes cursos podem ser ofertados pelo Estado (União, Estado ou prefeitura) ou mesmo pelos órgãos ligados aos setores (Senac, Senar, Sest, Senai, Sebrae) ou, ainda, pela união de todos estes em um projeto de desenvolvimento regional.

Da mesma forma, é provável que o problema da desigualdade não tenha se dado por falta de recursos, mas sim pela dificuldade do acesso a estes. Logo, a qualidade do desenvolvimento regional será maior se houver planejamento e organização social, ou seja, o sistema econômico é mera função da organização social. É preciso então ampliar o acesso de micro e pequenos empresários ou produtores aos recursos, seja na forma de campanhas de mídia ou mesmo aumentando a rede de atendimento pode melhorar os resultados.

O FNO foi, no período estudado, a aplicação de uma política de Estado, cujas ações principais no Acre se deram em função das classes mais abastadas e da concentração de recursos (regional e social). Todavia, se o Banco da Amazônia falhou na aplicação do FNO, quem falhou na verdade foi o Estado ao não conseguir promover o desenvolvimento em sua dimensão maior (melhoria das condições de vida da população). O FNO é uma política de Estado baseada em recursos do povo, cujo resultado de sua aplicação no Acre foram benefícios de uma minoria, tendo como resultado a concentração de renda.

Para tentar minimizar este resultado, uma saída seria a existência de atendimento em todas as cidades, juntamente com a distribuição dos recursos, de forma a desconcentrar os investimentos, tendo como base o IDH e a população. Esta ação tem de ser rápida, pois quanto maior a demora, maior será a intervenção, por conta da maior concentração permanente de renda.

No tocante à aplicabilidade da hipótese do ‘capital bumerangue’, esta é um dos principais problemas, pois no Acre pouco tem ficado em definitivo dos recursos investidos. Sem indústrias fortes ou mesmo setores importantes para a economia nacional, com pouco emprego formal – indicativo de forte presença de seu oposto informal, o Acre seria apenas o destino de mercadorias produzidas em outros estados. Isso gera IR e IPI, cuja cota parte é repassada ao FNO e retorna quando da aquisição de novas mercadorias financiadas.

Não obstante, da forma como estes valores do fundo vêm sendo aplicados, não geram desenvolvimento, pois este está sendo produzido nas regiões nas quais os materiais adquiridos são industrializados. A teoria do ‘capital bumerangue’ pode ser aplicada ainda à questão dos repasses do FPE e FPM, bem como aos financiamentos a partir de outras fontes

federais, uma vez que estes findam por atuar de forma semelhante ao FNO, retornando para os locais onde são gerados, ou seja, no Centro e Sul do país.

Dessa forma, o Estado do Acre precisa definir suas principais vocações produtivas e, a partir de então, o banco poderá investir de forma coordenada com os interesses da sociedade. Sem isso, dificilmente conseguirá romper o ciclo de miséria a que tem estado atrelado, visto que o foco no extrativismo tende a concentrar renda, sem gerar desenvolvimento.

Além do mais, a opção pelo desenvolvimento local tem de passar pela decisão dos que ali vivem e trabalham. Uma opção poderá ser a distribuição dos recursos com base na fórmula aqui apresentada, em que os recursos sejam proporcionais à população local e ao IDH.

Ressalte-se ainda que a aplicação ocorreria com critérios definidos nos municípios, com participação social. Nestes, haveria uma demarcação local, definidora dos parâmetros para o plano Estadual de Desenvolvimento, que por sua vez passariam a integrar a definição dos objetivos regionais e nacionais. Com a participação popular, haverá capital social, algo essencial para se desenvolver um local/região. Todavia, somente será sustentável se houver um planejamento local e estadual sincronizados com o macro regional.

O desencontro das liberações com as realidades populacionais e econômicas regionais apontam para um possível descompasso entre o planejamento do desenvolvimento regional recomendado (e presente nos fundamentos do programa do FNO) e aplicação/liberação dos recursos.

Este descompasso pode estar ocorrendo em função da administração do fundo ser feita pelo Banco da Amazônia, uma instituição federal e técnica e dentro dos princípios bancários, enquanto o planejamento das atividades produtivas ocorre na esfera estadual, sujeita a pressões políticas.

Em relação às hipóteses iniciais do presente trabalho, não foi possível confirmar se o Banco da Amazônia realmente buscou contribuir para o desenvolvimento regional, uma vez que, com relação às liberações de recursos, é fato que estas sozinhas não são o suficiente para o desenvolvimento, pois tudo deve ser definido a partir de uma política macro estadual.

Todavia, não basta apenas injetar recursos. É preciso apoio para a formação ou atração de empresários identificados com a região, além de apoio do Estado no que diz respeito ao escoamento (infra-estrutura) e a viabilização de mercados, principalmente para produtos acabados de origem local e cujo processo de produção não represente agressão ao ambiente (diacronismo).

Sobre a possibilidade dos financiamentos FNO servirem para ampliar a concentração de renda, com a forma de liberação tendo sido desvirtuada, isso foi um fato. O trabalho mostrou que os recursos foram apropriados em sua maior parte pela classe dominante. Esta se valeu tanto do Estado, como do banco. Da mesma forma, concluiu-se que os recursos foram concentrados geograficamente e isso pode estar levando ao fortalecimento da deseconomia de aglomeração no entorno da capital - Rio Branco.

Sobre os PRONAFs, estas linhas têm todas as características de serem microcréditos, cujo volume de financiamentos são insuficientes para alterar o quadro de abandono da agricultura, promovido por parte do Executivo Estadual. A isso se some o fato de que mesmo dentro desta os recursos foram apropriados pelos maiores proprietários.

Os investimentos centrados na grande propriedade pecuária e no comércio (54,4% do total de recursos e 6,1% dos contratos) estão muito próximos aos dados de Kumar (2005) apud Zara (2006).

Se essa concentração dos recursos nestes setores for associada a uma indústria baseada no extrativismo florestal, em que os ganhos principais são apropriados pela madeireira e principalmente pela indústria final, dificilmente o Acre será conduzido ao desenvolvimento nos termos de Putnan, Sachs e Sen. No máximo, vai ampliar o PIB, mas o resultado será uma deseconomia de aglomeração ainda maior em Rio Branco e uma miséria generalizada no restante do Estado, concentrada principalmente nos bolsões (cinturões) de miséria distribuídos uniformemente por todos os municípios acreanos.

Por fim, é preciso salientar que os indicadores sociais (índice de Gini-2005, IDH-2003 e a Insegurança Alimentar-IBGE/PNAD, 2004) revelam o fracasso do projeto de desenvolvimento traçado para o Estado e, neste caso, pouco o FNO pôde fazer. A mudança de paradigma se faz necessária ou pouco se pode esperar do futuro para o Acre que não seja ser um corredor verde de exportações dos produtos manufaturados de outros Estados.

BIBLIOGRAFIA

ACRE, Governo do Estado. **Programa Estadual do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre: recursos naturais e meio ambiente – documento final**. Rio Branco: SECTMA, 2000. Vols. I, II e III.

_____. **Acre em números**. Rio Branco: Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico Sustentável – SEPLANDS / Gerência de Estudos e Pesquisas Aplicadas a Gestão – GEPAG, 2005.

AGRA, N. G. SANTOS, R. F. dos. **Agricultura Brasileira: situação atual e perspectivas de desenvolvimento**. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/zipados/agra.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2006.

ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. **Capital social e empreendedorismo local**. Rede de Sistemas Produtivos e Inovativos Locais. Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de MPME. FIPEP/SEBRAE/CNPq/UFRJ, Setembro, 2002. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>>. Acesso em: 04 jan. 2008.

ALEXANDRE, M; et al. **Distribuição Regional do crédito bancário e convergência no crescimento estadual brasileiro**. Versão revisada; Setembro de 2006. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/static/aberto/complementos/880/estudobancos_usp.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2007.

ALMEIDA, M. F. et al. **Uma análise dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO)**. IPEA. Texto para discussão nº 1206. Brasília, DF, agosto, 2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2006/td_1206.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2007.

ALVES, M. B.; MARTINS, A. N. **A formação e o desenvolvimento dos centros e sistemas urbanos**. CIRIUS - Centro de Investigações Regionais e Urbanas/ Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Economia e Gestão. Série Didática. Documento de Trabalho nº 5/2001. Disponível em: <<http://www.dge.ubi.pt/pguedes/ISEG5.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2007.

AMAZÔNIA: ciência e desenvolvimento. **Amazônia: CI & Desenvolvimento**. Belém, v.1, n.1, jul/dez. 2005. Disponível em: <www.bancoamazonia.com.br/pesquisas.htm>. Acesso em: 12 jun.2006.

AMIN, M. M. Situação da pecuária na Região Norte: Tendências e Perspectivas. In: SANTANA, Antônio Cordeiro de (Coord.). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. Belém-Pa.: M&S, 2002. 623 p.

AZZONI, C. R. Sobre a necessidade de uma política regional. In: KON, Anita. **Unidade e Fragmentação: a questão regional no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002. p.17-43.

BARONE, F. M.; ZOUAIN, D. M. O Papel do Estado como Formulador e Indutor de uma Política Pública de Acesso ao Crédito como Ferramenta de Combate à Pobreza e Inclusão Social. CONGRESSO INTERNACIONAL DO CENTRO LATINO AMERICANO DE

ADMINISTRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO (CLAD) SOBRE REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, 9., Madrid, 2004. **Anais...** Madrid: Instituto Nacional de Administração Pública (INAP), 2004. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/img/ilustra/2005/mai/barone.doc>>. Acesso em: 07 fev. 2007.

BANCO DA AMAZÔNIA; IPEA E ANPEC. **Projeto de Contribuição ao Desenvolvimento dos Principais Arranjos Produtivos Locais Potenciais dos Estados da Amazônia**. 2002. Disponível em: <http://www.bancoamazonia.com.br/bancoamazonia2/includes/institucional/arquivos/biblioteca/artigos/arranjosprodutivos/CLUSTER_ACRE.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

BANCO DA AMAZÔNIA. **Crédito Rural PRONAF A**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link13.htm>>. Acesso em: 12 maio 2006.

_____. **Crédito Rural PRONAF A/C**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link15.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. **Crédito Rural PRONAF B**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link14.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

_____. **Crédito Rural PRONAF C**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link16.htm>>. Acesso em: 12 maio 2006.

_____. **Crédito Rural PRONAF D**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/rural/link17.htm>>. Acesso em: 12 maio 2006.

_____. **Desenvolve Amazônia**: Plano de Aplicação dos Recursos para 2006 - Estado do Acre. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/desenvolveamazonia.htm>>. Acesso em: 12 maio 2006.

_____. **FNO: Origem e Características**. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/fno.htm>>. Acesso em: 12 maio 2006.

BASSAN, D. S.; SIEDENBERG, D. R. Desenvolver buscando a redução das desigualdades. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMAN, Milton L. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003. p.395.

BECKER, D. F.; WITTMAN, M. L. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003. p.395.

BECKER, D. F. Introdução. In BECKER, Dinizar F.; WITTMAN, Milton L. (orgs.). **Desenvolvimento regional**: abordagens interdisciplinares. Santa Cruz do Sul: Edunisc. 2003. p.395.

BENAYON, A. **Globalização versus desenvolvimento**. São Paulo: Escrituras, 2005.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta**: O financiamento da agricultura familiar no Brasil. Dissertação (Mestrado). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Campinas – SP, 2003. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000307081>>. Acesso em: 17 jul. 2006.

BITTENCOURT, G. A.; ABRAMOVAY, R. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. **Revista Economia Ensaios**, v.16, 2003. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2003/Inovacoes_institucionais>. Acesso em: 31 jul. 2007.

BORGES, A. Ética Burocrática, Mercado e Ideologia Administrativa: Contradições da Resposta Conservadora à "Crise de Caráter" do Estado". **Dados**, Rio de Janeiro, v.43, n.1. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php/lng_en>. Acesso em: 07 jun. 2006.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: Cavalcanti, Clóvis (Org.) **Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério da Educação, Governo Federal, 1994. p. 262. Disponível em la World Wide Web: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acesso em: 13 nov. 2006.

BUAINAIN, A. M; ROMEIRO, A. R.; GUANZIROLI, C. Agricultura Familiar e o Novo Mundo Rural. **Sociologias**, Porto Alegre, v.5, n.10, jul/dez. p.312-347, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18723.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2007.

CALZAVARA, B. B. G. **Recomendações Básicas (Açaizeiro)**. Belém-Pará: Embrapa/CPATU, 1987. mimeo.

CAMPOS, Í. **A Sustentabilidade da Agricultura na Amazônia. Produto parcial suscitado pela pesquisa sobre desenvolvimento agroindustrial na Amazônia, em desenvolvimento no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará - UFPA**. 13p. Sem data. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/agricultura_meio_ambiente/Indio%20Camp os.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

CAMPOS, R. F. de. **PRONAF: índices de financiamento e características da distribuição do crédito rural no Brasil de 1996 a 2001**. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola. Campinas-SP. 2004. Disponível em: <<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000338044>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

CARVALHO, D. F. Financiamento do FNO e seus impactos financeiros e socioeconômicos na indústria da Região Norte. In: SANTANA, Antônio Cordeiro de (Coordenador). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. Belém-PA.:M&S, 2002. 623 p.

INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. **Produtor de Arroz**. 2. ed. Fortaleza: Ed./Demócrito Rocha; Ministério da Ciência e Tecnologia. 2004. 56 p.

_____. **Produtor de Mandioca**. 2. ed. Fortaleza: Ed./Demócrito Rocha; Ministério da Ciência e Tecnologia. 2004. 72 p.

_____. **Produtor de Milho**. 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha; Ministério da Ciência e Tecnologia. 2004. 56 p.

COSTA, F. A. O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia: pressupostos conceituais para uma nova institucionalidade. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**. Belém, v.1, n.1, jul./dez. p.181-195, 2005.

COUTINHO, C. N.; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil, um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1994.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos. **Banco da Amazônia S.A.: Missão Institucional e Desempenho Econômico-Financeiro** (Texto n.º 30/99, Linha Bancários). Subseção FENAE, Brasília, outubro de 1999. Disponível em: <<http://www.cnbcut.com.br/dieese/BASA-missao%20e%20situa%C3%A7%C3%A3o%20econ-financ.doc>>. Acesso em: 01 ago. 2007.

ECO, U. **Como se faz uma Tese**. 18.ed. São Paulo-SP: Perspectiva, 2003.

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Suíno e Aves. **Tabela de composição química e valores energéticos de alimentos para suínos e aves**. 3. ed. Concórdia: Embrapa-CNPSA. 1991. 97 p. (Documentos 19)

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Ed.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

EVANS, P. O Estado como problema e solução. **Lua Nova**, São Paulo, n.28/29, 1993.

FERREIRA, A. M. M.; SALATI, E. Forças de transformação do ecossistema amazônico. Dossiê Amazônia Brasileira II. **Estudos avançados**, São Paulo, v.19, n.54, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000200003>. Acesso em: 12 jul. 2006.

FERREIRA, J. A.; CARDOSO, J. L. Papel Do Conselho Municipal De Desenvolvimento Rural: a experiência de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n.1, jan. 2004. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/OUT/publicacoes/pdf/tec2-0104.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2007.

FERREIRA, M. N. C. Os Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre o Setor Agrícola Paraense. Notas Técnicas. Setembro, 2002. **Amazônia: Ciência & Desenvolvimento**, Belém, v.1, n. 1, jul./dez. 2005

FERREIRA, M. N. C.; MENDES, F. A. T. Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a agricultura paraense no período de 1900 a 1999. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Brasília, DF: SOBER, 2003. Disponível em: <<http://www.bancoamazonia.com.br/download/ArtigoFNO1.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

FERREIRA, M. N. C.; MENDES, F. A. T. Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) sobre a dinâmica agrícola e relações sociais de produção no meio rural paraense. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 40., 2002, Passo Fundo. **Anais...** Brasília, DF:SOBER, 2002.

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Diagnóstico Geoambiental e Sócio Econômico. PMACI I:** área de influência da BR 364 – Trecho Porto Velho Rio Branco. Rio de Janeiro, 1990.

FLEISCHFRESSER, V. O Papel do Estado nos Esforços de Promoção do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Brasileira. **R. Paran. Desenv.**, Curitiba, n. 102, p. 29-49, jan./jun. 2002. Disponível em: <www.ipardes.gov.br/publicacoes/revista_pr/revista_pr_102.htm>. Acesso em: 14 jul. 2006.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: EDUNESP, 1997.

FREITAS, R. **Brasil:** Reestruturar o Estado, uma missão possível. Disponível em: <<http://www.galizacig.com/index.html>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. 89p. (Coleção Cultura).

GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. **Novas Fontes de Recursos, Propostas e Experiências de Financiamento Rural**. Texto Para Discussão N.º 392. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Brasília-DF, Dezembro de 1995. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/1995/td_0392.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

GASQUES, J. G.; SPOLADOR, H. F. S. **Taxa de juros e políticas de apoio interno à agricultura**. Texto para Discussão Nº 952. Instituto de Economia Aplicada-IPEA. Brasília, abril de 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0952.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. 2004. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GOMES, A. P.; BAPTISTA, A. J. P. S.; NETO, A. C. Disparidades regionais na estrutura produtiva agrícola Mineira. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício (Eds.). **Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais**. Viçosa, MG, 2005. 465 p.

GOMES, G. M.; VERGOLINO, J. R. **Trinta e Cinco Anos de Crescimento Econômico na Amazônia (1960/1995)**: Texto para discussão no 533. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/IPEA, 1997. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0533.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

GRAÇA, H. A estratégia de desenvolvimento com clusters: a experiência do Banco da Amazônia. **T&C Amazônia**, v. 2, n.4, p.56-63, abr. 2004. Disponível em: <https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed004_056_063.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

GUANZIROLI, C. E.; DI SABBATO, A. **A Importância das Atividades Agropecuárias Na Formação Da Renda Dos Agricultores Familiares**. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 2000. Disponível em: <<http://www.iesa.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=437>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

GUIMARÃES NETO, L. **Desigualdades e Políticas Regionais no Brasil: Caminhos e Descaminhos. Planejamento e Políticas Públicas**. Nº 15 - Jun / 1997. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp15/leonardo.pdf>>. Acesso 14 jul. 2006.

GULLO, M. C. R. **Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais-Feaper: uma análise dos 10 anos, com ênfase no problema da inadimplência**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande Do Sul. Porto Alegre –RS, 2001. Acesso em: 14 jul. 2006.

HOLANDA, M. C. et al. **O desafio da construção de uma política de desenvolvimento social operacional: a experiência do Ceará**. Governo do Estado do Ceará/Secretaria do Planejamento e Coordenação (SEPLAN)/Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE): Texto Para Discussão Nº 17. Fortaleza-CE, 2004. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_21.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2006.

HOMMA, A. K. O. Sinergia de mercados como indicador para aplicação dos recursos do FNO na Amazônia. In: SANTANA, Antônio Cordeiro de (Coord.). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: M&S, 2002. 623 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Diretoria de Pesquisas-Coordenação de Trabalho e Rendimento- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004**. Disponível em: <http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2004/Suplemento_Alimentar/Unidade_Federacao/acre.zip>. Acesso em: 20 jun. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Sistema SIDRA**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=10&i=P>>. Acesso em: 13 set. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cadastro Central de Empresas 1996-2003**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13 set. 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Sistema PRODES**. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2005.htm>. Acesso em: 14 ago. 2006.

JAYME JR, F. G.; CROCCO, M. **Política Fiscal, Disponibilidade de Crédito e Financiamento de Políticas Regionais no Brasil - Versão Preliminar Para Discussão**. Belo Horizonte: Departamento de Economia e Cedeplar-UFMG, 2005. Disponível em: <<http://www.economia.ufpr.br/publica/textos/2005/JaymeJreCrocco.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

LIMA, M. F. **O Acre – Seus aspectos físicos e geográficos, sócio-econômicos, histórico e seus problemas**. [S.l.:s.n.], sd.v.1

MANTEGA, G. **Discurso do ministro na Mesa Nacional de Negociação Permanente**. [S.l.:s.n.], 16/06/2003. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/noticias/discursos/guido/discurso_guido_mesa_negociacao.htm>. Acesso em: 12 jul. 2006.

MARTINELLO, P. A. A “batalha da borracha” na segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o vale amazônico. **Cadernos da UFAC: Série “C”**. Rio Branco, Acre, 1988.

MATOS, R. **Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço**. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/r12/matos.doc>. Acesso em: 07 ago. 2007.

MATIAS, V. R. S. Organização produtiva recente do território brasileiro a partir da indústria e agricultura e suas implicações na distribuição da população. **Caminhos de Geografia - revista on line**. 2005. Disponível em: <http://www.ig.ufu.br/revista/volume14/artigo1_vol14.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2007.

MENDES, C. C.; TEIXEIRA, J. R. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro: Uma Releitura das Contribuições de Celso Furtado**. Texto para Discussão No 320. Universidade de Brasília/Departamento de Economia. Brasília, 12 de agosto de 2004. Disponível em: <www.unb.br/face/eco/cpe/TD/320agosto2004CCMeJRT.pdf>. Acesso em: 26 out. 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas: Ed. Unicamp/Boitempo, 2002.

MONTES, C. L. **Impacto do Pronaf sobre a Agricultura Familiar. Escola Nacional de Administração Pública**. Monografia (Especialização) - Escola Nacional de Administração Pública. Brasília - DF, 2003. Disponível em: <https://www.portalsof.planejamento.gov.br/bib/Estudos/Impacto_do_Pronaf_sobre_a_Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2006.

OLIVEIRA, G. B. de. **Industrialização e Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.fae.edu/intelligentia/opinio/lerOpinio.asp?lngIdArtigo=33227>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

OLIVEIRA, H. C.; DOMINGUES, E. P. **Desigualdades regionais no Brasil e os Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte e do Centro-Oeste**. Cedeplar-UFMG. Disponível em: <<http://www.caen.ufc.br/artigosselecionados/heldercarlos.pdf>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

PADUA, J. A. Biosphere, history, and conjuncture in an analysis of the main Amazon issues. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Sept. 2000, v.6 suppl, p.793-811. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702000000500003&script=sci_arttext>. Acesso em: 12 jul. 2006.

PAGANO, M.; GAUVREAU. **Princípios de bioestatística**. São Paulo-SP: Pioneira Thomson Learning, 2004.

PAIVA, A. P; MELO, R. L.; PAIVA, R. A. **Levantamento da lucratividade e possibilidade de expansão das indústrias de beneficiamento de polpa de açaí no Estado do Acre: Um estudo de caso - Relatório**. Rio Branco, 2004. (Projeto de Bolsas IEL-SEBRAE-CNPQ), Trabalho não publicado.

PAULA, É. A. de. **(Des) Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco, Acre, EDUFAC, 2005, 383 p. (Série Dissertações e teses – 7).

PIRES, M. de S. **Construção do Modelo Endógeno, Sistêmico e Distintivo de Desenvolvimento Regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste**. 2001. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis – SC, Disponível em: <https://portal.fucapi.br/tec/imagens/revistas/ed004_056_063.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2006.

RATTNER, H. **Revista Espaço Acadêmico**. v.2, n. 21, Fevereiro/2003. Disponível em : <<http://www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2006.

REIS, J. C. G. et al. Evolução na Eficiência Produtiva da Pecuária Leiteira em Pequenos e Médios Estabelecimentos Paulistas. **Agric.** São Paulo-SP, v. 53, n. 2, p. 85-96, jul./dez. 2006. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/asp6-2-06.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. [São Paulo]: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo, 1993.

SAMPAIO, P. A. Duas lógicas paralelas na análise da agricultura brasileira. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 ago. 2007.

SANT'ANNA, M. R. **Os imperadores do Acre: uma análise da recente expressão capitalista na Amazônia**. Brasília: UnB/ICH/PPGS, 1998. Dissertação de Mestrado.

SANTANA, A. C. de (Coord.). **O Fundo constitucional de financiamento do norte e o desenvolvimento da Amazônia**. Belém: M&S, 2002. 623 p.

SANTOS, A. M. S. P. **Reestruturação espacial e dinâmica econômica**. 1998. Disponível em: <<http://www.nemesis.org.br/artigos/a0010.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

SBRISSIA, G. F. **Sistema agroindustrial do leite: custos de transferência e preços locais**. Dissertação (Mestrado) – Piracicaba: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2005. 58 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-27062005-110320/>>. Acesso em: 16 jul. 2007

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Acre - Levantamento das potencialidades econômicas e vantagens competitivas**. Rio Branco- Acre: Sebrae, 2000. 336 p.

SIEDENBERG, D. R.; SILVA, P. **A agrobiodiversidade como estratégia de viabilização da agricultura familiar no município de Passo Fundo – RS**. Sem data. Disponível em: <<http://cac.php.unioeste.br/revistas/gepec/download.php?id=35>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

SILVA, A.V. **As migrações nordestinas para a Amazônia no segundo Surto da borracha (1930 – 1945)**. Rio Branco: Ufac, 1992 (monografia – Bacharelado em História).

SILVA (a), E.; Fontes, R.; ALVES, L. F. crescimento e desigualdade em minas gerais. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício (Eds.). **Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais**. Viçosa, MG: [s.n.] 2005. p.465.

SILVA (B), E; SILVA JR., G. E.; FONTES, R. Capital Humano e convergência de renda entre as microrregiões de Minas Gerais. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício (eds.). **Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais**. Viçosa, MG: [s.n.], 2005. p. 465.

SILVA, L. M. S. da. **Relações intersetoriais da economia acreana e sua inserção na economia brasileira: uma análise insumo-produto**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. 2004. 165p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-27102004-155009/>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

SOARES, A. C. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Proposta Nº 87 Dez./Fev. 2000/2001. Disponível em: <<http://www.grupochorlavi.org/php/doc/documentos/multifuncionalidad.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

SOUZA (a), J. **Breves Notas sobre as Novas Configurações do Estado Contemporâneo : Considerações sobre o Terceiro Setor**. Salvador: Faculdade Integrada da Bahia, 1999. v.1. Disponível em: <<http://www.fib.br>>. Acesso em: 07 jun. 2006.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento Econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 405 p.

SPOLADOR, H. F. S.. **Reflexões sobre a experiência brasileira de financiamento da agricultura**. Dissertação de Mestrado, Piracicaba, 2001. ESALQ, Piracicaba, 2002. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-07052002-091407/>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

STUCHI, L. G. **Quantificação de risco de crédito: Uma aplicação do modelo Credirisk+ para financiamento de atividades rurais e agroindustriais**. ESALQ, Piracicaba-SP, 2003. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11132/tde-13072004-151006/>>. Acesso em: 14 jul. 2006.

TRINDADE, J. G.; GALANTE, V. A. Das preocupações fisiocráticas e clássicas ao custeio agrícola moderno: o pensamento econômico e sua aplicação ao sistema nacional de crédito rural (SNCR). **Revista Faz Ciência**, v.08, n.01, p. 73-104, (2006). Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewPDFInterstitial/342/256>>. Acesso em: 23 jul. 2007.

TOYOSHIMA, S; SANTOS, A; FORTUNATO, W. Aglomerações produtivas e desempenho sócio-econômico dos municípios de Minas Gerais. In: FONTES, Rosa; FONTES, Maurício (Eds.). **Crescimento e desigualdade regional em Minas Gerais**. Viçosa, M: [s.n.], 2005. p.465.

VASCONCELOS, J. R. **As Agências Federais de Crédito e as Prioridades do Governo Central**. Texto para discussão N 458. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1997. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/1997/td_0458.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2006.

VELLOSO, J. P. R. **Chegou a vez do Brasil? Caminhos de saída – para chegar ao alto crescimento**. Rio de Janeiro, julho/2007. Disponível em: <http://www.projetobr.com.br/c/document_library/get_file?folderId=100&name=Chegou+a+vez+do+Brasil.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

VIEGAS, A. P. **Estudos sobre a mandioca**. São Paulo: Instituto Agrônomo do Estado de São Paulo/BRASCAN-Nordeste/IAC. 1976. 214 p.

VILLACHICA, H; et al. **Frutales y Hortalizas de la Amazonia**. [Belem]: CPATU – EMBRAPA, 1996.

VON METTENHEIM, K. **Commanding heights: for a political sociology of Brazilian federal banks**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. June 2005, vol.20, no.58 [cited 14 July 2006], p.47-66. Available from World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jul. 06.

ZARA, T. M. **Desenvolvimento Financeiro: crescimento e desigualdades nos estados brasileiros**. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo-USP. São Paulo, 2006. 54 p. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-15122006-195440/>>. Acesso em: 10 fev. 2007.

ANEXOS

Anexo 01

Correlações Estatísticas

Quadro nº 01: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e a cultura a mandioca no Estado do Acre (1990-2004)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho		Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho	
Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.
Promicro	-.648(**)	Promicro	-.576(**)	Promicro	-.648(**)	Promicro	-.648(**)	Promicro	-.576(**)	Promicro	-.709(**)
TotaisFNO	.734(*)	Promipec	.470(*)	TotaisFNO	.636(*)			Promipec	.470(*)	Promipec	.549(*)
AgrarFNO	.687(*)	TotaisFNO	.600(*)								
		AgrarFNO	.511(*)								

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 02: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e a cultura do milho no Estado do Acre (1990-2004)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho		Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho	
Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.
Promicro	-.750(**)	PronafD	-.411(*)	PronafD	-.593(*)	Promicro	-.750(**)	PronafD	-.411(*)	PronafD	-.593(*)
TotaisFNO	.714(*)	Promicro	-.646(**)	Promicro	-.790(**)			Promicro	-.646(**)	Promicro	-.790(**)
AgrarFNO	.682(*)	TotaisFNO	.564(*)	TotaisFNO	.627(*)						
		AgrarFNO	.491(*)								

Fonte: Dados da Pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 03: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e a cultura do arroz no Estado do Acre (1990-2004)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho		Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho	
Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.
Prodetur	.568(*)	PronafD	-.411(*)	PronafD	-.636(*)	Promicro	-.642(**)	PronafD	-.411(*)	PronafD	-.636(*)
Prodesin	.828(**)	Promicro	-.576(**)	Promicro	-.737(**)	Conserv	-.861(**)	Promicro	-.576(**)	Promicro	-.737(**)
		Conserv	-.624(*)	Conserv	-.791(*)			Conserv	-.624(*)	Conserv	-.791(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 04: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e a cultura do feijão no Estado do Acre (1990-2004)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho		Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho	
Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.
Promicro	-.631(*)	Promicro	-.670(**)	Promicro	-.814(**)	Promicro	-.631(*)	Promicro	-.670(**)	Promicro	-.814(**)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 05: Resultados dos testes estatísticos (correlação) entre as linhas de crédito do FNO e a evolução do rebanho ordenhado no Acre (1990/2004)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho		Pearson Correlation		Kendall's tau b		Spearman rho	
Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.	Linha	Signif.
Proderur	.837(**)	Proderur	.631(**)	Proderur	.778(**)	PronafA	.880(**)	PronafA	.607(**)	PronafA	.761(**)
Prodesin	.520(*)	Prodesin	.656(**)	Prodesin	.821(**)	PronafB	.593(*)	Promipec	.507(*)	PronafC	.536(*)
PronafA	.914(**)	PronafA	.607(**)	PronafA	.761(**)	Promipec	.706(**)	Conserv	.578(**)	Promipec	.592(*)
PronafB	.593(*)	Promipec	.507(*)	PronafC	.536(*)	Conserv	.846(**)	Total	.581(**)	Conserv	.694(**)
Promipec	.676(**)	Conserv	.802(**)	PronafD	.564(*)	Agropecu	.593(*)	Desmate	.440(*)	Total	.764(**)
Conserv	.973(**)	Total	.691(**)	Promipec	.592(*)	ExpoFeira	.593(*)			Desmate	.595(*)
Agropecu	.593(*)	Desmate	.440(*)	Conserv	.873(**)	PescAquic	.593(*)				
ExpoFeira	.593(*)	TotaisFNO	.733(**)	Total	.811(**)	Ind	.593(*)				
PescAquic	.593(*)	AgrarFNO	.733(**)	Desmate	.595(*)						
Ind	.593(*)			TotaisFNO	.879(**)						
Total	.919(**)			AgrarFNO	.879(**)						
TotaisFNO	.913(**)										
AgrarFNO	.843(**)										

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 06: Resultado das análises estatísticas entre os financiamentos e a evolução do rebanho bovino

Valores						Contratos					
Pearson correlation		Kendall's tau_b		Spearman rho		Pearson correlation		Kendall's tau_b		Spearman rho	
Proderur	.844(**)	Proderur	.673(**)	Proderur	.836(**)	Proderur	.537(*)	Proderur	.402(*)	Proderur	.517(*)
Pronaf a	.888(**)	Prodesin	.559(*)	Prodesin	.768(**)	Pronafa	.854(**)	Pronafa	.607(**)	Pronafa	.761(**)
Comserv	.977(*)	Pronafa	.647(*)	Pronafa	.821(**)	Promipec	.612(*)	Pronafc	.482(*)	Pronafc	.661(**)
Total	.927(**)	Promipec	.588(*)	Promipec	.674(*)	Comserv	.783(**)	Promipec	.507(*)	Promipec	.592(*)
		Comserv	1.000(*)	Comserv	1.000(**)			Comserv	.578(**)	Comserv	.694(**)
		Total	.855(**)	Total	.945(**)			Total	.581(**)	Total	.796(**)

* 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 07: Análise estatística da correlação FNO e a extração de Açai

Valores						Contratos					
Pearson		Kendall		Spearman		Pearson		Kendall		Spearman	
Proderur	.803(**)	Proderur	.644(**)	Proderur	.806(**)	PronafA	.904(**)	PronafA	.690(**)	PronafA	.779(**)
PronafA	.911(**)	Prodesin	.552(*)	Prodesin	.706(*)	Promipec	.548(*)	PronafC	.411(*)	PronafC	.596(*)
PROMICRO	-.640(*)	PronafA	.816(**)	PronafA	.888(**)	Comserv	.848(**)	Comserv	.547(*)	Comserv	.684(**)
Total	.864(**)	Total	.689(**)	Total	.867(**)	-x-	-x-	Total	.410(*)	Total	.646(**)
Total FNO	.826(**)	FNO (T)	.689(**)	FNO (T)	.867(**)	-x-	-x-	Desmate	.440(*)	Desmate	.588(*)
FNO Agrário	.761(*)	FNO Agrário	.733(**)	FNO Agrário	.879(**)	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-
						-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 08: Análise estatística da correlação FNO e os valores da Castanha Extrativa (1990-2004)

Valores			Contratos		
Pearson	Kendall	Spearman	Pearson	Kendall	Spearman
Sem correlações	Sem correlações	Sem correlações	Prodesin	.585(*)	Sem correlações

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 09: Análise estatística da correlação FNO x Borracha Extrativa (1990-2004)

Valores						Contratos					
Pearson		Kendall		Spearman		Pearson		Kendall		Spearman	
Total	-.636(*)	Proderur	-.511(*)	Proderur	-.648(*)	PronafA	-.539(*)	Proderur	-.402(*)	Proderur	-.520(*)
-x-	-x-	PronafA	-.708(**)	PronafA	-.826(**)	Total	-.611(*)	PronafA	-.635(**)	PronafA	-.747(**)
-x-	-x-	Total	-.556(*)	Total	-.758(*)	-x-	-x-	PronafC	-.435(*)	PronafC	-.604(*)
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	Comserv	-.578(**)	Promipec	-.537(*)
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	Total	-.505(**)	Comserv	-.694(**)
-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-	-x-			Total	-.700(**)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 10: Correlação estatística entre Madeira em tora, Carvão e Lenha

Paramétrico				Não-paramétrico					
Pearson				Kendall			Spearman		
Produto	Carvão	Lenha	Madeira	Carvão	Lenha	Madeira	Carvão	Lenha	Madeira
Carvão	1	-.919(**)	-.639(*)	1.000	-.511(*)	-.333	1.000	-.697(*)	-.467
Lenha	-.919(**)	1	.683(*)	-.511(*)	1.000	.556(*)	-.697(*)	1.000	.758(*)
Madeira	-.639(*)	.683(*)	1	-.333	.556(*)	1.000	-.467	.758(*)	1.000

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 11: Análise estatística da correlação FNO e as produções de Carvão, Lenha e Madeira Extrativos (1990-2004)

	Valores						Contratos					
	Pearson		Kendall		Spearman		Pearson		Kendall		Spearman'	
Carvão	Desmate	-.765(**)	Sem correlações		Sem correlações		Sem correlações		Promicro	.552(**)	PronafD	.534(*)
	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	Promicro	.705(**)
	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	Total	.536(*)
Lenha	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)
	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)
	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)	Total	.536(*)
Madeira	PronafA	.701(*)	PROMICRO	-.597(*)	PROMICRO	-.775(**)	Promicro	-.740(**)	Promicro	-.646(**)	Promicro	-.802(**)
	PROMICRO	-.785(**)	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-
	PROMIPEC	.667(*)	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-
	Desmate	.803(**)	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-	-X-

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 12: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego na área Extrativa Mineral (1999-2006)

Valores					Contratos				
Paramétrico		Não-Paramétrico			Paramétrico		Não-Paramétrico		
Pearson		Kendall	Spearman		Pearson		Kendall	Spearman	
Proagrín	.762(*)	PronafB	-.635(*)	PronafD	.731(*)	Proagrín	.762(*)	PronafB	-.635(*)
		PronafD	.618(*)	Promicro	.775(*)			PronafD	.618(*)
		Promipec	-.866(*)	Proagrín	.787(*)			Promipec	-.866(*)
		ExpoFeir	-.635(*)	Promipec	-.915(**)			ExpoFeir	-.635(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 13: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego na Indústria de Transformação (1999-2006)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson		Kendall's		Spearman		Pearson		Kendall's		Spearman	
Promipec	-.845(*)	Promipec	-.845(*)	Promipec	-.906(**)	Sem correlações	Promipec	-.45(*)	Promipec	-.906(**)	

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 14: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego no Serviço Industrial de Utilidade Pública (1999-2006)

Valores					Contratos				
Paramétrico		Não-Paramétrico			Paramétrico		Não-Paramétrico		
Pearson		Kendall	Spearman		Pearson		Kendall	Spearman	
Sem correlações		Sem correlações	Sem correlações	Sem correlações	PronafB	-.778(*)	Sem correlações	Sem correlações	
					Promipec	-.846(*)			
					PescAguic	-.926(**)			

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 15: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego na Construção Civil (1999-2006)

Valores					Contratos				
Paramétrico		Não-Paramétrico			Paramétrico		Não-Paramétrico		
Pearson		Kendall	Spearman		Pearson		Kendall	Spearman	
Sem correlações		Sem correlações	Desmate	-.786(*)	Sem correlações		Sem correlações	Desmate	-.786(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 16: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego no Comércio (1999-2006)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson		Kendall		Spearman		Pearson		Kendall		Spearman	
PronafA	.618(*)	PronafA	.618(*)	PronafA	.755(*)	Total	.788(*)	PronafA	.618(*)	PronafA	.755(*)
Total	.643(*)	Total	.643(*)	Total	.810(*)			Total	.643(*)	Total	.810(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 17: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego no Setor de Serviços (1999-2006)

Valores						Contratos					
Paramétrico		Não-Paramétrico				Paramétrico		Não-Paramétrico			
Pearson		Kendall		Spearman		Pearson		Kendall		Spearman	
Proagrin	.724(*)	Proagrin	.724(*)	Proagrin	.802(*)	Proagrin	.901(**)	Proagrin	.724(*)	Proagrin	.802(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 18: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego Administração Pública (1999-2006)

Valores			Contratos		
Paramétrico			Não-Paramétrico		
Pearson			Kendall		
Sem correlações	Sem correlações	Sem correlações	Sem correlações	Sem correlações	Sem correlações

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 19: Correlações estatísticas entre os financiamentos FNO e os dados totais do emprego no Setor Agropecuário (1999-2006)

Paramétrico			Não-Paramétrico			Paramétrico			Não-Paramétrico		
Pearson			Kendall's			Pearson Correlation			Kendall's		
Sem correlações	PronafD	-.571(*)	PronafD	-.810(*)		Sem correlações	PronafD	-.571(*)	PronafD	-.810(*)	

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 20: Correlação estatística da evolução da renda por quantidade de pessoas nas faixas de remuneração no Estado do Acre e os financiamentos FNO (1995-2005)

Pearson	S/Renda	Até ½ SM	½ a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20
FNOtotal		.982(*)				.989(*)			-.964(*)
Prodetur	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	1.000(**)	-1.000(**)	1.000(**)
Promipec	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	-1.000(**)	1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)
Comserv			.998(*)						
Kendal									
FNOtotal		1.000(*)	1.000(*)	1.000(*)	.000	1.000(*)			-1.000(*)
Proderur								1.000(*)	
Prodesin							1.000(*)		
PronafD	-1.000(*)								
Spearman									
FNOtotal		1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)		1.000(**)			-1.000(**)
Proderur								1.000(**)	
Prodesin							1.000(**)		
PronafC					-1.000(**)			-1.000(**)	
PronafD	-1.000(**)								
Comserv	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)		1.000(**)			-1.000(**)

Fonte: Dados da pesquisa e IBGE /PNAD-2004

Quadro nº 21: Correlação estatística da evolução da renda por faixa de remuneração no Estado do Acre e os financiamentos FNO (1995-2005)

Pearson	Até ½ SM	½ - 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	10 a 20	+ de 20
FNOtotal	-.744	.771	.983(*)	.979(*)	.971(*)	-.825	.997(**)	.964(*)
Prodetur	1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)	1.000(**)	-1.000(**)	-1.000(**)
Promipec	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)
Kendall								
FNOtotal	-.667	.667	1.000(*)	1.000(*)	1.000(*)	-.333	1.000(*)	1.000(*)
FNOAgrar	-1.000(*)	.333	.667	.667	.667	-.667	.667	.667
PronafD	.333	-1.000(*)	-.667	-.667	-.667	.667	-.667	-.667
Spearman rho								
FNOtotal	-.800	.800	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	-.600	1.000(**)	1.000(**)
FNOAgrar	-1.000(**)	.600	.800	.800	.800	-.800	.800	.800
PronafD	.600	-1.000(**)	-.800	-.800	-.800	.800	-.800	-.800
Conserv	-.500	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	1.000(**)	-.500	1.000(**)	1.000(**)

Fonte: Dados da pesquisa e IBGE /PNAD-2004

Quadro nº 22: Correlação estatística entre os setores empresariais e os financiamentos FNO (1996-2002)

Pearson	ComxComb	ComAtac	ComVarej	Kendall	ComxComb	ComAtac	ComVarej	Spearman	ComxComb	ComAtac	ComVarej
ComxComb	1	.804(*)	-.760(*)	ComAtac	.390	1.000	-.905(**)	ComAtac	.595	1.000	-.964(**)
ComAtac	.804(*)	1	-.837(*)	ComVarej	-.293	-.905(**)	1.000	ComVarej	-.559	-.964(**)	1.000
ComVarej	-.760(*)	-.837(*)	1	FNOtotal	.488	.619	-.714(*)	FNOtotal	.739	.821(*)	-.857(*)
FNOtotal	.905(**)	.836(*)	-.934(**)	FNOAgrar	.586	.714(*)	-.619	FNOAgrar	.775(*)	.857(*)	-.821(*)
FNOAgrar	.898(**)	.852(*)	-.934(**)	Proderur	.390	.714(*)	-.619	Proderur	.541	.857(*)	-.786(*)
Proderur	.679	.708	-.876(**)	Prodesin	.316	.720(*)	-.823(*)	Prodesin	.598	.889(**)	-.927(**)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 23: Correlação estatística entre os setores empresariais e os financiamentos FNO (1996-2003)

Dados	Pearson			Kendall				Spearman			
	A	C	D	A	B	C	D	A	B	C	D
FNOtotal	.943(**)	.819(*)	.932(**)	.929(**)	.591	.546	.786(**)	.976(**)	.717(*)	.755(*)	.905(**)
FNOAgrar	.936(**)	.798(*)	.927(**)	.857(**)	.512	.618(*)	.857(**)	.929(**)	.655	.778(*)	.929(**)
Desmate	.742(*)	.739(*)	.684	.571(*)	.591	.473	.571(*)	.762(*)	.717(*)	.611	.690
Proderur	.757(*)	.885(**)	.936(**)	.714(*)	.433	.546	.714(*)	.881(**)	.531	.731(*)	.833(*)
Prodesin	.807(*)	.371	.545	.718(*)	.709(*)	.308	.567	.878(**)	.823(*)	.479	.732(*)
PronafA	.645	.878(**)	.812(*)	.535	.246	.816(**)	.713(*)	.627	.283	.878(**)	.846(**)
Promicro	-.441	-.849(**)	-.777(*)	-.327	-.241	-.667(*)	-.618(*)	-.515	-.298	-.843(**)	-.790(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

Quadro nº 24: Correlação estatística detectadas entre os setores empresariais e os financiamentos FNO (1996-2003)

Dados	Teste de Correlação de Pearson							
Setor	E	H	I	J	K	M	N	O
FNOTotal	.808(*)	.927(**)	.949(**)	.809(*)	.931(**)	.912(**)	.909(**)	.956(**)
FNOAgrar	.788(*)	.911(**)	.922(**)	.796(*)	.912(**)	.895(**)	.898(**)	.951(**)
Desmate	.695	.735(*)	.810(*)	.611	.807(*)	.734(*)	.738(*)	.731(*)
Proderur	.899(**)	.954(**)	.916(**)	.970(**)	.885(**)	.946(**)	.855(**)	.905(**)
PronafA	.825(*)	.912(**)	.871(**)	.858(**)	.882(**)	.823(*)	.805(*)	.778(*)
Promicro	-.832(*)	-.819(*)	-.742(*)	-.861(**)	-.724(*)	-.805(*)	-.692	-.686
	Teste de Correlação de Kendall							
FNOTotal	.694(*)	.691(*)	.714(*)	.643(*)	.764(**)	.714(*)	.786(**)	.786(**)
FNOAgrar	.772(*)	.764(**)	.786(**)	.714(*)	.837(**)	.786(**)	.857(**)	.857(**)
Desmate	.540	.473	.500	.286	.546	.500	.571(*)	.571(*)
Proderur	.694(*)	.618(*)	.643(*)	.714(*)	.691(*)	.786(**)	.714(*)	.714(*)
Prodesin	.531	.539	.567	.567	.539	.643(*)	.567	.567
PronafA	.722(*)	.771(*)	.713(*)	.624(*)	.771(*)	.624(*)	.713(*)	.713(*)
Promicro	-.668(*)	-.667(*)	-.691(*)	-.618(*)	-.593(*)	-.691(*)	-.618(*)	-.618(*)
	Teste de Correlação de Spearman							
FNOTotal	.810(*)	.874(**)	.881(**)	.810(*)	.898(**)	.857(**)	.905(**)	.905(**)
FNOAgrar	.872(**)	.898(**)	.905(**)	.881(**)	.922(**)	.905(**)	.929(**)	.929(**)
Proderur	.798(*)	.790(*)	.810(*)	.833(*)	.814(*)	.857(**)	.833(*)	.833(*)
Prodesin	.629	.700	.732(*)	.708(*)	.700	.781(*)	.732(*)	.732(*)
PronafA	.844(**)	.864(**)	.846(**)	.791(*)	.864(**)	.791(*)	.846(**)	.846(**)
Promicro	-.809(*)	-.825(*)	-.838(**)	-.778(*)	-.777(*)	-.826(*)	-.790(*)	-.790(*)

Fonte: Dados da pesquisa. * 5% de Significância. ** 1% de Significância.

ANEXO nº 02

Evolução dos setores analisados

Tabela nº 01: Evolução da produção da cultura da Mandioca no Estado do Acre (90-04)

Mandioca	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Média
Prod. ¹	335,9	442,2	416,2	394,4	427,2	395,4	167,8	152,8	237,0	320,8	355,8	317,6	363,4	437,0	450,3	347,6
% área colhida	99,36	98,84	99,37	91,98	98,64	99,33	97,61	98,42	98,82	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	88,04	98,03
Prod. AC- t/ha	18,70	18,60	18,50	18,33	17,89	18,41	11,72	11,83	13,29	16,75	16,86	17,58	17,04	18,85	19,04	16,89
Produt. Nac. t/ha	12,55	12,62	12,00	12,06	13,22	13,06	11,76	12,82	12,35	13,28	13,48	13,54	13,79	13,44	13,63	12,91
Produt. Reg. t/ha	13,05	13,52	13,61	14,03	14,09	13,91	12,11	12,64	12,47	13,57	13,26	13,40	14,02	14,64	14,39	13,52

Fonte: IBGE-Sistema SIDRA⁸⁴. ¹ Em mil toneladas

Tabela nº 02. Evolução da produção da cultura do Milho no Estado do Acre (90-05)

Milho ¹	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Prod. Toneladas	53,7	64,00	61,83	61,17	59,21	55,38	28,68	29,55	32,90	38,86	48,38	45,56	51,51	50,95	68,25	60,98	50,69
% área colhida	99,48	87,57	100,00	95,65	98,00	100,00	99,62	99,99	99,41	100,00	100,00	100,00	96,44	100,00	100,00	100,00	98,51
Prod. AC t/ha	1,64	1,76	1,77	1,75	1,54	1,51	1,26	1,21	1,30	1,45	1,52	1,55	1,59	1,50	1,57	1,49	1,63
Produt. Nac t/ha	1,87	1,81	2,28	2,53	2,36	2,60	2,48	2,62	2,80	2,78	2,72	3,40	3,06	3,73	3,37	3,04	2,90
Produt. Reg t/ha	1,36	1,44	1,44	1,49	1,51	1,55	1,39	1,48	1,47	1,58	1,47	1,61	1,66	1,84	1,93	1,96	1,68

Fonte: IBGE-Sistema SIDRA. ¹ Em grão, em mil toneladas

Tabela nº 03: Evolução da produção orizícola no Estado do Acre (90-05)

Arroz	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Produção ¹	43,6	49,6	46,5	48,6	51,3	51,3	20,0	19,4	23,5	32,1	35,5	32,5	32,8	32,6	38,7	31,6	36,8
Área Plantada ²	30,29	35,65	29,76	32,91	35,18	35,46	17,38	19,11	18,89	23,29	25,83	23,80	24,21	24,62	27,61	27,25	25,25
% área colhida	99,75	90,41	100,00	95,67	99,82	100,00	99,81	99,97	98,96	100,00	100,00	100,00	96,50	94,17	100,00	87,96	87,96
Prod. AC t/ha	1,44	1,54	1,56	1,54	1,46	1,45	1,15	1,01	1,26	1,38	1,38	1,37	1,40	1,41	1,40	1,32	1,10
Produt. Nac t/ha	1,88	2,30	2,13	2,29	2,39	2,57	2,66	2,73	2,52	3,07	3,04	3,24	3,32	3,25	3,56	3,37	2,56
Produt. Reg t/ha	1,41	1,65	1,61	1,64	1,84	1,86	1,57	1,62	1,66	1,81	1,79	2,00	2,01	2,28	2,36	2,26	1,70

Fonte: IBGE/ Sistema SIDRA (adaptado). ¹ Em casca e em mil toneladas. ² Em mil hectares

Tabela nº 04: Evolução da produção da cultura do Feijão no Estado do Acre (90-05)

Feijão	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Média
Prod. Toneladas ¹	7,4	10,9	10,4	10,9	10,3	7,0	5,4	5,9	6,6	6,2	7,4	11,7	6,5	7,7	8,9	4,4	8,0
% área colhida	100,00	100,00	100,00	94,61	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	69,29	100,00	100,00	64,00	64,00
Prod. AC t/ha	0,58	0,69	0,67	0,66	0,60	0,56	0,53	0,53	0,56	0,53	0,52	0,61	0,54	0,55	0,55	0,42	0,57
Produt. Nac t/ha	0,48	0,51	0,54	0,64	0,62	0,59	0,57	0,65	0,66	0,68	0,71	0,71	0,74	0,81	0,75	0,81	0,65
Produt. Reg t/ha	0,59	0,56	0,48	0,57	0,56	0,62	0,69	0,67	0,57	0,62	0,60	0,68	0,70	0,78	0,75	0,67	0,63

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Sistema SIDRA(adaptado). Em grão e mil toneladas

Tabela nº 05: Evolução das Vacas Ordenhadas no Estado do Acre, Região Amazônica e no Brasil

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Brasil¹	19 073	19 964	20 476	20 023	20 068	20 579	16 274	17 048	17 281	17 396	17 885	18 194	18 793	19 256	20 023
Norte²	14 480	17 965	18 598	17 626	16 508	17 764	12 363	14 267	15 567	16 551	17 717	18 257	22 748	24 706	27 716
Acre³	4 015	3 645	3 724	6 319	6 133	6 139	5 365	5 458	5 636	6 219	6 870	10 667	12 603	13 396	15 427

Fonte: IBGE-Sistema Sidra. ¹ Em mil Unidades. ² Em 100 Unidades. ³ Em 10 Unidades.

Tabela nº 06: Evolução do rebanho bovino acreano

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Cabeças*	400	404	409	445	465	471	853	863	907	930	1.033	1.673	1.817	1.875	2.063

Fonte: IBGE/Sistema SIDRA. * Em 1 000 unidades

Tabela nº 07: Evolução da extração de Açaí no Estado do Acre (1990-2004)

Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Açaí¹	329	351	360	362	372	381	156	159	387	400	431	541	807	783	741

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal (adaptada). ¹ Fruto/Tonelada

⁸⁴<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=10&i=P>.

Tabela nº 08: Evolução da extração de castanha no Estado do Acre (1990-2004)

Produto\Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Castanha	17,50	14,63	11,16	11,98	11,03	9,37	3,86	3,38	3,63	9,61	8,25	5,92	6,67	5,66	5,86

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal (adaptada). ¹ Mil Toneladas

Tabela nº 09: Evolução da extração de borracha no Estado do Acre (1990-2004)

Produto\Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Borrachas ²	11,84	11,86	10,07	10,08	8,49	7,99	3,75	3,19	2,33	2,69	2,79	2,40	1,60	1,49	1,71

Fonte: IBGE - Produção Extrativa Vegetal (adaptada). ¹ Mil Toneladas

Tabela nº 10: Evolução da extração de carvão vegetal, lenha e madeira em tora no Estado do Acre (1990-2004)

Produto\Ano	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004
Carvão vegetal ¹	1,62	1,50	1,47	1,70	1,65	1,34	2,29	2,30	2,19	2,13	2,11	2,04	2,12	2,23	1,74
Lenha ²	911,75	857,27	929,35	906,30	924,19	864,06	308,21	325,16	455,60	451,89	450,78	481,29	505,54	530,34	562,75
Madeira tora ²	301,51	304,72	286,11	357,60	372,75	321,31	218,40	213,89	200,55	210,05	206,96	242,85	287,31	317,19	353,86

Fonte: IBGE/SIDRA - Produção Extrativa Vegetal. ¹ Mil Toneladas; ² Mil Metros Cúbicos

Tabela nº 11: Síntese da evolução do emprego formal no Estado do Acre nos anos de 1999 a 2006.

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média	Total
99	0	0	0	0	0	58	64	245	93	41	61	-133	36	429
00	-31	-18	64	106	163	300	451	292	357	-59	-242	-52	111	1.331
01	16	160	-62	329	219	345	235	392	253	2	-74	-393	119	1.422
02	-222	18	78	245	44	289	600	433	101	-119	-47	-605	68	815
03	-143	-21	-71	-62	41	323	195	153	100	24	-8	-684	-13	-153
04	-100	58	54	261	150	-74	390	372	108	-51	162	-510	68	820
05	288	3	77	141	487	-74	490	277	352	21	-111	-314	136	1.637
06*	-22	-276	183	298	143	0	0	0	0	0	0	0	27	326
Total	-214	-76	323	1.318	1.247	1.167	2.425	2.164	1.364	-141	-259	-2.691	552	6.627
Médias	-27	-10	40	165	156	146	303	271	171	-18	-32	-336	69	828

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), adaptado.

Tabela nº 12: Crescimento percentual do emprego formal no Estado do Acre (1999-2005)

ATIV. ECON.	99	00	01	02	03	04	05	Média
EXTRATIVA MINERAL	43,48	52,94	-4,17	54,55	-9,68	-20,97	-9,43	15,25
IND. TRANSFORMACAO	-1,14	3,29	14,54	4,96	-0,03	-0,71	2,52	3,35
SERV.IND.UTIL.PUB.	-10,29	-5,98	0,34	-0,42	2,17	-14,60	6,94	-3,12
CONSTRUCAO CIVIL	14,47	18,06	16,79	-17,16	-12,65	1,64	19,21	5,77
COMERCIO	-0,98	3,65	4,27	9,42	2,76	5,16	8,37	4,66
SERVICOS	0,19	6,75	-0,62	3,11	0,25	1,55	3,74	2,14
ADMIN. PUBLICA	0,48	-0,10	3,76	7,00	-3,44	4,21	2,69	2,09
AGROPECUARIA	0	0,68	2,41	5,04	0,75	5,48	5,65	2,86
OUTROS	-6,25	2,17	-40,00	100,00	0	0	0	7,99
TOTAL	0,60	4,44	4,43	2,86	-0,46	2,40	5,99	2,89

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), adaptado.

Tabela nº 13. Evolução do emprego na área Extrativa Mineral (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	0	0	-1	18	-5	-3	0	9
2000	0	0	0	0	16	0	0	0	1	0	-1	2	18
2001	0	-1	1	0	-2	0	0	-1	-1	1	1	0	-2
2002	3	2	2	3	1	2	9	-6	3	1	0	-2	18
2003	0	0	-3	-2	2	1	-2	1	1	-3	-1	0	-6
2004	4	0	1	-1	-1	0	0	-4	0	1	-1	-12	-13
2005	2	-1	-1	-1	-1	0	-2	3	-3	1	-1	-1	-5
2006	1	0	-1	0	-3	0	0	0	0	0	0	0	-3
Total	10	0	-1	-1	12	3	5	-8	19	-4	-6	-13	16

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 14: Evolução do emprego na Indústria de Transformação (1999-2006)

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	53	-11	51	29	8	19	-56	93
2000	-1	-6	-6	12	10	52	23	27	33	-56	-12	12	88
2001	48	120	-8	39	28	94	75	56	44	-31	0	-56	409
2002	-24	18	3	-14	-33	34	84	64	35	61	-35	-51	142
2003	-8	-21	-11	-53	0	37	63	31	15	-1	44	-97	-1
2004	-4	-17	-2	-1	68	-98	10	56	80	3	-43	-79	-27
2005	15	19	-91	67	56	-98	20	43	137	4	-113	-39	20
2006	102	-363	-7	51	-13	0	0	0	0	0	0	0	-230
Total	128	-250	-122	101	116	74	264	328	373	-12	-140	-366	494

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 15. Evolução do emprego no Serviço Industrial de Utilidade Pública (1999-2006).

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	0	5	-4	-6	-1	1	-2	-7
2000	6	0	4	-10	-3	-41	23	-2	-2	1	-5	-5	-34
2001	-3	0	-3	-3	-4	21	16	-3	7	-4	-5	-16	3
2002	-2	3	-1	3	0	-4	3	2	-6	1	-2	-1	-4
2003	-2	-7	1	0	-5	2	0	7	5	21	6	-4	24
2004	-8	-12	-6	-17	-89	-2	-10	-9	-1	-3	2	-4	-159
2005	0	1	28	7	9	-2	8	4	0	14	-4	-19	46
2006	-72	19	4	0	7	0	0	0	0	0	0	0	-42
Total	-81	4	27	-20	-85	-26	45	-5	-3	29	-7	-51	-173

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 16: Evolução do emprego na Construção Civil (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	-53	34	65	85	39	104	-9	265
2000	-44	28	101	-29	26	117	-10	6	187	163	16	-156	405
2001	-36	43	-40	121	62	122	117	189	133	33	-116	-152	476
2002	-91	-165	-182	31	26	55	90	228	-1	-203	-154	-241	-607
2003	-96	-66	1	-31	-119	-2	57	-1	-15	73	-53	-97	-349
2004	-29	-9	-22	-19	43	2	27	96	-2	-36	48	-64	35
2005	96	27	44	-16	119	2	136	73	164	0	-110	-171	364
2006	106	121	-5	121	-60	0	0	0	0	0	0	0	283
Total	-94	-21	-103	178	97	243	451	656	551	69	-265	-890	872

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 17: Evolução do emprego no Comércio (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	52	9	52	-23	-32	6	9	73
2000	3	17	-50	40	7	74	217	116	12	-128	-159	88	237
2001	57	-45	-25	29	-7	44	41	57	49	29	81	29	339
2002	18	-34	-12	56	27	53	263	95	57	79	118	-26	694
2003	27	-16	-45	-19	91	142	32	86	44	27	-1	-105	263
2004	-78	-17	13	43	90	1	102	151	44	43	136	13	541
2005	2	-49	-23	22	194	1	208	51	23	71	172	149	821
2006	-20	-198	106	8	90	0	0	0	0	0	0	0	-14
Total	9	-342	-36	179	492	367	872	608	206	89	353	157	2.954

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 18: Evolução do emprego no Setor de Serviços (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	3	17	95	-11	29	-63	-70	0
2000	18	-70	13	88	112	81	192	157	122	-42	-65	11	617
2001	-56	35	-42	31	65	34	-17	71	13	-16	-1	-179	-62
2002	-135	182	145	67	32	-14	69	17	4	-29	44	-91	291
2003	-42	-13	4	78	45	111	30	24	32	-75	16	-183	27
2004	-7	109	77	23	26	25	17	41	16	-53	21	-136	159
2005	51	14	133	50	105	25	35	28	81	-78	-32	-173	239
2006	-141	131	65	115	16	0	0	0	0	0	0	0	186
Total	-312	388	395	452	401	265	343	433	257	-264	-80	-821	1457

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 19: Evolução do emprego na Administração Pública (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	0	0	-4	0	-1	-3	0	0
2000	0	-2	0	0	0	-1	-1	-1	0	-1	0	-2	0
2001	0	0	40	112	60	17	0	8	0	0	0	0	0
2002	1	0	128	96	-12	145	42	-2	0	-4	-7	-177	1
2003	-22	103	-10	-9	0	8	-4	0	-2	-2	-2	-183	-22
2004	0	-3	0	222	0	0	139	14	0	-14	21	-174	0
2005	121	0	1	-1	-4	0	25	24	-16	-5	0	9	121
2006	16	25	27	-2	7	0	0	0	0	0	0	0	16
Total	116	123	186	418	44	169	201	39	-18	-27	9	-527	733

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 20: Evolução do emprego na Agropecuária (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1999	0	0	0	0	0	2	9	-10	4	4	0	-3	6
2000	-13	15	-1	7	-4	18	7	-11	5	5	-19	-2	7
2001	8	10	15	0	18	13	3	15	8	-10	-33	-19	28
2002	8	10	-5	3	3	18	40	35	9	-25	-11	-16	69
2003	0	-1	-8	-26	27	24	19	5	20	-16	-17	-15	12
2004	22	7	-7	11	13	-2	105	27	-29	8	-22	-54	79
2005	1	-8	-14	13	9	-2	60	51	-34	14	-23	-69	-2
2006	-14	-11	-6	5	99	0	0	0	0	0	0	0	73
Total	12	22	-26	13	165	71	243	112	-17	-20	-125	-178	272

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 21: Evolução do emprego Setor Outros (1999-2006)

Ano\Mês	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
99	0	0	0	0	0	1	1	1	-3	0	0	-2	-2
00'	0	0	3	-2	-1	0	0	0	-1	-1	3	0	1
01	-2	-2	0	0	-1	0	0	0	0	0	-1	0	-6
02	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
03	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
04	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
05	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
06	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	-2	0	3	-2	-2	1	1	1	-4	-1	2	-2	-5

Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Tabela nº 22: Evolução da renda média e mediana no Estado do Acre (1992-2005)

Categoria	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
Média¹	341,74	316,28	434,75	478,23	418,16	428,55	430,69	432,8	417,64	348,13	356,19	364,76
Mediana¹	201,49	171,75	239,38	197,52	214,97	226,08	193,75	187,94	195,14	178,16	168,33	184

Fonte: Fundação Getúlio Vargas- FGV. ¹ Em R\$ 1,00.

ANEXO nº 03

Gráficos

Gráfico nº 01: Saldo das mensal médio dos empregos na Indústria Extrativa Mineral no Estado do Acre (1999-2006)



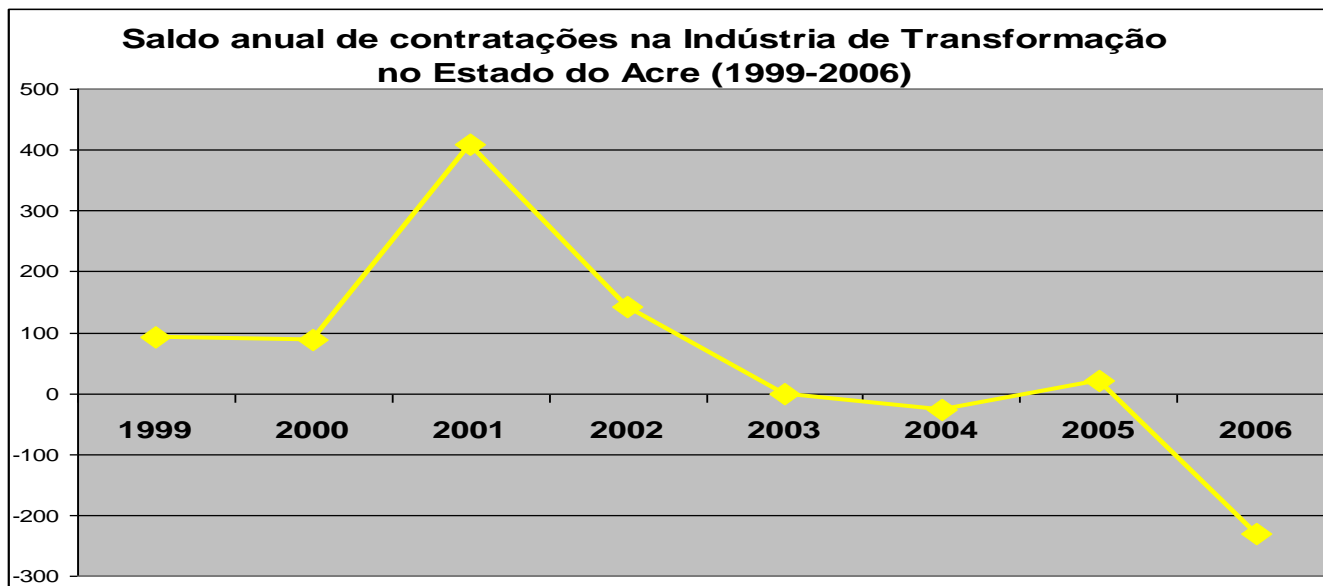
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 02: Saldo anual das contratações formais no setor Indústria Extrativa Mineral no Estado do Acre (1999-2006)



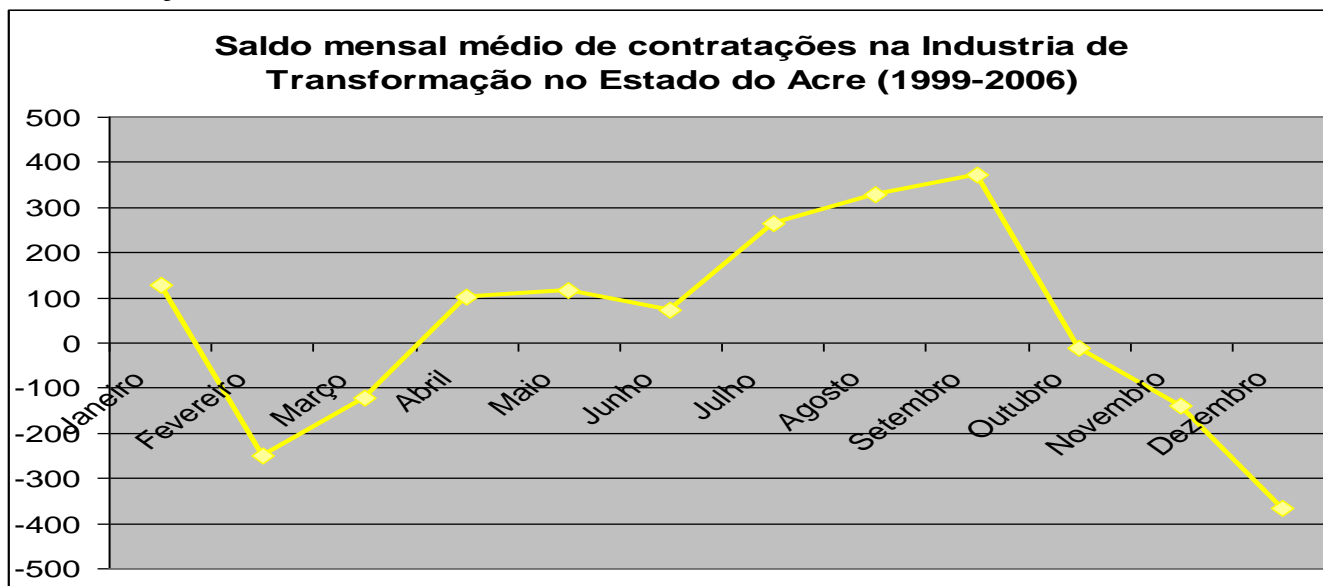
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 03: Saldo anual das contratações formais no setor Indústria de Transformação no Estado do Acre (1999-2006)



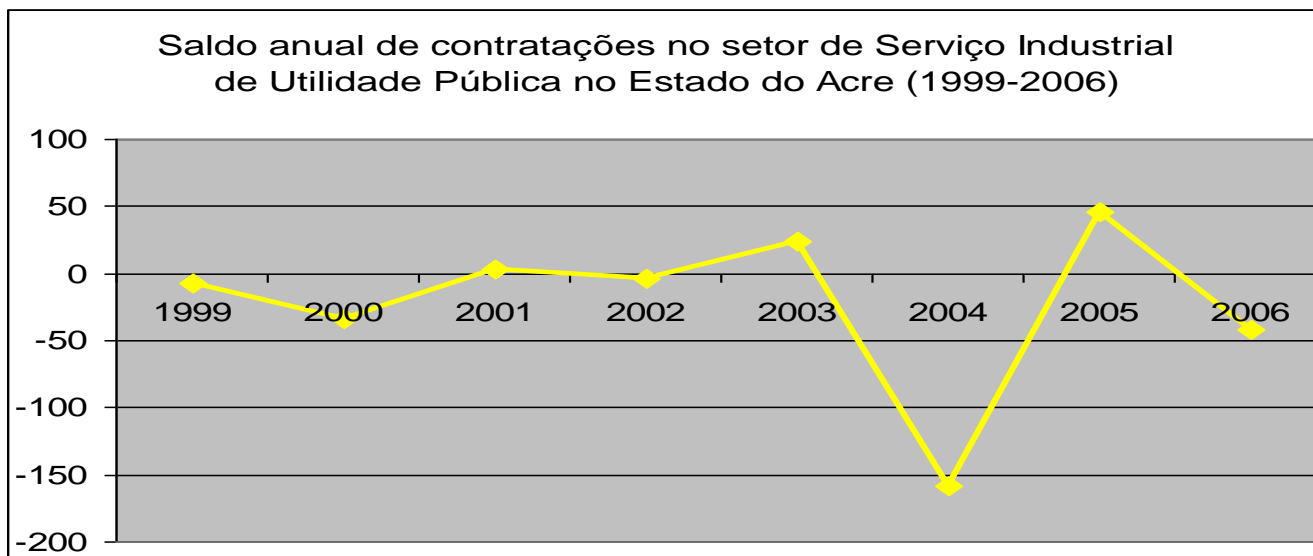
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 04: Saldo médio mensal das contratações formais no setor Indústria de Transformação no Estado do Acre (1999-2006)



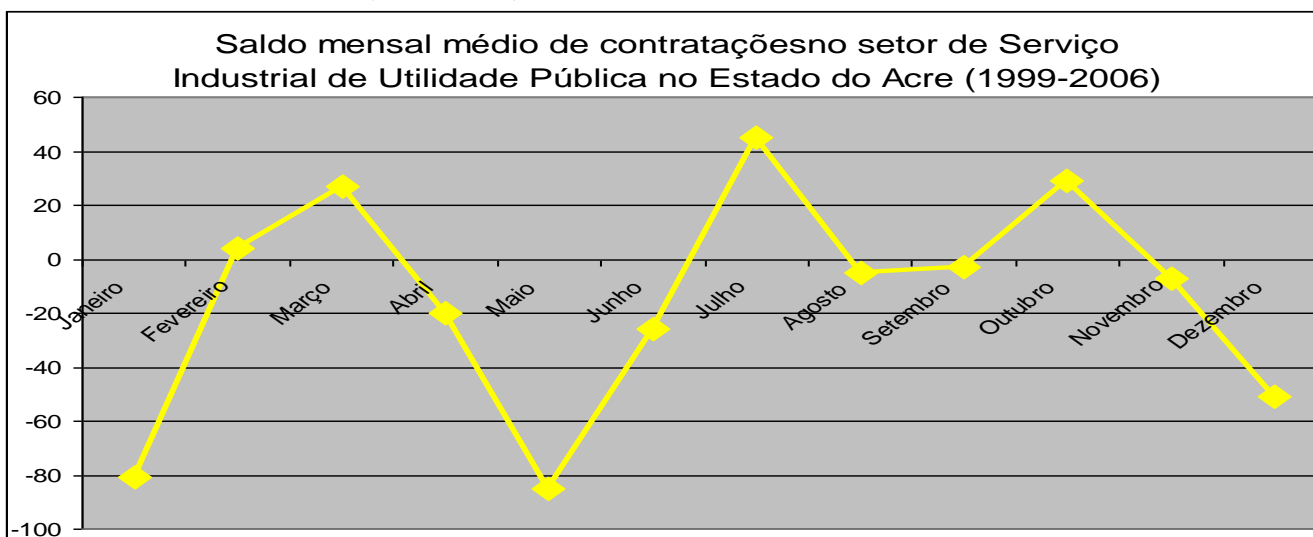
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 05: Saldo anual das contratações formais no setor de Serviço Industrial de Utilidade Pública no Estado do Acre (1999-2006)



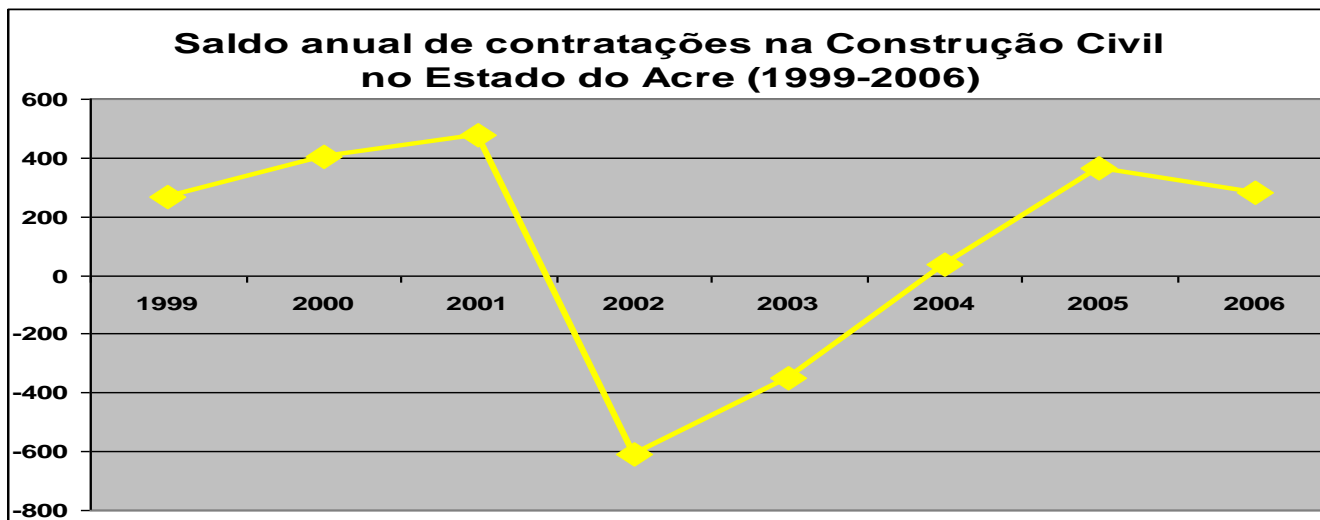
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 06: Saldo mensal das contratações formais Serviço Industrial de Utilidade Pública no Estado do Acre (1999-2006)



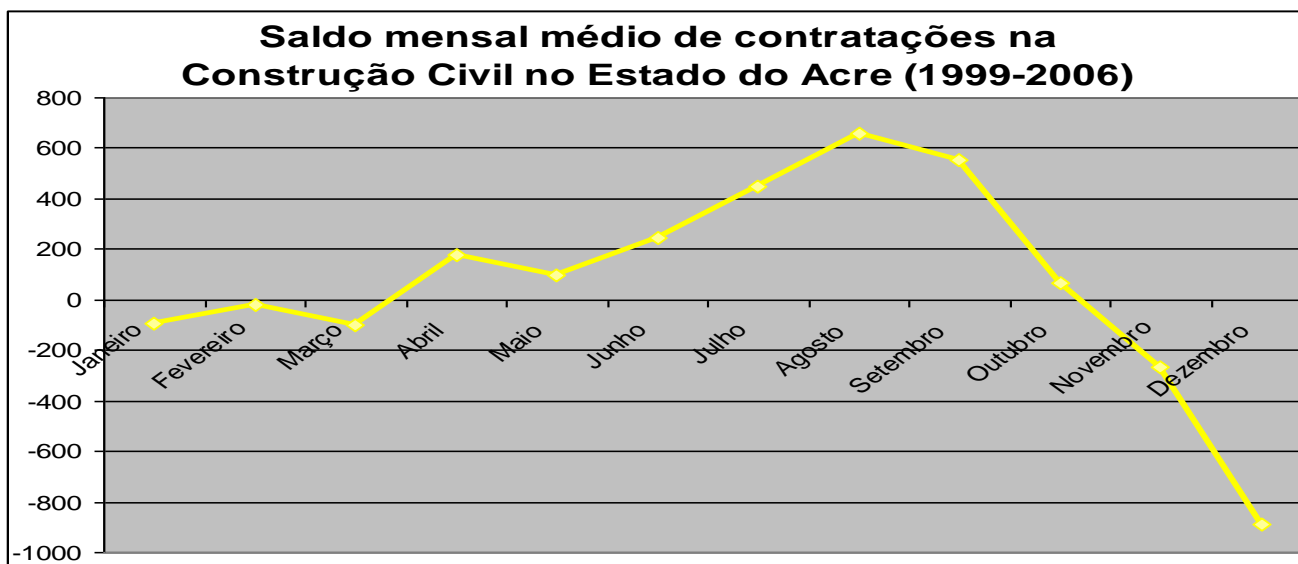
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 07: Saldo anual das contratações formais na Construção Civil no Estado do Acre (1999-2006)



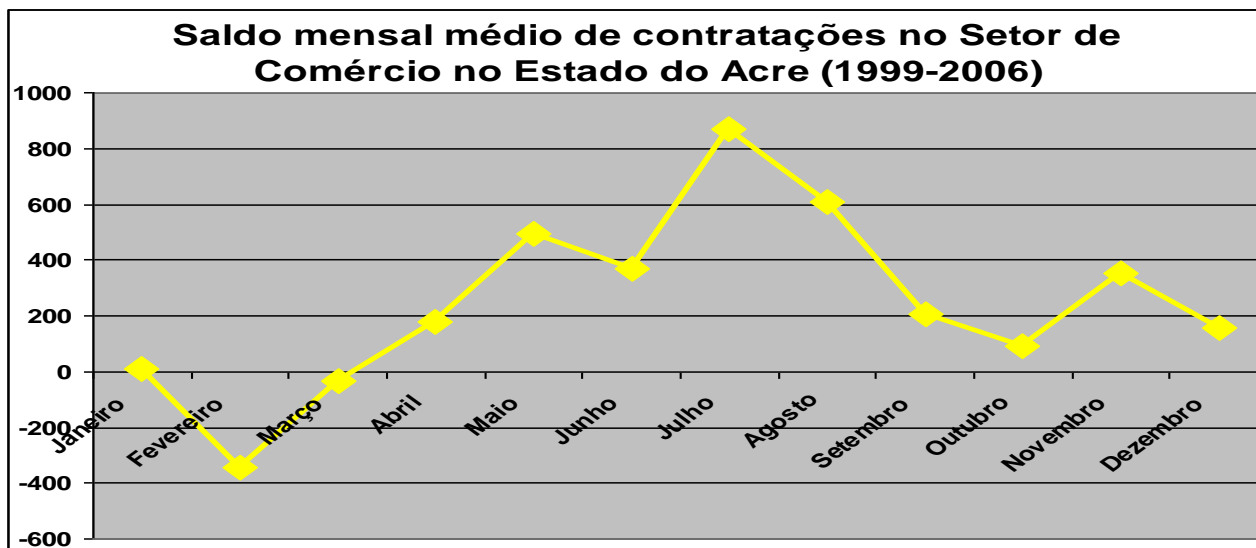
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 08: Saldo mensal das contratações formais na Construção Civil no Estado do Acre (1999-2006)



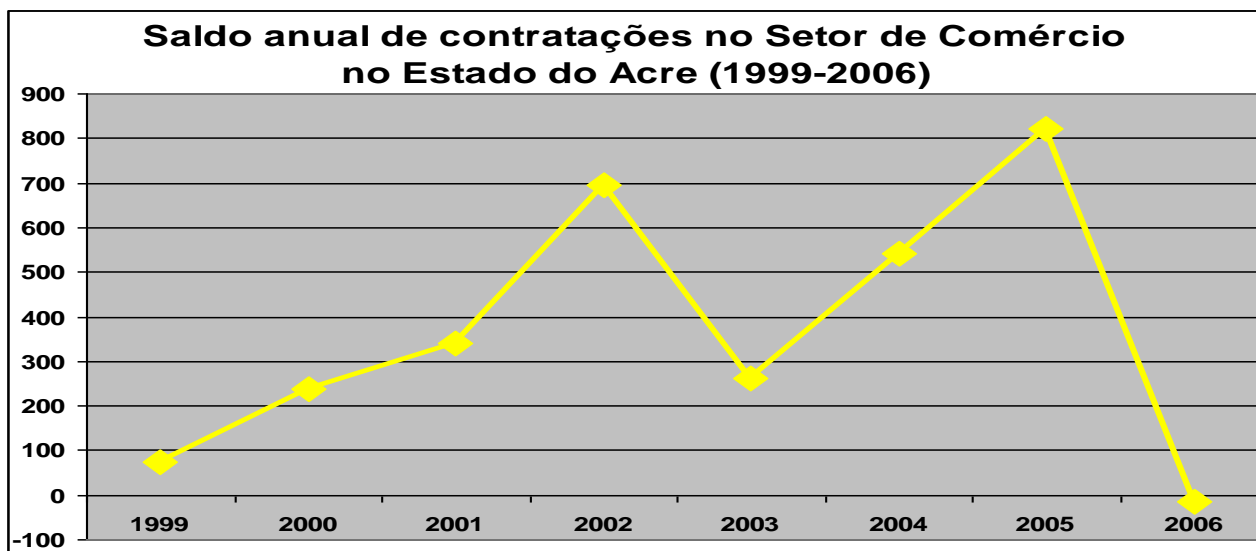
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 09: Saldo mensal das contratações formais no Setor de Comércio no Estado do Acre (1999-2006)



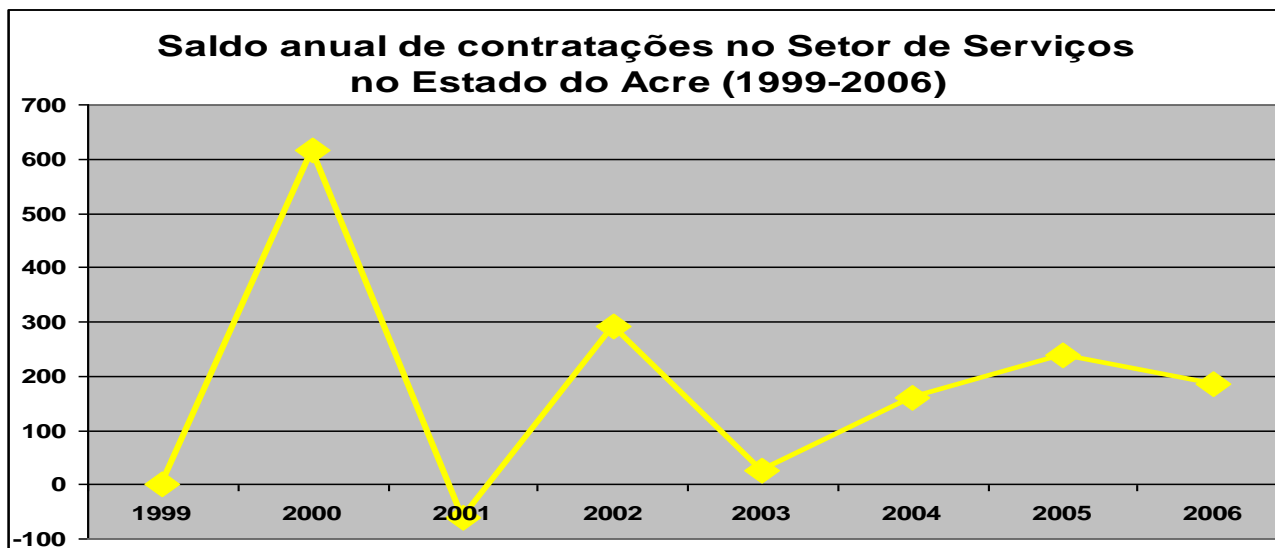
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 10: Saldo anual das contratações formais no Setor de Comércio no Estado do Acre (1999-2006)



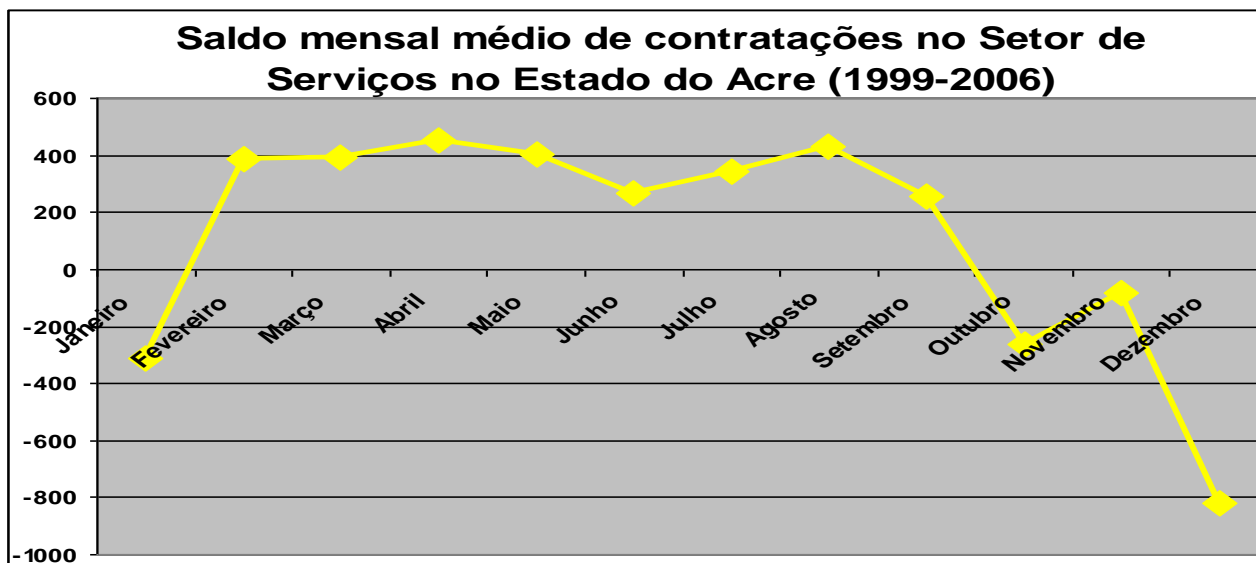
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 11: Saldo anual das contratações formais no Setor de Serviços no Estado do Acre (1999-2006)



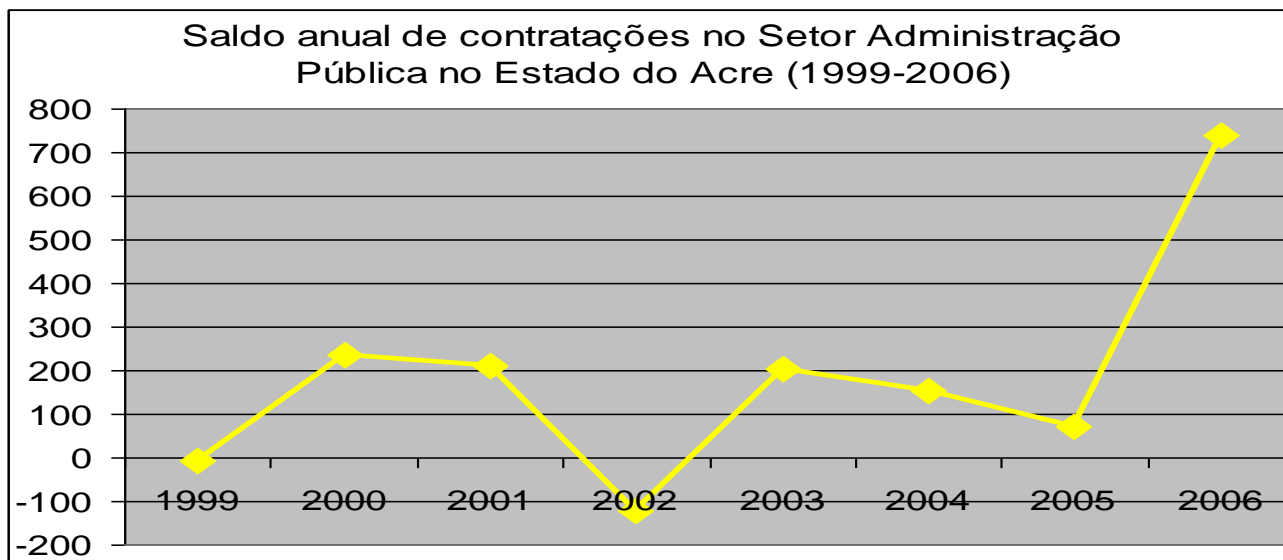
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 12: Saldo mensal das contratações formais no Setor de Serviços no Estado do Acre (1999-2006)



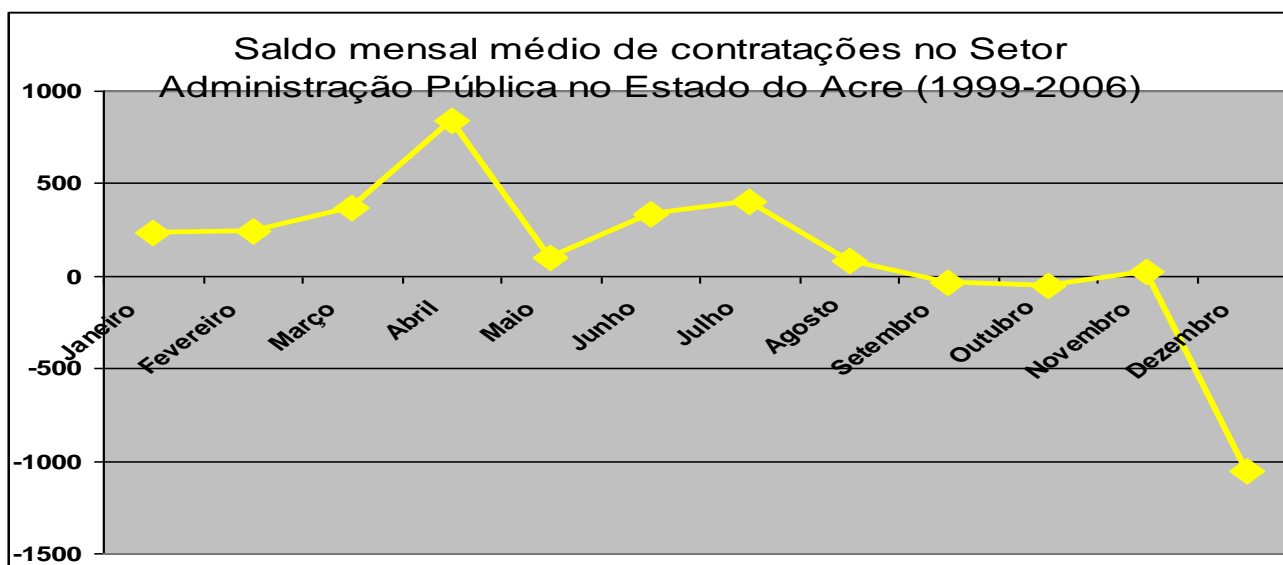
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 13: Saldo anual das contratações formais no Setor Administração Pública no Estado do Acre (1999-2006)



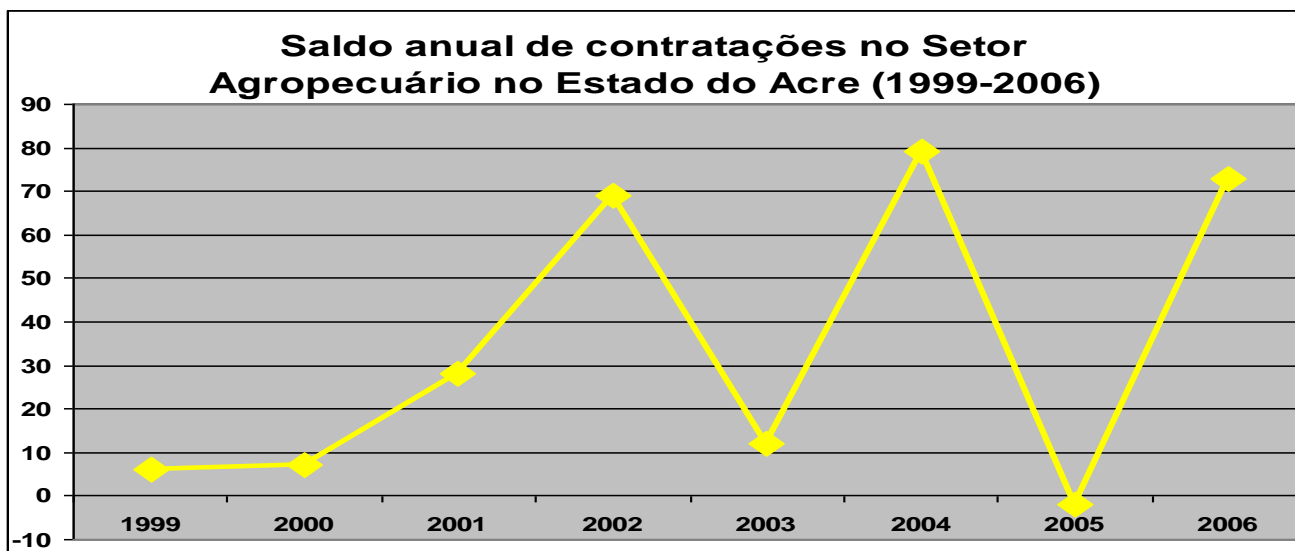
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 14: Saldo mensal das contratações formais no Setor Administração Pública no Estado do Acre (1999-2006)



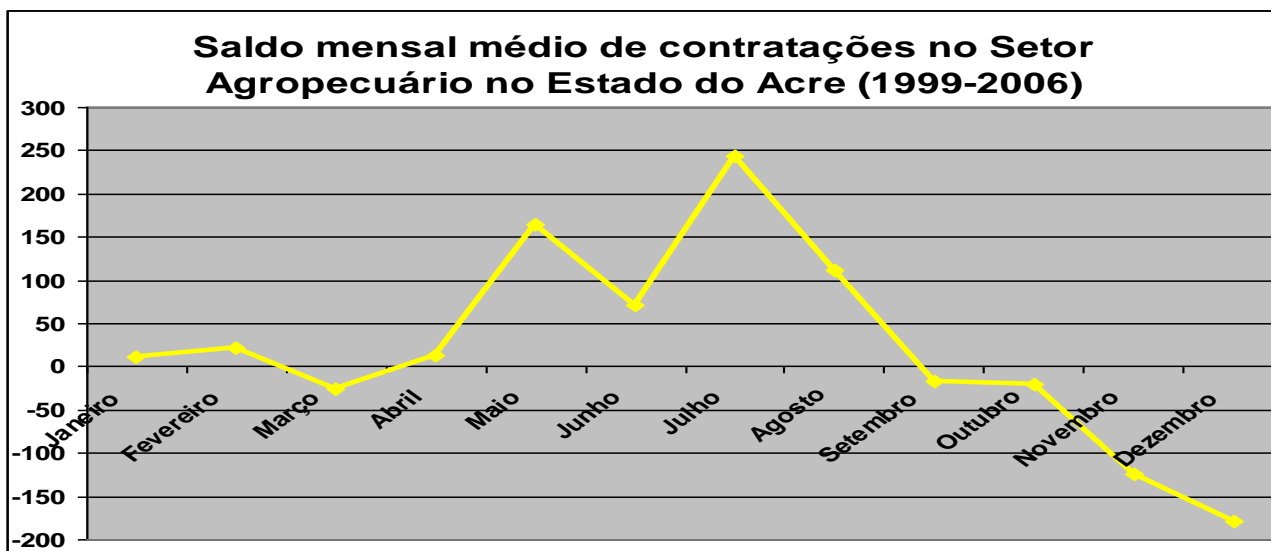
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 15: Saldo anual das contratações formais no Setor Agropecuário no Estado do Acre (1999-2006)



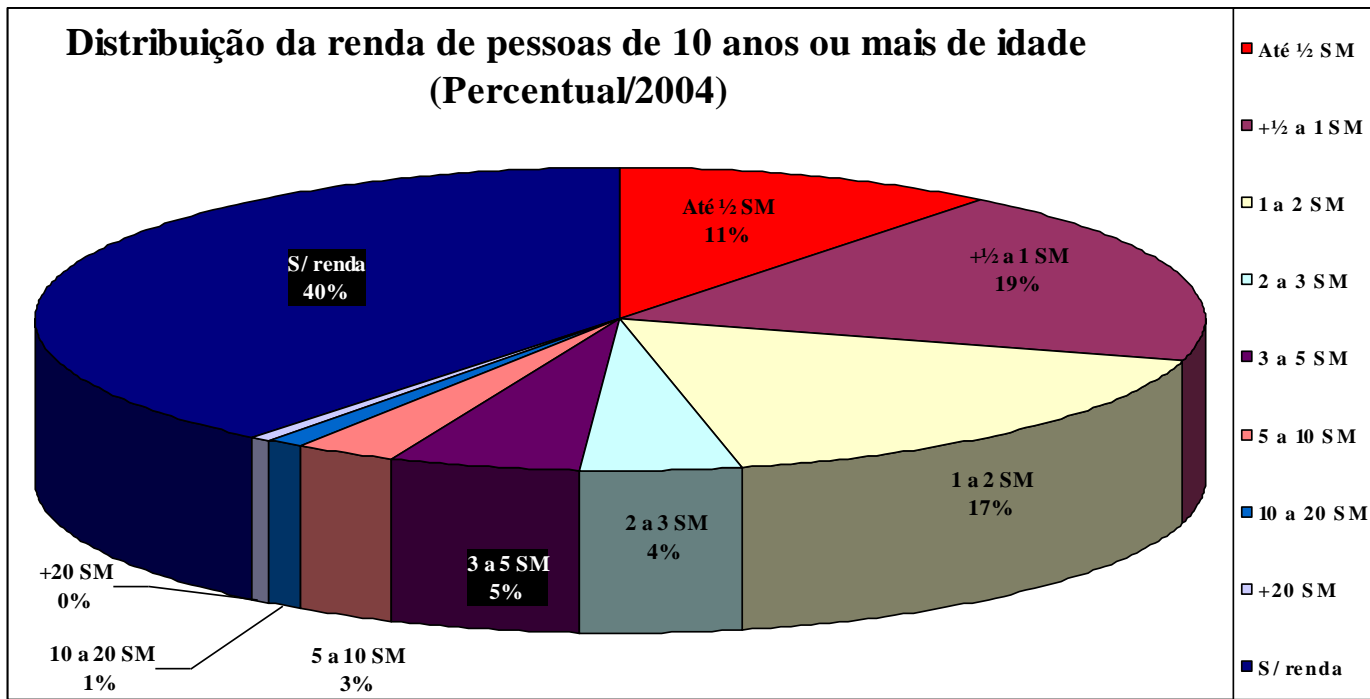
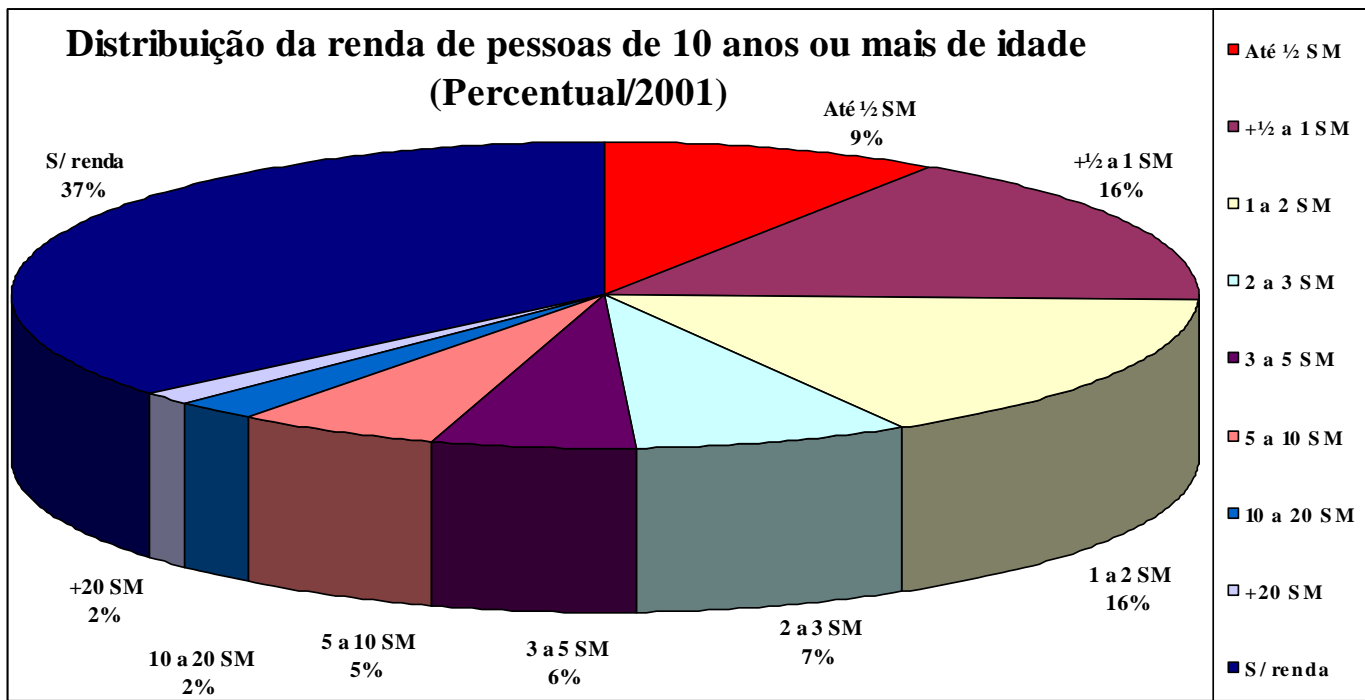
Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico nº 16: Saldo mensal das contratações formais no Setor Agropecuário no Estado do Acre (1999-2006)



Fonte: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged)

Gráfico n° 17: Distribuição da renda de pessoas com 10 anos ou mais por faixa salarial em dois momentos da amostra (2001 e 2004)



Fonte: IBGE /PNAD-2004

ANEXO nº 04

Evolução dos financiamentos

Tabela nº 01: Evolução dos totais liberados pelo FNO no Estado do Acre (R\$ 10 mil*)

Ano	1.995	1.996	1.997	1.998	1.999	2.000	2.001	2.002	2.003	2.004	2.005	2.006
Total	270.17	962.38	293.95	380.44	1.851.02	2.698.83	2.620.84	3.321.32	3.871.56	4.516.62	7.886.19	2.415.93
	7	4	9	7	0	6	2	8	5	0	6	8
Agrário	259.74	259.74	287.76	365.96	1.824.59	2.536.86	2.556.80	2.134.18	2.850.15	3.026.37	5.027.65	1.640.47
o	5	5	5	1	3	1	7	4	4	1	6	8

Fonte: Dados da pesquisa. Corrigido pelo INPC.

Linha de Crédito ProdeRur

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Valores *	312,59	102.120,88	292.675,90	944.455,14	18.884,10	34.651,46
Contratos	3,00	52,00	23,00	12,00	6,00	33,00
V%	100,00	63,69	65,32	100,00	0,04	90,14
QTDE %	100,00	86,67	92,00	0,00	0,98	4,55
Média/Cont.	104,20	1.963,86	12.725,04	78.704,59	3.147,35	1.050,04
Cidades Valores Totais						
Brasileia	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-	-	-
Feijó	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-	-
Sena Madureira	-	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-
Cidades Contratos						
Brasileia	-	-	-	7,00	-	5,00
Cruzeiro do Sul	1,00	27,00	1,00	1,00	1,00	3,00
Feijó	-	7,00	2,00	-	-	7,00
Rio Branco	-	9,00	13,00	2,00	1,00	6,00
Sena Madureira	-	-	-	-	-	1,00
Tarauacá	-	5,00	6,00	2,00	4,00	11,00
Xapuri	2,00	4,00	1,00	-	-	-
Total	3,00	52,00	23,00	12,00	6,00	33,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA.

Valores da época

Linha de Crédito ProdeRur (continuação)

1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	Total (95-06)	Média
3.550,54	4.765,32	1.155,82	1.841,28	3.280,64	11.069,29	27.778,29	23.004,77	29.662,00	10.870,82	116.978,78	11.697,88
55,00	81,00	20,00	23,00	39,00	66,00	60,00	83,00	136,00	26,00	589,00	58,90
67,82	28,50	23,84	30,33	11,20	27,33	73,13	50,98	62,80	21,48	39,73	3,97
23,21	9,20	5,18	6,04	10,24	2,56	7,15	5,64	14,47	1,66	8,53	0,85
64,56	58,83	57,79	80,06	84,12	167,72	462,97	277,17	218,10	418,11	188,94	
872,49	117,16	259,91	-	166,63	552,10	103,16	430,99	775,95	108,78	3.387,18	2,90
-	-	-	-	644,62	808,77	489,15	218,95	1.562,24	223,44	3.947,18	3,37
-	587,25	-	93,82	26,00	42,25	344,41	445,47	194,32	-	1.733,53	1,48
1.849,62	2.995,49	739,87	1.268,22	2.007,97	9.532,61	24.892,90	18.536,17	25.525,83	10.338,19	97.686,88	83,51
476,69	150,82	77,16	-	246,58	-	1.265,07	1.429,12	663,00	59,59	4.368,03	3,73
304,39	443,42	78,89	479,24	169,39	133,56	683,60	1.825,77	884,58	140,81	5.143,64	4,40
47,35	471,18	-	-	19,44	-	-	118,29	56,08	-	712,33	0,61
3.550,54	4.765,32	1.155,82	1.841,28	3.280,64	11.069,29	27.778,29	23.004,77	29.662,00	10.870,82	116.978,78	100,00
12,00	4,00	5,00	-	2,00	7,00	2,00	5,00	7,00	1,00	57,00	7,94
-	-	-	-	6,00	7,00	3,00	3,00	8,00	1,00	62,00	8,64
-	10,00	-	1,00	1,00	2,00	4,00	5,00	6,00	-	45,00	6,27
30,00	44,00	12,00	15,00	24,00	43,00	44,00	57,00	96,00	20,00	416,00	57,94
8,00	6,00	1,00	-	2,00	-	3,00	4,00	8,00	1,00	34,00	4,74
2,00	6,00	2,00	7,00	3,00	7,00	4,00	7,00	8,00	3,00	77,00	10,72
3,00	11,00	-	-	1,00	-	-	2,00	3,00	-	27,00	3,76
55,00	81,00	20,00	23,00	39,00	66,00	60,00	83,00	136,00	26,00	718,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA.

Corrigido pelo INPC a partir de 1995 até maio de 2006. Os anos de 2005 e 2006 não tiveram contratos registrados.

Linha de Crédito ProdeTur

Ano	2000	2001	2003	2005	Total (95-06)	Média
Valores	1.042,53	423,40	253,73	507,54	2.227,20	556,80
Contratos	2,00	2,00	1,00	2,00	7,00	1,75
V%	2,57	1,11	0,54	0,61	4,83	1,21
QTDE %	0,08	0,24	0,11	0,10	0,53	0,13
Média/Cont.	521,26	211,70	253,73	253,77	1.240,47	310,12
	46,81	19,01	11,39	22,79	100,00	
Cidades Valores Totais		65,82				
Brasília	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	424,08	424,08	19,04
Feijó	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	1.042,53	423,40	253,73	83,46	1.803,12	80,96
Sena Madureira	-	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-	-
Total	1.042,53	423,40	253,73	507,54	2.227,20	100,00
Cidades Contratos Totais						
Brasília	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	1,00	1,00	14,29
Feijó	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	2,00	2,00	1,00	1,00	6,00	85,71
Sena Madureira	-	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-	-
Total	2,00	2,00	1,00	2,00	7,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA.

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Os anos de 1989 a 2000, 2002, 2004 e 2006 não tiveram contratos registrados.

Linha de Crédito Prodesin

Ano	1990	1991	1993	1995	1999	2000	2001	2002
Valores	58.219,93	155.379,05	3.086,11	202,14	418,13	1.174,98	504,66	204,25
Contratos	8,00	2,00	1,00	1,00	2,00	3,00	2,00	1,00
V%	36,31	34,68	0,01	3,86	1,43	2,90	1,33	0,45
QTDE %	13,33	8,00	0,16	0,42	0,52	0,12	0,24	0,07
Média/Cont.	-	-	-	202,14	209,06	391,66	252,33	204,25
Cidades Valores Totais								
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	6,00	-	1,00	-	-	-	-	-
Feijó	1,00	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	1,00	2,00	-	202,14	418,13	1.174,98	217,40	204,25
Sena Madureira	-	-	-	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-	-	287,26	-
Total	8,00	2,00	1,00	202,14	418,13	1.174,98	504,66	204,25
Cidades Contratos Totais								
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	6,00	-	1,00	-	-	-	-	-
Feijó	1,00	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	1,00	2,00	-	1,00	2,00	3,00	1,00	1,00
Sena Madureira	-	-	-	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-	-	1,00	-
Total	8,00	2,00	1,00	1,00	2,00	3,00	2,00	1,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Entre 1990 e 1994 valores da época.

Os anos de 1989, 1992, 1994. 1996-1998, 2005-2006 não tiveram contratos registrados.

CONTINUAÇÃO

Ano	2003	2004	Total (95-06)	Média
Valores	459,71	416,34	3.380,21	482,89
Contratos	3,00	1,00	13,00	1,86
V%	0,97	0,82	1,68	0,24
QTDE %	0,32	0,06	0,25	0,04
Média/Cont.	153,24	416,34	260,02	
Cidades Valores Totais				
Brasília	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-
Feijó	-	-	-	-
Rio Branco	459,71	416,34	3.092,94	91,50
Sena Madureira	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-
Xapuri	-	-	287,26	8,50
Total	459,71	416,34	3.380,21	100,00
Cidades Contratos Totais				
Brasília	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	7,00	29,17
Feijó	-	-	1,00	4,17
Rio Branco	3,00	1,00	15,00	62,50
Sena Madureira	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-
Xapuri	-	-	1,00	4,17
Total	3,00	1,00	24,00	100,00

Linha de Crédito PRONAF A

Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	1.995,36	5.919,18	5.067,66	3.660,08	6.077,49	3.122,09	25.841,86	4.306,98
Contratos	175,00	533,00	417,00	293,00	534,00	259,00	2.211,00	368,50
V%	5,25	13,12	10,73	7,23	12,69	6,84	9,31	
QTDE %	20,86	36,21	44,36	18,71	27,43	38,60	31,03	
Média/Cont.	11,40	11,11	12,15	12,49	11,38	12,05	11,76	
Cidades Valores Totais								
Brasília	-	424,51	115,86	58,48	149,05	224,70	972,60	3,76
Cruzeiro do Sul	-	60,14	57,42	134,33	86,62	-	338,51	1,31
Feijó	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	1.995,36	5.434,52	4.608,52	3.404,20	4.806,10	2.788,70	23.037,40	89,15
Sena Madureira	-	-	285,86	-	707,55	29,13	1.022,54	3,96
Tarauacá	-	-	-	63,08	263,97	8,57	335,61	1,30
Xapuri	-	-	-	-	64,20	71,00	135,21	0,52
Total	1.995,36	5.919,18	5.067,66	3.660,08	6.077,49	3.122,09	25.841,86	100,00
Cidades Contratos Totais								
Brasília	-	44,00	15,00	4,00	15,00	19,00	97,00	4,39
Cruzeiro do Sul	-	16,00	11,00	17,00	12,00	-	56,00	2,53
Feijó	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Branco	175,00	473,00	367,00	263,00	397,00	231,00	1.906,00	86,21
Sena Madureira	-	-	24,00	-	65,00	2,00	91,00	4,12
Tarauacá	-	-	-	9,00	34,00	2,00	45,00	2,04
Xapuri	-	-	-	-	11,00	5,00	16,00	0,72
Total	175,00	533,00	417,00	293,00	534,00	259,00	2.211,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados posteriormente a 2001.

Linha de Crédito PRONAF A-C

Ano	2005	Total (95-06)	Média
Valores	57,73	57,73	57,73
Contratos	29,00	29,00	29,00
V%	0,12	0,12	0,12
QTDE %	1,49	1,49	1,49
Média/Cont.	1,99	1,99	
Cidades Valores Totais			
Brasília	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-
Feijó	-	-	-
Rio Branco	-	-	-
Sena Madureira	57,73	57,73	100,00
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	-
Total	57,73	57,73	100,00
Cidades Contratos Totais			
Brasília	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-
Feijó	-	-	-
Rio Branco	-	-	-
Sena Madureira	29,00	29,00	100,00
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	-
Total	29,00	29,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados em 2005.

Linha de Crédito PRONAF B

Ano	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	864,17	215,13	3,03	1.082,33	360,78
Contratos	772,00	534,00	3,00	1.309,00	436,33
V%	1,71	0,26	0,02	1,98	0,66
QTDE %	49,30	34,10	0,19	83,59	27,86
Média/Cont.	1,12	0,40	1,01	0,83	
Cidades Valores Totais					
Brasília	155,60	76,30	-	231,90	21,43
Cruzeiro do Sul	199,25	81,60	-	280,85	25,95
Feijó	10,07	7,42	-	17,49	1,62
Rio Branco	151,12	42,39	1,01	194,52	17,97
Sena Madureira	348,13	1,06	2,02	351,21	32,45
Tarauacá	-	-	-	-	-
Xapuri	-	6,36	-	6,36	0,59
Total	864,17	215,13	3,03	1.082,33	100,00
Cidades Contratos Totais					
Brasília	139,00	15,00	-	154,00	11,76
Cruzeiro do Sul	178,00	12,00	-	190,00	14,51
Feijó	9,00	-	-	9,00	0,69
Rio Branco	135,00	397,00	1,00	533,00	40,72
Sena Madureira	311,00	65,00	2,00	378,00	28,88
Tarauacá	-	34,00	-	34,00	2,60
Xapuri	-	11,00	-	11,00	0,84
Total	772,00	534,00	3,00	1.309,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados entre 2004 e 2006.

Linha de Crédito PRONAF C

Ano	1998	1999	2000	2001	2003	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	398,73	4.177,46	3.181,94	197,54	26,40	601,18	2.115,16	681,02	11.379,43	1.422,43
Contratos	84,00	1.187,00	711,00	60,00	7,00	121,00	416,00	131,00	2.717,00	339,63
V%	6,57	14,26	7,86	0,52	0,06	1,39	5,15	1,74	37,54	4,69
QTDE %	22,05	311,55	27,61	7,15	0,74	12,87	44,26	13,94	440,17	55,02
Média/Cont.	4,75	3,52	4,48	3,29	3,77	4,97	5,08	5,20	4,19	
Cidades Valores Totais										
Brasília	281,02	283,10	874,60	163,84	-	10,54	250,94	45,02	1.909,07	16,78
Cruzeiro do Sul	66,56	820,96	696,53	-	-	234,17	375,73	96,76	2.290,71	20,13
Feijó	-	618,72	193,25	-	-	161,48	305,20	-	1.278,65	11,24
Rio Branco	4,86	194,18	595,88	33,70	-	150,98	758,76	344,31	2.082,67	18,30
Sena Madureira	-	1.903,01	686,82	-	26,40	44,01	273,51	174,15	3.107,90	27,31
Tarauacá	-	124,27	85,73	-	-	-	-	16,08	226,07	1,99
Xapuri	46,28	233,22	49,13	-	-	-	151,02	4,71	484,36	4,26
Total	398,73	4.177,46	3.181,94	197,54	26,40	601,18	2.115,16	681,02	11.379,43	100,00
Cidades Contratos Totais										
Brasília	60,00	110,00	206,00	46,00	-	2,00	49,00	9,00	482,00	17,74
Cruzeiro do Sul	6,00	120,00	82,00	-	-	49,00	75,00	23,00	355,00	13,07
Feijó	-	295,00	148,00	-	-	33,00	67,00	-	543,00	19,99
Rio Branco	1,00	96,00	129,00	14,00	-	29,00	142,00	62,00	473,00	17,41
Sena Madureira	-	388,00	93,00	-	7,00	8,00	53,00	31,00	580,00	21,35
Tarauacá	-	46,00	26,00	-	-	-	-	5,00	77,00	2,83
Xapuri	17,00	132,00	27,00	-	-	-	30,00	1,00	207,00	7,62
Total	84,00	1.187,00	711,00	60,00	7,00	121,00	416,00	131,00	2.717,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados após 1998 (exclusive 2002).

Linha de Crédito PRONAF D

Ano	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Valores	51.347,825,85	3.788,93	1.482,55	11.610,96	2.573,20	3.520,92	21.100,31	23.707,84
Contratos	608,00	692,00	181,00	791,00	220,00	267,00	1.468,00	1.787,00
V%	99,96	9,86	28,32	69,45	53,07	58,00	72,05	58,53
QTDE %	98,86	95,45	76,37	89,89	56,99	70,08	54,23	69,40
Média/ por contrato	3.147,35	1.050,04	8,19	14,68	11,70	13,19	14,37	13,27
Cidades Valores Totais								
Brasiléia	115,00	217,00	1.123,92	406,75	50,07	4,39	1.946,44	519,51
Cruzeiro do Sul	61,00	221,00	350,99	389,72	6,77	1.311,22	2.773,35	6.598,75
Feijó	-	16,00	-	470,27	194,94	-	423,86	754,72
Rio Branco	432,00	174,00	-	8.456,98	841,09	2.098,82	8.967,06	11.529,61
Sena Madureira	-	-	-	1.485,34	1.340,10	-	5.523,42	2.587,67
Tarauacá	-	22,00	7,64	-	140,23	106,50	1.077,26	1.398,07
Xapuri	-	42,00	-	401,90	-	-	388,92	319,50
Total	608,00	692,00	1.482,55	11.610,96	2.573,20	3.520,92	21.100,31	23.707,84
Cidades Contratos Totais								
Brasiléia	115	217	114	35	4	1	203	50
Cruzeiro do Sul	61	221	66	43	1	93	222	474
Feijó	-	16	-	30	34	-	65	109
Rio Branco	432	174	-	564	83	152	395	725
Sena Madureira	-	-	-	77	86	-	333	167
Tarauacá	-	22	1	-	12	21	209	221
Xapuri	-	42	-	42	-	-	41	41
Total	608,00	692,00	181,00	791,00	220,00	267,00	1.468,00	1.787,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Entre 1993 e 1994 valores da época. Somente há contratos registrados após 1993.

Linha de Crédito PRONAF D

Continuação

2001	2002	2003	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
7.084,61	11.366,73	4.487,38	3.101,87	12.378,93	3.279,87	105.695,18	8.807,93
540,00	842,00	346,00	187,00	762,00	231,00	8.922,00	743,50
18,65	25,19	9,50	6,13	14,80	16,24	429,92	
64,36	57,20	36,81	11,94	39,14	34,43	660,84	
13,12	13,50	12,97	16,59	16,25	14,20	11,85	
1.412,42	58,65	14,11	-	2.235,56	624,26	8.396,08	7,94
447,25	4.764,66	629,20	39,79	135,43	172,43	17.619,54	16,67
499,14	320,06	60,96	198,66	130,14	-	3.052,75	2,89
3.509,90	4.274,29	3.369,71	2.256,90	8.821,62	2.433,58	56.559,56	53,51
1.180,16	1.875,85	413,41	588,23	801,82	-	15.796,01	14,94
35,74	73,22	-	-	-	5,77	2.844,43	2,69
-	-	-	18,29	254,36	43,84	1.426,81	1,35
7.084,61	11.366,73	4.487,38	3.101,87	12.378,93	3.279,87	105.695,18	100,00
132	5	2	-	161	48	1.087,00	12,18
40	429	58	2	9	17	1.736,00	19,46
74	39	7	21	10	-	405,00	4,54
203	237	229	124	511	162	3.991,00	44,73
86	128	50	39	49	-	1.015,00	11,38
5	4	-	-	-	1	496,00	5,56
-	-	-	1	22	3	192,00	2,15
540,00	842,00	346,00	187,00	762,00	231,00	8.922,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Entre 1993 e 1994 valores da época. Somente há contratos registrados após 1993.

Linha de Crédito Promicro

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2002	Total (95-06)	Média
Valores	342,25	102,16	231,14	310,29	213,57	5,47	1.204,88	200,81
Contratos	8,00	2,00	6,00	11,00	5,00	1,00	33,00	5,50
V%	2,05	2,11	3,81	1,06	0,53	0,01	9,56	1,59
QTDE %	0,91	0,52	1,57	2,89	0,19	0,07	6,15	1,03
Média/Cont.	42,78	51,08	38,52	28,21	42,71	5,47	36,51	
Cidades Valores Totais								
Brasília	57,30	-	-	-	-	-	57,30	4,76
Cruzeiro do Sul	-	-	14,15	32,81	51,97	-	98,94	8,21
Feijó	-	-	-	75,87	-	-	75,87	6,30
Rio Branco	230,81	102,16	216,99	147,79	126,37	5,47	829,59	68,85
Sena Madureira	54,13	-	-	-	35,23	-	89,37	7,42
Tarauacá	-	-	-	53,82	-	-	53,82	4,47
Xapuri	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	342,25	102,16	231,14	310,29	213,57	5,47	1.204,88	100,00
Cidades Contratos Totais								
Brasília	1,00	-	-	-	-	-	1,00	3,03
Cruzeiro do Sul	-	-	1,00	2,00	1,00	-	4,00	12,12
Feijó	-	-	-	1,00	-	-	1,00	3,03
Rio Branco	6,00	2,00	5,00	5,00	3,00	1,00	22,00	66,67
Sena Madureira	1,00	-	-	-	1,00	-	2,00	6,06
Tarauacá	-	-	-	3,00	-	-	3,00	9,09
Xapuri	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	8,00	2,00	6,00	11,00	5,00	-	33,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados após 1996 e até 2002 (exclusive 2001).

Linha de Crédito Proagrin

Ano	1998	2000	2002	Total (95-06)	Média
Valores	78,33	116,68	43,99	239,00	79,67
Contratos	1,00	1,00	1,00	3,00	1,00
V%	1,29	0,29	0,10	1,68	0,56
QTDE %	0,26	0,04	0,07	0,37	0,12
Média/Cont.	78,33	116,68	43,99	79,67	
Cidades Valores Totais					
Brasília	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	-	-	-
Feijó	-	-	-	-	-
Rio Branco	78,33	116,68	43,99	239,00	100,00
Sena Madureira	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-
Total	78,33	116,68	43,99	239,00	100,00
Cidades Contratos Totais					
Brasília	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	1,00	1,00	1,00	3,00	100,00
Feijó	-	-	-	-	-
Rio Branco	-	-	-	-	-
Sena Madureira	-	-	-	-	-
Tarauacá	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-
Total	1,00	1,00	-	3,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados após 1998 e até 2002 (exclusive 2001).

Linha de Crédito Profloresta

Ano	2005	Total (95-06)	Média
Valores	1.492,31	1.492,31	1.492,31
Contratos	2,00	2,00	2,00
V%	1,78	1,78	1,78
QTDE %	0,10	0,10	0,10
Média/Cont.	746,16	746,16	
Cidades Valores Totais			
Brasília	-	-	-
Cruzeiro do Sul	1.388,14	1.388,14	93,02
Feijó	-	-	-
Rio Branco	104,17	104,17	6,98
Sena Madureira	-	-	-
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	-
Total	1.492,31	1.492,31	100,00
Cidades Contratos Totais			
Brasília	-	-	-
Cruzeiro do Sul	1,00	1,00	50,00
Feijó	-	-	-
Rio Branco	1,00	1,00	50,00
Sena Madureira	-	-	-
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	-
Total	2,00	2,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados em 2005.

Linha de Crédito Promipec

Ano	2003	2004	2005	Total (95-06)	Média
Valores	1.679,48	7.910,45	890,48	10.480,41	3.493,47
Contratos	11,00	38,00	1,00	50,00	16,67
V%	3,56	15,63	1,06	20,25	6,75
QTDE %	1,17	2,43	0,05	3,65	1,22
Média/Cont.	152,68	208,17	890,48	209,61	
Cidades Valores Totais					
Brasileia	-	-	1.832,70	1.832,70	6,42
Cruzeiro do Sul	353,75	78,42	365,74	797,91	2,80
Feijó	101,63	100,84	522,87	725,34	2,54
Rio Branco	5.036,51	5.519,49	13.953,59	24.509,59	85,90
Sena Madureira	100,96	92,72	49,58	243,26	0,85
Tarauacá	-	-	424,28	424,28	1,49
Xapuri	-	-	-	-	-
Total	5.592,85	5.791,47	17.148,77	28.533,08	100,00
Cidades Contratos Totais					
Brasileia	-	-	3,00	3,00	5,36
Cruzeiro do Sul	3,00	1,00	2,00	6,00	10,71
Feijó	1,00	1,00	2,00	4,00	7,14
Rio Branco	13,00	8,00	16,00	37,00	66,07
Sena Madureira	2,00	2,00	1,00	5,00	8,93
Tarauacá	-	-	1,00	1,00	1,79
Xapuri	-	-	-	-	-
Total	19,00	12,00	25,00	56,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados entre 2003 e 2005.

Linha de Crédito Comserv

Ano	2002	2003	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	4.582,51	5.592,85	5.791,47	17.148,77	3.445,77	36.561,36	7.312,27
Contratos	11,00	19,00	12,00	25,00	13,00	80,00	16,00
V%	10,15	11,84	11,44	20,50	17,06	71,00	14,20
QTDE %	0,75	2,02	0,77	1,28	1,94	6,76	1,35
Média/Cont.	416,59	294,36	482,62	685,95	265,06	457,02	
Cidades Valores Totais							
Brasília	756,40	-	-	1.832,70	-	2.589,10	7,08
Cruzeiro do Sul	91,38	353,75	78,42	365,74	129,76	1.019,05	2,79
Feijó	-	101,63	100,84	522,87	164,37	889,71	2,43
Rio Branco	3.515,05	5.036,51	5.519,49	13.953,59	3.107,88	31.132,52	85,15
Sena Madureira	-	100,96	92,72	49,58	43,77	287,03	0,79
Tarauacá	219,68	-	-	424,28	-	643,96	1,76
Xapuri	-	-	-	-	-	-	-
Total	4.582,51	5.592,85	5.791,47	17.148,77	3.445,77	36.561,36	100,00
Cidades Contratos Totais							
Brasília	1,00	-	-	3,00	-	4,00	5,00
Cruzeiro do Sul	1,00	3,00	1,00	2,00	1,00	8,00	10,00
Feijó	-	1,00	1,00	2,00	2,00	6,00	7,50
Rio Branco	8,00	13,00	8,00	16,00	9,00	54,00	67,50
Sena Madureira	-	2,00	2,00	1,00	1,00	6,00	7,50
Tarauacá	1,00	-	-	1,00	-	2,00	2,50
Xapuri	-	-	-	-	-	-	-
Total	11,00	19,00	12,00	25,00	13,00	80,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados entre 2002 e 2006.

Linha de Crédito Agropec

Ano	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	14.782,93	30.973,02	9.504,13	55.260,08	18.420,03
Contratos	95,00	116,00	33,00	244,00	81,33
V%	29,21	37,03	47,06	113,30	37,77
QTDE %	6,07	5,96	4,92	16,94	5,65
Média/Cont.	155,61	267,01	288,00	226,48	
Cidades Valores Totais					
Brasília	582,83	421,60	209,13	1.213,55	2,20
Cruzeiro do Sul	896,42	846,88	163,53	1.906,83	3,45
Feijó	361,76	855,37	20,58	1.237,71	2,24
Rio Branco	8.563,31	24.446,63	8.843,89	41.853,83	75,74
Sena Madureira	2.184,67	2.009,82	17,66	4.212,16	7,62
Tarauacá	645,74	1.036,22	249,34	1.931,30	3,49
Xapuri	1.548,19	1.356,50	-	2.904,69	5,26
Total	14.782,93	30.973,02	9.504,13	55.260,08	100,00
Cidades Contratos Totais					
Brasília	8,00	7,00	2,00	17,00	6,97
Cruzeiro do Sul	6,00	4,00	1,00	11,00	4,51
Feijó	7,00	6,00	1,00	14,00	5,74
Rio Branco	46,00	69,00	24,00	139,00	56,97
Sena Madureira	8,00	10,00	1,00	19,00	7,79
Tarauacá	8,00	10,00	4,00	22,00	9,02
Xapuri	12,00	10,00	-	22,00	9,02
Total	95,00	116,00	33,00	244,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados entre 2004 e 2006.

Linha de Crédito Exp-Fei

Ano	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	1.357,18	937,63	161,81	2.456,62	818,87
Contratos	18,00	11,00	1,00	30,00	10,00
V%	2,68	1,12	0,80	4,60	1,53
QTDE %	1,15	0,56	0,15	1,86	0,62
Média/Cont.	75,40	85,24	161,81	81,89	
Cidades Valores Totais					
Brasileia	93,62	25,46	-	119,08	4,85
Cruzeiro do Sul	-	119,91	-	119,91	4,88
Feijó	-	16,33	-	16,33	0,66
Rio Branco	830,44	775,93	-	1.606,37	65,39
Sena Madureira	72,50	-	-	72,50	2,95
Tarauacá	232,06	-	-	232,06	9,45
Xapuri	128,55	-	161,81	290,36	11,82
Total	1.357,18	937,63	161,81	2.456,62	100,00
Cidades Contratos Totais					
Brasileia	2,00	1,00	-	3,00	10,00
Cruzeiro do Sul	-	1,00	-	1,00	3,33
Feijó	-	1,00	-	1,00	3,33
Rio Branco	10,00	8,00	-	18,00	60,00
Sena Madureira	1,00	-	-	1,00	3,33
Tarauacá	3,00	-	-	3,00	10,00
Xapuri	2,00	-	1,00	3,00	10,00
Total	18,00	11,00	1,00	30,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados entre 2004 e 2006.

Linha de Crédito Pesc-aquic

Ano	2004	Total (95-06)	Média
Valores	26,40	26,40	26,40
Contratos	1,00	1,00	1,00
V%	0,05	0,05	0,05
QTDE %	0,06	0,06	0,06
Média/Cont.	26,40	26,40	
Cidades Valores Totais			
Brasília	-	-	-
Cruzeiro do Sul	26,40	26,40	100,00
Feijó	-	-	-
Rio Branco	-	-	-
Sena Madureira	-	-	-
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	-
Total	26,40	26,40	100,00
Cidades Contratos Totais			
Brasília	-	-	-
Cruzeiro do Sul	1,00	1,00	100,00
Feijó	-	-	-
Rio Branco	-	-	-
Sena Madureira	-	-	-
Tarauacá	-	-	-
Xapuri	-	-	-
Total	1,00	1,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados em 2004.

Linha de Crédito Ind

Ano	2004	2005	2006	Total (95-06)	Média
Valores	1.221,31	10.836,11	4.234,65	16.292,08	5.430,69
Contratos	2,00	45,00	11,00	58,00	19,33
V%	2,41	22,62	9,27	34,30	11,43
QTDE %	0,13	2,87	0,70	3,70	1,23
Média/Cont.	610,66	240,80	384,97	280,90	
Cidades Valores Totais					
Brasileia	-	-	-	-	-
Cruzeiro do Sul	-	-	120,23	120,23	0,74
Feijó	-	1.199,13	556,06	1.755,19	10,77
Rio Branco	-	959,06	501,20	1.460,27	8,96
Sena Madureira	1.221,31	7.665,42	3.057,15	11.943,88	73,31
Tarauacá	-	1.012,50	-	1.012,50	6,21
Xapuri	-	-	-	-	-
Total	1.221,31	10.836,11	4.234,65	16.292,08	100,00
Cidades Contratos Totais					
Brasileia	-	-	1,00	1,00	1,72
Cruzeiro do Sul	-	7,00	3,00	10,00	17,24
Feijó	-	5,00	2,00	7,00	12,07
Rio Branco	2,00	31,00	5,00	38,00	65,52
Sena Madureira	-	2,00	-	2,00	3,45
Tarauacá	-	-	-	-	-
Xapuri	-	-	-	-	-
Total	2,00	45,00	11,00	58,00	100,00

Fonte: GERAC/COAFO/BANCO DA AMAZÔNIA

Corrigido pelo INPC até maio de 2006. Somente há contratos registrados entre 2004 e 2006.

ANEXO nº 05

Evolução inflacionária no Brasil

Quadro nº 01: Inflação brasileira pelo IPCA (1989-2006)

jan/89	fev/89	mar/89	abr/89	mai/89	jun/89	jul/89	ago/89	set/89	out/89	nov/89	dez/89	Total
37,49	16,78	6,82	8,33	17,92	28,65	27,74	33,71	37,56	39,77	47,82	51,5	354,09
jan/90	fev/90	mar/90	abr/90	mai/90	jun/90	jul/90	ago/90	set/90	out/90	nov/90	dez/90	
67,55	75,73	82,39	15,52	7,59	11,75	12,92	12,88	14,41	14,36	16,81	18,44	350,35
jan/91	fev/91	mar/91	abr/91	mai/91	jun/91	jul/91	ago/91	set/91	out/91	nov/91	dez/91	
20,75	20,72	11,92	4,99	7,43	11,19	12,41	15,63	15,63	20,23	25,21	23,71	189,82
jan/92	fev/92	mar/92	abr/92	mai/92	jun/92	jul/92	ago/92	set/92	out/92	nov/92	dez/92	
25,94	24,32	21,4	19,93	24,86	20,21	21,83	22,14	24,63	25,24	22,49	25,24	278,23
jan/93	fev/93	mar/93	abr/93	mai/93	jun/93	jul/93	ago/93	set/93	out/93	nov/93	dez/93	
30,35	24,98	27,26	27,75	27,69	30,07	30,72	32,96	35,69	33,92	35,56	36,84	373,79
jan/94	fev/94	mar/94	abr/94	mai/94	jun/94	jul/94	ago/94	set/94	out/94	nov/94	dez/94	
41,31	40,27	42,75	42,68	44,03	47,43	6,84	1,86	1,53	2,62	2,81	1,71	275,84
jan/95	fev/95	mar/95	abr/95	mai/95	jun/95	jul/95	ago/95	set/95	out/95	nov/95	dez/95	
1,7	1,02	1,55	2,43	2,67	2,26	2,36	0,99	0,99	1,41	1,47	1,56	20,41
jan/96	fev/96	mar/96	abr/96	mai/96	jun/96	jul/96	ago/96	set/96	out/96	nov/96	dez/96	
1,34	1,03	0,35	1,26	1,22	1,19	1,11	0,44	0,15	0,3	0,32	0,47	9,18
jan/97	fev/97	mar/97	abr/97	mai/97	jun/97	jul/97	ago/97	set/97	out/97	nov/97	dez/97	
1,18	0,5	0,51	0,88	0,41	0,54	0,22	-0,02	0,06	0,23	0,17	0,43	5,11
jan/98	fev/98	mar/98	abr/98	mai/98	jun/98	jul/98	ago/98	set/98	out/98	nov/98	dez/98	
0,71	0,46	0,34	0,24	0,5	0,02	-0,12	-0,51	-0,22	0,02	-0,12	0,33	1,65
jan/99	fev/99	mar/99	abr/99	mai/99	jun/99	jul/99	ago/99	set/99	out/99	nov/99	dez/99	
0,7	1,05	1,1	0,56	0,3	0,19	1,09	0,56	0,31	1,19	0,95	0,6	8,6
jan/00	fev/00	mar/00	abr/00	mai/00	jun/00	jul/00	ago/00	set/00	out/00	nov/00	dez/00	
0,62	0,13	0,22	0,42	0,01	0,23	1,61	1,31	0,23	0,14	0,32	0,59	5,83
jan/01	fev/01	mar/01	abr/01	mai/01	jun/01	jul/01	ago/01	set/01	out/01	nov/01	dez/01	
0,57	0,46	0,38	0,58	0,41	0,52	1,33	0,7	0,28	0,83	0,71	0,65	7,42
jan/02	fev/02	mar/02	abr/02	mai/02	jun/02	jul/02	ago/02	set/02	out/02	nov/02	dez/02	
0,52	0,36	0,6	0,8	0,21	0,42	1,19	0,65	0,72	1,31	3,02	2,1	11,9
jan/03	fev/03	mar/03	abr/03	mai/03	jun/03	jul/03	ago/03	set/03	out/03	nov/03	dez/03	
2,25	1,57	1,23	0,97	0,61	-0,15	0,2	0,34	0,78	0,29	0,34	0,52	8,95
jan/04	fev/04	mar/04	abr/04	mai/04	jun/04	jul/04	ago/04	set/04	out/04	nov/04	dez/04	
0,76	0,61	0,47	0,37	0,51	0,71	0,91	0,69	0,33	0,44	0,69	0,86	7,35
jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	
0,58	0,59	0,61	0,87	0,49	-0,02	0,25	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	5,55
jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	mai/06	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	
0,59	0,41	0,43	0,21	0,1	-	-	-	-	-	-	-	1,74

Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Quadro nº 02: Inflação brasileira pelo INPC (1989-2006)

Jan/89	Fev/89	Mar/89	Abr/89	Mai/89	Jun/89	Jul/89	Ago/89	Set/89	Out/89	Nov/89	Dez/89	Total
-	-	-	-	-	-	27,4	33,18	36,35	38,76	48,47	51,28	235,44
Jan/90	Fev/90	Mar/90	Abr/90	Mai/90	Jun/90	Jul/90	Ago/90	Set/90	Out/90	Nov/90	Dez/90	-
68,19	73,99	82,18	14,67	7,31	11,64	12,62	12,18	14,26	14,43	16,92	19,14	347,53
Jan/91	Fev/91	Mar/91	Abr/91	Mai/91	Jun/91	Jul/91	Ago/91	Set/91	Out/91	Nov/91	Dez/91	-
20,95	20,2	11,79	5,01	6,68	10,83	12,14	*	33,67	21,08	26,48	24,15	192,98
Jan/92	Fev/92	Mar/92	Abr/92	Mai/92	Jun/92	Jul/92	Ago/92	Set/92	Out/92	Nov/92	Dez/92	-
25,92	24,48	21,62	20,84	24,5	20,85	22,08	22,38	23,98	26,07	22,89	25,58	281,19
Jan/93	Fev/93	Mar/93	Abr/93	Mai/93	Jun/93	Jul/93	Ago/93	Set/93	Out/93	Nov/93	Dez/93	-
28,77	24,79	27,58	28,37	26,78	30,37	31,01	33,34	35,63	34,12	36	37,73	374,49
Jan/94	Fev/94	Mar/94	Abr/94	Mai/94	Jun/94	Jul/94	Ago/94	Set/94	Out/94	Nov/94	Dez/94	-
41,32	40,57	43,08	42,86	42,73	48,24	7,75	1,85	1,4	2,82	2,96	1,7	277,28
Jan/95	Fev/95	Mar/95	Abr/95	Mai/95	Jun/95	Jul/95	Ago/95	Set/95	Out/95	Nov/95	Dez/95	-
1,44	1,01	1,62	2,49	2,1	2,18	2,46	1,02	1,17	1,4	1,51	1,65	20,05
Jan/96	Fev/96	Mar/96	Abr/96	Mai/96	Jun/96	Jul/96	Ago/96	Set/96	Out/96	Nov/96	Dez/96	-
1,46	0,71	0,29	0,93	1,28	1,33	1,2	0,5	0,02	0,38	0,34	0,33	8,77
Jan/97	Fev/97	Mar/97	Abr/97	Mai/97	Jun/97	Jul/97	Ago/97	Set/97	Out/97	Nov/97	Dez/97	-
0,81	0,45	0,68	0,6	0,11	0,35	0,18	-0,03	0,1	0,29	0,15	0,57	4,26
Jan/98	Fev/98	Mar/98	Abr/98	Mai/98	Jun/98	Jul/98	Ago/98	Set/98	Out/98	Nov/98	Dez/98	-
0,85	0,54	0,49	0,45	0,72	0,15	-0,28	-0,49	-0,31	0,11	-0,18	0,42	2,47
Jan/99	Fev/99	Mar/99	Abr/99	Mai/99	Jun/99	Jul/99	Ago/99	Set/99	Out/99	Nov/99	Dez/99	-
0,65	1,29	1,28	0,47	0,05	0,07	0,74	0,55	0,39	0,96	0,94	0,74	8,13
Jan/00	Fev/00	Mar/00	Abr/00	Mai/00	Jun/00	Jul/00	Ago/00	Set/00	Out/00	Nov/00	Dez/00	-
0,61	0,05	0,13	0,09	-0,05	0,3	1,39	1,21	0,43	0,16	0,29	0,55	5,16
Jan/01	Fev/01	Mar/01	Abr/01	Mai/01	Jun/01	Jul/01	Ago/01	Set/01	Out/01	Nov/01	Dez/01	-
0,77	0,49	0,48	0,84	0,57	0,6	1,11	0,79	0,44	0,94	1,29	0,74	9,06
Jan/02	Fev/02	Mar/02	Abr/02	Mai/02	Jun/02	Jul/02	Ago/02	Set/02	Out/02	Nov/02	Dez/02	-
1,07	0,31	0,62	0,68	0,09	0,61	1,15	0,86	0,83	1,57	3,39	2,7	13,88
Jan/03	Fev/03	Mar/03	Abr/03	Mai/03	Jun/03	Jul/03	Ago/03	Set/03	Out/03	Nov/03	Dez/03	-
2,47	1,46	1,37	1,38	0,99	-0,06	0,04	0,18	0,82	0,39	0,37	0,54	9,95
Jan/04	Fev/04	Mar/04	Abr/04	Mai/04	Jun/04	Jul/04	Ago/04	Set/04	Out/04	Nov/04	Dez/04	-
0,83	0,39	0,57	0,41	0,4	0,5	0,73	0,5	0,17	0,17	0,44	0,86	5,97
Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	-
0,57	0,44	0,73	0,91	0,7	-0,11	0,03	0	0,15	0,58	0,54	0,4	4,94
Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06	Jul/06	Ago/06	Set/06	Out/06	Nov/06	Dez/06	-
0,38	0,23	0,27	0,12	0,13	-	-	-	-	-	-	-	1,13

Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

ANEXO nº 06

Evolução populacional no Estado do Acre

Quadro da população estimada do Estado do Acre (variação anual de 2,5%)

2005	630.328
2004	614.570
2003	599.206
2002	584.225
2001	569.620
2000	555.379
1999	541.495
1998	527.957
1997	514.758
1996	501.890

Fonte: Anuário Estatístico (adaptado)

ANEXO nº 07

Evolução da renda no Estado do Acre

Quadro nº: Renda Mediana Brasileira (1992-2005)

UF	1992	UF	1993	UF	1995	UF	1996	UF	1997	UF	1998	UF	1999	UF	2001	UF	2002	UF	2003	UF	2004	UF	2005
MA	65,74	AL	63,36	AL	83,78	PI	89,03	AL	77,29	AL	89,42	PI	93,04	MA	100,1	MA	97,57	MA	92,79	MA	102,58	AL	112
PI	65,74	PI	73,71	PI	96,87	AL	93,17	PI	82,85	PI	92,75	AL	93,59	AL	100,1	AL	104,07	AL	98,36	AL	104,42	MA	112,5
CA	80,85	MA	77,75	MA	104,73	CA	103,52	MA	107,48	CA	108,69	MA	106,73	PI	108,44	PI	106,67	PI	106,9	PI	115,47	PI	122,4
PB	81,86	CA	84,47	CA	104,73	MA	103,6	CA	107,48	MA	113,04	CA	109,03	CA	114,4	CA	118,38	PB	112,47	CA	118,36	CE	130
TO	87,68	PE	86,6	PE	104,73	PE	104,35	PE	107,48	PE	114,78	PE	111,65	PE	114,4	PB	118,57	PE	113,21	PB	124,15	PE	135,67
BA	88,66	BA	86,71	RN	104,73	RN	104,35	RN	107,48	BA	124,63	PB	118,22	BA	114,4	PE	123,59	CA	116,92	PE	126,25	BA	140
RN	95,85	TO	91,93	SE	108,92	BA	113,05	SE	116,44	RN	125,21	SE	121,51	PB	122,57	BA	124,31	BA	120,26	BA	130,63	PB	143,33
AL	100,74	PB	92,86	BA	119,69	SE	119,26	PB	119,43	SE	126,6	BA	124,79	SE	128,7	AP	133,99	RN	133,62	RR	140,28	RR	145,56
PE	100,74	SE	104,73	TO	120,44	PB	119,72	BA	119,43	PB	127,53	RN	128,54	TO	137,28	TO	136,6	SE	135,65	RN	140,28	RN	150
SE	104,29	RN	116,98	PB	125,67	TO	132,03	TO	132,12	TO	131,67	TO	131,36	RN	146,57	SE	137,46	TO	139,19	SE	153,87	SE	153,33
PA	132,23	PA	133,96	PA	157,09	PA	144,93	PA	147,79	RR	144,92	RR	148,87	PA	155,39	RN	156,11	AP	148,47	TO	163,07	TO	165
AM	141,04	RR	134,26	GO	188,51	RR	186,34	RR	173,17	PA	159	PA	156,81	RR	161,23	PA	159,83	PA	155,89	AP	163,82	PA	180
ES	142,72	AM	142,35	MS	192	MS	196,59	AM	180,04	AM	163,47	AM	164,5	AC	187,94	AC	162,06	AM	167,03	AC	168,33	AC	184
AP	151,12	GO	148,98	MG	194,79	AC	197,52	GO	198,85	MG	199,99	AC	193,75	AP	189,47	RR	164,78	AC	178,16	PA	168,75	AM	200
MT	151,12	MG	152,04	RR	197,24	MG	198,76	MG	206,73	GO	206,2	MG	203,6	GO	194	AM	195,14	RR	181,18	AM	175,35	AP	205
MG	157,82	MS	170,5	MT	203,47	MT	200,31	AC	214,97	MS	211,58	GO	205,25	ES	198,61	ES	211,4	MG	200,43	MG	218,83	RO	225
GO	167,91	RO	170,5	RO	209,46	GO	202,31	MS	214,97	MT	219,12	MT	206,89	MG	209,13	MS	216,82	GO	204,61	ES	225,15	GO	240
RO	168,94	ES	170,93	AM	210,29	RO	208,7	MT	214,97	AC	226,08	MS	207,98	MS	209,73	MT	216,82	MS	206	MS	236,72	MT	243,57
MS	169,77	AC	171,75	RS	230,4	ES	211,18	RO	214,97	RO	226,08	RO	213,46	RO	214,5	GO	221,15	MT	206	GO	239,35	ES	246,67
PR	176,3	MT	175,4	ES	232,5	AM	216,15	RS	232,88	RS	234,77	RS	225,77	MT	224,03	MG	226,94	ES	222,7	MT	245,49	MG	248,75
RR	201,49	RS	193,04	AC	239,38	RS	238,51	ES	237,36	ES	275,57	ES	239,73	AM	257,4	RO	231,56	RO	222,7	RO	248,56	MS	250
AC	201,49	PR	227,12	RJ	272,29	RJ	281,68	RJ	277,67	AP	278,25	AP	266,18	RS	257,4	PR	260,18	RJ	261,68	PR	279,85	RJ	300
SC	233,5	DF	241,17	DF	286,96	DF	285,1	AP	281,51	RJ	289,84	RJ	276,4	RJ	290,76	RS	292,7	PR	285,06	RJ	308,61	PR	300
RS	253,22	RJ	243,56	PR	293,24	PR	310,56	DF	295,58	PR	310,59	DF	286,11	PR	294,93	RJ	308,96	RS	292,3	RS	315,63	RS	320
RJ	261,89	SP	274,77	AP	366,55	AP	370,35	PR	298,57	DF	312,16	PR	303,76	DF	332,47	SP	325,23	SP	311,78	SP	315,63	SP	350
SP	277,05	SC	290,65	SP	366,55	SC	372,68	SP	377,54	SP	369,55	SP	335,69	SC	333,66	DF	334,77	DF	334,05	DF	333,16	SC	383,33
DF	255,56	AP	319,88	SC	404,95	SP	380,13	SC	421,7	SC	382,59	SC	344,81	SP	337,12	SC	352,76	SC	334,05	SC	347,19	DF	386,89

Fonte: FGV, 2006: Miséria, desigualdade e estabilidade: o Segundo Real (adaptado)

Renda Total - Renda Média

UF	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005
RO	294,66	314,16	463,11	394,29	446,13	492,36	439,37	355,83	384,6	335,05	404,07	434,2
AC	341,74	316,28	434,75	478,23	418,16	428,55	430,69	432,8	417,64	348,13	356,19	364,76
AM	243,16	245,22	355,9	340,5	343,69	282,36	265,7	303,44	290,28	275,72	303,93	325,21
RR	373,81	481,91	495,93	518,9	372,17	399,46	424,91	328,59	281,78	307,35	248,52	273,77
PA	230,59	270,98	300,96	278,16	285,49	291,33	284,94	284,86	299,22	250,68	288,93	294,13
AM	225	367,1	367,11	371,47	324,63	298,42	287,36	374,67	305,1	324,02	277,03	357,54
TO	158,69	189,12	216,46	221,36	226,88	251,75	221,86	288,93	255,72	265,72	290,06	291,29
MA	108,84	130,96	160,35	176,23	159,73	180,32	177,91	189,8	191,39	186,55	198,54	182,86
PI	123,36	141,18	163,07	167,33	174,06	183,84	184,46	203,39	219,68	203,28	214,67	227,91
CE	156,2	173,04	216,76	211,29	220,47	227,31	213,44	228,73	227,24	209,67	223,75	239,5
RN	192,67	180,64	259,48	262,94	257,57	272,69	260,24	263,56	264,61	236,83	259,29	308,23
PB	153,75	187,78	249,33	228,96	257,56	285,11	301,86	227,13	248,61	229,32	246,03	270,17
PE	189,05	190,05	243,07	247,59	241,1	258,89	243,23	254,82	256,34	226,12	256,94	266,86
AL	186,48	175,28	249,51	232,67	243,16	236,14	211,53	202,32	200,06	201,63	190,44	206,63
SE	209,95	235,29	223,76	266,53	250,21	271,93	261,18	238,56	260,28	264,18	288,41	284,17
BA	180,71	195,39	219,17	221,2	228,47	232,8	219,68	226,69	232,48	222,47	230,67	249,01
MG	286,06	293,85	379,62	363,82	390,22	369,83	365,09	374	383,12	361,98	380,05	405,68
ES	263,86	286,91	393,31	375,06	382,05	391,98	394,59	389,96	419,59	382,27	409,67	439,44
RJ	461,38	435,94	570,49	601,87	573,7	602,2	566,59	567,82	561,12	538,91	549,01	564,94
SP	463,68	493,33	629,27	647,69	646,2	648,76	594,4	604,92	597,67	553,54	540,21	599,56
PR	299,18	366,79	439,29	459,15	447,03	448,67	439,06	459	463,46	451,05	501,13	506,77
SC	402,63	391,54	494,39	468,53	498,07	500,94	463,75	513,33	494,59	513,66	509,08	561,65
RS	429,18	450,94	510,87	520,66	505,61	533,25	514,35	518,43	513,44	503,18	522,8	533,62
MS	322,06	320,4	379,91	399,4	398,7	393,02	376,88	411,63	432,27	392,77	396,26	423,58
MT	243,56	332,27	347,89	371,67	438,85	410,91	372,64	406,05	420,04	359,64	413,59	405,44
GO	318,21	333,56	339,57	378,68	368,43	401,47	369,89	382,34	392,93	364,94	406,75	429,49
DF	528,06	643,65	779,46	743,45	836,04	853	784,44	770,13	814,99	746,26	755,98	831,68

Fonte: FGV

ANEXO nº 08

Fotos de Estabelecimentos financiados pelo FNO no Estado do Acre



Ferro-Velho localizado no bairro Estação Experimental, em Rio Branco



Butique localizada na cidade de Epitaciolândia



Loja de eletrodomésticos localizada, bairro Estação Experimental, em Rio Branco



Lanchonete classe A (ao meio, com letreiro em vermelho), avenida Rio de Janeiro, em Rio Branco



Loja de materiais de construção na Estrada do Barro Vermelho, em Rio Branco



Academia de ginástica localizada na rua Isaura Parente, bairro Estação Experimental, em Rio Branco



Supermercado localizado na Rua Estação Experimental, em Rio Branco



Faculdade localizada em Rio Branco



Pizzaria e centro de diversões no Parque da Maternidade, em Rio Branco



Colégio localizado no bairro Abraão Alab, em Rio Branco



Loja de produtos agropecuários, bairro Seis de Agosto, em Rio Branco



Revenda de Motos localizada na Via Chico Mendes, em Rio Branco



Posto de gasolina, localizado na Via Chico Mendes com a estrada do Amapá, em Rio Branco



Supermercado localizado na Via Chico Mendes, em Rio Branco



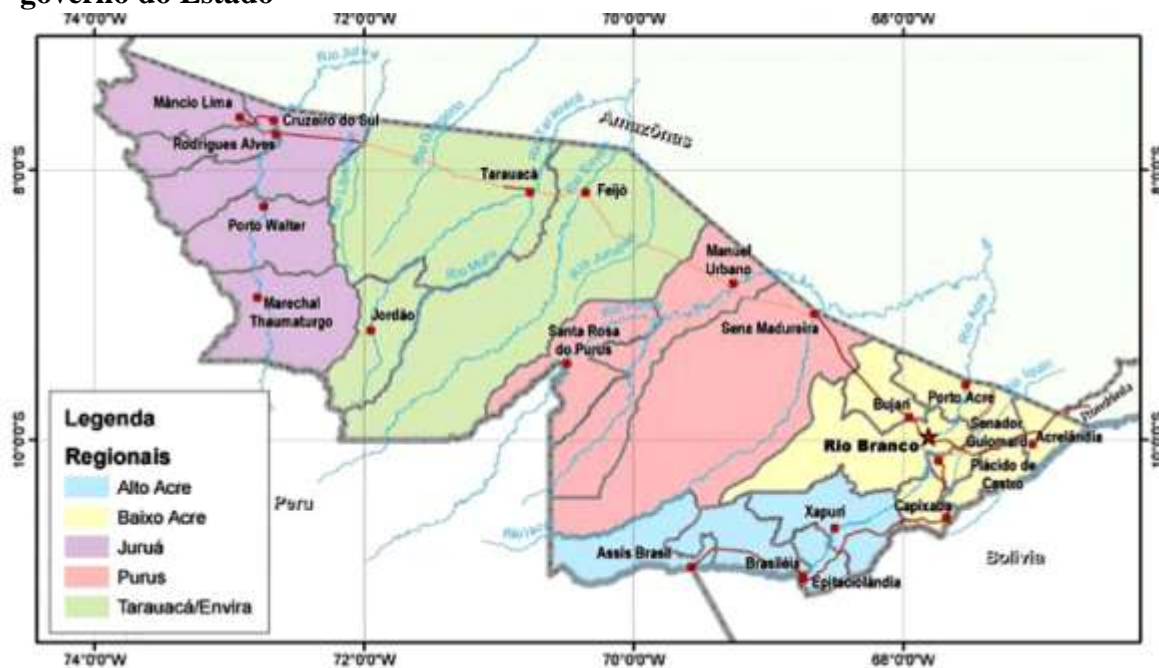
Pousada localizada na BR 317, em Eptaciolândia.



Revenda de carros localizada na Avenida Ceará, em Rio Branco

Anexo nº 09

Imagem nº 01: Divisão do Estado do Acre em microrregiões conforme utilizada pelo governo do Estado



Fonte: O Acre em Números (2005)